

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA DAS
INSTITUIÇÕES PSICANALÍTICAS DE FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

RENATA SUSAN PEREIRA

**FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA DAS
INSTITUIÇÕES PSICANALÍTICAS DE FLORIANÓPOLIS**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Psicologia, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, Curso de
Mestrado, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas.**

**Orientador: Fernando Aguiar Brito
de Sousa**

FLORIANÓPOLIS

2005

Renata Susan Pereira

FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA DAS
INSTITUIÇÕES PSICANALÍTICAS DE FLORIANÓPOLIS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre no Programa de Pós Graduação em Psicologia, Curso de
Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2005.

Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella
Coordenadora

Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa
Departamento de Psicologia, UFSC.

Prof. Dr. Fábio Thá
Universidade Tuiuti do Paraná

Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago
Departamento de Psicologia, UFSC.

Profa. Dra. Maria do Rosário Stotz
UNISUL

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a participação de muitas pessoas, mas alguma delas tornaram-se imprescindíveis neste percurso. A estas, especialmente, gostaria de manifestar meus agradecimentos.

Ao orientador Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa por ter escutado as minhas indagações e mostrado-me que estas poderiam ser objeto de uma pesquisa acadêmica nos termos de um Programa de Pós-Graduação. A esta primeira orientação e a todas que se seguiram - sua leitura atenciosa, mesmo que à distância; a indicação de bibliografias; o respeito à minha forma de trabalhar; a compreensão que teve, neste período, a outras atividades que desenvolvi em paralelo a este trabalho e o esforço final na composição da banca – serei sempre grata.

Ao psicanalista Juan Carlos Montero que participou da banca de qualificação do projeto de pesquisa. Suas perguntas ainda me cutucam e me mobilizam. Creio que com este trabalho consegui avançar alguns passos, mas estas certamente serão gratas e incômodas companhias no que está por vir. Agradeço também aos psicanalistas e professores que aceitaram participar da banca de defesa desta dissertação, aos professores Drs. Mara Coelho Lago, Maria do Rosário Stotz e Fábio Thá, obrigada por suas contribuições a este trabalho.

Aos membros das instituições que me receberam com imensa cordialidade, concederam sucessivas entrevistas, leram suas transcrições, bem como os capítulos produzidos e autorizaram sua apresentação neste trabalho, meus sinceros agradecimentos. A anuência destes psicanalistas foi fundamental para a realização da pesquisa. Seus depoimentos sobre a história e o funcionamento da instituição permitiram-me fazer a relação da literatura com o vivido e, assim, ter alguns pensamentos próprios. Todos sabíamos de um certo risco que estávamos correndo ao dar depoimentos e escrever sobre estes. Aceitamos o desafio e creio que o tenhamos feito com honestidade e rigor. Sabemos também de alguns limites impostos à pesquisa, pois as mudanças sofridas pelas instituições e seus procedimentos nem sempre puderam ser contemplados, mas estes são os limites de um trabalho datado. Outros poderão sucedê-lo e dar continuidade a esta história.

Aos membros da Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica - Tânia Vanessa Nöthen Mascarello, Inezinha Brandão Lied e Carlos Augusto Monguilhot Remor, bem como a sua secretária e aos membros da Delegação Santa Catarina

da Escola Brasileira de Psicanálise Sílvia Emilia Esposito e Laureci Nunes, bem como a sua secretária Cleci Mendonça, mais uma vez, muito obrigada.

Cabe, ao final, agradecer àqueles que estiveram ao meu lado neste percurso ouvindo meu entusiasmo e suportando minhas angústias e dúvidas. Aos meus amigos, meus familiares e ao Adriano, como sempre, obrigada.

a questão da formação do analista que é a temática, vamos dizer, que mais... questiona o trabalho institucional. Então, tu tomastes o tema central: por que da existência da instituição psicanalítica. (Mascarello, 11/11/02)

(...) não se pode evitar o enamoramento, os ódios, as paixões, fazem parte mas será que nós como psicanalista vamos organizar instituições apesar do que a gente sabe? Essa que é a grande questão. (..) Então a pergunta é essa: vamos repetir? Serve de alguma coisa? Tem algo a ver com a nossa vida ou nós nos analisamos e depois na vida cotidiana fazemos como qualquer outro. (Esposito, 27/11/03)

RESUMO

A Psicanálise atentou para aquilo que era desprezado: os sonhos, os lapsos, a fala sobre os sintomas. Destas manifestações Freud fez brotar o inconsciente e dirigiu ao sujeito suas perguntas. Sua invenção deu origem a dois lugares inéditos: o analisando e o psicanalista. Desde então não cessam os debates acerca do psicanalista, aquele que, sobretudo, viveu a experiência de uma análise e retirou saber de seu próprio sintoma. A formação, que no início do século XX era uma decorrência da análise, institucionalizou-se e provocou diversas cisões no movimento psicanalítico. As instituições multiplicaram-se e disto resultou um clima beligerante em defesa da legitimidade do que se faz sob os nomes de Freud e Lacan. A pergunta que norteou essa pesquisa dirigiu-se às instituições psicanalíticas da cidade de Florianópolis: *como estas instituições concebem e estruturam a formação do psicanalista?* Realizaram-se entrevistas recorrentes com os membros, bem como a pesquisa de documentos e publicações. A *Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica*, fundada em 1984, é convocante da Reunião Lacanoamericana de Psicanálise, bem como membro de Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana. Concebe o psicanalista como produto de sua análise, pois é nesta que se dá a mudança de posicionamento subjetivo. O psicanalista o é no momento do seu ato, de sua escuta e interpretação, na articulação do que aparece em sua clínica com a teoria. A submissão de seu ato a outro o confirma ou não como analista, pois sua autorização se faz também com alguns outros. A formação não é possível fora da instituição. A *Delegação Santa Catarina*, fundada em 1999, faz parte da Escola Brasileira de Psicanálise, a qual é membro institucional da AMP e orienta-se pelo Campo Freudiano. A formação faz-se um por um, pois cada um é impulsionado pelo seu desejo. A Escola se organiza em torno de um lugar vazio: não existe uma identificação com o ser ou com atributos definidores do lugar do analista. O saber produzido na análise orienta a Escola e a forma dos analistas congregarem-se. O cartel e o passe, pilares desta Escola, questionam o sujeito e produzem um saber particular. A história da psicanálise tem mostrado que as divergências institucionais se dão, sobretudo, pela ruptura com os psicanalistas que assumem um lugar de destaque na instituição, mais do que por divergências teóricas ou por novas invenções. O ponto de embargo institucional é a condescendência entre os membros e a exclusão da diferença. As cisões instauram o mal-estar e provocam a inquietação que faz surgir respostas, novas formas de enlaces, redes internacionais, enfim, faz a Psicanálise avançar nos interstícios. A instituição psicanalítica não existe para dar respostas ou prescrever uma formação, mas para conquistar um saber sobre a passagem a analista, em última instância, busca-se um saber sobre as formações do inconsciente e a realização de uma Psicanálise.

Palavras-chave: formação, instituição psicanalítica, Florianópolis.

ABSTRACT

The Freudian invention is the origin of two inedited places: the analyzing and the psychoanalyst. Since then there are many debates about the psychoanalyst, whom lived the experience of an analysis and learned from its own symptom. The formation that in the beginning of the XX century was a recurrence of analysis has institutionalized and it has provoked divergences in the psychoanalysis field. The institutions have multiplied and it has put in doubt what it is done under the names of Freud and Lacan. The question that has leaded this research has been addresses to the psychoanalytic institutions of the city of Florianópolis: *how these institutions conceive and organize the psychoanalyst formation?* There were made interviews with the members and publications and documents research. The *Maiêutica Florianópolis - Psychoanalytic Institution*, funded in 1984, is responsible for the Lacanoamerican Psychoanalysis Meeting as well as a member of the Convergence, Lacanian Movement for a Freudian Psychoanalysis. It conceives the psychoanalyst like a product of an analysis, because in this case takes place a change of subjective attitude. The psychoanalyst is what he listens and interprets, and how he articulates the theory with what happens in his clinic. The submission of his acts for another confirms him or does not confirm him like an analyst, since his authorization is made with others. The formation is not possible outside of the institution. The *Delegação Santa Catarina*, funded in 1999, is a member of the Brazilian Psychoanalysis School, institutional member of the AMP, and it is guided by the Freudian Field. The formation is done one by one, since each one is motivated by its desire. The School has been organized around an empty place: there is no identification with what is *been* an analyst or with definitions of the analyst's place. The knowledge produced in the analysis guides the School and the form to join the analysts. The cartel and the pass, fundaments of this School, question the individual and produce a particular knowledge. The institutional problem is the condescension between the members and the exclusion of the difference. The unions bring along a bad been and provoke an anxiety that brings answers, new unions forms and international webs, it means makes the Psychoanalysis grow in the interstices. The institutional unions have happened, mainly because of the breaking of with the psychoanalysts that assume a place of leadership in the institution, more than from a theory divergence. The Psychoanalytic Institution do not exists to give answers or subscribe a formation, but to conquer knowledge about the way, the passage to analyst, finally it searches knowledge about the formations of the unconscious and the realization of a psychoanalysis.

Key words: formation, Psychoanalytic Institution, Florianópolis

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract	viii
1. Introdução	01
2. A regra de ouro da formação	07
A experiência original na invenção da Psicanálise	10
Caminhos sinuosos: da análise à didática	16
O retorno às origens: autorização de si mesmo	22
3. A segunda escuta: formação e ofício	31
Questão incessante: os critérios de formação	32
O cruzamento de duas vias: a prática analítica e a formação	34
Analista mestra: análise vigiada	35
A segunda escuta	37
4. O ensino como dobradiça: o giro particular sobre o eixo da teoria	41
O fundamental no ensino da Psicanálise e a abrangência das manifestações da cultura	45
O que se faz questão: a invenção do cartel	49
5. Arena Psicanalítica	55
Cisão, excomunhão, dissolução e enlace: um século de história	65
Formalização e cristalização	65
Rupturas com o instituído e a formação de associações internacionais	68
Redes internacionais	72
6. Caminhos Percorridos	79
A construção sobre o caminho alheio	79
A tentativa de uma construção particular com outros	83
Formalização e mudanças nos procedimentos	84
Os encontros com as instituições	87
<i>Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica</i>	87
<i>Delegação Santa Catarina – Escola Brasileira de Psicanálise</i>	90
Sobre os procedimentos	93

7. Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica	95
As categorias de inscrição	99
As atividades e os participantes	100
Movimentos Psicanalíticos Internacionais	109
A Reunião Lacanoamericana de Psicanálise	109
Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana	115
A formação psicanalítica	123
 8. Delegação Santa Catarina – Escola Brasileira de Psicanálise	 129
Categorias de filiação pessoal à EBP e à Delegação	134
As atividades e os participantes	137
A inserção nas instâncias do Campo Freudiano	145
Os encontros do Campo Freudiano e o <i>affectio societatis</i>	151
A formação psicanalítica	156
Cartel: coluna vertebral da formação	159
O testemunho do analista e do praticante	162
O clássico tripé	165
 9. Inversão de foco: do palco para os bastidores	 169
Escrever uma história... em psicanálise	171
Sobre as instituições e as relações entre psicanalistas	172
Haveria outra possibilidade?	174
O movimento da Psicanálise nos interstícios	177
A questão primeira	178
É chegado o fim	180
 Lista de referências	 184
 Lista de tabelas	 198
 Lista de siglas	 199
 Appendix	 200

Formação e instituição: um percurso pela história das instituições psicanalíticas de Florianópolis

Enveredar pela psicanálise é pôr-se diante de um espelho. Não se restringe, porém, à contemplação do que ali se vê. Exige, pelo contrário, colocar-se como objeto de investigação. Afinal, não fora este o passo fundamental de Freud rumo à Psicanálise? Heróica tarefa de explorar seu próprio inconsciente escreve um de seus biógrafos (Jones, 1961/1979)¹. Desse modo, a psicanálise demarca uma de suas peculiaridades em relação às disciplinas científicas – a formação do psicanalista não se dá apenas por meio do estudo teórico ou da frequência em cursos mas, sobretudo, na condição da própria análise.

A experiência analítica, embora eticamente necessária - já que não é possível supor que alguém pretenda escutar as manifestações inconscientes de outro, sem ter se rendido a esta experiência – não se circunscreve a uma exigência desta ordem. A análise é um método de investigação sem o qual se empobrece e mumifica a teoria e o tratamento psicanalítico. Afinal, o inconsciente não se apreende por dogmatismo teórico, mas irrompe na consciência e apresenta-se nas lembranças encobridoras, nos equívocos, nos sonhos e nos sintomas. Manifestações faladas pelo sujeito que se sustentam em uma lógica desconhecida pela consciência.

O saber particular se constrói na experiência analítica de cada sujeito, quando fala a um outro a quem supõe saber. “O sujeito descobre que na articulação do discurso, sem saber exatamente o que diz, um saber se produz. Esse efeito de saber, de apreensão do saber inconsciente, se dá em cada análise” (Penna, 2001, p. 72). Neste sentido, compreende-se que a transmissão da psicanálise só é possível nesta experiência de produção de um saber particular – a verdade de cada sujeito. Contudo, ao longo da história da psicanálise foram criadas instituições com o objetivo de apoiar a formação psicanalítica e, ao mesmo tempo, proteger e difundir a psicanálise. A questão da formação psicanalítica

¹As datas dos textos utilizados estão expostas da seguinte maneira: a primeira refere-se à data em que o texto foi publicado pela primeira vez e a segunda à data de publicação do texto lido. Escolheu-se este procedimento para aqueles textos em que há períodos significativos entre a primeira publicação e a atual, já que o período histórico em que as temáticas foram enunciadas pela primeira vez constitui-se como parte importante do objeto de estudo. As exceções são os textos de Freud, onde constará apenas a data em que foi publicado pela primeira vez. A edição dos textos lidos é de 1996 conforme as referências bibliográficas.

perpassa a história destas instituições e constitui-se como ponto nodal de sua existência.

No início do século XX, Freud escreve seus trabalhos propondo uma teoria do psiquismo, um método de investigação do inconsciente e de tratamento psíquico. Apesar do repúdio manifesto à psicanálise pela comunidade científica da época, um de seus pacientes – Wilhelm Stekel – propôs que fosse criado um espaço de discussão. Com o objetivo de se inteirar desse novo campo de conhecimento e de difundir a psicanálise, passaram a se reunir regularmente com Freud quatro médicos vienenses: além de Stekel, Max Kahane, Rudolf Reitler e Alfred Adler. Este pequeno grupo, constituído em 1902, gradativamente foi aumentando e, em 1906, já eram dezessete os que se encontravam em torno de Freud para aprender a psicanálise. Essa sociedade, denominada *Psychologische Mittwoch Gesellschaft* – em português, Sociedade Psicológica das Quartas-feiras – é considerada o marco inicial da instituição psicanalítica.

Ao final da primeira década do século XX havia se encerrado o “período de latência” e a psicanálise passou a despertar interesse em alguns centros culturais da Europa (Freud, 1914b). O grupo de Zurique, o qual incluía, além de Bleuler, Jung e Eitingon, não era apenas recipiente das descobertas freudianas mas gerador de trabalhos psicanalíticos. A partir da aproximação entre este grupo e o de Viena, houve uma difusão considerável da psicanálise e a organização do primeiro congresso na cidade de Salzburg – Áustria - em 1908.

Inicialmente o objetivo destes homens era aprender e divulgar a psicanálise, o que logo se transformou em uma questão de direito ao exercício deste método de tratamento. Ainda que a psicanálise houvesse conquistado alguns adeptos, a sua descentralização dificultava que se soubesse quem a estudava, como havia se apropriado das idéias de Freud e que resultados estavam sendo alcançados com este novo método de investigação do psiquismo. “Como se pode estudar a psicanálise? Quem pode aspirar ao título de psicanalista, capaz de compreender os problemas e os conflitos do psiquismo (...) e encontrar uma solução prática para as dificuldades da vida psíquica patológica ou normal?”, escreve Ferenczi (1928/1992, p. 209). À medida que a teoria e o método psicanalítico conquistavam espaço, tornava-se imperativo saber quem poderia estar falando em seu nome. Além da questão do direito ao exercício da psicanálise, o debate sobre a formação aliava-se à estruturação do próprio movimento psicanalítico.

A organização dos psicanalistas em uma instituição permitiria que seus filiados estivessem comprometidos com uma determinada ética e técnica. Respondendo à demanda de Freud, no segundo congresso de psicanálise, na cidade de Nuremberg - Alemanha, Ferenczi (1910/1991) propôs uma associação internacional que promovesse um congresso anual, a formação de grupos locais e uma publicação assídua onde estariam representadas todas as tendências de Psicanálise. Constituiu-se, então, a *International Psychoanalytical Association* (IPA).

Freud, contudo, manifestava cuidado com a gradativa institucionalização. Uma de suas providências, adotadas em 1907, foi remeter a cada um dos membros da Sociedade das Quartas-feiras uma carta circular propondo que esta fosse dissolvida. Os membros que mantivessem o desejo de constituir uma sociedade psicanalítica deveriam enviar uma nota ao secretário da sociedade. Freud sustentou esta providência a fim de que os membros que quisessem deixar a sociedade pudessem fazê-lo sem que isto fosse considerado um ato de hostilidade. Também manifestou cautela na adoção do estatuto para a Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e, segundo Jones, era difícil mostrar que algumas sugestões suas contrariavam as normas estabelecidas. A resposta de Freud quando lhe colocavam empecilhos em razão de regras rígidas era precisa: 'Pois bem, alteremo-la; pode-se voltar a adotá-la, se se quiser' (Freud, citado por Jones, 1961/1979, p. 559). A psicanálise, então, tramitava entre a institucionalização que a protegia e, ao mesmo tempo, a limitava.

A IPA e as sociedades locais que se fixaram em alguns centros europeus possibilitaram também a produção de respostas às críticas mais diversas que eram erigidas contra a psicanálise. Após a Primeira Guerra Mundial emergiu um sentimento antialemão e a psicanálise foi considerada um "produto típico da decadência e da bestialidade geral germânica" (Jones, 1961/1979, p. 611). A conduta dos analistas selvagens era atribuída à psicanálise, o que fazia efervescer a oposição a esta teoria. Menos de uma década depois, emergiram as controvérsias sobre a análise leiga. O processo movido contra Theodor Reik por exercício ilegal da medicina mobilizou o movimento psicanalítico internacional e impulsionou Freud a escrever sobre o assunto. Receoso de que a psicanálise se restringisse a uma prática médica e que ficasse confinada a um capítulo técnico nos manuais de medicina, Freud alegou que esta teoria poderia apresentar

contribuições a todos os campos em que o humano e suas manifestações estivessem em questão.

A luta para que a psicanálise fosse uma prática restrita aos médicos era, de certa forma, um indicativo de que ela começava a adentrar espaços antes impenetráveis. Freud (1926), contudo, assinalava com prudência que não se poderia saber previamente se o intuito da medicina ao capturar a psicanálise significava que dela desejava se apropriar ou se o faria para destruí-la definitivamente.

O fato de não ter sido incorporada por nenhuma das ciências já constituídas na época permitiu que a psicanálise mantivesse o seu lugar na cultura. A formação dos psicanalistas também se constituía de forma diferenciada daquela oferecida a outros profissionais. Isto não significava que qualquer um poderia exercê-la. Freud (1926) afirmava que ninguém poderia praticá-la sem ter adquirido o direito de fazê-lo por meio de uma formação específica.

Havia, naquele período, dois institutos – o de Berlim e o de Viena – que propunham uma formação estruturada. Os candidatos submetiam-se à análise, assistiam a exposições teóricas e, gradativamente, iniciavam os atendimentos sob supervisão de um psicanalista experiente. Mesmo após terem concluído os dois anos de formação eram iniciantes que prosseguiriam através de sua prática e das trocas de conhecimento estabelecidas nas sociedades psicanalíticas.

A proposta de formação do Instituto Psicanalítico de Berlim, na década de 1920, firmava-se sobre três bases de sustentação: a análise, o estudo teórico e a supervisão. Dentre as peculiaridades desta proposta, a análise didática ganhou destaque por ser condição irrevogável para o exercício da psicanálise. Este modelo de formação passou a ser adotado pela IPA que, além de um órgão coordenador dos grupos locais, tornou-se o grande regulador da formação do psicanalista.²

A legitimidade da Associação Psicanalítica Internacional como única instituição a representar a psicanálise e, mais do que isso, sua totalidade, foi, contudo, contestada. Entre 1933 e 1965 houve uma multiplicação das correntes do freudismo e as controvérsias que afetaram países da Europa e da América. Após

² Roudinesco & Plon (1998) dividem a história da IPA em quatro períodos: 1) entre 1910 e 1925 esta instituição atuava na coordenação de grupos locais, os quais tinham autonomia quanto à formação psicanalítica; 2) entre 1925 e 1933, a IPA tornou-se a grande reguladora da formação; 3) entre 1933 e 1965 tornou-se uma instituição anglófona e dominada pelas correntes do freudismo; 4) a partir de 1965 deixou de ser a única instituição a representar o freudismo no mundo.

1965 as crises se intensificaram e as críticas que lhe foram imputadas dirigiram-se principalmente à sua burocratização e à administração pautada em regras técnicas contestadas por alguns psicanalistas.

Na França, nos idos dos anos 60, houve um rompimento histórico entre a IPA e Lacan, psicanalista francês que propôs um *retorno a Freud*, o que resultou em diversas cisões entre as instituições francesas e, enfim, e a criação da Escola Freudiana de Paris (EFP). A Escola, que havia sido criada por Jacques Lacan, rompia definitivamente com a Associação Psicanalítica Internacional, acusando-a de já não ser freudiana. Por seu turno, esta Escola seguia o modelo da academia grega, o que de início a distinguia das propostas de associação e sociedade até então vigentes. A formação do psicanalista descolou-se das normas da IPA, visto que Lacan tinha como objetivo recuperar o desejo do sujeito em se tornar analista. A Escola não autorizava ninguém a exercer a psicanálise, mas possibilitava que o sujeito efetuasse, por meio dela, sua formação.

Em 1967, Lacan introduziu o dispositivo do passe, o qual “almejava substituir o sistema clássico de formação dos psicanalistas por uma verdadeira interrogação sobre o status do didata” (Roudinesco, 2000, p. 157). Na conhecida Proposição de 9 de outubro, Lacan enuncia que o analista não se autoriza senão de si mesmo. Mais uma vez estava posta uma concepção que daria margem a muitas interpretações, inclusive, aquela já temida por Freud e Ferenczi no início do século: a de que pessoas poderiam dizer-se psicanalistas sem o serem e, assim, exercer uma atividade solitária. Para resguardar-se dessa possibilidade aberta em sua proposição, Lacan acrescentou, em 1974, “com alguns outros”, isto é, “autorizar-se sozinho a ocupar o lugar de psicanalista não é acreditar-se o *único* a estar só. Pelo contrário, é compartilhar a solidão comum do ato analítico, autorizando-se *com* alguns outros” (Safouan, Julien & Hoffmann, 1996, p. 12).

O surgimento das instituições psicanalíticas deu-se, desde o início, em razão de uma preocupação com a formação. Embora as instituições tivessem outras atribuições, foi sempre a formação do psicanalista que constituiu o seu cerne e, por consequência, este também foi o ponto central das crises e dissoluções. A história das instituições, e mesmo a história da psicanálise, é marcada pelos debates sobre a formação.

A pergunta que sustentou esta pesquisa é repetida a cada vez que um novo aspirante lança-se nessa empreitada. O aspirante questiona-se e questiona a outros. Porém, não são apenas esses que indagam sobre a formação. Esta

pergunta ecoa entre os psicanalistas quando se encontram em instituições e recebem a demanda de novos candidatos. Safouan, Julien e Hoffmann (1996) dizem ainda mais: essa questão – como alguém se torna analista? - é feita por aqueles “cuja experiência não sufocou a interrogação” e traz a “esperança de um saber a conquistar contra o obscurantismo, fonte de mal-estar” (p. 9).

Repete-se ao longo dos anos o questionamento sobre a formação, porém, o contexto histórico em que este emerge é bastante distinto. Freud e Ferenczi faziam-se esta pergunta imersos em um contexto austero, em que era preciso respaldar o trabalho dos psicanalistas a fim de que pudessem, ao menos, mostrar que suas investigações pautavam-se em princípios éticos, teóricos e técnicos. Na insurreição desta temática na França dos anos 60, o contexto era completamente outro, afinal, havia uma instituição que outorgava um modelo de formação aparentemente sem controvérsias. A legitimidade desta não impediu que a pergunta fosse refeita e que se fosse em busca de respostas que atendessem às questões latentes naquele período.

Neste momento, o que trouxe à tona esta questão e fez gerar este trabalho foi o desejo de quem, diante de uma aproximação com a psicanálise, questionou-se por onde prosseguir, ou melhor, por onde começar. Somado a isto, haviam questões circundantes como a história da psicanálise na cidade de Florianópolis, as instituições psicanalíticas dessa cidade, a distinção entre instituições lacanianas, enfim, a constante intersecção entre formação e instituição psicanalítica. *Como as instituições psicanalíticas de Florianópolis concebem e estruturam a formação do psicanalista?*, esta foi a pergunta de pesquisa que orientou a construção deste trabalho.

O objetivo era mapear as instituições psicanalíticas de Florianópolis, mais especificamente, sua história na cidade, como seus membros concebem a formação do psicanalista e o que propõem àqueles que os procuram³. Este estudo situa as instituições, e de alguma forma a cidade, no âmbito da psicanálise brasileira e até mesmo mundial, conforme se elucidam as propostas de formação e os vínculos a outras instituições ou redes associativas.

Aos psicanalistas, este trabalho convida a indagar sua permanente formação e suas instituições. Já àqueles que desejam trilhar esse percurso, esta pesquisa

³ O escopo desta pesquisa restringe-se às *instituições* que se intitulam psicanalíticas, uma vez que há outras possibilidades: especializações nas universidades da região da Grande Florianópolis e formações em psicoterapia psicanalítica oferecidas por centros de estudos desta cidade.

poderá contribuir tanto com a problematização do tema, quanto com a apresentação das instituições e suas propostas.

A regra de ouro da formação

A formação do psicanalista depara-se primordialmente com questões éticas, pois consiste na formação de uma determinada escuta. A situação analítica configura-se, de um lado, pela fala *livre* do sujeito e, por outro, pelas características desta escuta que circunscrevem as possibilidades e os limites da intervenção. A discussão sobre ética e psicanálise, embora profícua, foge ao objetivo deste trabalho. O que se pretende é uma pequena digressão que permita dar um passo em direção a como a ética perpassa este primeiro pilar da formação: a experiência analítica.

A ética é a ciência da conduta, compreendida de duas formas distintas: ciência do fim ao qual a conduta deve se dirigir, fundamentando tal fim na natureza humana; e ciência do móvel, aquilo a que se tende em virtude do móvel da conduta humana (Abbagnano, 1998). Seja como ideal para o qual o homem se dirige por sua natureza, seja como as causas da conduta humana, das forças que a impelem, toda proposta ética ergue-se sobre uma determinada concepção do que seja a natureza humana ou seu móvel.⁴ O que é considerado uma virtude para determinada concepção ética, pode ser considerado vício em outra, a depender da noção de sujeito que a subjaz.⁵

⁴ Como ilustração de que a uma determinada ética corresponde uma respectiva concepção de sujeito, apresenta-se Nietzsche, filósofo do século XIX, que identifica a natureza humana com os desejos, as paixões e a vontade, portanto, “... o bem é tudo o que fortalece o desejo da vida e é mal tudo o que é contrário a esse desejo” (Chaui, 1999, p. 353). Assim, este filósofo critica a moral racionalista pois esta condenou o que era natural e espontâneo aos homens ao vício e à culpa e instituiu como ético aquilo que oprime tal natureza. “O imoralismo de Nietzsche, (...) que o leva a criticar a moral corrente e ver nela formas camufladas de egoísmo e hipocrisia, é simplesmente a proposta de uma nova tábua de valores fundada no princípio da aceitação entusiástica da vida, na preeminência do espírito dionisíaco. É por esse motivo que Nietzsche pretende substituir as virtudes da moral tradicional pelas novas virtudes em que se exprime a vontade de potência (...). Assim, daquilo que considerou a *natureza* do homem, a vontade de potência, Nietzsche deduziu a tábua de valores morais que deveriam dirigir o homem para a realização da vontade de potência num mundo de super-homens. A estrutura de sua doutrina não é, portanto, diferente da estrutura de muitas outras que, utilizando o mesmo processo, tendem a conservar e justificar as tábuas de valores tradicionais, deduzindo-as da natureza do homem ou da estrutura do ser” (Abbagnano, 1998, p.383). Um outro exemplo de ética que se funda em uma determinada concepção do sujeito é a ética cristã, à qual subjaz a noção de indivíduo cuja alma se relaciona com Deus e, neste sentido, não apenas suas ações são responsáveis por uma conduta ética, mas também suas intenções, já que estas são visíveis aos olhos de Deus (Chaui, 1999).

⁵ Chaui (1999) apresenta o caso da *modéstia*: na ética cristã esta é considerada uma virtude moral, ao passo que na *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, era tida como um vício, por ser uma deficiência de respeito próprio.

Se uma proposta ética constrói-se sobre uma determinada concepção de sujeito, a ética em psicanálise será pensada no liame com o sujeito do inconsciente, ou seja, um sujeito que não é uma totalidade coerente. Nele há um outro que se manifesta em seus sonhos, sintomas, fundamentalmente quando algo falha, equivoca-se. Em si mesmo, há algo de dissonante, algo que o angustia e produz mal-estar. Este outro é, para a psicanálise, determinante de sua forma de ser e agir no mundo. O mal-estar e o conflito, portanto, não são derivados apenas de situações vividas no cotidiano, são provenientes do embate entre diferentes instâncias psíquicas que o constituem. Se o mal-estar não se deve apenas às circunstâncias externas, mas advém de um conflito psíquico, cabe ao sujeito em análise perguntar: qual a minha parte nisso?⁶ “Quando o analisando deixa de se explicar e passa a se questionar, tem início a análise propriamente dita” (Kehl, 2002, p. 146).

Freud pôs-se a escutar aquilo que era desprezado pela medicina de sua época por ser considerado desprovido de sentido. Ao colocar-se nesta posição, percebeu que havia algo neste *sem-sentido* que falava do sujeito, e mais, que o determinava embora escapasse à sua apreensão. A descoberta freudiana efetuou uma inversão: o saber antes colocado do lado do médico passou a ser reconhecido do lado daquele que fala. Disso resultou a técnica da associação livre: deixar falar.

A ética na prática do psicanalista consiste em abrir espaço para o inconsciente a partir de sua escuta e da indagação: “(...) o analisando é encorajado não a tudo saber, mas a indagar-se” (Kehl, 2002, p. 74). Diferentemente do que por vezes é veiculado no senso comum sobre a psicanálise, não se trata de explicar ou conferir sentido às formações do inconsciente. O trabalho é justamente outro, o psicanalista não é um *explicador* e sim um *perguntador*, “(...) expondo a fragilidade que existe sob a aparência das certezas estabelecidas e convidando os agentes sociais a suportar a angústia de se indagar, mais e mais uma vez, sobre os fundamentos de seu saber e de sua prática” (p. 28). A análise é uma situação diferente de outras justamente por ser marcada pelo *deixar falar* e, ao invés de

⁶ A implicação do sujeito em seu sintoma faz lembrar a pergunta de Sócrates em seu julgamento, no qual se questiona qual a sua parte nas calúnias que eram erigidas contra ele. Ao colocar-se esta pergunta no tribunal, narra seu percurso e as razões de sua conduta. “E aí”, escreve Cabas (2002, p. 52), “o relato revela uma verdade surpreendente. *A fama – causa das calúnias – lhe adveio, justamente, da mesma questão que está debatendo: ‘qual é, Sócrates, tua parte nisso?’* [itálico meu]”. A pergunta que não se calava em Sócrates, seja na praça do mercado, seja em seu julgamento, era a pergunta sobre o sujeito. Ele não fez calar esta voz nem mesmo no momento de se defender, levando às últimas consequências a sua questão.

buscar ouvir nisto as mesmas perguntas para as mesmas respostas, trata-se de uma ruptura. A fala sobre o conflito e o mal-estar permite ao sujeito aproximar-se do estranho que o constitui.

A ética da psicanálise é uma *ética da investigação* [itálico meu], segundo a qual a dúvida sempre deve poder abrir uma brecha na fortaleza das certezas imaginárias com as quais o narcisismo do *eu* se defende. (...) Trata-se de uma disponibilidade para questionar não o saber que os impulsos revelam, mas as certezas que o pensamento constrói. É isso que abre, para o analisando, a possibilidade de investigar a natureza de suas motivações, de seus sintomas e de suas convicções. (Kehl, 2002, p. 145)

A experiência analítica possibilita ao analisando uma escuta diferenciada das manifestações de seu inconsciente. A partir desta, ele coloca em questão o que antes era tido como certo e abre-se ao não-sabido. Adentrar estas brechas permite ao analisando *produzir* um novo saber, logo, este não se encontra pronto, bastando descortiná-lo para ter acesso a algo que estava encoberto. O saber é produzido na própria busca, por meio da palavra, e diante de um outro que, sobretudo, está ali para não deixar que as certezas tomem o lugar da indagação.

Fazer a experiência analítica possibilita abrir-se ao não-sabido e produzir saber a partir das manifestações cifradas pelo inconsciente. “O máximo que se pode esperar de uma análise é que ao final do percurso nos tornemos um pouco mais íntimos do Outro⁷, do estranho que existe em nós” (Kehl, 2002, p. 83). Deste modo, é inviável que alguém se coloque na posição de analista, ou seja, de uma escuta do inconsciente e da indagação pelo saber singular, sem que tenha interrogado a si mesmo e enfrentado o desafio e o mal-estar que gera esse lugar.

⁷ Em psicanálise costuma-se observar que ora se escreve outro com a inicial minúscula, ora com a maiúscula. Esta distinção na grafia vem marcar uma distinção conceitual expressa por Lacan. “A elaboração das instâncias intrapsíquicas é necessariamente acompanhada da atenção à relação do sujeito com o outro, ou com o Outro. (...) de início, a ênfase foi posta no lugar e na função daqueles em relação aos quais é formado o desejo da criança: mãe, pai, ou mesmo, (...) irmãos e irmãs” (Chemama, 1995, p.156). Estes outros são fontes de identificações imaginárias, desta forma, a alteridade se apaga pois os parceiros tendem a parecer-se. A noção do Outro é justamente a de uma alteridade segunda que não a do semelhante. “O que se tenta indicar com essa convenção de escrita é que, além das representações do eu e também além das identificações imaginárias, especulares, o sujeito é tomado por uma ordem radicalmente anterior e exterior a ele, da qual depende, mesmo que pretenda dominá-la. (...) Se a referência a uma instância Outra é feita pela palavra, o Outro, em seu limite, confunde-se com a ordem da linguagem. (...) É no Outro da linguagem que o sujeito irá tentar se situar, em uma busca sempre retomada, pois, ao mesmo tempo, nenhum significante consegue defini-lo” (p.156).

Passo fundamental, a análise é ponto de concordância nos turbulentos debates sobre a formação. Jamais é questionado que assumir o lugar do analista só se faz após passar pelo divã. Assim, a experiência analítica é considerada a *regra de ouro*, expressão adotada de Roudinesco (1994). Isto não significa que ela atravessou este século de psicanálise incólume. A idéia de consenso se desmantela quando analisamos o lugar que esta experiência teve em alguns momentos cruciais da história: da *análise original* de Freud, passou por uma regulamentação nas instituições, que a transformaram em *análise didática*, e esta, por fim, foi questionada por Lacan em seu aforismo *o analista só se autoriza de si mesmo*.

A experiência original na invenção da Psicanálise

A teoria elaborada por Freud foi produzida à medida que realizava seus estudos e atendia a seus pacientes. Tal investida dava origem a um corpo teórico capaz de interpretar os fenômenos humanos, porém, O. Mannoni (1979) alerta que este é apenas *um* dos lugares de onde adveio a psicanálise. A outra fonte, que não pode ser minimizada, é justamente a que se refere à experiência analítica, à situação transferencial. Esta experiência foi vivida por Freud, na passagem do século XIX para o XX, com Fliess.

Freud conheceu Fliess, um médico otorrinolaringologista, no ano de 1887, em Viena, por intermédio de Breuer⁸. Assim como Freud, Fliess tinha certa independência de pensamento, o que lhe permitia especular sobre as causas dos fenômenos humanos. Tornando-se também o médico de confiança de Freud no final do século XIX, a amizade entre eles resultou numa extensa correspondência entre os anos de 1887 e 1904, da qual apenas as cartas de Freud foram conservadas e publicadas, à exceção de três cartas de Fliess (Porge, 1998).

Fliess exercia certo fascínio sobre Freud, o que aparece em inúmeros trechos de suas cartas: “(...) para mim você permanece o que cura, o protótipo do homem em cujas mãos pode-se confiantemente entregar uma vida e a de sua família”, ou ainda, “(...) mal posso existir sem o outro, e você é esta única outra pessoa, o *alter*” (Freud citado por Schur, 1981, respectivamente p. 82 e p. 62). Em uma carta de 24 de novembro de 1887, Freud escreve:

⁸ Josef Breuer (1842-1925) teve um papel de destaque no nascimento da Psicanálise: apoiou Freud financeiramente, inventou o método catártico, compartilhou com Freud seu trabalho com a hipnose e o caso de Anna O., que se tornaria o caso inaugural do freudismo. Juntos publicaram em 1895 *Estudos sobre a Histeria*, porém, romperam sua amizade na primavera de 1896 (Roudinesco & Plon, 1998).

Minha carta de hoje, devo reconhecer, é motivada por assuntos profissionais, mas cabe-me introduzi-la com a confissão de que alimento esperanças de dar continuidade ao relacionamento com o senhor, e de que o senhor deixou em mim uma impressão profunda, que poderia levar-me a dizer, sem rodeios, em que categoria humana eu o situo. (Freud, citado por Rodrigué, 1995, p.319)

Naquele final de século XIX, Freud havia encontrado em Fliess um interlocutor tão disposto quanto ele a fazer novas descobertas: o primeiro, inventando a psicanálise; o segundo, com suas teorias sobre o nariz e a periodicidade⁹. Fliess não hesitava frente às hipóteses de Freud, uma vez que as suas próprias eram tão ousadas quanto. A amizade de Fliess significava para Freud um apoio único naquele período, principalmente no que se refere à sua produção intelectual. Na carta de 22 de junho de 1894, Freud escreve: “(...) desde que o contato científico com Breuer teve seu fim, voltei-me completamente para os meus próprios recursos, o que explica a morosidade do progresso” (citado por Schur, 1981, p. 86). Além de seu médico e amigo, Fliess havia sido colocado no lugar de leitor de seus trabalhos¹⁰.

A amizade com Fliess teve um importante lugar na produção freudiana daquele período, à medida que resultava em um incrível vigor para suas pesquisas, o que se destaca nesse trecho da carta datada de 18 de junho de 1897:

Pouco a pouco torna-se possível colocar a questão relativa a quando poderemos nos ver durante o verão. Preciso de um novo ímpeto que venha de você; depois de um determinado período, acho-me exaurido. Nuremberg [local de seu último encontro] me conservou em atuação por dois meses. (Freud, citado por Schur, 1981, p. 139)

Seus encontros eram denominados *congressos*, para os quais Freud punha-se a trabalhar. No retorno, seu entusiasmo encontrava-se renovado. No entanto,

⁹ Fliess pesquisava a presença da periodicidade nos ciclos de vida: além do processo menstrual, estendia estas regras a pessoas de todas as idades e de ambos os sexos. Alimentando o espírito investigador de seu amigo, Freud fornecia-lhe informações sobre as regras que podia observar em si próprio e em sua família: “os intervalos de suas enxaquecas, por exemplo, os ritmos das doenças de seus filhos e as tabuladas regras de Martha” (Rodrigué, 1995, p. 324). Tal noção de periodicidade, que gerou em Freud o receio da morte em 1907, tornou-se um terreno fértil à elaboração posterior do conceito de repetição (O. Mannoni, 1979).

¹⁰ Em um estudo das cartas de Freud a Fliess, Porge (1998) evidencia que, entre os temas correntes, os trabalhos de Freud destinados ou não à publicação aparecem até 1900. Até esta data, suas cartas retratam a riqueza de suas idéias. Porém, após 1900 Freud não confia mais a Fliess seus trabalhos e queixa-se de não ter mais o que dizer. Por outro lado, ele também era um leitor de Fliess e, assim como este último, corrigia os manuscritos que recebia, porém, não acreditava retribuir o amigo na mesma moeda.

quando enviava suas cartas sem obter resposta do amigo, queixava-se de seu silêncio. Freud encontrou em Fliess uma escuta, “ele extravasava no papel seus mais íntimos segredos para seu Outro em Berlim, e em pessoa, nos *congressos* que ambos cuidadosamente combinavam e ansiosamente esperavam” (Gay, 1989, p. 70).

Além do incentivo em seu trabalho, Freud reconhecia que em seus próprios textos havia referência a Fliess.¹¹

Quanto lhe devo, consolo, compreensão, estímulo em minha solidão, sentido dado a vida graças a você e, para terminar, a própria saúde que ninguém mais poderia me dar. É graças a seu exemplo que adquiri intelectualmente a força de ter confiança em meu julgamento e, mesmo quando estou isolado, mas não de você, enfrentar como você, com grande humildade, todas as dificuldades que o futuro poderá trazer. (Freud, citado por Rodrigué, 1995, p. 380)

Embora reconhecido por seu rigor científico, Freud aceitava as idéias de Fliess como objetivas e científicas, o que pode ser destacado como intrigante. Porém, é possível analisar o que se passava naquela relação. Fliess ocupava para Freud o lugar de objeto transferencial, o que Schur analisa sob alguns aspectos:

Primeiramente, a extrema supervalorização do objeto que bloqueia a avaliação crítica das qualidades do último, de suas realizações científicas, etc; em seguida, uma necessidade exagerada de aprovação e louvor; uma tendência a não reconhecer quaisquer sentimentos negativos; uma alternância entre a submissão e a desconfiança, o que mostrava a ambivalência inevitável a qualquer análise regular. (Schur, 1981, p. 95)

Fliess foi colocado por Freud no lugar de médico, a quem dirigia suas queixas. Aos olhos de hoje, argumenta O. Mannoni (1979), foi colocado também na posição de analista. Embora acreditasse que Fliess detinha um saber, este último não ocupou o lugar de mestre, à semelhança do que tinha acontecido com Charcot¹² e Breuer. Foi justamente essa discrepância que permitiu a Freud

¹¹ Além do destaque à *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, Rodrigué (1995) assinala que Fliess também participou dos trabalhos de Freud quando o alertou sobre os chistes, quando “forneceu a matéria-prima para a elaboração dessa criatura do desejo que é o bebê perverso polimorfo” (p. 323) e com relação a seus conceitos de bissexualidade, período de latência e sublimação.

¹² Jean Martin Charcot (1825-1893) foi um neurologista francês cujo trabalho com as mulheres internadas na Salpêtrière marcou a história da histeria, da hipnose e, em razão de Freud ter sido seu aluno, também a pré-história da psicanálise. Charcot adotou uma nosografia que permitiu retirar a acusação de simulação por parte das hísticas, adotou o conceito de neurose e demonstrou a existência da histeria masculina (Roudinesco & Plon, 1998).

estabelecer com Fliess uma relação distinta da que tinha se dado com os dois outros médicos. Aquela situação transferencial, contudo, não pôde ser reconhecida por Freud naquele período. Suas elaborações sobre a transferência se realizam muito depois.

Con Charcot, Freud había aprendido a identificarse con el paciente. Lo que aprendió junto a Breuer fue que este no sabía nada más que lo que su paciente podía enseñarle. Lo que había de aprender 'de' Fliess era que el paciente aprende todo lo esencial de la transferencia misma. No obstante, pasará algún tiempo antes de que este descubrimiento pueda ser incorporado a la teoría y a la técnica. (O. Mannoni, 1979, p. 98)

A transferência aparece, anos depois, como um processo psíquico fundamental à análise. As pessoas desenvolvem, a partir de suas relações infantis, o que se poderia denominar de clichê estereotípico, isto é, uma forma caracteristicamente sua de se relacionar com os outros (Freud, 1912a). A relação que o paciente estabelece com o médico não foge a esse protótipo constantemente repetido e reimpresso. Assim, na análise, o paciente não apenas fala sobre algo que se deu no passado, mas “(...) produz perante nós, com clareza plástica, uma parte importante de sua vida, da qual, de outra forma, ter-nos-ia provavelmente fornecido apenas um relato insuficiente” (Freud, 1940, p. 187). O paciente repete sem o saber e, assim, “(...) devemos tratar sua doença não como um acontecimento passado, mas como uma força atual” (Freud, 1914a, p. 167). Nisto consiste a força da transferência, sobretudo, porque “(...) um paciente nunca se esquece novamente do que experimentou sob a forma de transferência; ela tem uma força de convicção maior do que qualquer outra coisa que possa adquirir por outros modos” (Freud, 1940, p. 191). A transferência, fenômeno identificado na clínica, torna-se um conceito crucial na análise e na forma como ali se produz saber.

Es Freud mismo, y no Fliess, quien se há analizado 'como si fuese otro' (...). Pero es Fliess en cambio quien, sin saberlo, lo ha puesto en la situación transferencial en la que el saber se modifica en sus relaciones con el inconsciente. (O. Mannoni, 1979, p. 98)

À medida que realizava suas pesquisas sobre o psiquismo humano, Freud observava que os sintomas de seus pacientes não eram senão distorções do funcionamento psíquico normal. Deste modo, colocou a si próprio como objeto de investigação. Passou a investigar os próprios sonhos e descobriu que as

descobertas que fazia com os materiais trazidos por seus pacientes, só poderiam ser “(...) confirmadas e compreendidas apenas quando ele as fizesse de novo, ao tornar-se seu próprio paciente” (Schur, 1981, p. 61). Por este mesmo motivo, submeter-se à análise era o único caminho possível à psicanálise - realizar em si esta descoberta - o que se tornou mais um motivo de crítica ao trabalho de Freud. O próprio Fliess, em 1901, acusou-o de ler nos outros apenas os seus próprios pensamentos.

A morte de seu pai, em outubro de 1896, foi um importante desencadeador de sua análise. Esta refere-se a um período em que Freud dedicou-se à reconstrução de acontecimentos de sua infância que traziam à tona suas relações com seus sobrinhos, seus pais, a criada e seu meio-irmão. Tais reconstruções eram relatadas nas correspondências a Fliess e, ao fazê-lo, Freud começava a delinear os conceitos de sua teoria (Schur, 1981). O trecho desta carta a Fliess, escrita em 15 de outubro de 1897, um ano após o falecimento do pai, retrata este período profícuo de sua análise:

Encontrei amor à mãe e ciúme em relação ao pai no meu próprio caso também, e agora acredito que o fato seja um fenômeno geral registrado na infância recuada (...). Se assim é, o poder impressionante de *Édipo Rei*, a despeito de todas as objeções racionais à fatalidade inexorável que a estória pressupõe, torna-se compreensível (...). Cada um dos espectadores na platéia foi, alguma vez, um Édipo em potencial na fantasia (...). (Freud, citado por Schur, 1981, p. 162)

Este foi um estalo, considera Rodrigué (1995), que permitiu a Freud reconhecer que suas lembranças não se restringiam apenas à sua idiossincrasia, mas continham o universal. Foi só após a morte de seu pai que sua análise deslanchou e que escreveu sua obra magna, *A Interpretação dos Sonhos*, na qual pôde “(...) compreender a ubiquidade da ambivalência no relacionamento do homem com seus pais reverenciados e amados, e eventualmente capaz de descobrir o complexo de Édipo e a ‘culpa do sobrevivente’ ” (Schur, 1981, p. 135).

Tal empreendimento, porém, era um desafio, já que Freud interpretava as manifestações de seu psiquismo a partir daquilo que descobria nesse mesmo processo. Esta dificuldade expressou-se na carta a Fliess de 14 de novembro de 1897: “Minha auto-análise acha-se interrompida. Só posso me analisar com os conhecimentos objetivamente adquiridos (como se eu fosse um estranho); a

auto-análise é impossível, do contrário não haveria qualquer doença” (Freud, citado por Schur, 1981, p. 94).

A inviabilidade da auto-análise é problematizada por Gay (1989):

O que talvez seja ainda mais importante, e totalmente impossível na auto-análise, é que o analista – relativamente anônimo e atentamente passivo – oferece-se como uma espécie de tela onde o analisando projeta suas paixões, seu amor e ódio, afeição e animosidade, esperança e angústia. Essa transferência, da qual depende grande parte do trabalho curativo do processo psicanalítico, é por definição uma transação entre dois seres humanos. Tampouco é fácil imaginar como o auto-analista poderia reproduzir a atmosfera regressiva que o analista proporciona com sua presença invisível, seu tom sereno e prolongados silêncios. O psicanalista, em suma, é para seu analisando aquilo a que Freud elevou Fliess: o Outro. Como Freud conseguiria, por mais ousado ou original que fosse, converter-se em seu Outro? (p.104)

Freud investia na análise de seus sonhos e lembranças, mas já apontava então as dificuldades que esta investida apresentava. No entanto, embora estivesse analisando suas próprias manifestações, Freud o fazia ante outro – Fliess. Este havia se tornado uma escuta privilegiada, não por uma deliberação sua, mas porque Freud assim o considerava. Gay (1989) intitula Fliess de parceiro da Psicanálise.

Essa aventura freudiana da auto-análise deu vazão a uma mitologia psicanalítica, onde o herói empreendeu uma façanha única. A invenção do mito segundo o qual Freud haveria se livrado de seus complexos por meio da auto-análise e que, portanto, teria sido seu próprio pai - “analysta causa sui” - é criticada por O. Mannoni (1979, p. 92). Várias idéias de Fliess foram consideradas por Freud e deram origem a noções importantes na psicanálise, isto porque Freud as considerava a verdade provinda de um médico e não o delírio de um enfermo. Havia entre eles uma relação assimétrica em que Freud o tinha como alguém que poderia curar-lhe de seus sintomas e ler seus escritos. Rodrigué (1995), em consonância com O. Mannoni, afirma:

A auto-análise é impossível, sem Fliess. (...) Ele [Fliess] ocupa a posição de saber do analista. O ouvido deste otorrino foi necessário para essa ‘análise original’. A redação de *A Interpretação dos Sonhos* ocorreu juntamente com os dois primeiros anos da auto-análise intensiva. Nesse período, o *Traumdeutung*

era o texto, a *Correspondência* com Fliess o para-texto e a auto-análise o dispositivo que dinamizava o todo. (p.377)

Esta análise original guarda seus enigmas, o que, não se estranha, favorece a mitificação do trabalho de Freud - explorador de si mesmo¹³. Não bastassem suas hipóteses ferozmente combatidas pela ciência da época - sobre a etiologia sexual das neuroses e os processos inconscientes - ele as produzia, também, ao investigar suas próprias lembranças e seus sonhos. Seu método e suas construções provocavam uma ruptura e abriam espaço para o novo, a Psicanálise: método de investigação, teoria sobre o psiquismo e forma de tratamento.

Não poderia Freud construir a Psicanálise se não houvesse abdicado do método científico – estudar o objeto exterior a partir de experimentos - e colocado a si mesmo como objeto de investigação. Essa investida fez-se à medida que encontrou em Fliess uma possibilidade livre de escuta. Neste momento, começam a se delinear dois lugares inéditos: o psicanalista e o analisando.

O que é possível apreender desta experiência? Trata-se sobretudo de uma lição sobre a *formação psicanalítica*. Certamente os conceitos psicanalíticos serão desenvolvidos e a inviabilidade da auto-análise torna-se cada vez menos questionável, porém, o que marca esta experiência é a busca pela verdade, a qual o fez expor sua intimidade e descobrir que se atinge o universal à medida que se aprofunda o particular.

Freud não inventa uma teoria a partir da qual regulamenta a formação, como quem diz: ‘quem quiser ser analista, que se deite no divã’. Pelo contrário, ele inventa a teoria por viver essa experiência e disto se deriva que o analista é,

¹³ O mito de que Freud tenha realizado sozinho sua auto-análise já foi dirimido no texto, porém, apresentou-se uma outra possibilidade, a de que Freud só pôde efetuar-la pois colocou Fliess na posição de analista, argumento defendido por Octave Mannoni (1979), Emilio Rodrigué (1995) e Peter Gay (1989). Porém, mesmo esta argumentação de que Freud realizou *com* Fliess sua análise é considerada um mito por Porge (1998). Este opõe-se à idéia de que tenha ocorrido tanto uma auto-análise quanto uma análise *com* Fliess, posto no lugar de analista. Este autor considera que foi criado um mito, não apenas para identificar as origens da psicanálise mas para “...dar consistência a uma concepção de análise que comporta diversos pontos, os quais, aliás, muitas vezes permanecem não explicitados” (p. 35). A presença de Fliess, propõe o autor, além de sua leitura dos textos de Freud e do incentivo ao trabalho, permitiu que Freud pensasse na elaboração de uma teoria biológica que unida à sua psicologia, viabilizaria um campo científico a conquistar. “Fliess representava, aos olhos de Freud, um sujeito supostamente conhecedor de uma ciência em vias de constituição, que caminharia *pari passu* com a cientificidade da que ele mesmo estava desbravando” (p. 34). Era a possibilidade de Freud unir seu desejo de ser analista, não à cura terapêutica, mas à constituição de uma nova ciência. O que estava em questão, nessa perspectiva, era a construção de um campo que pudesse ser reconhecido como científico. No entanto, a *quimera* da auto-análise ou da análise com Fliess ainda perpassa, segundo Porge, lacanianos e não-lacanianos.

antes de tudo, analisando. A psicanálise é oriunda, embora não exclusivamente, desta análise original¹⁴.

Caminhos sinuosos: da análise à didática

A análise de Freud teve o tom de uma descoberta que, juntamente com a escuta de suas pacientes e seus estudos, permitiu a invenção da Psicanálise. Algumas décadas depois, esta experiência perde o brilho de sua origem ao institucionalizar-se. A análise, realizada por um analista, passa a ser adjetivada como didática.

Ao longo de sua obra, Freud apresenta as razões pelas quais a formação do psicanalista sustenta-se nesta experiência fundadora. Em 1910 a exigência da análise é referida à contratransferência, ou seja, a influência do paciente sobre os sentimentos inconscientes do médico. O reconhecimento da contratransferência e sua solução relacionam-se à análise do psicanalista, uma vez que “(...) nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas (...)” (Freud, 1910, p. 150). Naquele momento Freud ainda recomendava a auto-análise, porém, dois anos depois, ele revê esta sua consideração, alegando que nem todos podem interpretar seus próprios sonhos sem o auxílio externo¹⁵.

O trabalho do psicanalista segue uma regra que, para Freud, é a contrapartida da associação *livre* do paciente. O médico manteria uma atenção uniformemente suspensa e seu inconsciente recomporia o inconsciente do paciente por meio dos derivados que lhe são comunicados. O inconsciente do médico torna-se, neste sentido, um instrumento para a realização da análise. Para tanto, é absolutamente presumível que o próprio psicanalista houvesse passado por uma análise a fim de que não censurasse aquilo a que a associação *livre* de seu paciente lhe dispôs. Mais especificamente nas palavras de Freud:

Não basta para isso que ele próprio [o médico] seja uma pessoa aproximadamente normal. Deve-se insistir, antes, que tenha passado por uma purificação psicanalítica e ficado ciente daqueles complexos seus que

¹⁴ Neste texto abordou-se a análise de Freud como experiência fundamental à invenção da psicanálise. Porém, esta não se constitui como única fonte, afinal, não é possível conferir às pacientes histéricas de Freud um papel secundário nesta invenção.

¹⁵ Aliás, é referente ao sonho a famosa resposta de Freud (1912b, p. 130) à pergunta “...como alguém se pode tornar analista: ‘Pela análise dos próprios sonhos’...”, havia dito ele nas conferências proferidas na *Clark University*, quando em visita aos Estados Unidos.

poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz. (Freud, 1912b, p. 129)

Entre 1910 e 1912, a ênfase dada à análise do psicanalista faz-se em referência à técnica, isto porque, sem a análise prévia o psicanalista não poderia executar tecnicamente o tratamento assim como proposto à época.

A regulamentação da análise no processo de formação percorreu um caminho sinuoso e fragmentado. Embora houvesse um movimento que indicasse a necessidade dos psicanalistas passarem por esta experiência antes de se dedicarem à análise de outrem, foi Jung, segundo Roudinesco e Plon (1998), quem pela primeira vez tratou seus alunos como pacientes – mérito reconhecido por Freud. “(...) todos que desejem efetuar análise em outras pessoas terão primeiramente de ser analisados por alguém com conhecimento técnico” (Freud, 1912b, p. 130). Embora suponha um contato duradouro entre o analisando e o analista, Freud propõe que após o término o analisando continue por meio da auto-análise. “(...) e ficará contente em descobrir que tanto em si como no mundo, *deve sempre esperar descobrir algo novo* [itálico meu]” (p.130)

Em 1918, no quinto congresso da IPA, realizado em Budapeste – Hungria, Hermann Nunberg¹⁶ enunciou a formalização da análise dos psicanalistas. Naquele momento, Otto Rank¹⁷ e Ferenczi¹⁸ opuseram-se a esta idéia que nem sequer foi votada. Posteriormente, no ano de 1920, com a criação do primeiro instituto de psicanálise – o de Berlim – esta proposta foi aprimorada e deu origem à análise didática. Até então, a análise de um psicanalista não era adjetivada e não diferia da análise de qualquer outro. A regulamentação só se deu efetivamente em 1925 no congresso de Bad-Homburg – Alemanha, quando Max Eitingon¹⁹ presidiu a *International Training Commission*.

¹⁶ Hermann Nunberg (1883-1970) nasceu na Polônia e fez seus estudos de psiquiatria em Zurique. Ao conhecer as obras de Freud, tornou-se membro da Sociedade Psicanalítica de Viena. Anos depois, emigrou para o Estados Unidos e participou da Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque, chegando a ser presidente da mesma em 1950 (Roudinesco & Plon,1998).

¹⁷ Otto Rank (1884-1939) participou da Sociedade Psicológica das Quartas-feiras como secretário. Teve uma relação muito próxima a Freud, fez parte de seu Comitê Secreto, além de dirigir a editora do movimento psicanalítico. Na década de 1920, Rank começa a se distanciar à medida que escreve seu livro *O trauma do nascimento* e propõe, dois anos depois, a terapia ativa que destacava a limitação de tempo de tratamento (Roudinesco & Plon,1998).

¹⁸ Sandor Ferenczi (1893-1933) foi um dos grandes discípulos de Freud que deu origem a uma filiação de psicanalistas húngaros, entre os quais Melanie Klein, Geza Roheim e Michael Balint. Em 1910 fundou a Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e após dois anos criou a Sociedade Psicanalítica de Budapeste (Roudinesco & Plon,1998).

¹⁹ Max Eitingon (1881-1943), psiquiatra polonês que efetuou parte de seus estudos com Eugen Bleuler. Com Freud realizou uma das primeiras análises didáticas durante suas caminhadas por

Na década de 1920 o exercício da psicanálise começa a ser problematizado quando realizado por não-médicos. Em resposta, Freud escreve, em *A questão da análise leiga*, um diálogo com uma pessoa supostamente imparcial e discorre sobre os conhecimentos e a prática psicanalítica. Ao apresentar a esta pessoa a interpretação psicanalítica, a escuta do inconsciente, a recepção do material trazido pelo paciente sem preconceitos, a sutileza de saber o momento de comunicar uma interpretação e a constatação do desejo ambíguo de se tratar e, ao mesmo tempo, não abrir mão do seu sintoma, Freud destaca que o conhecimento que o psicanalista dispõe e que lhe permite ocupar tal lugar na clínica não pode ser adquirido como mera abstração. Para que o psicanalista realize seu ofício é preciso que esse conhecimento seja derivado de sua própria experiência.

A passagem pela experiência analítica não significa que haja uma homogeneização dos psicanalistas depurados por suas análises, já que Freud opunha-se veementemente a que o psicanalista formasse o analisando à sua imagem e semelhança. Pelo contrário, no fim da análise o paciente se liberta do psicanalista e na sua experiência reside uma “equação pessoal”. A passagem pela análise permite que os aspirantes sintam que “(...) sua própria pessoa é afetada (...) pelos processos afirmados pela análise [e assim] adquirem as convicções pelas quais são ulteriormente orientados como analistas” (Freud, 1926, p. 194). Porém, este processo, absolutamente, não é fácil.

O trabalho é árduo, grande a responsabilidade. Mas qualquer um que tenha sido analisado, que tenha dominado o que pode ser ensinado em nossos dias sobre a psicologia do inconsciente, que esteja familiarizado com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, a arte da interpretação, de combater resistências e de lidar com a transferência — qualquer um que tenha realizado tudo isso não é mais um leigo no campo da psicanálise. (Freud, 1926, p. 220)

O charlatão não era, portanto, o psicanalista não-médico, como queriam alguns, mas aquele que realizava tratamentos sem a formação devida. A prática da psicanálise é um *direito adquirido* por aqueles que passam pela experiência analítica, realizam estudos teóricos e a supervisão com um psicanalista

Viena. Em 1909 foi para Berlim e, com Abraham, constituiu a sociedade psicanalítica daquela cidade. Na década de 1920 financiou a Policlínica de Berlim, a qual transformou-se no modelo de instituição psicanalítica para as que se constituíram posteriormente (Roudinesco & Plon, 1998).

experiente. Se fossem ou não médicos, isso era sem importância para Freud, o que lhe concernia era a formação psicanalítica e não a formação acadêmica²⁰. Oferecer uma oportunidade adequada de formação seria a forma mais eficaz de evitar que os aspirantes praticassem, por ignorância, uma psicanálise selvagem. Por essa razão, Freud recomendava a seus colegas norte-americanos que, ao invés de reprimirem a análise leiga, oportunizassem uma formação própria à psicanálise.

A análise, na década de 1920, embora ainda se relacione a questões técnicas, volta a ser destacada como a única possibilidade de produzir um saber que não poderia ser aprendido como abstração. “(...) eles [estudiosos da psicanálise] devem aprender a análise da única maneira possível – submetendo-se eles próprios a uma análise” (Freud, 1926, p. 238). Aos analistas que conduzirão este trabalho, Freud intitula de didatas.

Onze anos depois, a questão insiste. Os psicanalistas não se distinguem dos demais por quaisquer atributos a não ser por sua formação. “Mas onde e como pode o pobre infeliz adquirir as qualificações ideais de que necessitará em sua profissão?” (Freud, 1937, p.265). A resposta não poderia ser outra, senão aquela que vinha sendo construída desde o final do século XIX: submetendo-se ele próprio à análise. Para explicar o porquê desta ênfase, escreve:

Essa análise terá realizado seu intuito se fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente, se o capacitar, quando o material reprimido surge, a perceber em si mesmo coisas que de outra maneira seriam inacreditáveis para ele, e se lhe mostra um primeiro exemplo da técnica que provou ser a única eficaz no trabalho analítico. Só isso não bastaria para sua instrução, mas contamos com que os estímulos que recebeu em sua própria análise não cessem quando esta termina (...). (Freud, 1937, p. 265)

²⁰ A defesa do exercício da psicanálise por leigos fez com que Freud evidenciasse a formação específica que capacitaria aos que desejassem se tornar psicanalistas. Defendendo a idéia de que a psicanálise cruza o campo da medicina mas não se esgota nela, avança a hipótese de uma faculdade de psicanálise: “nesta teria que ser ensinado muito do que já é lecionado pela escola de medicina: juntamente com a psicologia profunda, que continua sempre como a principal disciplina, haveria uma introdução à biologia, o máximo possível de ciência da vida sexual e familiarização com a sintomatologia da psiquiatria. Por outro lado, a instrução analítica abrangeria ramos de conhecimento distantes da medicina e que o médico não encontra em sua clínica: a história da civilização, a mitologia, a psicologia da religião e a ciência da literatura” (Freud, 1926, p. 236). Essa questão será retomada no capítulo 4 sobre o ensino da Psicanálise.

Tal é a importância da análise na formação que, na época, Freud recomendou que o psicanalista se submetesse periodicamente a uma nova análise. “Isso significaria, portanto, que não seria apenas a análise terapêutica dos pacientes mas sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável” (Freud, 1937, p. 266). Neste momento, Freud não utiliza mais o termo auto-análise, como o fez em vários de seus textos anteriores. Embora não seja explícito, o fato de não se valer desta expressão faz supor que a tenha abandonado para propor, mesmo no caso do psicanalista, uma análise periódica com outro.

Na efervescência da invenção da psicanálise, a experiência analítica era, indubitavelmente, inseparável da formação. À medida que a psicanálise foi se difundindo, aproximaram-se dela não só pacientes que sofriam com seus sintomas, mas também médicos e intelectuais que desejavam aprender e praticá-la. Como método de tratamento, a Psicanálise precisava ser aprendida, porém, já naquele momento ela mostrava a sua peculiaridade: não se dava à aprendizagem e sim à transmissão. Ainda assim, a procura pela análise condicionou-se à busca por uma formação.

Antes de 1920 não havia o *status* profissional em ser analista, as pessoas faziam suas análises buscando seu próprio benefício e almejavam aprender a conduzir uma análise. Porém, afirma M. Mannoni (1989b), após esta data, marcada pela regulamentação promovida pelo Instituto Psicanalítico de Berlim, o psicanalista passou a ter um caráter profissional daí derivando alguns equívocos. Aqueles que procuravam a análise já não o faziam em busca da cura de seus sintomas, mas com o objetivo de se tornarem psicanalistas. Parece que a ênfase de Freud em destacar a importância do analista fazer sua análise havia tomado um rumo imprevisto.

Essa dubiedade na procura pela análise acarretou consequências para o candidato, para o analista considerado *didata* – *capaz* de promover uma formação – e para a instituição. O desejo do aspirante tornou-se, em muitos casos, o de obter sucesso em sua carreira, “a ênfase se deslocou da análise pessoal para a satisfação narcísica de ser um analista” (M. Mannoni, 1989b, p. 98). A possibilidade de passar pela experiência analítica, antes considerada um privilégio, passou a ser um requisito, ou mesmo um exame, para a obtenção do reconhecimento. “A vontade de adquirir um conhecimento objetivo veio

substituir a paixão por uma ‘verdade’, num momento da história do movimento psicanalítico” (p. 99).

Concebida desta forma, a análise resultava numa superestimação do didata, o qual era sentido pelo analisando como juiz que poderia impedi-lo de realizar seu projeto. Esse receio também estava presente nas instituições vinculadas à IPA. Por essa razão, a partir de 1970, os analistas didatas não poderiam participar dos procedimentos administrativos de avaliação de seus analisandos, para que a análise didática destes não fosse comprometida. Porém, o medo de fracassar na análise e, assim, não se tornar psicanalista era evidente: “Eu nunca pude separar a situação analítica de minha condição de candidato-analista. Nunca pude ser honesto comigo mesmo ou com o analista, durante o período de minha formação. Tinha medo de fracassar” (Shapiro citado por M. Mannoni, 1989b, p. 100).

A regulamentação ofuscou a análise da transferência e a possibilidade de ser, em análise, um neurótico perturbado, já que o analisando procurava representar a normalidade e ser, também neste contexto, um bom aluno para que não fosse eliminado da instituição (M. Mannoni, 1989b). A institucionalização da análise descaracterizou a descoberta freudiana e fez retroceder a inversão efetuada por Freud: o saber volta para o lado do analista – agora didata.

A própria noção de didática, isto é, ensino, é estranha à proposta da análise: qual o espaço para a investigação, para a emergência do novo, do insabido, se desde o princípio sabe-se o fim onde tal análise irá chegar?

Uma análise didática, como o próprio nome indica, deve, necessariamente pretender ensinar. Disso resulta que quanto mais didática seja uma análise, mais estará distante do verdadeiro objetivo de uma análise *que é estimular que o paciente chegue a ser o que ele é*. Nesse sentido, uma análise será tanto mais verdadeira quanto menos didática ela for. (E. Nunes, 2002, p.163)

Apesar de todas as críticas que a análise didática tem recebido, estas não minimizam o seu endeusamento nos institutos de formação (Herrmann, 1998). Além disto, a supervisão e o ensino teórico têm se tornado apêndices desta que é o eixo central da formação. Assim como M. Mannoni (1989b), Herrmann destaca que a procura pela análise por parte do candidato consiste, muitas vezes, na “espera de seu ser psicanalítico” (p. 706), o que o torna suscetível à sugestão metafórica do analista tomado como modelo e portador das ferramentas que deseja poder usar.

Nunca é demais retomar Freud. O conhecimento da psicanálise, escreve ele em 1937, poderia resultar em uma certa resistência em seus interessados, sendo que esta lhes faria aplicar as exigências e as implicações da análise a outros e não a si mesmos. Para falar desta postura, recorreu a Anatole France citando as seguintes palavras: “(...) quando se dota um homem de poder, é difícil para ele não utilizá-lo mal” (p. 266).

Os problemas da análise didática evidenciados por M. Mannoni (1989b) não tinham suas resultantes apenas nos analisandos divididos em seu desejo, mas também os didatas participaram deste equívoco. Nesta concepção de formação, a instituição psicanalítica e o didata enredaram-se de tal forma que o paciente não se libertava do analista no final da análise. Além do que, o desejo narcísico do paciente ecoava no psicanalista, que também tinha seu desejo dividido entre o tratamento de seu paciente e a formação de um psicanalista de sucesso, o que por contiguidade lhe asseguraria prestígio. Os candidatos assim formados, ao tornarem-se psicanalistas, corriam o risco de repetir esse modelo estereotípico e seu ponto-cego. “O analista pode se tornar aquele que ensina o paciente a pensar como ele e, como terapeuta, pode estar exposto à impaciência quando a clínica vier desmentir um ponto de teoria” (M. Mannoni, 1989b, p. 99). Uma análise que transcorra deste modo favorece a fascinação do candidato por seu analista. Nada nesse processo se parece com a invenção freudiana, antes que se esqueça, considerada subversiva. Ainda que aparentemente houvesse se mantido a máxima da formação, sua ética havia se perdido em detrimento dos objetivos de formação.

O retorno às origens: autorização de si mesmo

A entrada de Lacan no cenário psicanalítico provocou uma ruptura com o caráter normativo que a formação vinha assumindo nas sociedades filiadas à IPA e com as regras técnicas exigidas no manejo da psicanálise, as quais conferiam uma certa unicidade entre os psicanalistas.

Em 1953, uma comissão de inquérito em visita à Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) criticou a prática de Lacan, em especial, sua falta de tecnicidade. Oito anos depois, uma nova comissão instalou-se para avaliar a candidatura da SFP à sociedade filiada à IPA. Essa comissão esperava que Lacan renunciasse à sua prática e adotasse as normas ipeístas. Embora diante desta afirmasse que não mais praticava as sessões de duração variável, Lacan continuava aumentando o número de seus analisandos, o que seria impossível se

este seguisse o enquadre técnico habitual. Tendo chegado à conclusão de que ele não cederia a tais exigências, a comissão escreveu um relatório desfavorável, que teve como resultado a exclusão de Lacan da lista de didatas desta instituição. Contudo, isso *ainda* não significava sua expulsão da IPA.

Havia-se, no entanto, estabelecido um dilema. Se Lacan acatasse a diretriz da comissão e deixasse de ser didata, a SFP tornava-se uma sociedade membro da IPA. Caso recusasse, estaria fora da IPA - na época, instituição representante da legitimidade freudiana - e poderia se tornar um mestre livre. Se, por um lado, Lacan opunha-se às regras técnicas e à burocracia ipeísta, por outro, desejava manter-se ao lado da legitimidade freudiana. Por essa razão, Roudinesco (1994) escreve que

sob esse aspecto, a cisão de 1963 foi única no gênero. Pela primeira vez na história do movimento psicanalítico, uma corrente de estrita obediência freudiana achava-se de fato excluída do legitimismo freudiano. Essa exclusão de um novo tipo ia obrigar Lacan a fundar, contra a vontade, um movimento que, embora denominado *freudiano*, não poderá deixar de tornar-se posteriormente *lacaniano* (p. 265).

Em 15 de janeiro de 1964, Lacan pronunciou seu texto intitulado *A excomunhão*, no qual relatou a forma como seu ensino foi proscrito pela IPA e como tal banimento tornou-se condição para a afiliação àquela²¹. Lacan considerou esse ato uma excomunhão maior, isto é, sem possibilidade de retorno, ao modo do que havia acontecido com Spinoza no século XVII. Contudo, sua excomunhão dava-se sem que este se afastasse de Freud, abrindo assim uma nova possibilidade para o exercício da psicanálise.

A partir destes acontecimentos, realizou-se uma outra proposta de formação psicanalítica. Ainda no ano de 1964, Lacan fundou a Escola Freudiana de Paris (EFP), que se constituía em torno de seu ensino e que, desde suas propostas iniciais, marcava sua diferença dos lugares já instituídos para a formação psicanalítica. A Escola Freudiana não cairia na adoção de normas que se tratavam de instalar o conforto da rotina aos psicanalistas a ela vinculados. Ela se sustentava sobre a indagação. O termo Escola, segundo Forbes (1992), evidenciaria tal diferença à medida que sua proposta privilegia o saber e a

²¹ No capítulo 5, mais precisamente à página 61, será resgatado o texto de Freud (1921) *Psicologia do grupo e análise do ego* no qual este evidencia que o ódio a alguém ou a uma instituição pode ocupar o lugar do líder e tornar-se o elemento unificador do grupo.

transmissão da psicanálise, ao passo que nas sociedades e associações, a ênfase estava na relação entre as pessoas que compartilhavam elementos identificatórios.

A primeira grande inovação da proposta lacaniana foi diluir a diferença entre análise pessoal e análise didática. Além disso, havia libertado a escolha do analista pelo candidato das amarras da lista hierarquizada de didatas fornecida pela IPA. Esta mudança implicou o desejo do sujeito na escolha de seu analista e permitiu questionar a expressão *análise didática*. “A terminação [sic] da análise, chamada redundantemente de didática, é a passagem, com efeito, do psicanalisante ao psicanalista” (Lacan, 1967a/1991²²). Assim, toda psicanálise seria didática ao provocar uma mudança de posicionamento subjetivo, o que não depende, certamente, do nome do psicanalista constar ou não em uma lista de notáveis. Mais do que isto, com sua proposta Lacan inverte o pressuposto ipeísta, pois “(...) o candidato escolhe um analista, e, se sua análise se revelar didática, desembocando no desejo do analista²³, seu analista pode ser autorizado como didata” (Alvarenga, 2001, p. 61).

Além de abolir a diferença entre análise pessoal e didática, a Escola Freudiana propôs duas outras inovações: a anulação das sessões de duração fixa e a aceitação de membros não analistas. Esta abertura, no entanto, agigantou a Escola e resultou em uma crise institucional no ano de 1967 (Roudinesco & Plon, 1998). Neste ano, Lacan enunciou a *Proposição de 9 de outubro*, a fim de que aqueles que tivessem chegado ao fim de suas análises pudessem testemunhar à Escola sobre esta passagem da posição de analisando à analista e, através do saber adquirido destes testemunhos, a Escola, então, se renovaria. A este dispositivo deu-se o nome de *passe*, em francês.

²² A Proposição de 9 de outubro de 1967 foi lida em duas traduções distintas. Esta que é citada – 1967a – foi publicada em Tear, publicação aperiódica dos grupos e cartéis da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Nesta publicação não há número de páginas, por isso, mesmo no caso de citações literais, não foi possível assinalar a página. O mesmo ocorreu com o texto de Mustafa Safouan (1978) e Jean Clavreul (1978), ambos citados neste capítulo.

²³ Em Lacan, o desejo do psicanalista é inerente à sua posição. “Não é o desejo de ser psicanalista, primeira exclusão. Tampouco é o desejo de cada um dos analistas, senão que é uma função, uma função que vamos cumprir (...) ao trabalharmos como psicanalistas. (...) é uma condição em que cada um, enquanto psicanalista, consegue desligar-se de seu personagem social habitual para trabalhar com a psicanálise” (Harari, 1999, p. 14). Tarrab (2002, p.14), citando J-A. Miller, diz: “ ‘aprender a ser sem sabor próprio’. ‘O desejo do analista é que o sujeito possa conhecer seu próprio sabor... para isso, ele mesmo [o analista] deve ser insosso’. Insosso, insípido, sem forma: a outra face, em ato, do ideal do formado. Efeito de uma destituição”.

Ele [o *passé*] repousa sobre o seguinte princípio: *o analista só se autoriza por si mesmo*²⁴, esse si mesmo é revelado em sua análise pessoal. É daí, da experiência analítica, que um analista advém. Confirmando que a análise é necessária para que alguém se torne analista, mas que a autorização não poderia ser dada antecipadamente pela demanda de uma análise didática, nem *a posteriori* por analistas confirmados, só podendo resultar dele mesmo. Não se trata de autorizar qualquer um, mas ao contrário, de uma exigência muito maior inscrita no próprio cerne da experiência. (Chatel, 1996, p. 400)

O dispositivo do passe é uma proposta da Escola para dissipar “esta sombra espessa a recobrir esta ligação (...) onde o psicanalisante passa a psicanalista” (Lacan, 1967b, p. 72). Se o analista autoriza-se de si mesmo, o passe não é um dispositivo de autorização. É por já se ter autorizado que o analista poderá fazer este testemunho. A aposta inicial de Lacan, diz Nicéas (2000), “era na eficácia de uma experiência nova que pudesse aclarar, através de seus resultados, como e porque nos tornamos analistas” (p.8). O passe não pode ser utilizado como dispositivo para distinguir quem é de quem não é analista. Se assim o fosse, continua Nicéas, não estaria tão distante dos procedimentos da IPA.

Dez anos após a enunciação do aforismo²⁵ lacaniano - *o analista não se autoriza a não ser de si mesmo* - Safouan (1978/1991) escreve que a Proposição de 9 de outubro decorre de um mal-estar existente nas sociedades psicanalíticas. Porém, fazer emergir algo novo traz novos custos. O aforismo aliviava a opressão mas retirava também o conforto encontrado naquelas sociedades. O sujeito passa a ser “o único responsável por suas iniciativas”. Tal enunciado, entretanto, causou uma certa celeuma. Sua leitura descontextualizada permitiu emergir a ilusão de auto-geração, como se bastasse ao candidato escolher o momento de inserir-se nesse lugar. Fazê-lo, contudo, é tornar-se surdo ao lugar que o *analista* assume no aforismo, uma vez que é o analista quem se autoriza por si mesmo e

²⁴ Existe uma diferença na tradução do aforismo lacaniano, alguns o traduzem como “o analista só se autoriza *por si mesmo*”, outros escrevem “*de si mesmo*”. Ambas referem-se à autorização que se dá por meio da análise do inconsciente, porém, o cuidado se deve ao fato do *por si mesmo* sugerir uma autotitulação, uma autorização solitária, ao passo que *de si mesmo* reforça a idéia de que seja a partir de si, de sua análise.

²⁵ Mustafa Safouan (1978/1991) lembra a função dos aforismos no ensinamento de Lacan e recorre a Saussure para defini-lo. “Aforismos: nem máximas, nem princípios, nem teses, mas delimitações, limites dentro dos quais constantemente se encontra a verdade, de onde se parte”.

não o candidato, ou seja, o que é de se verificar – como se forma um analista – aparece como já verificado. Ele autoriza-se por já ser analista.²⁶

Autorizar-se de si mesmo não significa uma auto-titulação, contudo, também não significa que cabe a um outro fazê-lo. Leite (1992) destaca que ao dizer que é o *psicanalista* quem se autoriza por si mesmo, diz-se, portanto, que não é o didata que o faz. Esse princípio denuncia que “(...) uma Psicanálise didática não garante necessariamente um psicanalista, ou melhor, que uma Psicanálise não é didática pelo fato de ter sido operada por um didata, ou, o psicanalista não se autoriza pelo seu psicanalista” (p. 67). O psicanalista é produto de sua experiência analítica, a qual promove uma passagem. A partir desta concepção, escreve Leite, surge a necessidade de se verificar essa passagem de psicanalisando à psicanalista, já que é esta passagem que o garante.

A autorização do analista advém da “(...) lei que ele não aprendeu de nenhum outro, mas de sua própria análise do inconsciente” (Safouan, Julien & Hoffmann, 1996, p. 10). Nesse momento é possível trazer um outro conhecido argumento: “Eu falei das formações do inconsciente, mas é preciso saber notar as coisas que eu não falo, pois eu jamais deixei sequer um traço: eu nunca falei de formação analítica. Eu falei de formações do inconsciente” (Lacan, 1975). De fato, a palavra *formação* carrega, no âmbito das profissões, o ideal de aquisição de um conhecimento que forma o sujeito para o exercício de seu trabalho. Por essa razão, em psicanálise, a sua utilização faz-se com ressalvas. Quinet (1991) aponta para o fato desta palavra sugerir que haja uma imagem ideal segundo a qual se formariam – quem sabe até conformariam - os sujeitos.

A despeito destas críticas, a expressão *formação* do psicanalista guarda proximidade com outra, cara à experiência analítica, qual seja, *formações do inconsciente*²⁷. São justamente as formações de seu inconsciente, pelas quais realiza a sua análise, que permitirão ao sujeito formar-se analista (Harari, 1999). Se o aforismo lacaniano até então problematizado for compreendido desta forma, este torna-se uma reiteração do que havia dito Freud, já em 1912, quando

²⁶ Uma passagem do texto de Schnaiderman (1988, p.13) fez lembrar o aforismo lacaniano e a argumentação que já se havia escrito sobre ele. A autora escreve: “Qual a fonte do saber psicanalítico? 1) Os textos de Freud; sim mas isto não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isto também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar. Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Este é um dos paradoxos da Psicanálise”.

²⁷ A partir de Lacan denomina-se formações do inconsciente os sonhos, os lapsos, os chistes, os sintomas. “O inconsciente em si continua suposto como um processo (...) subjacente a essas manifestações” (Nasio, 1999, p.32).

afirmou que aquele que deseja tornar-se psicanalista deve iniciar pela análise dos próprios sonhos. Porém, a partir do que se instituiu nos centros de formação psicanalítica desde 1920, lê-se também no aforismo de Lacan uma objeção à normatização ipeísta, principalmente no que se refere ao lugar do didata na formação.

Em janeiro de 1969, a Proposição de Lacan levou ao anúncio coletivo de demissão de conhecidos alunos seus: Jean-Paul Valabrega, François Perrier e Piera Aulagnier. Estes afastaram-se da Escola e fundaram o *Quatrième Groupe*. Mesmo diante deste rompimento, Lacan mantém seu dispositivo.

O passe, de fato, permite a alguém que pensa que pode ser analista, alguém que está perto de se autorizar, se é que ele já não se autorizou, ele mesmo, de comunicar o que o fez se decidir, o que o fez se autorizar assim, e se engajar num discurso do qual não é certamente fácil ser o suporte, me parece. (Lacan, 1975)

O passe, para Lacan, era uma forma distinta de se entrar na Escola. Uma experiência radicalmente nova de recolher um testemunho.

A passagem à analista só se dá quando a análise chega a seu fim, por isso, nem toda análise produz uma passagem. Chatel (1996) marca outros pontos em que a análise pode se interromper: quando o analisando melhora; por razões inusitadas; ou quando este encontra uma posição para o impasse de seu desejo, porém, em nenhum desses casos se pode falar de um fim de análise. Estas outras possibilidades de encerrar a análise permitem compreender a seguinte afirmação da mesma autora: “O que existe é a análise pessoal, que se revelará ou não didática só-depois, segundo tenha produzido um analista ou não” (p. 399). Ou seja, se o produto de toda análise é gerar um analista, acrescenta-se: desde que esta chegue ao seu fim. O que Lacan pretendeu com o dispositivo do passe foi recolher testemunhos que dissessem do “(...) resultado produzido num sujeito por uma psicanálise levada a seu termo (...)” (Laurent, 1992, p. 113) e que, a partir dessas experiências singulares, de como cada um encarna o desejo do psicanalista, se pudesse dizer o que é um psicanalista.

Na *Nota italiana*, escrita em 1974, Lacan apresenta outras contribuições à relação entre o final de análise e a formação psicanalítica, à medida que nem “(...) toda análise, mesmo aquela que chegou a seu fim, (...) não desemboca forçosamente no ato inaugural de escolher tornar-se analista. (...) Pois nem todas as análises, mesmo terminadas, produzem um novo analista” (Chatel, 1996, p.

408). A partir deste seu trabalho, o fim de análise já não basta para produzir um analista. Se a análise é necessária, destaca Quinet (1991) acerca da *Nota italiana*, já não é suficiente à autorização. Por isso a importância da instituição psicanalítica e do dispositivo do *passee*²⁸. No *Seminário 21*, escrito no mesmo ano, Lacan acrescenta uma nova dimensão ao seu aforismo: *o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*.

O passe é mais uma invenção subversiva de Lacan. Porém, a polêmica sobre ele não se encerra por aí. Sua voz irrompe uma discussão travada após a apresentação de um texto de Jean Clavreul – *O passe na Escola freudiana*. Lacan diz então:

A única coisa importante é o passante, e o passante é a pergunta que faço, ou seja, o que pode se passar na cuca de alguém para se autorizar a ser analista? Eu quis ter testemunhos, naturalmente não tive nenhum, testemunhos de como isso se produzia. Obviamente, é um completo fracasso, este passe. (Lacan, em Jean Clavreul, 1978/1991)²⁹

Uma década após a instituição do passe e dois anos antes da dissolução de sua Escola, Lacan inquieta seus ouvintes e alunos, porém, há de se destacar a ênfase inicial de sua fala: “a única coisa que importa é o passante”, disse ele não abriu mão. “O que ele desejara era o testemunho de jovens analistas” (Haddad, 2003, p. 264). Até aquele momento, naquela Escola, o dispositivo não havia produzido o que dele foi esperado: a produção de saber a partir de testemunhos particulares.

²⁸ Nesta seção do texto procurou-se veicular a proposição de Lacan acerca do lugar da análise na formação psicanalítica, destacando-se que este reitera a proposta de Freud e contrapõe-se à normatização imperativa nas sociedades existentes na época. Com este objetivo circunscrito, não se abarcou outras questões igualmente importantes para a Escola e o dispositivo do passe, como por exemplo os títulos de AME (analista membro da Escola) e AE (analista da Escola). Muito brevemente poder-se-ia dizer que o AE é um título solicitado pelo passe, testemunho da passagem na análise, ao passo que o AME é um título recebido “...pelo conjunto de suas produções: análises, trabalhos, escritos” (Forbes, 1992, p. 16). Entre eles não há hierarquia.

²⁹ Gérard Haddad (2003) testemunha o percurso de sua análise com Lacan e a realização do passe em seu livro *O dia em que Lacan me adotou*. Através de seu texto pode-se conhecer um pouco mais sobre esse “estranho cerimonial” (p.229). Jean Clavreul era o organizador do passe e por meio de uma espécie de sorteio eram retirados os nomes dos “passadores”, eles próprios, analistas em formação. O testemunho dado pelo passante aos passadores não se fazia de uma só vez, mas em sucessivas sessões com cada um deles. Quando foi chegado o momento, estipulado pelo próprio Haddad, os passadores transmitiram o depoimento desta passagem a um júri do passe. Haddad, segundo suas próprias palavras, não fora aprovado, sua experiência lhe parecia um fracasso. Embora tenha tentado dar continuidade à mesma conforme a intervenção de Lacan, Clavreul recusou-se dizendo-lhe: “ ‘Você nunca esteve no passe, você não está no passe... e nunca estará no passe’. Eu estava assim condenado, em algumas palavras, à eternidade do inferno, à alienação sem remissão. Nunca estarei no passe significava em nosso jargão que eu nunca seria um verdadeiro analista. Era a excomunhão maior” (p.263).

Continua, Lacan:

Mas é preciso dizer que, para se constituir como analista, é preciso ser estranhamente mordido; mordido principalmente por Freud, isto é, acreditar nesta coisa absolutamente louca que se chama de inconsciente e que eu procurei traduzir para ‘sujeito suposto saber’. (em Jean Clavreul, 1978/1991)

A Proposição implica o júri na produção de um saber a partir dos testemunhos, “seus resultados devem ser comunicados: primeiro à Escola para críticas e, correlativamente, postos ao alcance destas sociedades que por toda exclusão que nos tem feito, não ficam menos no nosso negócio” (Lacan, 1967b, p. 74). Se a passagem de analisando a analista era recoberta por uma sombra que o passe vinha diluir, cabia produzir um saber sobre isto e fazê-lo circular na Escola. “O saber oriundo do passe era provocado por um dispositivo de escola, dirigido a ela, ele devia alimentar a escola instaurando um novo estilo de grupo” (Chatel, 1996, p. 412). Porém, nem os AEs conseguiram formar uma nova comunidade, nem o júri elaborou um saber sobre os testemunhos que pudesse ser escrito. O passe, na EFP, não alcançou os objetivos propostos em 1967³⁰.

Em janeiro de 1978 realizou-se um simpósio sobre o passe e foi justamente neste e diante daqueles analistas que Lacan fez as declarações anteriormente citadas. Dois anos depois dissolve sua Escola e insiste para que se leia a sua Proposição. Após sua morte, seus alunos e leitores dividiram-se em diversos grupos. “Alguns renunciaram deliberadamente ao passe, como suposta causa de um fracasso certo (...). Outros puseram em prática um procedimento de passe, para que uma escola de psicanálise funcione (...)” (Chatel, 1996, p.413). Independente do dispositivo do passe se manter ou não nas instituições psicanalíticas, o que se quer destacar, como já referido, é o objetivo de Lacan em sua instituição: colher testemunhos que digam dessa passagem. A pergunta que insiste – como se forma um analista - sustenta sua elaboração. O aforismo de

³⁰ Não se poderia mencionar o fracasso declarado do passe na EFP sem problematizar o fracasso da própria Escola. Safouan (1985) argumenta que Lacan havia se tornado, à revelia do seu discurso, um chefe carismático, um líder, para utilizar a linguagem da Psicologia dos Grupos. “A própria forma de sua mensagem mostrou ter efeitos que o conteúdo de seu discurso, do discurso do analista, não podia dissolver” (p.62). A Escola no momento de sua dissolução contava com 600 membros, o que fazia dela um movimento cultural. O passe sofreu as consequências deste lugar onde foi implantado. “Naturalmente, a primeira razão (...) de seu fracasso foi que, no momento em que Lacan apresentou sua Proposição, seus alunos (...) estavam longe de captar adequadamente o que lhes era proposto. Aqueles que lhe deram sua aprovação o fizeram porque confiavam em Lacan. (...) As condições que eram previstas para a aplicação da experiência do passe se revelaram pouco praticáveis, o que não contribuiu pouco para impedir qualquer progresso neste sentido” (p.65).

1967, acrescido de seu complemento em 1974, destaca que o analista só se autoriza de si mesmo, mas não pode viver no isolamento, autorizando-se também com outros.

A instituição proposta por Lacan gira em torno daquilo que acontece em uma análise que permite a passagem de analisando a analista, sem caber à instituição esta autorização, como se fazia no modelo ipeísta. Se a autorização parte do analista, poder-se-ia questionar: para que a instituição? O aforismo lacaniano, afirma Safouan (1985), não esgota a questão da formação, ele apenas fala de um primeiro passo, a iniciativa de se autorizar analista.

Trata-se de *institucionalizar a autonomia*, princípio que já constitui, para aquele que toma esta iniciativa, se ele quer participar da obra comum, um apelo para que a instituição, neste caso a Escola, testemunhe ‘que o psicanalista (por si só), nesta iniciativa, traz uma garantia de formação suficiente’. (Safouan, 1985, p.51)

Ainda que o psicanalista só seja possível a partir de sua experiência analítica, sê-lo não significa assumir uma postura solitária já garantida. Ter-se analisado é condição, mas não basta. É “(...) poder testemunhar diante de seus pares, sobre questões de peso, surgidas na prática analítica, questões para as quais a resposta a encontrar não se sustenta sem o assentimento de alguns outros” (Safouan, Julien & Hoffmann, 1996, p. 12). É ser responsável por seu ato e, ao transmiti-lo, possibilitar que o saber circule e se torne herança comum. Assim, a análise mantém-se como regra de ouro da formação, porém, não a esgota. Fazer a experiência analítica é uma forma privilegiada de ter contato com o inconsciente, este estranho que habita o humano e determina suas associações ditas livres. É deixá-lo falar, respaldado por uma escuta livre, que proporciona uma situação inusitada da qual poderá emergir o analista. Esta experiência é condição inexorável, a única eticamente possível, mas ela é o ponto de partida, iniciativa garantida por quem a adota. A partir daí, da autorização de si mesmo, inicia-se um percurso de formação que se faz com outros.

A continuação do aforismo lacaniano que assinala o lugar de *alguns outros* na formação do psicanalista propõe o enlace entre os três pilares do tripé – análise, supervisão e ensino – além de demarcar um lugar possível para a instituição. Se a análise possibilita uma passagem, ela não encerra o percurso de cada um que se coloca na posição de analista. A supervisão é um dever ético sentido por aquele que tem a necessidade de falar a um terceiro sobre suas possibilidades de

escuta e elaborações. O analista em controle se coloca na posição de alguém que quer saber o que ainda não sabe, portanto, a supervisão é o ponto de encontro entre a formação e o ofício.

A segunda escuta: formação e ofício

A supervisão é a demanda de uma escuta dirigida a um *terceiro* por aquele que já ocupa o lugar de psicanalista. Tendo assumido esta posição, o analista demanda a outro analista, a quem supõe um saber sobre a prática clínica, que o escute. A existência da supervisão desde o princípio da psicanálise contrasta com as poucas menções no texto freudiano e revela inúmeras discordâncias entre os analistas que o sucederam.

O relato de um caso clínico a outro, embora não seja uma prática exclusiva à psicanálise, marca sua história. Resgatando a situação inaugural, tem-se Freud à escuta do trabalho e dos percalços do colega veterano Josef Breuer. Embora iniciante, Freud foi colocado por Breuer na posição de terceiro nesta relação ternária: Ana O., Breuer e Freud. Alguns anos depois, encontrou em Fliess alguém a quem podia relatar suas primeiras descobertas, bem como escutar as dele. Contudo, foi ainda algum tempo depois, com o reconhecimento da Psicanálise, que Freud assumiu a posição de escuta para aqueles que lhe demandavam um saber sobre o caso relatado ou sobre o processo transferencial. Sua escuta já não era a do iniciante entusiasta, passava a ser reconhecido como mestre. O pedido de supervisão atravessa a história da psicanálise, era uma prática comum nas conversas e correspondências entre analistas (Chamizo, s.d.; Mijolla, 1992; Pujó, 1992).

A distinção entre aquele que escuta e aquele que relata o trabalho clínico evidencia-se a partir do momento que a formação psicanalítica se institucionaliza. A assimetria fica ainda mais clara na expressão freudiana *análise de controle* - em alemão, *Kontrollanalyse*. A palavra *controle* não é incólume, sendo suas implicações destacadas por Valabrega (1992a): seu conteúdo latente inconfessável não se restringe à nomeação mas também à situação prática. *Controle* conota uma relação hierárquica, autoritária, normativa e este tipo de relação é antianalítica à medida que promove a alienação.³¹ Cournut (1992) é partidário desta crítica e associa controle à polícia. Opta por supervisão, porém,

³¹ Valabrega (1992a e b) propõe a denominação de *análise quarta* para substituir *controle*. O termo *quarto* refere-se ao número de pessoas envolvidas: o analista e seu paciente (2), seu analista (3) e seu supervisor (4). Estes são os protagonistas a serem considerados na análise quarta, entretanto, alerta o autor, não se trata de reuni-los em um mesmo lugar. A ênfase recai no processo analítico intermediário entre a análise de si e a análise de outro.

destaca que esta também tem restrições. “Supervisionar não cai melhor: porque esta ‘visão’ de *voyeur*, ou de ouvir, e este ‘super’ já exalam o protecionismo, a sanção e as hierarquias, sejam elas apenas de idade e experiência” (p. 131). O termo *supervisão*, contudo, foi adotado pelos países anglófonos, pelas sociedades filiadas à IPA (Roudinesco & Plon, 1998) e por alguns leitores de Lacan. Contudo, em vista das problemáticas que levantam cada um destes significantes, mantém-se neste texto a expressão freudiana: *análise de controle*.

Freud refere-se aos analistas de controle em duas circunstâncias: no texto *Sobre o ensino da psicanálise na universidade*, no qual escreve: “No que diz respeito à experiência prática, além do que adquire de sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão e orientação de *psicanalistas reconhecidos*” [itálico meu] (1919, p.187). Já em 1926, em *A questão da análise leiga*, Freud responde a seu interlocutor imparcial sobre os locais onde poderia realizar a formação psicanalítica. Remete aos institutos – Berlim, Viena e Londres – e à formação: análise pessoal, instrução teórica e “ (...) supervisão de psicanalistas *mais velhos e mais experimentados* quando lhes é permitido fazer suas primeiras experiências em casos relativamente brandos” [itálico meu] (p. 220). Estas foram as pontuações de Freud que suscitaram diferentes leituras sobre a análise de controle.

Questão incessante: os critérios de formação

A polêmica da exigibilidade de critérios de formação retorna, repetidamente, à literatura psicanalítica. Normatizar é extinguir o desejo de cada um, instituir uma regra que valha para todos e que conduza a um fim pré-definido. Regulamentar a análise de controle como um dos tripés da formação significa que esta é necessária, embora não suficiente, à transmissão da psicanálise. Neste sentido, aquele que deseja assumir uma escuta do inconsciente *deve* passar por mais esta experiência de fala e escuta. Tal exigibilidade, contudo, é um dos pontos de controvérsias entre psicanalistas.

A obrigatoriedade e especificidade da supervisão são criticadas por Conrad Stein (1992), para o qual não há problema algum em falar de sua análise e, incidentalmente, da análise de seus pacientes. A única especificidade da supervisão “se prende ao fato de que o supervisionado fala de sua prática analítica” (p. 155). Porém, isto não é tão diferente de outras “modalidades de trabalho que se possa fazer com um colega que não está deitado no divã” (p.155). Quanto à vinculação desta prática aos objetivos e projetos institucionais,

Stein é ainda mais contundente. Mesmo que o desejo de reconhecimento perpassasse a demanda de supervisão, isto é diferente de uma permissão formal. Além do que, a supervisão é um espaço privilegiado mas não indispensável, tampouco exclusivo ao reconhecimento do analista. A posição de Stein é clara: a supervisão é uma experiência interessante e propícia a psicanálise, mas não insubstituível, portanto, não deveria ser exigível. Esta não é uma condição necessária a transmissão da psicanálise.

O contraponto a Stein é apresentado por Smirnof (1992b) que afirma ser preconceito e má-fé dizer que a exigência institucional seca o trabalho de supervisão. Este autor denomina de “livres” as supervisões que se dão fora da instituição e de “institucionais” aquelas que se dão dentro, entre estas não identifica diferenças do ponto de vista analítico. “Tive ‘boas’ e ‘más’ supervisões tanto em uma quanto na outra categoria” (p. 147). Se há alguma diferença não se refere à qualidade deste trabalho, mas a supervisão institucional parece, segundo Smirnof (1992b), receber o reconhecimento que não dispõe aquelas ditas livres.

Eu não creio que ter ‘feito’ uma análise confira ao analisando a qualidade de analista, nem que a exegese dos textos permita que se venha a sê-lo. Senão, todos os nossos analisandos, ou quase todos, seriam por isso mesmo analistas, assim como todos os autores eminentes que com freqüência dedicaram trabalhos notáveis à obra de Freud sem ter a menor experiência clínica. Vocês sabem que nada disso basta para tornar-se analista”. (Smirnof, 1992b, p.148)

Este papel preponderante da supervisão na formação não se deve apenas a seu valor pedagógico, mas por permitir ao analista em formação liberar-se de um único modelo, seu próprio analista. Cada um deve encontrar seu próprio estilo e a supervisão é o momento privilegiado para fazê-lo.³²

³² Quanto ao fato do analista adquirir um estilo próprio na prática da supervisão, cabem algumas considerações. Zaltzman (1992, p. 75) apresenta uma crítica: “Creio que é uma ingenuidade pensar que uma supervisão ajuda a adquirir um estilo. Ela ajuda a se desembaraçar do estilo que se queria adquirir, ou a se desembaraçar da cilada de um estilo(...)”. Aparentemente distinta é a posição de R. Barros (1999), que defende o estilo como resultado da transmissão da psicanálise, mas este frisa: “No que se refere à experiência analítica, o estilo seria não o que se vai acumulando, como num currículo, mas justamente o contrário: é o que resta depois do sujeito ir se confrontando, elaborando, tratando, percorrendo, re-percorrendo os significantes que teceram a sua vida. Um estilo vai ser aquilo que sobra depois que se desfaz a trama da análise, a qual de certa forma segue em paralelo com a trama da história do sujeito. Então, existe alguma coisa, um caroço, alguma coisa de real, que resta – isso é o estilo” (31-32). Zaltzman opõe-se a existência de um estilo como uma imagem, forma de ser que se pretende adquirir. R. Barros, por seu turno, mostra que o estilo não depende de uma construção, mas é o resultado de uma desconstrução.

As supervisões são o início possível de uma virada, lá onde a estrada, que corre o risco de ter sido traçada muito reta, se encurva. Desvio que permite ao analista lançar um olhar sobre o caminho já percorrido. Oásis onde se retoma o fôlego e onde, talvez, se possa avaliar o caminho que resta a fazer nesta travessia do deserto com a qual se confrontam incansavelmente tanto o analista quanto o seu paciente. (Smirnoff, 1992b, p. 149)

Tanto Stein (1992) quanto Smirnoff (1992b) concordam quanto à realização da supervisão, suas discordâncias consistem no fato desta ser ou não imprescindível à transmissão da psicanálise e à sua vinculação institucional. Enquanto Stein a coloca como uma possibilidade, Smirnoff a propõe como uma exigência de formação, sem a qual o analista poderia manter a identificação a seu próprio analista. Uma terceira posição é apresentada por Rabain (1992): a supervisão é de fato uma exigência, mas não oriunda de pressões externas e sim uma necessidade intrapsíquica do analista de comunicar a outro analista a sua possibilidade de escuta e suas elaborações.

(...) além da demanda de uma melhor compreensão do material clínico e da transferência do paciente, ou ainda de uma familiarização crescente com a teoria analítica, o supervisionado encontra-se muito depressa diante de seus movimentos defensivos, seus pontos cegos, suas contra-attitudes, logo, face à sua contratransferência, ou seja, à resposta de seu aparelho mental submetido às solicitações pulsionais, sejam libidinais ou destrutivas de seus pacientes. (Rabain, 1992, p. 83)

Posição similar, mas não idêntica, é apresentada por Recalcati (2001). O analista que procura a supervisão o faz pela exigência ética de verificar a sua prática clínica em consonância com o discurso psicanalítico, bem como os efeitos de sua formação que se revelam em sua prática. A demanda que gera a supervisão é uma demanda de saber

(...) como pratico a psicanálise, demandando saber de que modo posso tornar possível a um sujeito em análise o encontro com o seu próprio real. Quem se submete a uma supervisão o faz sempre da posição de sujeito barrado, isto é, da posição de alguém que quer saber o que ainda não sabe. O praticante, então, não está em uma posição de mestria, pois aceita a sua condição de castração, pondo-a em jogo com o Outro. (Recalcati, 2001, p. 157)

Deste modo, a Escola de Lacan não impõe a supervisão, mas a oferece àqueles que a demandam por vinculá-la a uma questão ética: o querer saber como se

prática a psicanálise. Onde este querer saber não se origina da ilusão de um saber-fazer ou de uma teoria universalizante, mas justamente por saber que não é possível assumir essa posição absolutamente sozinho em um delírio de grandeza.

O cruzamento de duas vias: a prática analítica e a formação

Na análise de controle destaca-se a inseparabilidade entre formação e ofício. Estar em supervisão significa que o sujeito já assumiu o lugar de psicanalista, ou seja, já se colocou no lugar de escuta de um outro sujeito. Neste sentido, a análise de controle remete a um tempo contínuo: o psicanalista se faz, fazendo seu ofício, ou de outro modo, o psicanalista forma-se como tal à medida que já assumiu esta posição. “É preciso analisar. Experimentar as vicissitudes de quem ocupa este lugar. É ao analisar que a singularidade do analista enquanto tal emerge” (Tanis, 1988, p. 17).

Na literatura sobre análise de controle há várias denominações para os sujeitos nela envolvidos. Algumas, porém, destacam a formação, em detrimento do ofício. Bokanowski (1992), por exemplo, denomina aquele que demanda a supervisão de *futuro analista*, embora afirme que se trata *apenas* de uma escolha terminológica. Rabain (em Bokanowski, 1992), por seu turno, opõe-se radicalmente a esta afirmação: o sujeito em supervisão “(...) já é analista, bem entendido, porque é ele que conduz o tratamento. E não é o supervisor! Ou então, não se compreende mais nada nesta situação” (p.97). Chamá-lo de *futuro analista*, argumenta Rabain aponta para o que está por traz dessas palavras.

Se o sujeito em supervisão já é analista, isto significa que esta prática não se trata de uma escora. Conrad Stein (em Smirnoff, 1992a) recomenda, inclusive, que aquele que inicia a análise de seu primeiro paciente não deve proceder a uma supervisão, fazê-lo significaria que o psicanalista não pode prescindir deste outro. Em suas palavras “(...) aquele que tivesse a impressão de poder se descansar sobre um terceiro faria melhor em não pegar paciente” (p.110). O analista autoriza-se de si mesmo, portanto, não pode sustentar a ilusão de que é o supervisor que o faz, ou que este valide a sua *decisão* ou a sua *capacidade*. Autoriza-se de si mesmo e com alguns outros, sendo estes não mais que o reconhecimento tácito de alguns colegas.

Posição ainda mais extrema é a do *controle inadmissível*, derivada do aforismo lacaniano de 9 de outubro: se o analista só se autoriza de si mesmo, ele não tem que demandar a outro o controle de sua escuta, pois isto seria um sinal de que sua autorização não se realizou. Esta leitura produz, segundo Julien (1996), um

analista prematuro. Além do que, desconsidera a própria continuação do aforismo, pronunciada por Lacan no seminário *Les non-dupes errent* de 1974, a saber, ‘o analista não se autoriza senão por si mesmo... e alguns outros’ (citado por Julien, 1996, p. 53).

A pluralidade e contrariedade destas posições evidenciam que a análise de controle marca um ponto fundamental de cruzamento entre a formação e o ofício: estes não são processos paralelos ou que se sucedem, pelo contrário, compartilham elementos comuns do percurso.

Analista mestre: análise vigiada

A prática de procurar um outro para relatar-lhe um trabalho clínico evidencia uma relação assimétrica destes sujeitos com o saber. O iniciante que procura o analista de controle supõe-lhe um saber e, quando há a encarnação deste saber pelo outro, cria-se a figura do mestre-professor. O lugar social de professor remete à *posse* de um saber que será ensinado àqueles que assumem o lugar correlato, o de aluno. Não caberia uma digressão sobre a constituição desses lugares, já que as concepções de ensinar/aprender e do que sejam os lugares de professor e aluno são muito variáveis, conforme as concepções de sujeito que fundamentam as teorias da aprendizagem. A questão que provoca as aproximações e as divergências entre o lugar de professor e do analista de controle é a forma como estes se relacionam com a suposição de saber. Nas palavras de Menezes (1988),

O professor se propõe a comunicar ao aluno um conjunto bem definido de conhecimentos, recorrendo a técnicas e artifícios didáticos; o analista em posição de escuta de outro analista terá que proceder a uma certa suspensão, ao menos provisória, de seus conhecimentos, entregando-se a uma atividade associativa e elaborativa em sintonia com o que está sendo dito; nesta escuta, como numa sessão de análise, poderá permanecer muito tempo ouvindo nas brumas, até que as idéias comecem a brotar, ocasionais, hesitantes, ao longo do diálogo com o analista em supervisão. (p. 33)

A supervisão pedagógica ocorre quando alguém assume o lugar de porta-voz de um conhecimento acabado, o que resulta na produção de mestres em torno dos quais se constituem redes que asseguram tal conhecimento. Estes mestres tornam-se modelos identificatórios para aqueles que estabelecem sua rede de filiação sem questionar este processo. “O problema”, afirma Tanis (1988), “não se coloca lá onde a identificação nasce, onde o fantasma de filiação se desenvolve,

mas na sua cristalização e nos mecanismos intra ou extra institucionais que a favorecem, que visam perpetuá-la como sustentáculos de poder e prestígio” (p. 17).

A identificação do analista de controle com o mestre/professor aparece em alguns trabalhos de Hanns Sachs, Max Eitingon e Sandor Radó. A concepção de Eitingon expressa-se no texto que segue: “Protegemos os pacientes confiados aos iniciantes pelo controle que exercemos sobre seu tratamento e estando sempre prontos a retirar o caso do estudante para continuarmos nós mesmos o tratamento” (citado por Hoffmann, 1996, p. 75). Essa perspectiva considera a formação psicanalítica como uma aprendizagem a ser realizada com um analista experiente em que o iniciante seria um ajudante, um estagiário que poderia perder seu lugar no caso de verificação de erros técnicos. O controle é a prática de um psicanalista experiente que ensina regras de conduta ao iniciante a fim de evitar acidentes. Nesta posição adotada pelo instituto de Berlim e por aqueles que seguiram seu modelo, o analista de controle seria para o iniciante sua garantia e, ao mesmo tempo, seu vigilante (Julien, 1996).

Uma outra perspectiva propõe que o controlador seja aquele que permite ao sujeito analisar seu desejo de ser analista diante de determinado caso. A ênfase recairia na contratransferência³³ do psicanalista. Esta orientação da supervisão foi sustentada por Vilma Kovacs e é conhecida como posição húngara (M. Mannoni, 1992; Stein, 1992). Nesta, a supervisão é realizada pelo analista didata do candidato em formação, o que M. Mannoni critica por promover um único mestre quando o trajeto de sua formação deveria lhe possibilitar várias supervisões para que o sujeito não ficasse preso a um só mestre, correndo o risco de tornar-se seu discípulo.

O que ambas as concepções – a do Instituto de Berlim e a húngara - têm em comum, segundo Julien (1996), é o fato de verem o controlador como aquele que tem condições de dizer ao analista em controle qual é seu verdadeiro lugar, além de esperarem que um dia ele possa, por si mesmo, ocupá-lo. No primeiro caso, por um domínio da técnica, no segundo, por ter reconhecido a verdade da

³³“Conjunto de manifestações do inconsciente do analista relacionadas com as da transferência de seu paciente” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 133). Para Freud, o psicanalista deveria reconhecer e ultrapassar sua contratransferência e esta não deveria ser utilizada no decorrer do tratamento psicanalítico. Foi Ferenczi quem primeiro propôs a utilização desta manifestação do inconsciente do psicanalista no tratamento dos pacientes, proposta que, ao longo da história de teorias psicológicas criadas a partir da psicanálise, teve seus seguidores.

contratransferência. Apesar destas concepções compreenderem diferentemente o trabalho de controle, elas atribuem o poder de um analista sobre o outro.

A segunda escuta

A análise de controle revela o pedido de uma segunda escuta, é o espaço e tempo do psicanalista ouvir as suas enunciações sobre a sua escuta que se deu em um momento anterior. Esta experiência de dizer sobre os efeitos de sua prática diante de outro analista permite reconhecer seu ato e, ao fazê-lo, autorizar-se analista. A análise de controle não se trata, deste modo, de ensino/aprendizagem, pois o que está em questão é, como na análise pessoal, o saber inconsciente a conquistar.

Estas duas situações – a análise propriamente dita e a análise de controle - são lidas por Julien (1996) como dois lugares da psicanálise: *o dentro* – lugar em que o psicanalista conduz uma análise, e *o fora* – lugar em que fala com outros sobre seu trabalho. A psicanálise só se inventa se houver esse *fora* por meio do qual se possam ler os efeitos do ato analítico.

(...) se o controle é uma ‘super audição’, não é apenas porque o controlador ouve o que o analista em controle diz ter ouvido do analisante; é porque *o controlador tem de ouvir o que, logo em seguida, o analista em controle lê para ele em voz alta*, decifrando o que ouviu por meio do dito de seu analisante. A super audição é a audição do lido do ouvido [itálico meu]. (Julien, 1996, p. 54)

Desta maneira, assim como o psicanalista assume o lugar de escuta de um saber inconsciente, também o analista *de* controle escuta aquilo que o analista *em* controle fala sobre o que escutou na clínica. Não há um saber a ser ensinado, mas um saber a ser conquistado a partir da escuta de uma fala que traz no presente algo que se deu em outro momento. “(...) o que faz laço social entre estes dois analistas, controlador e controlado, é sua posição de leitores que lêem lado a lado o mesmo livro, decifrando a mesma linguagem cifrada que é o inconsciente” (Julien, 1996, p. 56).

O relato que o analista em controle apresenta não é mera repetição do que seu analisando lhe falou, é sim uma “refração” disto, na qual sua escuta está implicada nas palavras que enuncia. O analista de controle realiza uma *segunda escuta*, ou nas palavras de Lacan, uma “segunda visão” (citado por Hoffmann, 1996, p. 77). Essa trama de falas e escutas dá origem à idéia do terceiro - o paciente, o analista e o analista de controle – como fundamental para abrir espaço para o analista *escutar sua própria escuta*. O analista, ao escutar seu

paciente, ocupa a posição do terceiro, do mesmo modo, o controlador ocupa este lugar para o controlado. Ao realizar a análise de controle, o psicanalista pode aprender a se manter nessa posição de terceiro, assim como o faz o controlador, pois “é do ouvinte que depende o surgimento do sujeito que a ele se dirige” (Hoffmann, 1996, p.78).

Por outro lado, para que o analista de controle escute, é preciso que o analista do paciente tenha o que dizer sobre a análise que realizou, senão, seria o caso de recomendar um retorno deste a sua análise, ou, conforme M. Mannoni (1992), introduzir uma dimensão que falta à análise do candidato. Mais do que o relato sistemático ou registro da sessão, o que está em pauta na supervisão é também o inconsciente. Desta forma, “o supervisor deveria ajudar o analista a tomar consciência das referências com as quais ele funciona, a colocá-las em confronto com outras referências, ajudando-o a encontrar um estilo próprio(...)” (p.38). A supervisão é mais um espaço de abertura para o inconsciente.

É neste espaço com o outro que o analista abre mais uma oportunidade de se interrogar sobre sua prática. Nesta direção Tanis (1988) aponta que a formação psicanalítica não significa “se instalar num confortável transatlântico que nos leve ao suposto porto seguro das teorias inglesas ou francesas, ao reverenciamento dos mestres, mas aprender a navegar nas tempestuosas águas do inconsciente onde a transferência muda o vento sem prévio aviso” (p.18).

O psicanalista que ocupa o lugar de controle não o faz para formar discípulos que trabalhem como ele, pelo contrário, estar no lugar de psicanalista remete a uma escuta específica que Menezes (1988) ilustra com o exemplo que Freud traz da distinção feita por Leonardo da Vinci: não se trata, como em uma pintura, de inserir imagens em uma tela branca – *per via di porre* - mas “deixar que a estátua contida na pedra se revele, como na escultura (...)” – *per via di levare*. Na análise de controle, continua o autor, isso significa “(...) dar a possibilidade para um analista em início de formação de, através do processo de supervisão (...), que ele comece a encontrar seus próprios recursos de escuta analítica” (p. 34). O trabalho do psicanalista de controle, portanto, é marcado por sua escuta. “O supervisor escuta”, afirma Marques (2000), “o que vai além das palavras ouvidas, o que escapa, o que surge de estranho no conteúdo do discurso, o que surpreende em uma palavra ‘mal dita’ ” (p. 105). Tanto o psicanalista de controle como aquele em controle engajam-se neste trabalho, sobretudo, analítico.

A supervisão, além disto, é a via para o psicanalista compartilhar a solidão de sua clínica.

(...) parece impossível que um psicanalista possa funcionar sozinho satisfatoriamente. A situação analítica é muito difícil, muito envolvente; ela é semeada de armadilhas e de encantamentos, ela é minada pela angústia e pelo entusiasmo, a sedução e a rejeição; não, de fato, um analista não pode ser analista sem referente, sem lugar onde repercutir suas questões, sem tempo onde achar trégua, retirada e refúgio de elaboração e de recriação ou recreação. (Cournut, 1992, p. 130)

Embora haja outras tentativas de troca, tais como os encontros entre psicanalistas, a escrita e a própria análise, Cournut aponta a supervisão como o lugar privilegiado para romper a solidão. Por esta razão, arrisca-se a recomendar aos psicanalistas para que a realizem de tempos em tempos, assim como Freud recomendou que a cada período de cinco anos retornassem para suas análises. Desta forma, a análise de controle, como pilar da formação psicanalítica, não se circunscreve aos aspirantes, mas a todos aqueles cuja prática não calou o desejo de escutar-se da posição de psicanalista e de compartilhar sua solidão com outros. O que, ao fazê-lo, permite que a psicanálise rompa as amarras do saber já constituído e se projete na conquista da singularidade e do novo.

A despeito de tantas divergências, a análise de controle permanece como um dos pilares da formação psicanalítica, seja por uma exigência institucional, seja por um demanda genuína de falar a outro sobre sua escuta. A análise de controle é, de certa forma, o ponto mais evidente de cruzamento entre a formação e o ofício, haja vista que tanto a análise quanto o ensino podem se realizar isoladamente, sem uma vinculação necessária com o ofício. Já a análise de controle realiza-se quando a prática clínica do analista, que se autorizou como tal em outro momento, o incita a falar na busca de um saber a conquistar. Deste modo, o controle é tanto o enlace da formação com o ofício, quanto o enlace dos três pilares da formação: análise, ensino e supervisão. Ao falar de sua prática clínica a outro, o analista não só se reconhece em seu ato, como o põe a prova. Deste modo, a autorização não remete apenas a um processo passado exclusivo à sua análise, mas também às suas possibilidades de escuta e intervenção que expõe a outros analistas, sendo o controle uma via desta autorização, da passagem do privado para o coletivo.

A análise pessoal e a análise de controle constituíram-se como dois pilares do clássico tripé da formação e remetem a duas dimensões da Psicanálise, isto é, a Psicanálise como método de tratamento e como procedimento de investigação psíquica. Contudo, há uma outra dimensão que ainda não foi contemplada, qual seja, a Psicanálise como teoria sobre o psiquismo. É o ensino da Psicanálise – terceiro pilar da formação – que privilegia essa dimensão já enunciada por Freud. A abertura da clínica psicanalítica à novidade e à particularidade não exclui o papel da teoria no processo de formação.

O ensino como dobradiça: o giro particular sobre o eixo da teoria

Produto da investigação clínica e, ao mesmo tempo, constituinte do método psicanalítico, a teoria elaborada por Freud apresenta a história de sua descoberta e enuncia a ética psicanalítica. Demarca seus próprios limites e impulsiona à invenção. Ao dispor para o aspirante as descobertas de Freud, a teoria psicanalítica convida-o a refazê-la na leitura de casos clínicos, na sua própria análise e ao assumir o lugar de psicanalista. A despeito de sua relevância à formação, o ensino da teoria psicanalítica tem ocupado um espaço ínfimo nesta literatura.

A pesquisa bibliográfica é um dos primeiros passos quando se procede a uma investigação teórica. Este trabalho de levantamento de textos sobre determinada temática, por vezes, produz respostas a algumas perguntas da investigação apenas pelo resultado encontrado. Nesta pesquisa, observou-se uma característica no material produzido e veiculado sobre a formação psicanalítica. O tema aparece com frequência em livros e periódicos, porém, há uma peculiaridade nas questões que abordam. A formação psicanalítica é tratada, predominantemente, sob o ângulo da análise pessoal ou didática. Há também uma produção considerável sobre as instituições psicanalíticas, a história da psicanálise e a supervisão. A teoria psicanalítica, no entanto, praticamente não assume corpo nas discussões sobre a formação. O ensino é mencionado sucintamente como um dos pilares do tripé, porém, raramente encontra-se um texto específico, à exceção dos trabalhos sobre o cartel, que estabeleça essa relação entre o ensino da teoria e a formação do psicanalista³⁴.

Um grande número de psicanalistas participa de instituições e redes interinstitucionais, o que resulta, entre outras coisas, em discussões sobre a teoria psicanalítica. Uma ampla bibliografia abrange diversos aspectos desta teoria, porém, pouco se relaciona tal discussão com a formação em psicanálise. Se, por um lado, a teoria psicanalítica está no foco das atenções, por outro, sua importância é minimizada na literatura sobre a formação. Aventa-se a hipótese de

³⁴ Cabe fazer uma ressalva na distinção do ensino e da transmissão da psicanálise. “O que se ensina é a organicidade lógica do corpo teórico e seus operadores conceituais, e o que se transmite é a forma de lidar com ela, na sua operacionalização, não mais na sua cristalização como corpo teórico” (Souza, citado por Frizzo, 1993, p. 145).

que a insistência veemente no fato da psicanálise não se tratar de um conhecimento acabado a ser aprendido e que a convicção no inconsciente é resultante de um trabalho de análise enaltecem a clínica como lugar de transmissão, ao passo que a supervisão e, sobretudo, o ensino tornam-se acessórios nesse processo.

“O conhecimento da teoria não é suficiente para tornar ninguém analista. (...) Nenhum método geral permite encontrar a solução, que deve ser descoberta de cada vez. A teoria orienta (...) mas não pode predizer nem produzir soluções” (Schnaidermann, 1988, p. 12). Esta argumentação é freqüente na literatura sobre a formação, então, quando a teoria aparece é muito mais para destacar seus limites do que suas contribuições.

Cabe deter-se com mais atenção nesta suspensão da teoria psicanalítica quando se está à escuta do paciente. Como já se destacou em outros momentos deste texto, há uma grande preocupação de que a psicanálise se faça de um a um. Ou seja, de que sua construção teórica não seja um escudo à escuta, que não se torne uma teoria explicativa e que, com isto, perde a possibilidade de ouvir cada sujeito, sua particularidade, seu inconsciente. A teoria não está disponível para que se faça dela um crivo de escuta, ou ainda, um crivo de análise. Por todas essas razões, enfatiza-se que a formação psicanalítica passa, necessariamente, pela análise pessoal.

O conhecimento das obras de Freud não garante uma escuta psicanalítica. Porém, não é possível, ao mesmo tempo, negar que tal teoria a constitua, bem como a seu método de trabalho.

se a imagem da bela totalidade teórica pode servir à resistência, também é verdade que somente sobre a base de um saber já constituído é que se pode perfilar a dúvida metódica, coisa muito diferente da ignorância erigida em princípio e em ideal. (Mezan, 1993, p. 87)

Quando discorre sobre a produção do conhecimento científico, Freud (1915) discorda que este se dê, como por vezes se defende, a partir de conceitos básicos, desde o início, claros e bem definidos. Ao contrário, argumenta que toda atividade científica começa com a descrição de fenômenos, a partir do que se farão agrupamentos, ordenações e relações com outros. Na descrição de fenômenos, no entanto, já se aplicam idéias abstratas que não decorrem deste. A descrição é atravessada por idéias iniciais ainda pouco delimitadas. Por esta razão, Laplanche (1992) afirma que “a própria experiência, simplesmente para ser

percebida e dita, para ser simplesmente descrita, necessita de um primeiro enquadramento conceitual emprestado, improvisado” (p. 4). As idéias iniciais, a princípio indefinidas, ganham em precisão à medida que o material vai sendo elaborado. Chega-se a um acordo de sua significação a partir do material de que derivam, e que, ao mesmo tempo, está submetido a elas.

“A oposição entre um saber já sedimentado (...) e uma verdade pessoal e intransferível, revela-se, sob escrutínio, uma falsa alternativa”, aponta Mezan (1993) ao discorrer sobre o ensino da Psicanálise. Ele continua: “Nem o saber psicanalítico é tão sedimentado assim, nem a verdade pessoal cantona-se na esfera do inefável, do *insight* obtido no divã ou no elevador do psicanalista” (p.53). Apoiando-se em Laplanche, Mezan ressalta a imensa literatura psicanalítica e destaca que conhecer o que existe é o primeiro passo de qualquer pesquisa séria. A teoria psicanalítica orienta sobre o funcionamento psíquico e o processo analítico, porém, não oferece respostas ao problema particular apresentado por cada analisando. Assim, não é possível falar de uma aplicação da teoria a cada caso, contudo “um analista completamente virgem de qualquer contato com a teoria simplesmente não escutaria nada capaz de possibilitar intervenções eficazes” (Mezan, 1993, p.58). Para ilustrar a relação da teoria com a escuta clínica, Mezan recorre a uma imagem: “a teoria funciona como uma estrela polar para o navegante: fornece coordenadas para o percurso, permite alguma idéia do rumo a tomar, mas não é o alvo que se quer atingir” (p.58).

Sentar-se em uma poltrona e colocar-se no lugar de uma escuta específica já implica uma postura, que só se constitui como tal pois há atrás dela o percurso de todos aqueles que, ao assumirem este lugar, ouviram seus pacientes e teorizaram sobre tal escuta. Certamente, não se trata de uma escuta ingênua e a suspensão do que se tem sabido é entendida no sentido de que naquele momento não se está ali para fazer uma verificação da teoria, mas para, a partir do que já se sabe, pôr-se a ouvir o que não se sabe nem se poderia sabê-lo, pois se trata do outro, de sua particularidade. Assumir este lugar de escuta é dispor-se à surpresa que poderá, inclusive, dar origem a novas formulações teóricas. Neste sentido, a psicanálise não é inacabada, mas inacabável, pois de um a um ela se põe a existir.

Um outro ponto chave da questão é o fato de que, por um lado, a psicanálise propõe-se aberta à novidade e à particularidade, por outro, a instituição psicanalítica propõe a retidão das teorias, quando não a restrição à linguagem

reconhecida como única verdadeira. M. Mannoni (1989a) destaca a importância do analista manter-se aberto à invenção, “(...) disponível ao imprevisto e sensível ao humor” (p. 91). É o próprio tratamento que possibilita ao psicanalista proceder à sua pesquisa e, a partir desta, escrever a teoria. “Atitude que se opõe à do analista que espera da clínica somente a verificação de um ponto da teoria” (p. 91). Nesta perspectiva, a psicanálise mantém-se em permanente construção, na busca do saber inconsciente a ser conquistado em cada análise. O que M. Mannoni (1982, 1989a) evidencia é que a obra freudiana não deve ser sacramentada e, portanto, fechada a outras possibilidades. Aí se encontra o conflito entre a teoria psicanalítica e as instituições que se propõem a defendê-la. Conforme a autora, Freud não percebeu que ao se realizar a instituição por ele idealizada, a fim de preservar a psicanálise, estar-se-ia, ao mesmo tempo, “mumificando” sua obra. Tal instituição deveria atender a uma dupla exigência: “(...) como instituição, fazer-se guardião de um mito morto; como teoria, reinventar-se sem cessar, chocando-se então com o que, nos membros da instituição, se opõe a toda mudança e provoca a inércia ou a esclerose” (1982, p.58).³⁵

Embora haja uma relação inexorável entre teoria e clínica, por vezes, estas são reduzidas a pólos dicotômicos e simplistas. Uma das distinções estereotipadas denunciadas por Figueira (1991) é aquela que opõe os teóricos aos clínicos, como se os excelentes clínicos fossem teóricos fracos e os bons teóricos, maus clínicos. “Esse tipo de pensamento é um dos maiores obstáculos, na formação, para o desenvolvimento de analistas que possam efetivamente enfrentar o que considero o maior desafio e ao mesmo tempo a especificidade da psicanálise: a relação teoria/clínica” (p. 44). Acrescenta-se à elucidação de Figueira que tal dicotomização é, sobretudo, falsa, uma vez que se força uma separação pela aparência: teoria e clínica não são coisas estanques, mas duas faces de um mesmo trabalho, de uma mesma invenção.

Quando alguém se põe a escutar a partir da psicanálise, é impossível não ter alguma teoria, mesmo que esta não seja delineada e articulada desde o princípio.

³⁵ Este conflito presente nas instituições retrata o paradoxo presente na proposta psicanalítica de abertura à invenção e à particularidade, simultânea à exigência de fidedignidade às palavras de Freud e Lacan. Se realmente houvesse uma abertura ao questionamento, à dúvida e à invenção, por que toda oposição entre psicanalistas geraria uma cisão e, quase sempre, uma outra instituição? Que abertura é esta em que a invenção provoca exclusão? O material da pesquisa psicanalítica é aquele que se escuta na clínica e dele deve advir a teoria. Entretanto, qual a possibilidade do pesquisador-psicanalista realmente escrever sobre aquilo que ouviu na clínica? Exigência ambígua: escutar a novidade e escrevê-la, sem, no entanto, opor-se ao sacramentado.

Pode ser mesmo uma teoria que impede a teorização, mas nem por isso pode ser negado que há ali algo que sustenta essa posição. É neste sentido que caminha a argumentação de Figueira (1991),

(...) nosso exame, captação e registro da realidade não é nunca desarmado, ingênuo, aberto. Acho que freqüentemente confundimos não querer enfatizar a teoria ou querer sublinhar a experiência clínica com a tentativa de pensar sem teorias, 'sem nada saber', 'tudo aprendendo do paciente' etc". (p.46)

Essa confusão pode ser elucidativa da ausência do ensino da teoria na literatura sobre a formação.

A teoria não garante um psicanalista, mas também nenhum outro pilar – análise pessoal ou de controle – o faz em princípio. No entanto, retirar seu lugar neste processo ou secundarizá-lo é provocar uma lacuna, é abrir espaço para uma prática ahistórica e excessivamente idiossincrática.

O fundamental no ensino da Psicanálise e a abrangência das manifestações da cultura

Freud (1923a) define a psicanálise como:

(...) (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (p.253)

Neste texto a teoria psicanalítica aparece como resultante de um processo de investigação. Embora o seja, foi a sua elaboração que permitiu a constituição do método de pesquisa psicanalítico. Portanto, esta teoria é produto da investigação psicanalítica e, simultaneamente, produtora desta. A teoria não antecedeu nem sucedeu a investigação, foi sendo constituída com os mesmos passos da pesquisa. Teoria e método psicanalítico, embora não coincidam, são necessariamente dependentes um do outro. Por esta razão, a formação do psicanalista passa pelo conhecimento desta história em que uma teoria construída a partir da fala de pacientes - que até então não eram ouvidos porque considerados desprovidos de saber - possibilitou a elaboração de um novo método de pesquisa que, ao realizar-se, promoveu também o tratamento, já que em psicanálise pesquisa e tratamento coincidem (Freud, 1912b).

Não há como ignorar a importância da teoria no processo de formação psicanalítica. A história da psicanálise é a história de uma invenção que foi marginalizada por opor-se àquilo que era conhecido. Considerada por Freud (1917) um golpe no narcisismo dos homens, a psicanálise em toda a sua acepção – pesquisa, tratamento e teoria – deve marcar esta formação. Seu exercício requer a sua integridade, do contrário, aborta-se a própria psicanálise.

Acredito que o exercício da teoria é de um valor inestimável quando nos permite a reflexão sobre a experiência, o resgate do universal, a troca com os pares, mas se revela paralisador e ensurdecador quando se transforma em estatuto de verdade irrefutável a ser repetido até o cansaço. (Tanis, 1988, p. 18)

A exaustão da teoria psicanalítica não lhe é intrínseca, decorre do uso que se faz dela. Esta teoria, sobretudo, remete à vida e a experiência clínica a alimenta. Trata-se de um processo de ir e vir que só pode ser realizado à medida que se está imerso nestes dois movimentos que têm o mesmo referente – o psiquismo humano.³⁶

A teoria como produto da clínica e, ao mesmo tempo, ponto de partida da investigação aparece nas palavras de Freud:

Eu me oporia com maior ênfase a quem procurasse colocar a teoria da repressão e da resistência entre as *premissas* da psicanálise em vez de colocá-la entre as suas *descobertas*. (...) a teoria da repressão é um produto do trabalho psicanalítico, uma inferência teórica legitimamente extraída de inúmeras observações. (1914b, p. 26-27)

Tendo construído uma teoria a partir de sua escuta, esta se revelou fundamental à Psicanálise e, deste modo, passou a constituir seu método de investigação. É a partir daí que Freud sustenta que “qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos [a transferência e a resistência] e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus” (Freud, 1914b, p. 26). Ou seja, para Freud havia

³⁶ Um conhecido exemplo de mudança da teoria a partir da escuta clínica remete à sexualidade infantil. Tendo renunciado à teoria da sedução, Freud (1914b) escreve: “Por fim, veio a reflexão de que afinal de contas, não se tem o direito de desesperar por não ver confirmadas as próprias expectativas; deve-se fazer uma revisão dessas expectativas. Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas a traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática” (p.27). Freud se põe a reconstruir sua teoria sustentando-se na fala de seus pacientes, do que se pode inferir que a teorização anterior não obliterou o aparecimento do novo.

algo fundamental que caracterizava a psicanálise e isto se circunscrevia ao método de investigação psicanalítica. Tendo-o como suporte, os resultados alcançados poderiam ser outros que não aqueles que ele havia enunciado.

Apesar de inserir essa abertura, Freud não minimiza o lugar da teoria psicanalítica na formação. Em 1919, escreve sobre o ensino da psicanálise na universidade e aventa a sua importância na formação médica. Para além desta, propõe que a psicanálise estenda-se à arte, à filosofia, à mitologia, à literatura, à história da civilização e à religião. Tal abrangência do pensamento psicanalítico poderia ligar estas diferentes áreas, dando origem a uma *universitas literarum*. Quanto ao ensino da psicanálise na universidade, Freud afirma: “Esse menino [a psicanálise], na verdade, só pode ser ministrado de maneira *dogmática e crítica*, por meio de aulas teóricas; isso porque essas aulas permitirão, apenas, uma oportunidade muito restrita de levar a cabo experiências ou demonstrações práticas” [itálico meu] (Freud, 1919, p. 189).

Como é possível designar o ensino teórico da psicanálise de dogmático e, ao mesmo tempo, crítico? Dogma é um ponto fundamental e indiscutível de uma doutrina ou sistema, refere-se a verdades certas e indiscutíveis (A. Ferreira, 1997). Crítica, por sua vez, refere-se a “(...) faculdade de examinar e/ou julgar as obras do espírito, em particular as de caráter literário ou artístico (...)” (p. 501), remete a uma apreciação minuciosa, a um julgamento. A continuidade do texto de Freud elucida um pouco mais esta aparente contradição, uma vez que tais aulas teóricas permitem apenas de forma restrita que o estudante tenha acesso a experiências que poderiam demonstrar os pontos fundamentais da psicanálise. Desta forma, a teoria, em si, lhe é apresentada de forma dogmática, já que não lhe permite experimentar tal descoberta em si e em outros. Tendo demarcado este limite de um estudo teórico da psicanálise, Freud, ainda assim, destaca que esta deve ser analisada com minúcia e discernimento, o que se infere a partir da palavra *crítica*. A despeito destas argumentações, lembra que tal instrução não permite que o estudante aprenda a psicanálise propriamente dita. Dessa maneira ele pode aprender algo *sobre* psicanálise a partir da psicanálise, mas isto não o torna um psicanalista. Esta passagem traz alguns indícios do lugar da teoria na formação.

Em 1923, Freud descreve as pedras angulares de sua teoria.

A pressuposição de existirem processos mentais inconscientes, o reconhecimento da teoria da resistência e da repressão, a apreciação da

importância da sexualidade e do complexo de Édipo constituem o principal tema da psicanálise e os fundamentos de sua teoria. Aquele que não possa aceitá-los a todos não deve considerar-se a si mesmo como psicanalista. (Freud, 1923a, p.264)

Sucinto em seu dizer, Freud situa o que desta teoria é fundamental na instrução do aspirante e, desta forma, permite situar a relevância da teoria na sua formação: não se trata de um conhecimento enciclopédico mas, sobretudo, daquilo que a psicanálise trouxe à luz e que constitui seu alicerce. Há aí a constituição de uma escuta que se ergue sobre algumas descobertas/invenções, as quais, ao invés de proporcionar explicações, mostram o caminho – neste sentido, remete-se ao método psicanalítico.

(...) a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento, eu não conheço nada – o que eu sei é o *caminho* para fazê-lo chegar a este conhecimento; (...) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração de seu texto inconsciente; *analisar é um fazer saber e não saber fazer* [itálico meu]. (Schnaiderman, 1988, p. 13)

O ensino da teoria psicanalítica, na verdade, se faz para que a partir dela seja possível compreender que a investigação clínica é do âmbito do fazer saber e do particular. A teoria psicanalítica, sobretudo, aponta a suas possibilidades e seus limites.

Retomando a questão do ensino da psicanálise, em 1926, ao discorrer sobre o que é a psicanálise e o porquê de seu exercício requerer uma formação específica, Freud hipotetiza uma faculdade de psicanálise.

(...) nesta teria de ser ensinado muito do que já é lecionado pela escola de medicina: juntamente com a psicologia profunda, que continua sempre como a principal disciplina, haveria uma introdução à biologia, o máximo possível de ciência da vida sexual e familiarização com a sintomatologia da psiquiatria. Por outro lado, a instrução analítica abrangeria ramos de conhecimento distantes da medicina e que o médico não encontra em sua clínica: a história da civilização, a mitologia, a psicologia da religião e a ciência da literatura. A menos que esteja bem familiarizado com estas matérias, um analista nada pode fazer de uma grande massa de seu material. (Freud, 1926, p.236)

Neste texto Freud propõe que os estudos a serem realizados pelo aspirante a psicanalista, além de abranger os temas fundamentais da psicanálise – por ele

denominada, neste trecho, de psicologia profunda – deveriam abarcar outros ramos do conhecimento que permitam compreender a constituição do psiquismo, já que suas manifestações marcam a mitologia, a literatura, a história dos povos. Tanto a psicanálise se enriquece ao nutrir-se destas produções humanas, quanto tais áreas podem valer-se dela, segundo Freud, como método de pesquisa.

A partir destes textos de Freud (1923a; 1926) compreende-se que a instrução do psicanalista, portanto, tem dois eixos fundamentais: um deles consiste nos pontos cruciais da teoria psicanalítica, o outro requer o acesso às produções humanas de maneira geral, já que as formações do inconsciente não estão presentes apenas na clínica, senão inscritas nas obras da humanidade.

Por todo o dito, este pilar da formação psicanalítica não se constrói a partir da frequência em *cursos de formação*.

É impensável que uma instituição psicanalítica ofereça um curso de três ou quatro anos com um carimbo final, do tipo no primeiro ano estudamos Freud, segundo ano Klein, terceiro ano Winnicott, quarto Lacan. Um curso desse tipo alimenta a ilusão de uma posição de candidato que compromete a cura do sujeito. Por outro lado, não se pode dizer ‘você se interessa pela psicanálise, mas não terá acesso ao ensino até que sua análise esteja terminada’. É uma posição repressiva e sem efeito, pois quem quer se interessar pela psicanálise lê, estuda. A questão é como oferecer um ensino que não seja um curso de formação. (Calligaris, 1990, p. 14)

A formação psicanalítica é um processo sem início e fim preestabelecidos, embora haja um *mercado de formação* que promova, por vezes, tal expectativa. “A multiplicação, fenômeno latino-americano, de escolinhas que propõe cursos de psicanálise para psicólogos em quatro, três ou dois anos, pagamentos em várias prestações, tudo isso é uma ficção; mantém o sujeito numa promessa que certamente irá terminar atrapalhando sua cura” (Calligaris, 1990, p. 14). Para além disto, tais cursos apresentam-se como modelo de formação portador da verdadeira psicanálise. Tal endossamento de um discurso como o verdadeiro vai de encontro à Psicanálise, uma vez que promove a alienação, ao passo que ensinar psicanálise

(...) é um projeto de desalienação. Desalienação desta vez não do sujeito analisando, mas desalienação do discurso que se tem sobre o saber psicanalítico. O que se ensina é de fato um modelo metodológico que

subordina todo saber a uma interrogação e a uma colocação em questão. (Schnaiderman, 1988, p. 13)

O aspirante a psicanalista que procura instruir-se da teoria e do método psicanalíticos, além de outras áreas de conhecimentos como recomendou Freud, não será habilitado ao exercício da psicanálise seja por um outro tido como autoridade, seja pelo certificado de um curso.

Talvez seja mais incerto, talvez mais solitário, mas acho que devemos sempre colocar em questão nossas certezas teóricas, nosso orgulho narcísico, nossos modelos idealizados e, quiçá desta forma, nos aproximemos mais deste território tão fascinante e tão assustador que é o inconsciente. (Tanis, 1988, p. 18)

O ensino, como um pilar da formação, significa o conhecimento da teoria psicanalítica, porém, Freud destaca que há nesta algo que é fundamental - sem o qual não se pode chamar ao que se está fazendo de psicanálise - e algo que irá depender das investigações a que se procede. Além da teoria psicanalítica propriamente dita, o aspirante deve atentar a outras manifestações da cultura em que o psiquismo humano se revela, tais como a literatura, a mitologia, a história dos povos.

O que se faz questão: a invenção do cartel

O cartel é uma nova modalidade de ensino da Psicanálise, cujo funcionamento se sustenta na teoria psicanalítica. Foi no Ato de Fundação de sua Escola, datado de 21 de junho de 1964, que Lacan apresentou essa sua construção:

(...) adotaremos o princípio de uma elaboração sustentada num grupo pequeno. Cada um deles (temos um nome para designar esse grupo) será composto de três pessoas pelo menos, cinco no máximo, quatro sendo a medida certa, MAIS UMA encarregada da seleção, da discussão, e da solução a reservar ao trabalho de cada um. (Lacan, 1964/2002, p.91)

A esta nova modalidade de trabalho, Lacan denominou cartel, palavra a qual, segundo seus primeiros esclarecimentos tem origem etimológica na “(...) palavra cardo que, em latim, significa gonzo, dobradiça” (Jimenez, 1994, p.13)³⁷.

³⁷ Apenas a título de esclarecimento, no dicionário da língua portuguesa (A. Ferreira, 1997) encontram-se duas origens para a palavra cartel. Uma delas provém do italiano *cartello* e significa: “1. Carta de desafio; provocação, afronta. 2. Anúncio, dístico, cartaz. 3. Acordo entre chefes militares beligerantes acerca de medidas de interesse comum ou vantagem recíprocas, sobretudo troca de prisioneiros” (p. 360). A outra origem desta palavra provém do alemão *Kartell*

Gonzo é uma palavra originária do francês e significa uma “peça dupla, formada de dois anéis de ferro enganchados (...) um dos quais se prega em uma peça fixa e outro na peça que se pretende fazer mover sobre a primeira (...)” (A. Ferreira, 1997, p. 858). Dobradiça, por sua vez, traz a figura de uma peça de metal, com eixo comum que permite o giro de um dos objetos a ela fixados. A partir destas conexões entre cartel e os significados daquelas palavras das quais advém, é possível pensá-lo, desde este ponto, como espaço de articulação: como ponto de esteio tem-se a teoria e o método psicanalíticos; já a peça móvel é aquela produzida pelo sujeito que leva ao cartel uma questão própria. O cartel seria, então, o dispositivo de articulação entre a teoria psicanalítica e a inquisição particular, própria da investigação de cada um.

Esta metáfora – do cartel como dobradiça, gonzo – resgata o que se tinha escrito anteriormente sobre o ensino da Psicanálise e seu ponto paradoxal: uma peça fixa e, ao mesmo tempo, uma estrutura que permite à outra o movimento. A existência da dobradiça só tem sentido à medida que há essas duas peças a serem articuladas: um ponto que serve de referência sobre o qual o eixo comum possibilitará o movimento de uma outra peça. De um lado, a psicanálise em toda a sua aceção, do outro, a necessária inquisição que conduz a uma produção particular, na qual o sujeito está implicado.³⁸

Esta nova modalidade de trabalho, inventada por Lacan, tem sua inspiração na psiquiatria inglesa desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial (Gonçalves, 2004).³⁹ Lacan foi à Inglaterra quando a guerra havia recém terminado e lá pôde conhecer o trabalho de dois psiquiatras que, diante de situações adversas, inventaram um novo método de trabalhar com grupos de soldados considerados inadaptados, delinquentes e débeis. Lacan reconheceu em Bion e Rickmann a força criativa que lhes permitiu produzir um trabalho lá onde se impunham dificuldades. Neste sentido diz: “Nele reencontro a impressão de milagre dos

e seu significado consiste num “acordo comercial entre empresas produtoras, as quais, embora conservem a autonomia interna, se organizam em sindicato para distribuir entre si cotas de produção e os mercados, e determinar os preços, suprimindo a livre concorrência” (p. 360). Na língua portuguesa, portanto, nenhum dos significados encontrados no dicionário dão conta desta organização inventada por Lacan, tampouco citam como origem a palavra cardo.

³⁸ Jimenez (1994) identifica esse movimento de articulação inferido das palavras gonzo e dobradiça na intersecção da *psicanálise em intensão* – a análise propriamente dita – e a *psicanálise em extensão* – o trabalho sobre a teoria.

³⁹ Devo essa primeira remissão ao psicanalista Juan Carlos Montero que na banca de qualificação do projeto de mestrado recomendou que não fossem pesquisadas fontes secundárias, mas que se tivesse contato direto com o texto lacaniano. Naquele momento citou os textos fundamentais para a compreensão do cartel, entre eles, *A psiquiatria inglesa e a guerra* (1947) e *D'Éclage* (1980).

primeiros avanços freudianos: encontrar no próprio impasse de uma situação a força viva da intervenção” (1947/2003, p.113).

Os campos de batalha haviam deixado para traz um grande número de soldados que lotavam os hospitais militares. Esta condição que impedia o atendimento psiquiátrico individual, contudo, forçou Bion e Rickman a pensar em outro tipo de trabalho.

(...) seria formado um certo número de grupos, cada um dos quais se definiria por um objeto de ocupação, mas eles ficariam inteiramente entregues à iniciativa dos homens, isto é, cada um não apenas se agregaria ao grupo a seu critério, como também poderia promover um novo grupo conforme suas idéias, com a única limitação que o próprio objetivo fosse novo, ou seja, não criasse um duplo emprego com o de outro grupo. (Lacan, 1947/2003, p.114)

Todos poderiam voltar para a forma de alojamento, se assim o desejassem, desde que o declarassem à supervisora. Também era sabido que haveria uma reunião diária onde estes sujeitos relatariam o andamento do trabalho.

Além do trabalho com grupos no centro de reeducação, Lacan menciona a seleção de oficiais, na qual realizava-se uma série de testes que se estendiam por um estágio de três dias. Estes são descritos sucintamente por Lacan, detém-se, entretanto, em uma prova específica: a do *grupo sem líder*.

Constituem-se equipes de cerca de dez sujeitos, nenhum dos quais é investido de uma autoridade preestabelecida; uma tarefa lhe é proposta, que deve ser resolvida em colaboração e cujas dificuldades escalonadas concernem à imaginação construtiva, ao dom da improvisação, às qualidades de previsão e ao sentido do rendimento. (...) Durante a prova alguns sujeitos destacam-se por suas qualidades de iniciativas e pelos dons imperativos que lhes permitiram fazê-las prevalecer. Mas o que o observador notava era menos o que aparecia da capacidade de liderança em cada homem do que a medida em que ele sabia subordinar a preocupação de se fazer valer ao objetivo comum, perseguido pela equipe e no qual essa medida devia encontrar sua unidade. (Lacan, 1947/2003, p. 119)

A psiquiatria inglesa e a guerra não é um texto em que Lacan introduz a noção do cartel, mesmo porque, tal experiência se dá quase vinte anos antes da invenção de sua Escola. Porém, há neste trabalho alguns indícios dos conceitos que articulará mais tarde: a reunião de sujeitos em torno de um tema/uma tarefa

que é de interesse de cada um; o resultado do trabalho e seus impasses apresentados a uma coletividade; a não existência do lugar de líder/mestre.

A formulação do cartel constituiu-se também a partir do texto freudiano de 1921 – *Psicologia do grupo e análise do eu*, afinal, Lacan procurou inventar um modo de trabalho em que a reunião das pessoas não se sustentasse na pessoa do líder/coordenador/professor, mas no desejo de saber próprio de cada um. Neste sentido, ao invés do líder, tem-se o *mais-um*. Sua tarefa é “(...) fazer com que cada componente do cartel realize um trabalho pessoal e não se deite no conforto de fazer o que o mestre mandar e de aprender o que o mestre ensinar” (Quinet, 1994, p. XVI). O mais-um é aquele que provoca a elaboração, zela para que seus membros se coloquem na busca de um saber a conquistar e o faz porque o tema de interesse dos cartelandos também se faz questão para si. Esta seria a ética do mais-um, não aceitar fazer parte do cartel apenas porque foi escolhido pelos cartelandos ou porque lhe é suposto deter um saber sobre o tema, mas sim porque o tema o mobiliza, o provoca (Jimenez, 1994).

Não há um saber constituído a ser demonstrado ou ensinado pelo líder, mas um saber a ser produzido por cada um a partir do incentivo e da indagação do mais-um. A função do mais-um é bastante problematizada na literatura sobre os cartéis e a ênfase em diferenciá-lo do líder reduz, em alguns casos, sua significância de modo que “chegam a pensar que quanto mais apagados melhor” (Forbes, 2004). O fato de ser o trabalho de cada um não enfraquece a função do mais-um: se a função do mais-um não é a de líder ou a de muleta segura, também não se reduz a visitas esporádicas ao cartel.

As respostas às questões levadas por cada um não estão prontas ou serão disponibilizadas, pelo contrário, estas dependem do trabalho pessoal e da implicação do sujeito com o processo de pesquisa. Em um cartel, cada um entra com um projeto, que, embora tenha pontos de enlace com outros, será produzido pessoalmente e aberto a todos em um momento determinado. “Ningún progreso es esperable, sino una exposición a cielo abierto periódica de los resultados y de las crisis del trabajo” (Lacan, 1980/2000). Deste modo, o trabalho do cartel que se dá no âmbito privado – controle interno – resulta numa produção pessoal que será exposta no âmbito público – controle externo (M. A. L. Silva, 1994).

Para definir o mais-um, Jimenez (1994) lembra a figura de Sócrates. Primeiro porque este assumia o lugar de provocar o outro para que este pudesse produzir

um saber que não fosse fruto de fórmulas prontas mas de suas insígnias⁴⁰. “Ele mesmo [Sócrates] não sabe nada, diz, mas tem a habilidade de fazer nascer o saber dos interlocutores, de fazê-los dar à luz seus próprios pensamentos” (p. 17). Por outro lado, Sócrates tinha em mente o impossível: “(...) a única sabedoria possível é o Saber sobre a própria ignorância” (p. 17). A escolha do *mais-um* vai ao encontro daquele que se interroga sobre o tema em questão – que é justamente o que faz laço entre os sujeitos do cartel - e o desejo de desvendá-lo faz circular o saber. A sua questão é o que possibilita a produção de saber nos outros sujeitos.

A lógica do cartel constitui-se a partir da lógica da formação psicanalítica: “(...) a de transformar a transferência dirigida para alguém que sabe e a quem se pede que ensine numa transferência de trabalho (...)” (Jimenez, 1994, p. 12), ou seja, o desejo de saber leva à pesquisa teórica e à sua articulação com a clínica. Esta autora considera que a exigência ética do *mais-um* é, justamente, promover a transferência de trabalho. O que se transmite, neste ensino, é, nas palavras de M. A. L. Silva (1994) “Este ‘não saber’ que não se confunde com ignorância passiva, mas que é a condição mesma de interrogação sobre a verdade e sobre o impossível de ser dito – não se pode dizer tudo” (p.90).

Nessa experiência o laço é realizado por uma questão, uma questão própria a cada um, que demanda resposta. Que essa resposta não está já aí, no Outro, é o ensino da psicanálise. Que ela dependa do trabalho do sujeito e que seja necessário que ele ponha algo de si é o que ensina o discurso do analista (...). (Cabas, 1994, p.52)

Se no cartel as pessoas se reúnem por compartilharem questões próprias que de certa forma se enlaçam, o que as une é o desejo de saber e não a identificação entre os pares. Para preservar essa forma de trabalho, o cartel tem um tempo delimitado, é um espaço transitório, pois desde seu início sabe-se que chegará o momento de dissolvê-lo em um ou dois anos (Jézéquel, 1996). O momento de dissolução evita o efeito de “cola/grude” (Lacan citado por Jimenez, 1994, p. 14) entre os participantes, já que se realiza uma permutação a cada constituição de cartel.

⁴⁰ A produção de um saber a partir de suas insígnias significa que este advém daquilo que é mais próprio do sujeito. O exemplo dado por Jimenez (1994) é o seguinte: “procura um militar, um senhor da guerra, para provocá-lo a produzir uma elaboração sobre sua insígnia, a coragem; ou procura um mestre em geometria pra interrogá-lo sobre a ciência. Os interlocutores são

A proposta lacaniana do cartel abre um novo espaço na instituição para o estudo da teoria psicanalítica. Um espaço que se constitui com outras pessoas que compartilham de uma interrogação até certo ponto convergente. Esta invenção permite que se estude a teoria a partir dela própria, uma vez que seus conceitos criaram o método de trabalho, método este que evidencia a ética psicanalítica: a implicação do sujeito na produção do saber. Dobradiça entre a psicanálise como teoria-método-tratamento já constituídos e aquilo que está por ser inventado, pensado, escrito, o cartel é uma forma de organização em que cada um está implicado e que, por essa razão, resulta numa produção particular.

Por fim, a relação entre o cartel e a instituição psicanalítica. Embora este seja constituído dentro da instituição, não pertence a ela. Seus participantes ligam-se à Escola por meio de seu desejo de investigação, porém, não são necessariamente membros desta Escola. É chegado o momento de se dar mais um passo neste percurso e perguntar sobre as instituições que, ao longo dos anos, se organizaram para manter a psicanálise na cultura e promover a formação dos psicanalistas.

estimulados a abandonar as fórmulas aprendidas, os conceitos consagrados pelo uso, para passar a elaborar suas próprias idéias” (p.17).

Arena Psicanalítica

A instituição psicanalítica, desde seu princípio, teve como objetivos a transmissão e a difusão da psicanálise. Somou-se a isto a organização do movimento psicanalítico, o apoio aos psicanalistas e a elaboração de respostas às críticas que a psicanálise recebia no início do século XX. Oferecer uma formação apropriada àqueles que desejavam exercer a psicanálise era uma forma de protegê-la e difundi-la, portanto, a formação de psicanalistas é uma das fortes razões de ser dessas instituições. A sua história, contudo, não se fez apenas de enlaces entre analistas, pelo contrário, foram suas cisões que marcaram, com cores fortes, esta história.

As primeiras deserções são descritas por Freud (1914b) em *A história do movimento psicanalítico*: trata-se do rompimento de Jung e Adler, os quais haviam criado teorias incompatíveis com os fundamentos da psicanálise e que, no entanto, continuavam sob seu teto. Freud inicia seu texto demarcando a necessidade de distinguir a Psicanálise de outras coisas que acabaram usurpando seu nome.

(...) ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise, em que ela difere de outras formas de investigação da vida mental, o que deve precisamente ser denominado de psicanálise e o que seria melhor chamar de outro nome qualquer. (Freud, 1914b, p. 188)

Apesar da decepção com Jung, uma vez que havia investido nele suas expectativas, o que incomodava particularmente a Freud neste caso não era o fato de Jung e Adler terem abandonado a Psicanálise, mas o de se declararem psicanalistas tendo produzido uma outra teoria. Deste modo, diz conceder aos críticos o espetáculo que estavam esperando “os psicanalistas degladiando-se entre si” (Freud, 1914b, p. 57). Certamente isto lhe era custoso naquele período, porém, o silêncio, acreditava, seria ainda mais prejudicial à sua jovem invenção⁴¹. O que estava em questão naquele momento era o que é a Psicanálise e os desvios que estava sofrendo nos caminhos tomados por Adler e Jung⁴². Freud

⁴¹ Ao passo que Freud abria mão do silêncio em um período tão delicado para a Psicanálise como o início do século XX, anos depois, psicanalistas que se pretendiam freudianos vão impô-lo como condição de pertencimento à IPA (Vianna, 1994).

⁴² Adler fundou a Sociedade de Psicanálise Livre. Este nome, porém, confundia o público. Foi um alívio a Freud quando Adler rompeu de vez com a Psicanálise e denominou o seu trabalho de

compara a modificação da Psicanálise proposta por Jung à famosa faca de Lichtenberg: “Mudou o cabo e botou uma lâmina nova, e porque gravou nela o mesmo nome espera que seja considerada como o instrumento original” (1914b, p.73).

A questão levantada por Freud em razão destas deserções continua atual. Por um lado, tem-se a psicanálise que comporta a abertura a novas descobertas e invenções; por outro, tem-se os desvios, ou seja, invenções que descaracterizam a psicanálise. Escrevendo nestes termos, parece fácil distinguir o que é psicanálise e o que é desvio, mas na prática esta separação traz à tona uma série de questões. Como protegê-la sem enrijecê-la? O que é fundamental para se denominar a teoria e o método de tratamento de psicanalítico? Se estas questões fossem fáceis de responder não haveria tantas instituições defendendo a psicanálise, o que lhe é legítimo, e procurando preservá-la dos desvios, promovidos por outras instituições, que por sua vez, também se consideram legítimas em detrimento das primeiras. Uma das problemáticas que atravessa esse século de Psicanálise e de suas instituições é justamente a legitimidade do que se faz sob o seu nome.

Outra questão recorrente que deu origem a diversas cisões, culminando com a excomunhão de Lacan e sucessivas dissoluções, é a formação do psicanalista. Sua normatização é um ponto convergente das críticas às instituições que se tornam engessadas pela burocracia e por regras que soterram o desejo.

Freud pensou que asseguraria a continuação da psicanálise criando uma instituição que tomasse a responsabilidade ética da formação dos analistas. Mas se a resposta à pergunta de como se chega a ser psicanalista for burocrática, o cerne da experiência do inconsciente se perde e, com ela, a psicanálise mesma. (Brasil, 1990, p. 22)

Desta forma, delineia-se o paradoxo da instituição: ao organizar-se para proteger a psicanálise e perpetuá-la, produziu-se uma estrutura que aborta a própria psicanálise, pois minimiza o lugar do inconsciente e do desejo na formação.

A psicanálise acabou reduzida justamente por aqueles que pretendiam preservá-la. A investigação e a interrogação, típicas à atividade psicanalítica,

Psicologia Individual. Quanto a Jung, o mal-estar foi sentido no Congresso de Munique, em 1913, após o qual os analistas dispersaram-se sem a vontade de reunir-se novamente. Como dizia que sua teoria não se baseava em outras observações, mas na reinterpretação das mesmas, ou seja, daquelas feitas pelos psicanalistas, não queria abrir mão deste título. A invenção de Jung recebeu, posteriormente, o nome de Psicologia Analítica.

tiveram seu espaço obscurecido pela subserviência à instituição e, com isto, a particularidade do sujeito – ponto central na psicanálise – não foi garantida nas relações institucionais, dando lugar à produção do mesmo, do homogêneo. Neste sentido,

(...) de uma ética a psicanálise se transforma numa moral (...) onde a inventividade singularizante dos analistas se silencia na reverência sacralizante da instituição analítica e da sua linhagem. Com isso, a psicanálise se transforma numa seita fundamentalista, onde o enunciado de qualquer diferença e o exercício da crítica são imediatamente transformados num ‘ataque’ à psicanálise, pois o funcionamento institucional se inscreve num registro eminentemente narcísico. (Birman, 1994, p.160)

A grande virada da Psicanálise é fazer com que o sujeito se coloque como objeto de investigação, é questionar as respostas já sabidas e abrir-se ao novo, ao particular de sua experiência. Realizá-la é colocar-se também na posição de investigador e esta experiência, considerada fundamental na formação de um psicanalista, implica uma abertura ao questionamento das certezas já constituídas. Há um saber a conquistar a partir das manifestações do inconsciente. Sendo este o lugar da psicanálise, uma instituição que tenha por objetivo mantê-la viva, deve abarcar esta abertura que lhe é fundamental. No entanto, em alguns casos, a instituição se tornou um lugar de habilitação profissional ou de defesa de profissionais que exercem atividades idênticas. Nestas condições, aqueles que não fazem nela a sua formação, ou não se mantêm absolutamente dentro das normas, são considerados desviantes e, por conseguinte, excluídos da legitimidade. Esta posição dogmática provoca uma analogia com a religião: “A psicanálise institucionalizada tornou-se, como já se está cansado de saber, uma autêntica religião... com o agravante de ser muito pouco espiritualizada” (Kupermann, 1999, p. 52).

Esta crítica às instituições psicanalíticas que inculcam uma *verdade* naqueles que as procuram e onde a investigação dá lugar à conformidade, com frequência, é referida às instituições filiadas a IPA⁴³. Tais instituições têm uma organização

⁴³ Frizzo (1993) realiza um trabalho - “Vicissitudes da formação de psicanalistas no Rio Grande do Sul: estudo comparativo de duas instituições” - no qual uma destas instituições é a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), reconhecida pela IPA como filiada em 1963. Neste estudo é possível conhecer a proposta de formação psicanalítica desta instituição, sua estrutura e as críticas tecidas à mesma. Katz (1984) também apresenta uma análise de três instituições distintas: a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) filiada à IPA, o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (Ibrapsi) e o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Embora as críticas sejam

burocrática que torna mais visível seu engessamento, além do que, adotaram historicamente uma política de exclusão daqueles que não compartilhavam suas normas técnicas. Na Associação Psicanalítica Internacional, afirma Roudinesco (2000), a normatização custou a originalidade, o debate político e intelectual. Contudo, há de se questionar se apenas a estas instituições pode-se aferir tal crítica. Basta resgatar a história do movimento psicanalítico e verificar que o questionamento, independentemente da facção, é gerador de cisões e novas instituições. O fato de a Associação Psicanalítica Internacional apresentar explicitamente um modelo de formação e declarar abertamente a exclusão daqueles que não adotam suas normas torna-a alvo comum de críticas variadas. Isto não significa que instituições que adotem outras formas de organização e que não se prendam tão veementemente a normas técnicas sejam mais acolhedoras do espírito investigativo. Afinal, é sabido que a investigação é possível sempre dentro de determinados limites. A restrição implícita à leitura de determinados autores que participam de instituições *concorrentes* ou a antipatia às publicações de determinadas editoras evidencia que a pesquisa pode se realizar, desde que dentro do que é permitido, ou seja, há aí uma intimidação intelectual.

A busca pela legitimidade freudiana é almejada por todos, o que as diferencia fundamentalmente é aquilo que consideram legítimo, isto faz com que delimitem o território em que é possível transitar na pesquisa psicanalítica. Todas, a seu modo, procuram preservar a psicanálise e, para fazê-lo, restringem a investigação àquilo que consideram psicanálise, evitando a troca com os desviantes. Ao

particulares a cada uma destas instituições, estas guardam algo comum: o uso do poder coercitivo das instituições psicanalíticas, a intolerância, a expulsão daqueles que manifestam uma posição divergente ou questionadora e a ridicularização dos que não pertencem às instituições ou não compartilham de uma mesma leitura da psicanálise. Problemática ainda mais grave é a enunciada pela psicanalista Helena Besserman Vianna (1994), a qual apresenta o comprometimento dos dirigentes da SPRJ e da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) com o regime militar. Na década de 1970 Vianna denunciou o médico Amílcar Lobo – então candidato à formação psicanalítica na SPRJ – por participar de torturas a presos políticos. Na época, as sociedades citadas - na figura de seus dirigentes – preocuparam-se em punir não o torturador, mas aquele que havia feito a denúncia. A história contada por Vianna ilustra uma seqüência de lapsos e esquecimentos não só dos dirigentes destas sociedades do RJ mas da própria IPA. Além disso, a autora explicita relações dos psicanalistas alemães com o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Embora distante geograficamente, estas histórias contêm várias conexões, sobretudo, a mesma justificativa para os atos comprometidos de seus dirigentes: tudo se fez para salvar a psicanálise, manter a neutralidade e o apoliticismo. A pergunta subsequente é que psicanálise se quer salvar? A Helena Bessermann Vianna foi pedido que não contasse a ninguém sua história, que é também a história das instituições psicanalíticas do RJ e da IPA. Nada parece tão estanho quanto um pedido de silenciamento enunciado por psicanalistas, sujeitos supostamente comprometidos com uma ética investigativa do fazer falar e da busca pela verdade.

abordar essa querela das instituições psicanalíticas, mais especificamente na França, Roudinesco (2000) assinala:

É forçoso constatar que existem, em todos os grupos psicanalíticos franceses bons e maus praticantes. Com efeito – e esse é um fenômeno novo hoje em dia – já nenhuma sociedade detém o monopólio da boa clínica. Todas foram enfraquecidas pelas cisões, pelos conflitos e pela esclerose institucional, e todas perderam prestígio a tal ponto que inúmeros terapeutas já não procuram aderir a elas, ou, ao contrário, não hesitam em ser membros de duas (ou três) instituições ao mesmo tempo. (p. 159)

Apesar de suas diferenças, as instituições psicanalíticas compartilham - além da busca pela legitimidade e da oposição àquilo que é considerado desviante - os conflitos, as cisões e, por último, têm compartilhado, até mesmo, alguns participantes. Talvez este seja um indicativo de que se esteja questionando o lugar de *uma* instituição como o de portador exclusivo da psicanálise.

A despeito dos conflitos interinstitucionais acerca do que consideram como legítimo em psicanálise e dos problemas intrainstitucionais, como as relações entre os membros, a instituição psicanalítica é um lugar de troca entre aqueles que exercem a psicanálise. Sua existência é uma forma de promover o encontro de psicanalistas cuja prática clínica é bastante solitária.

Desta maneira, partimos da pressuposição de que a instituição analítica *deve* ser um lugar social que constitua as condições de possibilidade para a produção e a reprodução da psicanálise. Para isso, a instituição analítica deve funcionar como um *espaço simbólico* que permite o estabelecimento de relações de troca entre os analistas, onde esses possam comunicar as suas experiências clínicas, nos impasses que essas colocam e nas possibilidades que indicam para o desenvolvimento do saber psicanalítico. (Birman, 1994, p. 146)

Tais instituições, advoga Birman, têm como objetivo social a produção e reprodução da psicanálise. Entretanto, destaca o autor, esta política deve estar em conformidade com a ética da psicanálise, pois não interessa que esta se difunda de qualquer maneira.

(...) a instituição psicanalítica deveria ser o lugar onde os analistas se encontrassem para que, no reconhecimento de suas diferenças, pudessem constituir um espaço simbólico que possibilitasse sustentar a tragicidade da

experiência psicanalítica, no que esta implica de impasses e de obstáculos cruciais para a produção do sujeito da diferença. (Birman, 1994, p.155)

Entretanto, o funcionamento das instituições está longe de reconhecer as diferenças. Birman (1994) considera um escândalo ético “(...) a impossibilidade de convivência com a diferença (...) pois o que se registra é uma verdadeira intolerância (...)” (p. 155-6). Apesar do discurso psicanalítico sustentar-se na particularidade do sujeito, nas instituições a diferença é interpretada como ameaça e tal intolerância não é privilégio de uma ou outra instituição. Por vezes, a inquisição traz à tona o *quem está falando*, remetendo a uma hierarquia de valor, como se fosse possível ser mais ou menos psicanalista, ao passo que a ruptura fundamental está em ser ou não psicanalista.

A dificuldade das instituições em suportar a diferença é problematizada também por Ceccarelli (2004). Este autor resgata na constituição do sujeito os momentos em que o narcisismo primário é ameaçado por perturbações do mundo externo ou sensações de desprazer causadas por estímulos internos que o sujeito ainda não reconhece como seus. Estas imposições do mundo interno e externo que perturbam a

indiferença primordial, lançam para o sujeito humano aquilo que há de mais insuportável: a questão da diferença; o diferente, o outro, o estrangeiro interno-externo são experimentados como ameaças narcísicas e provas da castração que devem às vezes, a todo custo, ser mantidas afastadas.

Essa intolerância à diferença remete a uma ameaça ao narcisismo, já que a apresentação do outro faz com que se questione as certezas estabelecidas. A estranheza provocada pela diferença faz questionar as posições já assumidas, impulsiona a rejeição uma vez que retira o sujeito de um estado de estabilidade e o joga em uma tensão causadora de desprazer. “Negar a diferença é persistir numa posição narcísica onde o outro, o que não pensa como eu, o estrangeiro, transforma-se em inimigo” (Ceccarelli, 2004).

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930a) põe em questão o ditame *amarás ao próximo como a ti mesmo*. Não havendo motivos razoáveis para compreender esta exigência, Freud a apresenta como uma resposta da civilização para limitar a agressividade humana. “A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sobre controle por formações psíquicas reativas” (p. 117). Porém, mais elucidativa é a passagem em que Freud menciona o

escoadouro para esta pulsão nos pequenos grupos: a hostilidade contra os intrusos.

É sempre possível reunir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade. (...) são precisamente comunidades com territórios adjacentes, e mutuamente relacionadas também sob outros aspectos, que se empenham em rixas constantes, ridicularizando-se umas às outras, como os espanhóis e os portugueses, por exemplo, os alemães do Norte e os alemães do Sul, os ingleses e os escoceses, e assim por diante. Dei a esse fenômeno o nome de narcisismo das pequenas diferenças, denominação que não ajuda muito a explicá-lo. (p.118-119)

Esse amor aos membros do grupo e intolerância ao outro – próximo, mas diferente – já havia sido abordado por Freud (1921) em *Psicologia do grupo e análise do ego*. É justamente essa característica que destaca: “(...) o amor para todos aqueles a quem abrangem, ao passo que a crueldade e a intolerância para os que não lhes pertencem, são naturais a todas as religiões” (p.110). Porém, esta característica não é exclusiva do meio religioso. Assim também operam os regimes totalitários e quicá “se diferenças entre opiniões científicas chegassem um dia a atingir uma significação semelhante para grupos, o mesmo resultado se repetiria mais uma vez com essa nova motivação” (p.110). O estranhamento provocado por essa sentença de Freud não é a comparação entre a ciência e a religião, mas o fato deste remeter a intolerância do meio científico ao futuro: “se... chegassem um dia...”. Por que afinal esta hipótese lançada ao futuro? Aqui só se pode supor certa dose de ironia. Afinal não havia sido Freud vítima desta hostilidade ao expor no cenário científico algo que ia de encontro às teorias da época? A aversão à psicanálise revela justamente essa intolerância à diferença, ao novo que vem desestabilizar o percurso mais ou menos retilíneo das descobertas científicas do início do século passado.

Este amor compartilhado entre os membros do grupo, propõe Freud (1921), decorre de um laço afetivo com aquele que assume o lugar de líder: pai. Freud analisa a igreja católica - na qual o amor *de* Cristo torna os membros deste grande grupo irmãos *em* Cristo - e o exército, grupo estruturalmente diferente, mas que compartilha deste amor do comandante-chefe por seus soldados. Embora este laço entre os membros do grupo decorrente do amor equânime do líder por seus filhos – leia-se também afiliados – seja elucidativo de algumas

situações vividas pelas instituições psicanalíticas, a proposição de Freud de que uma idéia, abstração, um desejo pode ocupar esse lugar do líder talvez seja ainda mais fértil no âmbito psicanalítico. E tem mais: “o líder ou a idéia dominante poderiam também, por assim dizer, ser negativos; *o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição* poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva” [itálico meu] (p.111).

Nas instituições aparece certa servidão à figura do líder que pode ser o analista didata ou um chefe/autor/professor a quem se deve certa obediência teórica (Birman, 2002). Embora inconfessável pelas instituições, seus membros e participantes têm pouco poder crítico frente a estas figuras. Daí que as possibilidades de invenção, de surgir novas idéias, de ousar, acabam sendo minimizadas pelo receio de ser excluído, marginalizado. “Ninguém pôde inventar mais nada sem conhecer o gosto da dissensão e da exclusão” (Frizzo, 1993, p. 50). A instituição que não se abre ao pluralismo e à diferença entre os membros torna-se dogmática e, segundo Birman, sua teoria ganha status de doutrina. Nestes casos, o pertencimento a um grupo institucional torna-se fundamental na definição do psicanalista.

A questão da filiação e da origem é recorrente no meio psicanalítico: a investigação sobre quem foi analisado por quem sugere que há uma linha de transmissão, como se a psicanálise se transmitisse de geração à geração de analistas⁴⁴. Além disto, a convivência intramuros – nas instituições psicanalíticas – propicia processos identificatórios⁴⁵ seja com a figura do *mestre* ou sua *doutrina*.

⁴⁶ Porém,

⁴⁴ Este seria o percurso dos ramos do conhecimento que se transmitem a partir dos processos de ensino e aprendizagem e se sustentam ou num saber teórico ou em uma habilidade. Essa seria a transmissão garantida pelos antigos, detentores de saber. A psicanálise, contudo, rompe com esta tradição. “Ela se funda num saber, o do inconsciente, que não se adquire nem se ‘didatiza’ senão em uma experiência pessoal e por meio dessa experiência, que não depende de critérios terapêuticos” (Safouan, Julien & Hoffmann, 1996, p.10).

⁴⁵ Acerca da identificação Freud enuncia que esta “esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo” (Freud, 1921, p. 116) e “o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação desse tipo, baseada numa importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder” (p.117).

⁴⁶ A identificação com a figura do mestre pode fazer-se, inclusive, na forma de enunciação. Haddad (2003) ao contar seu percurso de análise e de inserção na Escola de Lacan, lembra-se de que era acusado de simplista. “É que, na Escola, todos ‘lacanizavam’, faziam confuso, absconso, desenvolviam idéias em frases pseudo-mallarmeanas. Eu mesmo andei seguindo esses desvios, acreditando assim fazer psicanalítico e agradar a Lacan torcendo a minha sintaxe e enfatizando as minhas orações. Foi o próprio Lacan quem, bem rápido, pôs de um golpe com seu famoso grunhido de urso com raiva, um termo a essas macaquices”(p.261). Essas imitações estendiam-se

(...) a formação psicanalítica só merece este qualificativo a partir do momento em que se põem em questão todas estas posições identificatórias, filiais ou parentais, em que o analista traçará o seu caminho como entender, sem precisar recorrer sempre a fontes de referência e certezas e a mestres identificatórios. Será somente então que se poderá julgar se nos encontramos em presença de uma reprodução idêntica, de um duplo partenogênico ou de um *outro que soube conquistar o que seus pais e pares lhe legaram*. (Schnaiderman, 1988, p. 14-15)

Com isto não se quer dizer que o analista prescindia de qualquer identificação durante sua formação. Porém, o problema reside quando o sentimento de filiação é favorecido pela instituição a fim de perpetuar os laços internos. “É preciso que esta tendência, tanto a obedecer a um modelo, quanto a agir contrariamente a ele por formação reativa, seja permanentemente analisada e discutida no seio da própria análise e das instituições” (Tanis, 1988, p.17). Do contrário, a identificação poderá favorecer que só se reconheça como analista os mesmos, aqueles que pertencem à mesma instituição.

Quando a intolerância se situa entre instituições de tradições distintas, em geral, não há o reconhecimento do outro como psicanalista, o que resulta em classificações como *impostor* e *charlatão*.⁴⁷ Neste âmbito, o que está em jogo não é o mesmo que estava na época de *A análise leiga*. Naquele período, a questão girava em torno de quem poderia exercer a psicanálise e qual formação proporcionaria esse direito, quem não a tivesse é que seria o charlatão. Ao passo que a maneira pejorativa de classificar psicanalistas de outras instituições, como citado por Birman (1994), remete, contemporaneamente, ao embate sobre quem realiza a *verdadeira* psicanálise. O autor localiza o reconhecimento social de uma tradição - às custas do aniquilamento de outra - como a conquista de prestígio, a valorização no mercado da clínica e da formação. Embora esta perspectiva não deixe de estar presente, crê-se que a disputa que se estabelece é por legitimidade - trata-se de saber quem é mais fidedigno às palavras de Freud e, mais recentemente, de Lacan.

a vestimentas e consumo de charutos. Haddad, contudo, frisa que foi Lacan quem lhe permitiu superar “os efeitos de identificação que se desenvolvem em todas as instituições”(p.262).

⁴⁷ Haddad (2003) assinala dois comportamentos frequentes entre os analistas: “odiar ferozmente o que se tinha, na véspera ainda, adorado. (...) [e] “o assassinato mental dos colegas. ‘Você nem é um’ [analista]!” (p.296).

Cada [associação] está provavelmente segura de ser a melhor e cada grupo, sobretudo, está organizado em torno de um ou alguns líderes que não querem de modo algum falar de igual para igual com os outros e partilhar seu poder com eles. Cada grupo surgido da dissolução pensa possuir o verdadeiro pedaço de Lacan. (Silvestre, 2003)

Esta problemática da intolerância das instituições à diferença é bastante complexa. Por um lado faz questionar a dita abertura da psicanálise, afinal, como pode haver abertura à invenção em um espaço em que não se tolera a diferença? Qual é, de fato, a abertura ao novo que surge na prática clínica se aquilo que se diz não pode ser distinto do discurso já conhecido? Por outro lado, há de se questionar se é possível essa convivência, dentro da instituição, de pensamentos distintos. A história da psicanálise tem mostrado que quando há um pensamento divergente dentro da instituição, este acaba dando origem a um novo espaço, uma nova instituição. Assim, as instituições pululam neste século, pois cada uma, a seu modo, surge no intuito de abrir espaço a um novo pensamento ou a uma forma de organizar a instituição que embora seja legítima para si é questionável para o outro.

Parece incongruente que uma instituição psicanalítica não suporte a emergência do diferente. Quando este surge, é preciso que o autor sustente sua posição a ponto de lançar uma nova instituição. Esta tem sido a história das instituições. É justamente a existência do novo que faz multiplicar as instituições psicanalíticas. As diferenças insuportáveis internamente sustentam-se no interstício, na tensão entre as instituições. Isto também as movimenta, pois à medida que sabem o que ocorrem nas outras, vão produzindo respostas e fazendo andar o discurso psicanalítico.

A intolerância imputada aos psicanalistas é discutida por Freud, porém, este se remete àqueles que tomam um fragmento da psicanálise, abandonam todo o restante e se tornam independentes a partir deste fragmento. Ou seja, Freud refere-se aos dissidentes, àqueles que criaram outras teorias. Então, pergunta:

Que outras exigências os senhores fazem em nome da tolerância? Que, quando alguém expressa uma opinião que consideramos totalmente errônea, nós lhe digamos: 'Muito obrigado por ter expressado essa contradição. O senhor nos está defendendo do perigo da complacência e nos está dando uma oportunidade de mostrar aos americanos que nós somos realmente tão 'liberais' como eles sempre desejam ser. A bem da verdade, não acreditamos

numa só palavra do que o senhor esteve dizendo, mas isto não faz qualquer diferença. Provavelmente o senhor tem tanta razão como nós. Afinal, quem pode, talvez, saber quem está certo? Apesar de nosso antagonismo, permitam-nos, por favor, que apresentemos seu ponto de vista em nossas publicações. Esperamos que o senhor seja suficientemente gentil, em troca, para encontrar um lugar para nossos pontos que o senhor contesta'. No futuro, quando tiver sido atingido plenamente o mau uso da relatividade de Einstein, isto se tornará obviamente o costume regular nos assuntos científicos. Por enquanto, é verdade, ainda não chegamos a tal ponto. À moda antiga, limitamo-nos a apresentar somente as nossas convicções, expomo-nos ao risco de errar porque não há como evitá-lo, e rejeitamos aquilo que está em contradição conosco. Na psicanálise temos usado muito o direito de modificar nossas opiniões, se pensamos ter encontrado algo melhor. (1933, p. 142-143).

Embora Freud esteja se referindo aos dissidentes, talvez seja prudente ouvi-lo e estender suas considerações às instituições psicanalíticas atuais. Seria possível, verdadeiramente, a uma instituição manter dentro de seu funcionamento algo que lhe parece desviante? Até que ponto é possível conviver internamente com a diferença? Essa crítica que se faz às instituições de intolerância à diferença não revela, na verdade, a impossibilidade de convivência interna com as divergências? Seria possível suportar essa diferença no seio de uma instituição? Julgá-las intolerantes, fechadas, dogmáticas, talvez seja uma forma de não discutir a dificuldade de suportar a abertura à invenção proposta pela psicanálise.

Sendo um lugar necessário, contudo, paradoxal e conflituoso, o estudo de sua história e a autorização ao questionamento parecem um caminho necessário para que se possa, ao menos, pensar as instituições e problematizá-las, mantendo vivo o questionamento característico da atividade psicanalítica. Brasil (1990) afirma, neste sentido, que "(...) o único antídoto contra a instituição enquanto estabilizadora, é que ela se autorize a questionar-se. Que não seja apaziguadora e confortável ou brasão fálico a ser ostentado" (p. 24). Embora a discussão sobre as instituições seja referida como provocadora de mal-estar, realizá-la é uma forma de não se conformar com a sujeição dos psicanalistas às estruturas organizacionais, ou com o isolamento daqueles que se excluem de qualquer instituição. Abordar este assunto é fundamental quando se discorre sobre a formação de psicanalistas, já que esta era uma das primeiras preocupações de Freud e Ferenczi quando propuseram a primeira instituição internacional.

Cisão, excomunhão, dissolução e enlace: um século de história

O marco inicial das instituições psicanalíticas foi assinalado por Freud em 1902, data em que se reuniu com um grupo de jovens médicos interessados na psicanálise. Nestas reuniões, primeiro um dos membros apresentava um texto, serviam-se de café e charutos e, logo em seguida, passavam ao debate. A entrada de novos membros dependia de aprovação unânime, porém, segundo Gay (1989) imperava a cordialidade. O grupo cresceu nos anos seguintes e, muitas vezes, modificou a sua composição.

Por volta de 1907, já havia um contexto um pouco mais receptivo à psicanálise e alguns estudiosos de Zurique uniram-se aos de Viena promovendo, em 1908, a convite do médico assistente de Burghölzli - C. G. Jung, a primeira reunião de psicanálise. Conforme Roudinesco e Plon (1998) estiveram presentes neste congresso privado, realizado em Salzburg – Áustria - quarenta e duas pessoas provenientes de seis países – Estados Unidos, Áustria, Grã-Bretanha, Alemanha, Hungria e Suíça, e foi criado o periódico *Jahrbuch für psychoanalytische und psycho-pathologische Forschungen* que enlaçava os psicanalistas vienenses aos colegas de Zurique.

Formalização e cristalização

O segundo grande marco desta história remete à criação da Associação Psicanalítica Internacional e, na década seguinte, do Instituto Psicanalítico de Berlim. A IPA foi fundada no Congresso de Nuremberg⁴⁸, em março de 1910, quando Ferenczi apresentou um projeto construído junto a Freud. Nas palavras deste último: “O que tinha em mente era organizar o movimento psicanalítico, transferir o seu centro para Zurique e dotá-lo de um chefe que cuidasse de seu futuro” (1914b, p. 51). Freud e Ferenczi propunham a organização do movimento através de uma organização oficial que protegeria a psicanálise dos abusos que poderia sofrer ao popularizar-se. “Deveria haver uma sede cuja função seria declarar: ‘Todas essas tolices nada têm que ver com a análise; isto não é psicanálise’ ” (p. 52).

⁴⁸ No Congresso de Nuremberg foram formados três grupos locais: o de Berlim estava sob a presidência de Abraham, o de Zurique com Jung e o de Viena foi confiado por Freud a Adler. A Revista Central de Psicanálise (*Zentralblatt für Psychoanalyse*) foi também uma das decorrências do congresso, uma vez que Adler e Stekel reuniram-se para recolocar Viena no centro do movimento psicanalítico.

O centro desse movimento deveria estar fora de Viena, afinal, algumas das críticas que a psicanálise recebeu à época dirigiam-se justamente ao local de seu nascimento. Alegou-se que o fato desta ter encontrado na vida sexual a causa das neuroses devia-se a Viena, uma cidade de “atmosfera de sensualidade e imoralidades estranhas a outras cidades” (Freud, 1914b, p.48). Os críticos, nesse sentido, afirmavam que as hipóteses psicanalíticas não passavam de um reflexo das condições singulares de Viena. Uma outra medida foi afastar a direção do movimento da pessoa de Freud e da idéia de que fosse uma ciência judia. O nome indicado por este foi o de Jung, um não judeu que na época apresentava contribuições estimáveis à psicanálise.

Em *Sobre a história do movimento psicanalítico*, Ferenczi (1910/1991) apresenta as razões que o levaram, junto a Freud, a sugerir uma associação internacional de psicanalistas aos colegas do II Congresso de Psicanálise. Entre estas está a desorganização do movimento que acabou por favorecer posturas individuais, omitir o real número de adeptos da psicanálise e a veiculação dos resultados alcançados por seu método. “(...) aos olhos da grande maioria, somos uns exaltados sem organização nem disciplina, e não poderemos impor-nos assim” (p. 148). O fato de não se constituir em um movimento organizado a enfraquecia diante das críticas erigidas e, para além disto, permitia a apropriação indébita das idéias de Freud. Foi neste sentido que Ferenczi afirmou que esses “amigos” da psicanálise tornavam-se uma ameaça ainda maior que os inimigos – “o perigo que nos espreita, de certa maneira, é que viéssemos a ficar em moda e crescesse rapidamente o número daqueles que se dizem analistas sem o ser” (p. 151). A associação de psicanálise garantiria, de certa forma, que os membros a ela filiados respeitassem a ética e a técnica psicanalítica.

Em *A história do movimento psicanalítico*, de 1914, Freud destaca entre os objetivos de uma associação psicanalítica internacional o de distinguir entre o que era e o que não era psicanálise. Sendo seu objetivo declarado:

promover e apoiar a ciência da psicanálise fundada por Freud, tanto como psicologia pura como em sua aplicação à medicina e às ciências mentais e *cultivar o apoio mútuo entre os seus membros* para que fossem desenvolvidos todos os esforços no sentido da aquisição e difusão de conhecimentos psicanalíticos [italico meu]. (Freud, 1914b, p. 53)

Vale destacar a questão do apoio mútuo entre analistas. Freud apresenta a instituição psicanalítica como um lugar em que “os partidários” poderiam se

reunir e trocar idéias amistosas, já que ao seu redor existia um clima beligerante e uma oposição veemente a esta invenção.

Neste período, portanto, havia-se formalizado a instituição psicanalítica. Os congressos continuaram acontecendo: em 1911, em Weimar e em 1913, em Munique, ambos na Alemanha. Após esta data houve uma breve interrupção nos encontros, em razão da Primeira Guerra Mundial. As sociedades psicanalíticas, por seu turno, proliferaram. Seis sociedades foram estabelecidas: a *Wiener Psychoanalytische Vereinigung (WPV)*, que substituiu a antiga Sociedade Psicológica das Quartas-feiras; a Sociedade Sigmund Freud de Zurique (1907-1913) sob a liderança de C. G. Jung; a *Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft (DPG)* (1908) fundada por Karl Abraham; a *New York Psychoanalytic Society (NYPS)* (1911) iniciada por Abraham Arden Brill; a *American Psychonalytical Association (ApsaA)* (1911), fundada por James Jackson Putnam; e a Sociedade Psicanalítica de Budapeste (1913-1948), encabeçada por Ferenczi. Outras sociedades foram sendo formadas com o passar dos anos, destacando-se entre elas a *London Psychoanalytical Society* (1913), iniciada por Jones, que em 1919 passou a ser a *British Psychoanalytical Society (BPS)* (Roudinesco & Plon, 1998).

Dez anos após a formalização da Associação Psicanalítica Internacional, fundase o *Berliner Psychoanalytische Institut* – BPI - em português, Instituto Psicanalítico de Berlim. Este foi criado por M. Eitingon, K. Abraham e E. Simmel em fevereiro de 1920 e produziu o modelo de formação adotado pelas instituições psicanalíticas ligadas à IPA. “(...) Eitingon presidiu a comissão de ensino e foi em 1923 que, pela primeira vez no mundo, a formação analítica foi submetida às três prescrições hoje sistemáticas: análise didática, ensino teórico e supervisão” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 57). O BPI alcançou a posição de maior centro de formação analítica, o que nas palavras de Jones aparece como “o coração de todo o movimento psicanalítico internacional” (citado por Roudinesco & Plon, 1998, p. 57).

Após dez anos de sua fundação, Freud (1930b) escreveu o prefácio para um texto de Max Eitingon sobre este período do instituto. Neste, destaca suas três principais funções:

Em primeiro lugar, ele se esforça por tornar nossa terapia acessível à grande multidão que padece com suas neuroses não menos do que os abastados, mas

não está em condições de enfrentar o custo de seu tratamento⁴⁹. Em segundo, procura fornecer um centro em que a análise possa ser teoricamente ensinada e no qual a experiência de analistas mais antigos possa ser transmitida a alunos ansiosos por aprender. Por fim, visa a aperfeiçoar nosso conhecimento das doenças mentais e nossa técnica terapêutica, por sua aplicação e verificação sob novas condições. (p. 265)

Freud lamenta que um instituto de tal natureza só tenha sido possível graças ao empenho e investimento pessoal de um analista, pois o Estado e a Universidade não tinham interesse em sua fundação⁵⁰. Por esta razão, agradece publicamente a Eitingon por sua iniciativa. A criação do BPI e a instituição de um modelo de formação psicanalítica, exportado para as instituições ipeístas, leva a considerar este período como de cristalização das instituições psicanalíticas. Formalizadas com a fundação da Associação Psicanalítica Internacional, passaram a seguir um modelo fixo instituído pelo BPI.

Rupturas com o instituído e a formação de associações internacionais

O marco seguinte neste século de história foi identificado como de ruptura com o instituído, ou seja, após um longo período em que a formação instituída pelo BPI imperou como modelo nas instituições, esta foi questionada, bem como as instituições que a sustentavam. Embora esta organização representasse, até então, a legitimidade freudiana, Lacan e outros psicanalistas franceses deram origem a um movimento de ruptura que resultou na Escola Freudiana de Paris. A história das instituições psicanalíticas francesas é marcada por cisões que, a cada vez, deram origem a novas instituições.

No seu percurso pela psicanálise, Lacan passou por dois psicanalistas considerados técnicos de linha ortodoxa. Um deles, Loewenstein – seu analista, era tido como um dos melhores didatas da Sociedade Psicanalítica de Paris

⁴⁹ O Instituto Psicanalítico de Berlim, vinculado à policlínica de mesmo nome, desenvolvia alguns tratamentos gratuitos, sobre os quais Freud (1923b) afirmou: “Se a psicanálise, ao lado de sua significação científica, tem valor como procedimento terapêutico, se é capaz de fornecer ajuda àqueles que sofrem em sua luta para atender às exigências da civilização, esse auxílio deveria ser acessível também à grande multidão, demasiado pobre para reembolsar um analista por seu laborioso trabalho” (p. 319).

⁵⁰ Penna (2001), citando Freud (1919), destaca que a inclusão da psicanálise na universidade seria vista com bons olhos pelos psicanalistas, porém o psicanalista prescinde de uma formação universitária na medida em que conta com as sociedades que oferecem uma formação independente. O fato destas sociedades existirem deve-se justamente “(...) as resistências da universidade com relação à Psicanálise” (Penna, 2001, p. 84).

(SPP)⁵¹. No entanto, diferentemente de seu analista e de seu supervisor – Charles Odier - Lacan não tinha entre seus objetivos o afincamento às regras técnicas, apesar destas constituírem um elemento unificador da comunidade psicanalítica. Opor-se a estas significava, na época, opor-se à psicanálise (Roudinesco, 1994).

Em 1953, Lacan demitiu-se da SPP e uniu-se a Lagache e seus amigos que haviam fundado a Sociedade Francesa de Psicanálise – SFP, a qual buscou a sua reintegração à IPA, já que havia sido desligada desta quando desmembrou-se da SPP. Mais uma vez instituía-se o problema das regras padrões, às quais deveriam se submeter os didatas para que a SFP se filiasse à Associação Psicanalítica Internacional. Novamente, a posição de Lacan era incômoda a uma instituição que buscava a legitimidade freudiana. Entre as negociações para que a SFP se tornasse uma instituição ipeísta, ocorreu mais uma cisão.

Em 1963, Lacan foi banido da IPA e com ele uma doutrina que não se pretendia dissidente, mas pelo contrário, fidedigna a Freud. Daí surge o movimento lacaniano e sua proposta: a Escola Freudiana de Paris (EFP). A fundação desta Escola marca um novo período na história das instituições psicanalíticas, um período de ruptura com o instituído e de formação de uma nova instituição – a Escola – que apesar de trazer em seu nome a palavra freudiana é reconhecida como lacaniana. Aquele que tinha problemas de reconhecimento em razão de suas inovações, instituiu uma Escola em oposição à Associação Psicanalítica Internacional.

(...) Lacan abria caminho a uma nova maneira de internacionalização do freudismo. Chamava *escola* o que o legitimismo chamava *associação*, e qualificava de *freudiana* o que, habitualmente, tinha a denominação de *psicanálise*. Ele *fundava*, no sentido forte da palavra, uma república do espírito em que devia ser posto a funcionar um grande laboratório do pensamento criativo. (Roudinesco, 1994, p. 320)

A proposta lacaniana inverteu, assim, a preocupação ipeísta em relação às regras técnicas que não eram mais o ponto de enlace entre os psicanalistas.

⁵¹ A SPP foi a primeira associação de psicanálise criada na França - data de 1926 - e era composta, na época, por 12 membros. Esta enfrentou uma disputa entre seus membros que colocava de um lado os nacionalistas - que não desejavam se adaptar ao funcionamento burocrático imposto pela IPA - e, do outro lado, os internacionalistas, formados fora da França e favoráveis à ortodoxia ipeísta. A segunda geração de psicanalistas franceses trouxe à tona outra problemática: as duas vias de implantação da psicanálise - a médica e a intelectual. Estes últimos romperam com os partidários da ordem médica e fundaram a Sociedade Francesa de Psicanálise. Durante dez anos (1953-1963) a SFP impulsionou a psicanálise na França e foi neste período que nasceu o lacanismo (Roudinesco & Plon, 1998).

A EFP teve duração de 16 anos e, às vésperas de sua dissolução, conforme números apresentados por Roudinesco (1994), contava com 609 membros. No final da década de 1970, a Escola entrou em processo de dissolução, o que culminou com o envio de uma carta em cinco de janeiro de 1980, na qual era anunciado seu encerramento⁵². A partir desta década houve uma explosão do movimento lacaniano que deu origem a várias tendências.

Cada um desses grupos explodiu por sua vez numa deflagração, num despedaçamento sem fim que continua desde então. Cada um dos barões do lacanismo apressava-se para obter o seu feudozinho (com seu correlato monetário) no antigo império. Espetáculo grotesco e indigno que se desenrolava sob o olhar do moribundo que estava na origem daquela união. (Haddad, 2003, p. 287)

Jacques-Alain Miller foi a pessoa que controlou o estatuto da nova escola – a Causa Freudiana. Nesse momento, afirma Roudinesco (1994) “(...) explode a última crise que levaria à ruptura entre a família legal e a família psicanalítica” (p. 401). Muitos dos companheiros de Lacan romperam com Miller, a exemplo de Charles Melman, analista deste último, o qual referiu-se a esta nova escola da seguinte forma:

(...) tudo nela [Causa Freudiana] se decide e se inscreve em nome de Lacan, quando (...) este só participa das medidas tomadas por uma assinatura doravante automática (...) a Causa Freudiana se faz sem Lacan, mesmo se temos a chance de tê-lo entre nós. (Melman citado por Roudinesco, 1994, p. 403)

Em setembro de 1981, no mesmo ano da fundação da Escola da Causa Freudiana, Lacan faleceu. A partir de sua morte, as disputas acirraram-se ainda mais. Em 1992, foi fundada por Miller a *Association Mondiale de Psychanalyse* – AMP. Esta reúne instituições que têm como referência a EFP e três outras estruturas: a *Association de la Fondation du Champ Freudien*, a *Fédération Internationale des Bibliothèques du Champ Freudien* e o *Institut du Champ*

⁵² Sobre a carta enviada em janeiro de 1980, Haddad (2003) escreve: “Esse texto que, mais tarde ficarei sabendo, fora redigido por Jacques-Alain Miller, seu genro, mas, segundo a opinião de todos, por instrução de Lacan. Foi ele e só ele quem quis essa dissolução, de maneira apaixonada, com a raiva dolorosa de destruir a própria obra. Por quê? Com certeza, para não deixar pesar sobre a psicanálise, paixão de sua vida, a carga de uma nova instituição perversa, de poder desmedido” (p.271).

Freudien. A AMP agrupa um total de 1800 membros, conforme Roudinesco e Plon (1998) e sua sede é em Paris.

Nas décadas de 1980 e 1990 aparecem as dissidências da AMP ou a oposição direta a Jacques Alain Miller⁵³. Duas associações têm aí sua origem: a Associação Lacaniana Internacional, fundada por Charles Melman⁵⁴ em 1982, e a Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano, desencadeada por Colette Soler⁵⁵ em 1998.

Em 26 de junho de 1982 foram à Paris, mais especificamente à casa de Charles Melman, analistas franceses e estrangeiros para a constituição da *Associação Freudiana Internacional*, a qual passará a denominar-se *lacaniana* a partir de 2001. Tendo sua sede nesta cidade, reúne membros em associações nacionais. Seu objetivo é “velar pela formação dos psicanalistas, garantir sua qualificação e procurar o desenvolvimento de sua disciplina” (www.freud-lacan.com , disponível em setembro de 2004). Deste modo, a *Associação Lacaniana Internacional* assegura um ensino e garante a qualificação:

Tiene a elección argumentada de registrar aquellos de sus miembros que le informan practicar. Un jurado de acogida puede dar entonces su aval al analista practicante (A.P.), reconociéndole eventualmente el título de analista miembro de la Asociación (A.M.A.). Un jurado de consentimiento puede sancionar con el título de analista de la Asociación (A.A.) a aquellos cuyo recorrido por el procedimiento del pase atestigüe de una aptitud, a partir de su experiencia personal, para contribuir a la cuestión del devenir analista y del fin de la cura. (www.freud-lacan.com)

⁵³ Cabe lembrar brevemente o que havia dito Freud (1921): uma idéia, abstração ou desejo pode ocupar o lugar do líder na constituição do grupo. “O líder ou a idéia dominante poderiam também, por assim dizer, ser negativos; o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva” (p.111).

⁵⁴ Charles Melman, psicanalista de formação médica, nasceu em 1931 em Paris. Foi diretor de ensino da Escola Freudiana de Paris e responsável por sua revista *Scilicet*. Junto com Claude Dumézil, Gerard Pommier e Moustapha Safouan, criou a *Fondation européenne pour la psychanalyse* (<http://pages.globetrotter.net/desgros/auteurs/galerif3.htm>, disponível em setembro de 2004).

⁵⁵ “Colette Soler é *“agregée”* da Universidade em Filosofia, diplomada em Psicopatologia e doutora em Psicologia. Ela pratica a psicanálise em Paris e ensina no âmbito do Colégio Clínico do Campo Lacaniano. Seu compromisso ético com a clínica psicanalítica e a formação psicanalítica a conduziu a se engajar na Escola Freudiana de Paris, depois na Escola da Causa Freudiana, da qual foi uma das fundadoras (...)” (<http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/fcl.htm>, disponível em setembro 2004). É considerada também “(...) peça maior da divisão que gerou, em 1998, a última das grandes dissidências na constelação psicanalítica: os Fóruns do Campo Lacaniano” (www.campolacaniano.com.br, disponível em setembro de 2004).

Deste modo, a *Associação Lacaniana Internacional* mantém em andamento o dispositivo do passe e as formas de ligação dos analistas à Escola propostas por Lacan na Proposição de 9 de outubro de 1967.⁵⁶

Já os *Fóruns do Campo Lacaniano* (FCL) foram criados em 1998, em Barcelona, com o objetivo de romper com “a política de poder e com o pensamento único da AMP⁵⁷. Em novembro de 1999, foi criada a *Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano*” (www.champ-lacanien.org). Colette Soller escreve uma carta na qual apresenta a proposta dos Fóruns:

Para que haya Foro, basta que uno o algunos tomen la iniciativa de el. Los foros son estructuras abiertas, a las que se viene uno por uno. Su extensión puede ser diversa según los contextos locales: desde el cartel hasta el conjunto mas amplio. No pretenden la afluencia, pueden ser multiples, repartidos en el mundo entero, propicios a acomodarse a las configuraciones singulares de cada lugar, pero interconectados para que las elaboraciones cristalicen en conclusiones transmisibles. (Carta de Llamada a los Foros del 4 de septiembre de 1998, www.champ-lacanien.org)

Nos Fóruns em criação haveria uma abertura que permitiria abarcar os contextos locais, sua singularidade e, ao mesmo tempo, suas conclusões deveriam ser transmissíveis. Os trabalhos deveriam circular através de uma lista na internet – uma rede – para a qual havia um responsável para cada um dos quatro idiomas: francês, espanhol, português e inglês.

A *Internacional* (IF) é uma federação que agrupa o conjunto dos fóruns no mundo. Conta com 910 membros distribuídos nas associações da Europa, Austrália e América do Sul. Os Fóruns não são Escolas, mas têm como objetivo preparar um retorno à Escola. A IF, por seu turno, não tem qualquer ingerência sobre a gestão dos Fóruns, seus membros institucionais são as associações ou federações dos Fóruns do Campo Lacaniano, nacionais ou regionais. Além disso, os membros de qualquer um dos Fóruns são membros da Internacional. (*Carta*

⁵⁶ No *site* da Associação Lacaniana Internacional constam como locais de ensino no Brasil as seguintes cidades e suas respectivas instituições: Curitiba (Associação Psicanalítica de Curitiba), Porto Alegre (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), São Paulo (Instituto de Psicologia da cidade de São Paulo), Recife e Rio de Janeiro (Tempo Freudiano).

⁵⁷ No capítulo 8 sobre a Delegação Santa Catarina a entrevistada Sílvia Emília Esposito narra esse acontecimento que é identificado como uma crise no seio da AMP e tem suas repercussões na Escola Brasileira de Psicanálise.

de Principios da Internacional dos Fóruns do Campo lacaniano, 15/11/99, www.champ-lacanien.org).

As *Associações dos Fóruns do Campo Lacaniano* (AFCL) coordenam os Fóruns do seu país e a *Formação Clínica do Campo Lacaniano* (FCCL) oferece uma estrutura de investigação e ensino. Em dezembro de 2001, em Paris, os Fóruns do Campo Lacaniano criaram sua Escola denominada *Escola de Psicanálise do Campo Lacaniano* (EPCL), a qual é plurilinguística e descentralizada. É implantada em cada país na associação local dos Fóruns que é a instituição legal que a acolhe (www.campolacaniano.com.br, disponível em setembro de 2004).⁵⁸

Esse movimento que se vale do nome *campo lacaniano* traz à tona a necessidade de se retornar a Lacan em razão dos desvios sofridos por sua Escola. Esse significativo transforma-se em um dos traços comuns dos Fóruns, suas Associações e Escola (Gerbasse, 2004).⁵⁹ Lacan insistiu na necessidade de um retorno a Freud. No final do século XX surgiu uma nova voz que destaca a necessidade de retorno a Lacan.

Redes internacionais

Contemporaneamente, identifica-se um outro marco na história das instituições psicanalíticas, qual seja, a formação de redes internacionais. Estas diferenciam-se das associações internacionais – como a IPA, AMP, a Associação Lacaniana Internacional ou a Internacional do Campo Lacaniano – pois não se trata de uma

⁵⁸ No Brasil, a *Associação dos Fóruns do Campo Lacaniano* foi fundada em 03 de outubro de 1999, na cidade de Belo Horizonte e tem entre seus objetivos: coordenar os trabalhos nacionais dos Fóruns do Campo Lacaniano, congregar estes Fóruns e acolher o dispositivo da EPCL para o Brasil. Realizam duas publicações: Estilete – boletim da AFCL – e Stylus – revista de Psicanálise da AFCL (www.campolacaniano.com.br).

⁵⁹ Este movimento que se constitui em contraposição à AMP, vive uma divergência desencadeada por acusações “xiitas” e “fundamentalistas”. Pouco tempo após sua fundação ocorre uma grande discussão em torno da fundação do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo marcando uma ruptura interna, uma vez que este emerge em contraposição ao já existente Fórum de Psicanálise de São Paulo. Circula na internet um dossiê que apresenta as dificuldades de uma instituição – mesmo que recém-nascida – suportar e respeitar a diferença. Vem à tona o que é digno ou não de fazer parte do campo lacaniano, incitando assim a exclusão e a segregação. Michel Sauval destaca que a criação do Fórum do Campo Lacaniano de SP não se trata de um *novo fórum*, mas a abertura de uma seção local de um Fórum preexistente que se coloca como uma organização única com uma cobertura geográfica nacional e quem sabe até internacional. “Desconozco muchos detalles de lo que ha estado ocurriendo en Brasil, pero la lógica que se desprende de la serie de mensajes que se han sucedido en esta lista brasileña de la Red de Foros (...) pone en evidencia un proceso segregativo respecto del FPSP, la otra cara de cuya moneda es la constitución de este campo Uno definido por el significante Campo Lacaniano” (p.40). O problema não consiste em haver mais de um fórum em São Paulo, mas no fato de que a fundação de um se sustenta na desqualificação e na segregação do outro, argumenta Sauval. (Dossier Red de Foros em Brasil, www.psicomundo.com/foros/psa-politica/crisis.htm, disponível em setembro de 2004).

organização internacional que coordena as suas associações. As redes internacionais se caracterizam como um movimento em que instituições independentes reúnem-se periodicamente para debater questões de seu interesse. Nestas, psicanalistas que não são membros de instituições também podem participar.

Uma destas redes foi proposta por Renné Major em junho de 1997, sob o nome de *Estados Gerais da Psicanálise*⁶⁰. A razão pela qual este movimento foi intitulado desta forma deveu-se à sua inspiração numa instituição francesa do início da Idade Média. “Os Estados Gerais ficaram famosos pela importância que tiveram na precipitação das transformações sociais, políticas, econômicas e religiosas, da maior revolução que a humanidade conhece: a Revolução Francesa” (F. C. Barros, 2003).

Em sua convocação para esta associação, Major (2003b) destaca que apesar do trabalho que a psicanálise realizou nos seus cem anos de história, é uma característica sua, bem como do inconsciente, despertar resistências. Então, afirma o que já foi pontuado:

As instituições psicanalíticas, (...) criadas para preservar a herança freudiana e promover a pesquisa analítica, geraram com frequência formas de rigidez, contrárias aos objetivos que pretendiam. A instituição é conclamada a ser conservadora, enquanto que a conduta psicanalítica, ao contrário, é convocada a ser libertadora, e mesmo, subversiva. O equilíbrio entre estas tendências opostas e as inevitáveis tensões que elas provocam estão longe de estar atualmente preservadas. O poder, que se desenvolve no seio das instituições, repousa comumente na falta de resolução de transferências, na submissão dominante e a seu código lingüístico, que servem muito mais para preservar os controles sociais e burocráticos, do que para abrir novas fronteiras à pesquisa e à extensão de nossos conhecimentos. (Major, 2003b)

A proposta dos Estados Gerais da Psicanálise é a de um espaço para a discussão sobre o estado atual da psicanálise, por psicanalistas que se permitam questionar a política das instituições e se sintam *suficientemente* livres para isto. O objetivo desta convocação, nas palavras de Major (2003b), era de “abrir um

⁶⁰ Todo o material sobre os Estados Gerais da Psicanálise foi consultado no *site* <http://www.estadosgerais.org/>, disponível em janeiro de 2003. Neste *site* consta a informação de que este movimento iniciou-se em Paris, em fevereiro de 1997, quando do lançamento do livro da Dra. Helena Besserman Vianna *Não conte a ninguém: contribuições à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro* (1994).

espaço que não excluísse o questionamento das modalidades de formação, de ensino, de transmissão e de organização institucional da psicanálise”. Todos os psicanalistas, independente de sua filiação institucional ou mesmo sem filiação, podem participar desta rede.

A data marcada para o primeiro encontro foi o ano de 2000, na cidade de Paris. O intervalo de três anos entre a convocação e a realização da reunião foi proposto para que os psicanalistas pudessem trabalhar com tempo hábil para apresentar o resultado de suas pesquisas. Tal proposta não excluía a possibilidade de trabalhos individuais ou institucionais.

A administração destes Estados Gerais e a importância destes acontecimentos não terão sentido sem a condição de que não pertençam a nenhuma instância particular, individual ou coletiva, e que não possam ser reivindicadas por nenhum grupo já legitimamente ou legalmente constituído. Os Estados Gerais devem poder debater, eles mesmos, sobre sua própria legitimidade. Esta é uma regra indispensável. (Major, 2003b)

Destaca-se como característica dessa rede associativa o fato de que os compromissos assumidos por ela são independentes das instituições existentes, embora estas possam aderir, se desejarem, a esta convocação. Este projeto ultrapassa, segundo Major, as fronteiras institucionais ou pessoais, a fim de se discutir a situação da psicanálise no fim do século XX e início do XXI.

Ao encerrar sua carta de convocação, Major afirma: “Todos aqueles que desejam, podem, desde já assinar esta convocação e difundi-la. Todos os signatários serão associados a esta iniciativa, que se tornará deles”. Em uma outra carta, denominada de *As bases para os Estados Gerais*, Major (2003a) reitera a idéia que os Estados Gerais não é uma instituição sua, pois ele apenas apresenta uma aspiração. Também não deve ser reconhecida como uma instituição do *comitê de preparação* ou dos responsáveis, em cada país, por receber os trabalhos⁶¹. Antes disso, os Estados Gerais são de todos aqueles que assinaram a convocação.

Esse movimento de associação entre psicanalistas de diferentes tendências e instituições não pretende ser “(...) uma tribuna aberta aos simples protestos

⁶¹ Dentre os membros do *Comitê Internacional de Preparação* destacam-se alguns nomes. Argentina: Roberto Harari e Isidoro Vegh. Brasil: Chaim Samuel Katz, Daniel Kuperman, Emílio Rodrigué, Fernando Coutinho Barros, Helena Besserman Vianna, Joël Birman, Luiz Carlos Menezes, Manoel Tosta Berlinck. França: François Roustang. Do *Comitê de Paris* participam: Alain

contra tal ou qual prática, contra tal ou qual instituição, mas um lugar onde possam ser apresentadas proposições novas concernentes à prática e à instituição que interessam especialmente às que já existem” (Major, 2003a). Objetivo ambicioso quando se considera que a história da psicanálise é marcada por cisões e, principalmente, pelo fato das instituições psicanalíticas outorgarem-se o exercício da psicanálise a partir do não reconhecimento do que se faz em outras instituições. A disputa por legitimidade se faz, na maior parte das vezes, a partir da oposição ao outro. A proposta dos Estados Gerais não é uma proposta de unidade, mas sim de pluralidade com aqueles que se dispõem à discussão.

A partir da reunião realizada em Paris, no ano de 2000, foi marcada a seguinte. Em razão da grande participação de psicanalistas latino-americanos e dos trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi sugerido que o segundo encontro mundial fosse realizado no Rio de Janeiro no ano de 2003. O tema proposto foi *Atualidade no psicanalisar*, ou seja, o que é ser psicanalista na atualidade.

(...) enquanto outros saberes e fazeres ditos de ponta procuram eliminar tudo o que possa causar mal-estar (a *Unbehaglichkeit*, segundo Freud), os psicanalistas sabemos que só existem modos de constituição de subjetividade que incluam o que se denomina de mal-estar. A existência da *Unbehaglichkeit* e seu acolhimento na clínica são perspectivas que balizam e limitam a Psicanálise, num século que acredita eliminar as pequenas diferenças. (Katz, C. S., Losicer, E., Vianna, H. B., Birman, J., Almeida, M. C. du P. & Pereira, S. W., 2003)

A segunda convocatória propunha que se discutisse a psicanálise diante das questões inquietantes da contemporaneidade e questionava sobre o que as particularidades deste período histórico acarretam à psicanálise.

Será possível pensar que as bases sobre as quais se fundamentou historicamente a formação do psicanalista ainda são suficientes para tal fim? A partir de Freud, a Psicanálise se fundamenta nos conceitos de resistência, de transferência e de sexualidade infantil. Serão estas ainda nossas balizas para definir o que é ser psicanalista hoje? (Katz et al., 2003)

A temática em debate naquele encontro mantinha o objetivo de pensar a psicanálise nesse século de história, porém, os pontos de destaque eram caracterizados pela cena contemporânea. Constava na segunda convocatória o debate sobre as novas propostas de regulamentação oficial da Psicanálise como atividade profissional, já que tem havido um movimento para que se faça esta regulamentação diante do Estado. Mídia, neurociências, Universidade, gênero, novas modalidades de conjugalidade, terrorismo, internet, reprodução humana, clonagem, produção de novos corpos e órgãos, todas estas questões emergentes, ao lado daquelas que nunca deixaram de estar presentes - como a instituição psicanalítica - constituíram a pauta do encontro. Este foi descrito da seguinte forma por Virgínia Portas:

Dignidade, qualidade, respeito à diferença marcaram o tom deste evento. Saem do campo das idéias para ganharem estatuto de exercício efetivo das suas funções designativas. O que vocês proporcionaram, escapando às armadilhas das habituais provocações que se escondem em defesa do "nome próprio", foi um marco exemplar a todos que puderam se afetar, de uma maneira ou de outra, pela vivência desse encontro. (Portas, 2004)

Os Estados Gerais, entretanto, não são a única rede associativa internacional formada nesta última década. Um outro movimento iniciou-se quase que no mesmo período, qual seja, o *Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana*⁶². Este, diferentemente do primeiro, traz no seu título a demarcação do campo de sua abrangência.

O primeiro congresso de Convergência foi realizado em Paris no ano de 2000. Este foi antecedido por dois encontros: em Barcelona, 1997, onde se realizou uma reunião preliminar e, no ano seguinte, na mesma cidade, no qual realizou-se a reunião de fundação em cuja ata constam três objetivos:

Promover o avanço do tratamento das questões cruciais da Psicanálise, o que exige a retomada da discussão dos fundamentos de sua prática; para este fim, multiplicar e estimular os laços entre os praticantes, de modo a favorecer a troca e a discussão; enfrentar desse modo os efeitos nocivos da fragmentação no movimento lacaniano internacional, que o corroem, de modo diverso daquele que instaura o laço piramidal e autoritário que caracteriza uma supra-associação. (Convergência, 1998, p.1)

Convergência é um movimento que busca preservar a multiplicidade sem tentar unificá-la. Porém, esta multiplicidade se encontra dentro de determinadas possibilidades – lacanianos que não fazem parte das associações internacionais, as quais aparecem implicitamente nos objetivos acima citados sob o código de supra-associação. Na ata de fundação, este movimento registra 14 associações-membro da Argentina, uma da Alemanha, oito do Brasil, uma do Equador, quatro da Espanha, uma dos Estados Unidos, 13 da França, duas da Itália e uma do Uruguai, ou seja, em sua fundação contava com 45 instituições lacanianas.

O movimento de Convergência é constituído pelas associações que assinaram sua ata de fundação, porém, não se constitui como supra-associação ou confederação e, portanto, não atua sobre as associações que o constituem. Um dos princípios reguladores de Convergência é que as associações que queiram fazer parte deste movimento engajem-se com três outras para a realização de trabalhos. Aqueles que não pertencem a qualquer instituição podem participar deste movimento, porém, não têm direito a voto nas reuniões.

Na organização do movimento há uma Comissão de Enlace Geral formada por um delegado de cada associação-membro, com direito a um voto. Esta comissão reúne-se, conforme sua ata, uma vez a cada ano, ora na América, ora na Europa, alternadamente. Tendo presente em seus encontros dois terços dos delegados das associações-membros, esta comissão tem capacidade de decisão. Além desta forma de organização, existem as comissões de enlace local e regional que convergem instituições sem que isto implique hierarquização. Para que se forme uma comissão de enlace deste tipo, é preciso que dela participem pelo menos três associações-membro. Como o próprio nome diz, este movimento tem como objetivo convergir o trabalho daqueles – sujeitos e instituições - que compartilham da orientação lacaniana para uma psicanálise freudiana.

Neste século de história da psicanálise aconteceram muitos enlaces que deram origem a instituições locais, nacionais e internacionais. Porém, são as divergências e cisões que aparecem como propulsores deste movimento. Quando se olha para trás e se recorda do período de isolamento de Freud, de toda a rejeição e dificuldade enfrentada pelos psicanalistas no início do século XX, é

⁶² O material sobre Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana foi consultado no *site* www.convergenciafreudlacan.org [disponível em janeiro de 2003].

difícil supor que chegaria o tempo de tantas instituições e disputas pela psicanálise. Um tempo em que o impostor não é o analista não-médico, mas o analista de outra instituição. Um tempo da verdadeira psicanálise e da psicanálise aguada, da psicanálise burocrática e da psicanálise totalitária. As acusações são muitas e mútuas na arena psicanalítica, mas nesse meio - tão humano quanto qualquer outro - algo impulsiona, apesar das filiações e disputas pessoais: a relação de cada um com a psicanálise. O que pode contar a favor dos psicanalistas é que suas pulsões, seu desejo de filiação e reconhecimento, enfim, seus conflitos são levados à análise e algo se produz aí. Nisto consistiria a diferença entre o afiliado a um grupo qualquer e um psicanalista: o desejo de análise, descobrir/inventar sobre a sua condição de sujeito e de analista.

Tendo recorrido sobre os clássicos pilares da formação – análise, supervisão e ensino – e apresentando alguns marcos e vicissitudes das instituições psicanalíticas neste século, far-se-á uma aproximação à realidade local, isto é, a história e as instituições psicanalíticas da cidade de Florianópolis. Essa proximidade se fez necessária desde o início, para que se pudesse conhecer a instituição psicanalítica, não só de forma abstrata e distante, mas a partir daqueles que vivem essa história e a põe em movimento. A instituição psicanalítica assume vida na pessoa de cada um de seus membros, nas atividades que propõe à comunidade e na forma como se insere na cidade. Essa aproximação constituiu-se como fundamental e, na verdade, gerou a investigação. Foi a partir de perguntas dirigidas à situação atual da psicanálise em Florianópolis que se voltou à história e à teoria da formação psicanalítica.

Caminhos Percorridos

O percurso de uma investigação só pode ser escrito após seu término, embora algum planejamento se estabeleça antes de seu início. Trata-se, a princípio, de um roteiro: a pergunta a ser respondida, a busca de bibliografias e os procedimentos de investigação. Estas definições são fundamentais para nortear o trabalho e procurar a resposta para a questão originária. Contudo, este planejamento restringe-se a uma previsão. O encontro com as pessoas, as ferramentas utilizadas, o trabalho de escrita, tudo isto imprime modificações naquele roteiro inicial. Os procedimentos, portanto, não são algo estabelecido *a priori* e que se mantêm deste modo. Só ao final pode-se dizer qual caminho foi construído.

As respostas sobre a formação do psicanalista e sua intersecção com as instituições foram construídas a partir de uma revisão bibliográfica que, por sua abrangência, permitiu situar o tema e levantar algumas problemáticas. Concomitante a este trabalho procurou-se fazer uma pesquisa pontual com as instituições psicanalíticas de Florianópolis. Estas duas trilhas, embora distintas, cruzaram-se inúmeras vezes na realização desta investigação.

A construção sobre o caminho alheio

O estudo teórico e histórico sobre a formação psicanalítica fez-se por meio da leitura dos textos reunidos na pesquisa bibliográfica. Neste sentido, seu resultado, embora particular, se construiu sobre o caminho percorrido por outros autores. As articulações desses autores permitiram que outras articulações fossem construídas, na incidência de uma pergunta particular sobre as produções alheias. Tendo sido este um dos caminhos fundamentais da investigação, cabe descrever como cheguei a esses autores que escrevem sobre a formação e a instituição psicanalítica.

Esta pesquisa foi realizada, inicialmente, sem uma sistemática. Desde a escolha do tema e as primeiras conversas com psicanalistas, tive acesso a muitos textos que estes profissionais possuíam em seus arquivos pessoais. A partir da lista de referências destes textos, cheguei a outros textos e assim prosseguiu a coleta de forma a cercar, dentro do possível, a produção bibliográfica da área. Algumas referências foram conseguidas com o orientador, outras com os colegas que

freqüentaram uma especialização em psicanálise na cidade de Florianópolis, na qual um dos módulos tratava da formação do psicanalista.

Ainda neste percurso informal de coleta de referências, visitei livrarias e sebos. Por fim, outra fonte não sistemática de coleta foram os colegas que, ao se depararem com o tema da formação do psicanalista em suas próprias revisões bibliográficas, trouxeram material para esta pesquisa. As referências bibliográficas conseguidas informalmente eram bastante variadas. Na maior parte, tratava-se de trabalhos sobre questões históricas, institucionais e conceituais. Entre eles estavam livros e periódicos, tanto nacionais como internacionais.

Tendo conseguido parte das referências desta forma, parti para a *coleta sistemática*. Inicialmente foi feito um rastreamento nos livros e periódicos disponíveis nas bibliotecas da UFSC. Outras fontes foram as próprias instituições psicanalíticas, que tanto mencionaram livros e periódicos que haviam publicado sobre o tema, como deram acesso às suas próprias publicações.

Por último, recorri à busca bibliográfica na rede de computadores – *internet*. O local privilegiado de busca foi o Banco de Teses e dissertações disponibilizado pela CAPES⁶³, já que o objetivo era verificar se a formação e a instituição psicanalítica tinham sido objeto de investigação em outras cidades brasileiras no período compreendido entre 1989 e 2001⁶⁴. A pesquisa foi realizada a partir das expressões exatas: formação do psicanalista, transmissão da psicanálise, instituição psicanalítica e ensino da psicanálise, bem como pelo cruzamento da palavra psicanálise com outras palavras como formação, transmissão, ensino, instituição e escola. A maior parte dos resumos de teses e dissertações acessados por este portal tinha afinidade com esta pesquisa. Foram desprezados apenas aqueles que, apesar de se servirem das mesmas palavras-chave, abarcavam outras dimensões, sendo a mais freqüente aquela que se referia às contribuições da psicanálise à educação.

A partir da expressão *transmissão da psicanálise* e do cruzamento das palavras *psicanálise* e *transmissão*, foram localizados 13 resumos de teses e dissertações. Estes são resultantes de trabalhos realizados entre os anos de 1993 e 2001, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Ainda que todos esses trabalhos utilizassem tais palavras-chave, tratavam

⁶³ www.capes.gov.br [Disponível em outubro de 2002].

⁶⁴ A pesquisa foi realizada em 2002, por esta razão, foi possível acessar os resumos que haviam sido inseridos pela CAPES entre 1989 e 2001. A escolha deste período, portanto, deu-se em razão da disponibilização de resumos pela CAPES e não para delimitar a pesquisa.

de temáticas variadas⁶⁵. Os resumos que se relacionavam mais diretamente com esta pesquisa traziam informações sobre a proposta de ensino de psicanálise de Freud e sua articulação com a teoria psicanalítica (T. Ferreira, 1997); a transmissão do conhecimento psicanalítico através da supervisão (Brito, 1999); a supervisão como campo de exposição de saber e de suposição de saber (Penna, 2001); a distinção entre o ensino e a transmissão da psicanálise a partir de Freud e as implicações à formação do psicanalista (Fengler, 2001).

A pesquisa realizada a partir da expressão *formação do psicanalista* e do cruzamento das palavras *psicanálise* e *formação* resultou em oito trabalhos produzidos entre os anos de 1989 e 2001, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Cinco destes resumos abarcam a temática de interesse desta pesquisa: a trajetória da formação do psicanalista e do psicoterapeuta psicanalítico e questões polêmicas associadas a estas formações (Scabaro, 2001); questões institucionais da formação psicanalítica desde a proposta de Freud, passando pela IPA até o retorno a Freud efetuado por Lacan e suas propostas: a Escola, o cartel e o passe (T. Coelho, 1998); a institucionalização da psicanálise e as crises do movimento psicanalítico (Ribeiro, 1992); os analistas didatas e seu trabalho de supervisão (Souza, 1989) e, por fim, um estudo que apresenta a descrição de duas instituições psicanalíticas de Porto Alegre e suas respectivas concepções e propostas de formação psicanalítica (Frizzo, 1993).⁶⁶

Ainda no Banco de Teses da CAPES, foi realizada uma busca apenas com a palavra *psicanálise* e, a partir de uma seleção pelos títulos dos trabalhos, separei oito resumos que se relacionavam com o tema em questão. Estes trabalhos foram produzidos entre os anos de 1989 e 2001, majoritariamente em universidades do

⁶⁵ O lugar do riso na psicanálise e em suas instituições (Vargas, 2001); estudo etnográfico de instituições psicanalíticas do Espírito Santo (Carvalho, 1995); a linguagem psicanalítica e os modos de comunicação (Capobianco, 2001); a difusão da psicoterapia de orientação psicanalítica no Brasil (Andrade, 1997); a tradução de termos psicanalíticos e suas implicações à psicanálise e sua transmissão (Lima, 1996); o ensino da psicanálise nos cursos de psicologia da região do triângulo mineiro (Romera, 1993); o mal-estar na prática docente (Pepe, 2001); as possibilidades de mudança na assistência psiquiátrica a partir da escuta analítica (Maron, 1997) e o esclarecimento da idéia de psicanálise e de sua transmissão a partir do retorno a Freud proposto e praticado por Lacan (C. R. Barros, 1995).

⁶⁶ Além destes trabalhos, apareceram como resultado desta busca três outros que, apesar de tratarem da formação do psicanalista, investigam questões bastante específicas e que, por essa razão, não foram considerados de interesse direto, quais sejam: uma pesquisa historiográfica sobre a gênese e o desenvolvimento do *Middle Group* – movimento psicanalítico inglês (Gonçalves, 2001); a investigação dos fatores que levam alguém a tornar-se psicanalista a partir do depoimento de psicanalistas kleinianos e lacanianos (Souza, 1995) e a análise da produção ideológica de uma instituição formadora de psicólogos (Aquino, 1990).

Rio de Janeiro, mas também no Ceará e em Minas Gerais. Tais pesquisas tratavam, de forma geral: da teoria psicanalítica presente na prática de analistas, nas representações sociais e na demanda de cura do público (Santos, 1990); das relações transferenciais e o processo histórico de institucionalização da psicanálise (Kupermann, 1993); da experiência psicanalítica como proposta por Lacan (Tolipan, 1991); da concepção de final de análise para Freud e Lacan e a produção do psicanalista (Gomes, 1994); da passagem de analisando a analista pela exigência ética da experiência de análise (Cheib, 1989); da posição do analista no tratamento a partir da elaboração do conceito de transferência (A. Coelho, 1998); da história do movimento psicanalítico em Fortaleza (Danziano, 1998) e da representação social dos psicanalistas sobre o que é ser psicanalista (Moura, 2001).

Por fim, foi encontrado um outro resumo, a partir da expressão *instituição psicanalítica*, que ainda não havia aparecido nas outras buscas. Este consiste em uma investigação sobre a institucionalização da psicanálise e a trajetória histórica da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (Sério, 1998). A busca pela expressão *ensino da psicanálise* e o cruzamento das palavras *psicanálise* e *ensino* não resultou em novo material de interesse a esta pesquisa, uma vez que voltaram a aparecer resumos já mencionados e outros que tratavam das contribuições da psicanálise à educação.

O Banco de Teses da CAPES constituiu-se como um instrumento profícuo de busca bibliográfica, pois permitiu delinear o que está sendo produzido nas universidades brasileiras sobre a formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise e em que estados brasileiros têm emergido tais estudos. Destacam-se, nestas pesquisas, questões ético-teóricas da formação, além de outras sobre a institucionalização da psicanálise no mundo, alguns estudos de instituições psicanalíticas brasileiras e as interseções entre psicanálise e psicoterapia psicanalítica. Quanto aos locais de produção destas pesquisas, com pequenas exceções de trabalhos produzidos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Ceará, há uma evidente concentração desta produção nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma das limitações desta pesquisa foi o acesso restrito ao resumo dos trabalhos. Deste modo, apenas algumas dissertações puderam ser consultadas na íntegra.

Outra base de dados *on-line* utilizada para a pesquisa foi o SciELO⁶⁷. Por meio deste, visitei as seguintes revistas: Estudos de Psicologia, Psicologia USP, Psicologia: Reflexão e Crítica, Psicologia: Teoria e Pesquisa e Revista Brasileira de Psiquiatria. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram formação e instituição, sendo cruzadas com psicanálise. Nesta busca não foi encontrada nenhuma referência pertinente à formação do psicanalista, ainda que se tenha conseguido alguns textos sobre psicanálise, ciência e a pesquisa em psicanálise.

A pesquisa *on-line* permitiu ter acesso também à revista *Percurso*⁶⁸, cujo índice temático possibilitou encontrar artigos completos e entrevistas sobre a formação do psicanalista, a transmissão da psicanálise e temas afins. Outros, que não eram disponibilizados por completo, foram conseguidos posteriormente a partir de suas referências. Portais de associações, sociedades e escolas de psicanálise foram visitados e, em sua maioria, forneceram materiais a seu respeito, tais como convocações, convites, atas e estatutos.

Todos esses materiais serviram ao estudo teórico e histórico que compôs os capítulos anteriores, bem como instrumentalizou a pesquisa de campo e as reflexões finais.

A tentativa de uma construção particular com outros

Uma história pode ser escrita de diversas formas, a depender de quem a conta e de quem a ouve. Não se trata de relatar acontecimentos, mas de construí-los na narração. “O historiador não lida com uma verdade factual, mas baseia-se também nos fatos da linguagem” (Penna, 2001, p. 80). Na tentativa de aproximar, sempre que possível, esta investigação ao método psicanalítico de pesquisa, a história das instituições foi escrita a partir das palavras de seus membros, uma vez que a investigação, mesmo que tenha por objeto uma instituição, incide sobre os sujeitos que a compõe e dão vida.

Desde o início, estava ciente de que existiam as minhas questões, afinal, estas fizeram riscar a pólvora e disparar a investigação. Porém, a partir de perguntas abertas deixei que os sujeitos participantes construíssem a sua história. Seguindo este princípio as informações não foram checadas ou confrontadas com outras *versões dos fatos*, procurei construir a história das instituições mantendo, dentro do possível, a forma como foi contada.

⁶⁷ *Scientific Eletronic Library Online* – www.scielo.br [Disponível em outubro de 2002].

⁶⁸ *Percurso* – Revista de Psicanálise. São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae. <http://www.uol.com.br/percurso/> [Disponível em outubro de 2002].

A narrativa histórica faz remeter a uma memória dos acontecimentos, ao estabelecimento de uma versão verdadeira e uma cronologia. Essa concepção distingue-se da forma como a história é tratada na Psicanálise. É fundamental destacar que, advertido pela própria, não cabe iludir-se com o lugar de mestre, detentor de uma versão definitiva e verdadeira. O que significa que “a escolha enunciativa sempre vai estar determinada pelo sintoma que nos constitui, sem que possamos excluir-nos dele” (Costa, 1997, p.12-13).

Deste modo, quando se remete à história das instituições, não significa que se busquem os fatos, mas a narrativa de quem os construiu. Os acontecimentos são narrados pelos sujeitos a partir de um ponto que lhes serve de suporte, porém, este não se encontra no acontecimento em si, mas no sujeito que faz a enunciação (Costa, 1997). A verdade histórica não se trata, portanto, de uma versão fidedigna dos fatos, é ficcional por excelência. É a ficção com valor de verdade.

Não há a possibilidade de que o objeto de pesquisa seja exterior, independente dos sujeitos – pesquisador e pesquisado –, tampouco universalizantes. “O saber psicanalítico implica o sujeito”, argumenta Forbes (2004), “nem todos os conhecimentos são assim, justificando, para uma certa tendência de teóricos, a defesa de um saber sem sujeito ou dele descompromissado”. A transmissão do saber psicanalítico, por sua vez, se faz pela transferência, “a pessoa coloca no que lê, escreve, diz ou faz, algo de si” (Forbes, 2004).

Assim também é este texto que pretende contar a história das instituições, não há uma verdade a ser des-coberta ou re-velada. Há uma construção possível e responsável desta história e daquilo que a caracteriza, mas ela é datada e realizada por sujeitos que o fazem a partir de sua própria história.

Vemos assim que a neutralidade científica é um dos mais caros mitos da modernidade, e mesmo o conceito de verdade objetiva, universal e atemporal vai cedendo lugar à noção de construção assinada e datada, o que resvala bem próximo a algumas concepções de fantasia. (M. E. L. da Silva, 1993, p. 19)

A analogia entre contar a história da instituição e a história contada a Freud por seus pacientes foi enunciada em uma entrevista. Em ambos os casos, o que importa é o ordenamento dos fatos no discurso⁶⁹.

Assim, a história contada não é o relato do acontecido, mas de suas marcas. A pesquisa foi norteadada por este princípio: pôr-se a ouvir uma história contada pelos membros das instituições, tendo em vista que esta ida a campo era movida por questões particulares. Sem negar as perguntas que geraram a pesquisa, procurei ir à busca, pesquisar e ouvir o que ali se produzia a partir das minhas indagações.

Formalizações e mudança nos procedimentos

A primeira aproximação das instituições foi feita a partir de uma carta entregue a cada uma delas. Nesta, constavam os propósitos da pesquisa, os quais revelavam a importância de sua participação para a realização deste trabalho. A partir desta primeira correspondência a pesquisa tomou rumos diferentes em cada instituição, embora se mantivessem os objetivos norteadores.

Para a construção da história das instituições e a elucidação da forma como concebem a formação psicanalítica, foram utilizadas diversas fontes: as entrevistas revelaram uma história viva, pois resgataram as pessoas que a puseram em movimento; os documentos, por sua vez, permitiram conhecer algumas formalidades. Embora o texto construa-se principalmente sobre as entrevistas, os documentos disponibilizados pelas instituições ajudaram a preencher algumas lacunas. Além destes, foram consultadas as publicações das instituições e a produção de alguns autores citados como referência. Por fim, alguns *sites* foram pesquisados para acessar informações sobre os movimentos internacionais dos quais as instituições participam.

Desde o início, propus às instituições que todas as entrevistas seriam transcritas na íntegra e que este material seria entregue antes da marcação da

⁶⁹ “Freud admitiu num primeiro momento a veracidade das declarações de suas pacientes acerca da sedução pelo pai. Logo passou a considerar que se tratavam de fantasias. Foi seu tempo de compreender (...). Ainda quando um elemento da realidade chegue a constituir o fato, a função da fantasia segue sendo sempre a mesma, isto é, determinante. Ela não depende da narrativa dos fatos mas da elaboração do discurso (...). A realidade do referente saindo de cena dá lugar a que apareça no discurso a verdade do sujeito” (Mascarello, 1990, p. 12). Essa referência permitiu chegar a outra em que Bucure (1986) apresenta o avanço teórico e o salto epistemológico dado por Freud ao apreender uma outra dimensão da história: a natureza da fantasia. O trabalho da psicanálise, portanto, não é o de estabelecer certezas ou chegar a uma verdade última, mas abrir-se a interrogações.

entrevista seguinte. Deste modo seria possível fazer esclarecimentos e acréscimos se estes fossem necessários.

Dar forma de texto ao que foi dito e ouvido ao longo de aproximadamente duas horas é sempre um risco. A pontuação, os silêncios, as palavras indecifráveis, o que ficou suprimido em meio a falas simultâneas, isto sem considerar problemas técnicos no uso de gravadores e microfones, principalmente em entrevistas coletivas. Estas dificuldades, contudo, não impediram a realização do trabalho. Tentando fazer uma transcrição literal do que havia sido gravado, foram utilizados alguns símbolos para marcar situações específicas:

- [In]: foi utilizado para palavras ou trechos inaudíveis.
- ... : reticências foram utilizadas para representar as pausas.
- (...): foi utilizado nas citações das entrevistas para assinalar que parte da fala original foi omitida.⁷⁰
- [texto]: foi utilizado nas citações para inserção de textos do pesquisador que permitem a compreensão do que foi dito e nem sempre fica claro pela retirada de parte da entrevista.

Estas são algumas representações que assinalam o que foi modificado da fala original.

Logo no início da pesquisa apresentei o consentimento pós-informado, o qual formalizava o contrato das entrevistas e o uso que poderia fazer delas. Além de receberem todas entrevistas impressas, ao final da pesquisa as transcrições foram enviadas por *e-mail* para os entrevistados. No acordo inicial também foi estabelecido que a instituição seria avisada da qualificação do projeto e da defesa do trabalho. Ao final receberia uma cópia, impressa ou por meio eletrônico, da dissertação.

Em vista das peculiaridades na construção do texto, as instituições puderam acompanhar parte de sua produção. Leram seu capítulo antes da última entrevista e puderam relê-lo na versão final, algum tempo antes do término do trabalho. Isto possibilitou alguns ajustes, a expressão da opinião dos membros sobre o texto, recomendações, dúvidas e impasses. Embora este não tenha sido um procedimento acordado no início do trabalho, julguei necessário que as instituições fossem as primeiras a ler o resultado do trabalho. Deste modo, estas

⁷⁰ As citações das entrevistas fora do corpo do texto aparecem em itálico para distingui-las das demais citações.

não só cederam entrevistas e documentos, mas, de alguma forma, participaram da construção do texto.

No percurso da pesquisa houve uma mudança importante, resultado do próprio trabalho: trata-se da identificação das falas dos entrevistados. Constava no consentimento pós-informado que as falas seriam identificadas apenas pelo nome da instituição e pelo número da entrevista. Esse procedimento foi adotado para dar destaque às instituições mais do que aos psicanalistas individualmente. Porém, no decorrer do trabalho, este procedimento foi provocando estranhamento.

Na última entrevista com os membros da Maiêutica Florianópolis foi questionado o uso da palavra sigilo, afinal, não havia sigilo algum, as falas estavam ali expostas. Também na fala dos três membros que participaram das demais entrevistas havia uma forte chamada para a questão do nome próprio e da responsabilidade do sujeito frente à sua prática clínica. Foi também enfatizada, por parte da entrevistada da Delegação Santa Catarina, a responsabilidade de cada um quanto a seu ato. Neste sentido, não existe o nós, o coletivo. A própria filiação a instituição é *um por um*, particular. Não se entra em uma instituição com um grupo.

Embora tudo isso pareça um tanto claro no momento de concluir o trabalho de escrita, não era evidente desde o princípio. Mesmo as falas dos entrevistados que destacavam esta posição só foram possíveis de se escutar um pouco depois: após as últimas entrevistas, em um período de produção do texto final, diante de conversas com um psicanalista, um pesquisador alheio à psicanálise e o orientador do trabalho. Este foi um momento de impasse: apresentar ou não o nome dos entrevistados? Não assinalar o nome significaria *preservar* as pessoas? Omitir os nomes não seria um procedimento avesso à psicanálise? Diante de inúmeras questões e uma balança que parecia pesar a psicanálise em uma das bandejas e a ciência na outra, houve um período de congelamento. Até que a releitura das entrevistas fez ver que os próprios entrevistados, de uma forma ou de outra, mostravam que este era o caminho a se seguir. Não seria preciso apagar o seu nome para dar lugar à instituição. Deste modo, entrei em contato com os entrevistados por *e-mail* e obtive resposta positiva em ambas as instituições. Ao remeter a resposta, Lied (por *e-mail*, 04/02/04) afirmou que estes são lugares de co-implicância – analista, nome próprio e instituição – e não lugares excludentes.

Tendo em vista esta alteração nos procedimentos, foi realizado um novo consentimento pós-informado, onde constava que as citações das entrevistas seriam identificadas pelo sobrenome do entrevistado e a data da entrevista. Os novos consentimentos foram entregues junto com a versão final do capítulo, para que os entrevistados pudessem verificar a forma como suas falas aparecem no texto final.

Os encontros com as instituições

Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica

O primeiro contato realizado com a Maiêutica Florianópolis deu-se por meio de uma conversa informal com um de seus membros – Carlos Augusto M. Remor - na Universidade Federal de Santa Catarina, na qual foi marcado um encontro para a apresentação do projeto de pesquisa, o que se realizou em julho de 2002. Neste encontro foi entregue uma carta de apresentação e elucidados os objetivos da pesquisa. A pergunta inicial era se a instituição aceitaria ser objeto da investigação proposta.

Foi destacada, desde o início, a investigação sobre a história da instituição na cidade de Florianópolis e a sua concepção e proposta de formação. O primeiro contato foi bastante rápido e informal. Desde o início os membros da instituição demonstraram interesse na pesquisa, disponibilizaram-se a participar das entrevistas e, até mesmo, a ceder os documentos de que dispunham. A partir de então, os demais contatos foram feitos por telefone e *e-mail*.

A primeira entrevista, que tinha como tema a história da instituição na cidade de Florianópolis, foi realizada em sua sede na Rua Vidal Ramos em 11 de novembro de 2002 e, com a permissão dos membros, foi gravada em fita cassete, o que permitiu a transcrição posterior. Estiveram presentes neste primeiro encontro todos os membros da instituição – Carlos A. M. Remor, Inezinha B. Lied e Tânia V. N. Mascarello - e cada um expôs a sua contribuição ao que estava sendo dito sobre sua história. Nesta entrevista, os membros da instituição assinaram o consentimento pós-informado e disponibilizaram-se a passar documentos que agregassem informações precisas àquelas que foram mencionadas. Embora houvesse um roteiro de entrevista com perguntas consideradas importantes na descrição desta história, só recorri a ele ao final da entrevista a fim de checar se algum dos temas não havia sido abordado. Pedi para que contassem a sua história e deixei que os membros a descrevessem a

seu modo. Assim, esta foi uma entrevista de aproximação com a instituição em que a fala foi, fundamentalmente, livre.

O segundo momento de encontro com os membros da instituição, situada em nova sede na Rua Felipe Schmidt, realizou-se em cinco de maio de 2003 em razão de alguns documentos solicitados, como programas de atividades, folders de divulgação das Jornadas Psicanalíticas no marco de Convergência e da Reunião Lacanoamericana de Psicanálise⁷¹, textos produzidos pela instituição, seus cadernos e revista. Contudo, este encontro não se circunscreveu ao recebimento de materiais. Os membros da instituição continuaram falando sobre sua história e sobre os movimentos de enlace entre analistas. Em vista disto, foi pedida a permissão para que fossem gravadas as falas, embora, em razão da distância dos membros do gravador, estas tenham ficado inaudíveis e não puderam ser transcritas. Muitas informações, no entanto, haviam sido anotadas manualmente, principalmente o que se referia às datas e aos locais das Reuniões Lacanoamericanas e do Movimento Convergência.

Neste segundo encontro foi sugerido pelos membros da instituição que eu entrasse em contato com o psicanalista Roberto Harari, que vem freqüentemente a Florianópolis, a fim de conseguir seu depoimento sobre o nascimento dos dois movimentos em pauta: a Reunião Lacanoamericana de Psicanálise e o Movimento Convergência. Deste modo, na sua vinda à cidade, em maio de 2003, foi enviado um *e-mail* com uma apresentação da pesquisa e do interesse em entrevistá-lo. Roberto Harari fez contato, também através de *e-mail*, após ter retornado à Argentina, e se dispôs a conceder a entrevista em sua próxima vinda a Florianópolis. Assim, realizou-se a entrevista em 18 de julho de 2003, no hotel em que se hospedava. Esta entrevista foi transcrita e enviada a ele por meio eletrônico. Na data de 30 de agosto, Harari, também por meio eletrônico, enviou o consentimento para utilizar o conteúdo desta entrevista.

Foram feitas duas outras idas à Maiêutica Florianópolis, a fim de solicitar documentos, bem como à casa de um de seus membros, que disponibilizou sua biblioteca particular. Todos estes materiais foram lidos e as informações pertinentes disponibilizadas no capítulo sobre a instituição. A partir das lacunas

⁷¹ Será abreviado o nome da Reunião Lacanoamericana de Psicanálise, o qual aparecerá em muitos momentos apenas como Reunião Lacanoamericana. O mesmo será realizado para Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana. Será adotado Movimento Convergência ou simplesmente Convergência para designar este movimento.

que permaneceram após este segundo momento de escrita, foi elaborado o novo roteiro de entrevista e marcado o terceiro encontro.

Em razão de algumas circunstâncias vividas pela instituição no segundo semestre de 2003, a data da terceira entrevista foi adiada por algum tempo. Neste ínterim, freqüentei os encontros da instituição, intitulados *Debates sobre a formação do analista*, no qual se discutiam textos produzidos por seus membros. Estes encontros permitiram obter informações acerca de como a instituição pensa a formação e qual seu papel nesta.

Antes de realizar a última entrevista, foi entregue à instituição o capítulo da dissertação que apresentava a Maiêutica Florianópolis. Este texto ainda não estava concluído, haja vista que a entrevista de fechamento tinha por objetivo esclarecer algumas questões, bem como permitir que os membros da Maiêutica pudessem comentar o texto em construção.

A última entrevista realizou-se em oito de dezembro de 2003 e dela participaram dois membros da instituição. A entrevista foi conduzida por estes a partir do texto que haviam recebido, o que permitiu corrigir algumas nomenclaturas, adequar algumas datas e ouvir a análise da instituição sobre o texto que a descrevia. A partir desta entrevista, o texto sofreu algumas alterações, visando privilegiar o espaço da instituição e separá-lo, de certa forma, dos movimentos pluri-institucionais dos quais participa. Por fim, em junho de 2004 foram apresentados o capítulo final da dissertação e o novo consentimento pós-informado. Em agosto deste ano a instituição devolveu os consentimentos, o capítulo e fez algumas sugestões de alteração.

Além das entrevistas, a pesquisa documental, que inclui também as publicações, constituiu-se como passo importante deste trabalho de investigação. Entre os documentos e publicações consultados encontram-se:

- Os folders e programas de formação que descrevem as atividades propostas pela Maiêutica Florianópolis desde sua fundação. Entre 1988 e 1994, não foram publicados tais materiais, por isto a instituição compôs uma lista em que descreveu as atividades desenvolvidas neste período, quais sejam, os seminários ditados pelo psicanalista Roberto Harari. A única exceção neste período é o ano de 1993 em que foi produzido um programa de atividades. A partir de 1997, este programa começa a ser elaborado em um determinado formato e vai ganhando corpo com o passar dos anos, até que se transforma em um caderno denominado Programa de Formação em Psicanálise. À

exceção do ano de 2002, em que o programa foi formatado como carta, e 2004, quando assumiu a forma de folder.

- As cartas-propostas que a instituição enviou pelo correio através da mala direta do CRP-12 entre os anos de 2001 e 2002, nas quais divulgaram-se as categorias de inscrição na Maiêutica Florianópolis.
- Alguns textos escritos por membros da Maiêutica, apresentados nas Jornadas Psicanalíticas de 2001, 2002 e 2003, que remetiam à temática da pesquisa também foram disponibilizados, bem como um texto lido nas Jornadas de cartéis 2002 e um texto não publicado sobre a história da Maiêutica Florianópolis.
- Os quatro cadernos da instituição referentes, em ordem cronológica, a: trabalhos apresentados na Reunião Fundacional para uma Convergência Lacaniana de Psicanálise; os textos produzidos a partir das falas de Jean Szpirko *Mais-um e a transferência de trabalho na formação do analista* e de Roberto Harari *Formações do Inconsciente, formações do analista* e a jornada de cartéis 2002, *Intervenção Psicanalítica na Infância e Transferência*.
- Cartazes de divulgação das palestras e jornadas de cartéis realizadas pela instituição.
- Um programa da Maiêutica Porto Alegre do ano de 1986.
- Os cartazes, folders e/ou anais das Reuniões Lacanoamericanas de Psicanálise.
- Os cartazes e/ou folders das reuniões de trabalho e atividades de Convergência dos anos de 1997, 1998, 2001 e 2004. Além de alguns boletins da Comissão de Enlace de Buenos Aires e a ata de fundação.
- Folders das Jornadas Psicanalíticas no marco de Convergência que aconteceram em 2000, 2001, 2002 e 2003.
- A *Clinamen*: revista psicanalítica publicada por esta instituição.

Para elaboração do capítulo sobre a instituição, foram utilizados também textos de psicanalistas citados nas entrevistas, a fim de elucidar algumas informações e apresentar sua posição teórica. Isto não significa que estes autores falem pela instituição, porém, são autores reconhecidos por esta e cujo trabalho permite localizá-la nas produções psicanalíticas contemporâneas.

Delegação Santa Catarina – Escola Brasileira de Psicanálise

A pesquisa iniciou-se com a apresentação, por correio eletrônico, do projeto de pesquisa e a solicitação de um encontro à então coordenadora da Delegação Geral/SC – Laureci Nunes. A resposta foi imediata e, no mesmo dia, agendamos, por telefone, um encontro. Já neste momento a coordenadora da instituição iniciou a conversa comentando vários temas relacionados à formação psicanalítica e acrescentou que a Escola estava ali para ser pensada e questionada.

A coordenadora da Delegação Geral/SC remeteu-se a outras instituições que já haviam se constituído em Florianópolis como o Recorte e o Traço Freudiano. Deteve-se um pouco mais nesta última, pois alguns membros da Delegação pertenceram ao Traço, fundado em 1991. Já no primeiro encontro apareceram muitas informações sobre a história da EBP, da AMP e da própria Delegação. Além disto, falou-se do rompimento de Lacan com a IPA e as discordâncias com respeito à formação psicanalítica como ponto nodal deste rompimento. Laureci Nunes recomendou também algumas leituras, entre elas o texto de Lacan *Excomunhão*, o *Ato de Fundação da Escola* e alguns textos de J.-A. Miller.

A biblioteca da Delegação foi disponibilizada para a realização da pesquisa, já que a instituição deseja “torná-la acessível aos interessados pela psicanálise”. A coordenadora afirmou que esta é a proposta da Escola: “estar de portas abertas”. Neste primeiro encontro, que teve duração aproximada de uma hora, entreguei uma carta para oficializar a solicitação da pesquisa à instituição.

Realizei uma visita à Delegação Geral/SC para resgatar os documentos e textos que haviam sido mencionados no primeiro encontro, com destaque para o arquivo de jornais produzidos pela instituição. No final do ano de 2002, houve uma mudança nos cargos da instituição, o que dificultou a marcação da primeira entrevista, finalmente realizada em fevereiro de 2003. Novamente, o contato foi feito por correio eletrônico e posteriormente por telefone.

A primeira entrevista com a coordenadora da DG/SC – Sílvia Emília Esposito - realizou-se em quatro de fevereiro de 2003 e teve duração aproximada de uma hora e quarenta minutos. Nos primeiros minutos do encontro a entrevistada já começou a contar a história da Delegação, o que impediu a gravação das primeiras falas. Houve também perda de uma parte da entrevista, aproximadamente dez minutos, em razão de não se ter detectado o fim da fita cassete. Afora estes dois momentos, em que perdi parte da fala, a entrevista foi

gravada, transcrita e entregue a Esposito. O consentimento pós-informado não foi assinado na ocasião por um pedido da entrevistada, o que seria feito após a leitura da transcrição. Em razão da forma como foi iniciada a entrevista, não foi possível ter à mão o roteiro, mas isto não constituiu um problema, já que as questões nele contidas foram abordadas da mesma forma. A fala da entrevistada transcorreu livremente e apenas do meio para o final da entrevista foram colocadas questões sobre temas específicos que não haviam sido mencionados.

Antes da realização da segunda entrevista, foi feito um estudo da anterior a fim de levantar as questões que emergiram. Realizei também a leitura dos jornais da instituição, pois estes foram mencionados em vários momentos da primeira entrevista. Concomitante à coleta de informações foi escrito o texto de apresentação da instituição, o que permitiu levantar as lacunas abertas pelas exigências da escrita.

A solicitação da segunda entrevista foi feita por *e-mail*. Esta realizou-se em 12 de junho de 2003, com Sílvia E. Esposito e teve uma duração aproximada de duas horas e meia. O procedimento de gravação e transcrição da entrevista manteve-se como combinado com Esposito desde o primeiro encontro. A entrevista foi inicialmente dirigida por ela, pois havia vários pontos da transcrição anterior que a entrevistada quis esclarecer. Tendo encerrado esse retorno à primeira entrevista, foi seguido o roteiro construído para sanar dúvidas e avançar em algumas temáticas que ainda não haviam sido abordadas. Ao longo da entrevista, Esposito anotou alguns assuntos sobre os quais ficou de enviar materiais para pesquisa.

Após alguns dias, foram enviados os endereços eletrônicos onde pude encontrar informações sobre o Campo Freudiano e o Encontro Americano. Outras informações sobre os Encontros nacionais e internacionais, bem como os Congressos da AMP, não foram conseguidos por meio eletrônico. Deste modo, enviei um *e-mail* a Laureci Nunes, solicitando dados que pudessem completar algumas informações esparsas coletadas anteriormente. A resposta a esta solicitação esclareceu algumas dúvidas e as demais foram enviadas por Laureci Nunes à ex-diretora da EBP – Angelina Harari – que respondeu as questões também por meio eletrônico.

Antecedeu também à última entrevista a leitura dos diversos artigos dos membros da Delegação e da Escola publicados nos jornais e a pesquisa de algumas temáticas específicas em textos estatutários, ou mesmo teóricos, escritos

por membros da Escola e da AMP. O texto sobre a Delegação foi encerrado antes da última entrevista, levando a esta as questões que restaram.

A última entrevista - realizada em 27 de novembro 2003 - foi norteadada pelo texto já escrito sobre a Delegação SC e por um roteiro de seis perguntas a ele anexado. Desta forma, Esposito conduziu o trabalho e algumas poucas perguntas foram inseridas ao longo da entrevista. Ao final, a entrevistada sugeriu algumas leituras teóricas sobre a orientação da Escola e a lógica do não-todo, a fim de dar consistência às afirmações do texto e fundamentar a postura teórica da Escola.

Quanto à pesquisa documental, esta contou fundamentalmente com os jornais da Delegação publicados trimestralmente. Foram pesquisadas doze edições que compreenderam o período de junho de 1999 a março de 2003. Estes jornais contavam, em geral, com um editorial, textos produzidos por membros da Delegação e da EBP, uma seção sobre a *Una Orientação*, uma denominada *O Cartel e a Escola* e ainda uma outra sobre os acontecimentos previstos - encontros e congressos – além da agenda de atividades.

Foram também incluídos como documentos os Boletins Eletrônicos, disponibilizados até junho de 2004, os quais contam com Notícias da EBP e AMP, uma agenda sobre as atividades destas, a agenda da Delegação, uma seção da Biblioteca, a habitual seção Cartéis e, por fim, um espaço denominado *Anexo*, destinado à publicação e divulgação de textos de membros da Delegação, EBP e AMP. Este veículo *on-line* foi criado pela Delegação, a fim de aproximar da instituição os interessados pela psicanálise.

Foram pesquisados também o Anuário e os Textos Estatutários da Escola Brasileira de Psicanálise do ano de 2002, os quais apresentavam a Escola, sua administração, a AMP, a lista dos membros, a descrição de todas as Seções e Delegações, bem como os membros que pertencem a cada uma delas, as escolas e associações em outros países e, por fim, o Ato de Fundação (1964), Pacto de Paris (1992), estatutos da AMP, estatutos da EBP e uma carta de Jacques-Alain Miller.

Em junho de 2004, foi apresentado a Sílvia Emília Esposito o capítulo sobre a Delegação Santa Catarina e o novo consentimento pós-informado. Em agosto o capítulo foi devolvido com algumas sugestões, entre elas, a sua apresentação a Laureci Nunes, também citada no trabalho. O consentimento também sofreu algumas alterações, uma vez que a entrevistada deixou claro que, coordenadora

da Delegação, ela concedeu a entrevista em seu próprio nome e não em nome da instituição.

Sobre os procedimentos

No transcorrer do trabalho de investigação, os procedimentos tornam-se parte de seus resultados. Isto se dá tanto na pesquisa bibliográfica quanto na ida a campo, uma vez que aquilo que se encontra age retroativamente no planejamento feito, impelindo a algumas mudanças e tomada de novos rumos. Os procedimentos inicialmente traçados são uma orientação de que caminho tomar para se chegar a determinado lugar – a resposta à pergunta inicial. Porém, como a resposta não é sabida inicialmente, do contrário não haveria pesquisa alguma, os procedimentos requerem certa maleabilidade para lidar com a resposta que se vai produzindo na investigação.

Deste modo, este capítulo sobre os procedimentos já se constituiu como parte dos resultados da pesquisa. Os dois capítulos que se seguem trazem as instituições citadas e a forma como foi possível apresentar sua história e elucidar sua concepção da formação psicanalítica. É possível observar que algumas questões aparecem em ambos os textos, uma vez que se trata de uma tentativa de responder às minhas perguntas. Porém, tantas outras vezes, elas aparecem em um texto e não em outro, ou com mais ênfase em um capítulo do que em outro. Isto se deve à particularidade das instituições, o rumo dado pelos entrevistados à investigação, a sua forma de responder às perguntas e as temáticas que despertaram maior interesse. Com o objetivo de evidenciar esta particularidade, cada instituição ocupa um dos capítulos deste trabalho.

Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica

A história da Maiêutica Florianópolis inicia-se com o convite para a constituição de um grupo de estudos feito por Cláudio Renato Nöthen da Rosa, médico psiquiatra do Hospital Colônia Santana, o qual tinha contato com membros da Maiêutica Porto Alegre⁷². À época havia um psicanalista desta instituição – Luís Olyntho Telles da Silva - que vinha a Florianópolis e tinha interesse em formar um grupo de estudos. Telles, como é informalmente chamado, mantinha também sua prática clínica em Florianópolis, permanecendo nesta cidade dois dias por semana.

Cláudio R. N. da Rosa contatou interessados pela psicanálise, os quais se inseriam na Universidade Federal de Santa Catarina e, a partir deste interesse comum, formou-se em 1980, o Grupo de Estudos Psicanalíticos. Este grupo - inicialmente composto por Cláudio, já citado, Ivanir Barp Garcia, Tânia Vanessa Nöthen Mascarello, Magdalena Souto da Silva, Carlos Augusto Monguillhot Remor e Taís Regina da Silva Ferraz - reunia-se às sextas-feiras para realizar o Curso de Psicopatologia Clínica e Técnicas Psicanalíticas com Luís Olyntho Telles da Silva.

Tempos depois, aproximadamente em 1983, algumas pessoas juntaram-se ao grupo e começaram a realizar este mesmo curso nas quintas-feiras. Inicialmente havia a preocupação com o estudo teórico da psicanálise, mas a formação de psicanalistas ainda não era um compromisso do grupo informalmente denominado *grupo do Telles*.

Em 19 de maio de 1984 alguns membros do Grupo de Estudos Freud-lacaniano de Florianópolis foram a Porto Alegre participar de uma jornada psicanalítica. Lá, em conversa com outros psicanalistas, consultaram Roberto Harari acerca do uso do nome Maiêutica para a instituição de Florianópolis.

(...) era para usar o nome e isso tem uma história. Porque quando nós dissemos que pretendíamos fundar uma instituição aqui, nós fomos

⁷² Esta instituição é citada no estudo de Frizzo (1993) embora não tenha sido investigada pela autora. “Em 1979, havia pelo menos dois grupos que atuavam explicitamente na difusão da psicanálise freudo-lacaniana em Porto Alegre: um deles, constituído em torno de Roberto Harari, psicanalista argentino, fundou em 1980 a Mayêutica – Instituição Psicanalítica (*sic*), primeira instituição declarada lacaniana a se constituir na cidade” (p.118). Segundo a leitura dos membros da instituição de Florianópolis há aqui uma imprecisão no nome desta instituição. O nome correto seria Maiêutica Porto Alegre – Instituição Psicanalítica, o que se confirma no programa de atividades publicado no ano de 1986.

questionados: com que nome? Maiêutica. Já tinha a Maiêutica Porto Alegre e foi questionado imediatamente com que nome. (...) diante desse questionamento nós fomos consultar o Harari se ele não se importava de nós usarmos o nome Maiêutica. A instituição originária, digamos a primeira, que utilizou esse nome retirando de Sócrates, tinha sido a dele e não a de Porto Alegre. Ali foi um ato, (...) ir direto ao Harari, mas a pergunta era sobre o nome. (Mascarello, 08/12/03)

A idéia foi fecunda e, por ocasião da 1ª Jornada Psicanalítica de Florianópolis, ocorrida em 16 e 17 de novembro de 1984, fundou-se a Maiêutica Florianópolis - Grupo de Estudos Psicanalíticos. Tal jornada foi realizada pelas duas turmas que realizavam o curso nas sextas e nas quintas-feiras. Sua programação contou com trabalhos de Roberto Harari e Diana Voronovsky, membros da Mayéutica Buenos Aires, e principalmente trabalhos de membros da Maiêutica Porto Alegre, além daqueles apresentados pelos participantes do Grupo de Estudos. Pouco tempo depois de sua fundação, a instituição modificou seu nome para Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica.

Desde o início, portanto, houve uma explícita inspiração na Mayéutica Buenos Aires. Segundo os membros da instituição de Florianópolis, trata-se de uma identidade de leitura, não há qualquer relação de filiação de uma instituição à outra. São instituições independentes que compartilham de uma leitura de Freud a partir de Lacan.⁷³

⁷³ Em razão desta proximidade com Roberto Harari e a inspiração na Mayéutica Buenos Aires, permite-se uma pequena digressão sobre a história dessa instituição. A Mayéutica Buenos Aires foi fundada em 23 de setembro de 1977, propositadamente fez-se coincidir a fundação com a data de morte de Freud a fim de render-lhe uma homenagem. Esta instituição tem uma formação sintomática, segundo seu fundador Roberto Harari, pois se constituiu de sete professores que haviam sido expulsos da Universidade de Salvador, em Buenos Aires. “É uma formação sintomática. Foi con todas as pessoas, os professores que... nós fomos expulsos da disciplina que eu tinha na Universidad do Salvador (...) pelo golpe militar (...). Então fomos os primeiros sete que comenzamos neste momento, con la Mayeutica, sobre todo procurando trabalhar, porque (...) era o momento de muita persecução contra a psicanálisis, contra os analistas (...) por eso também nós procuramos no ter un local, comenzamos trabalhando nos consultórios de cada um, para no dar a publicidade por perigo de difundir o novo lugar de reunión. Estaban prohibidas reuniões muito grandes também, o sea, no tinha congressos, jornadas de psicanálisis. Até 79 praticamente no tínhamos condições para fazer isso, era muito terror, o que tinha antes foi muita desapareções de psicanalista (...) era loco, era imprevisível. Bom, procurávamos hacer entrar con cuidado, haciendo mais de transmissão oral e aí começamos haciendo inicialmente seminários abertos quer dicer, no fazíamos inscrição dos alumnos, sino cada un que quisiera falava, decíamos se venían con recomendación, porque tínhamos toda a paranóia, porque podia ser una persona que venía a espiar, do serviço de informação do estado. Isso duró cuasi, hasta o momento, até o momento que ficó un poco mas tranquila a situação na Argentina, por fines do 79. Nesse momento, então, aí temos o nosso primer... a primeira sede e o primeiro congresso que ficimos con a jornada que era exatamente pelos 40 anos da morte de Freud. (...) Aí sí pudimos fazer as primeiras atividades abertas con muito público e num grande hotel cuasi 300 pessoas

A relação da Mayéutica Buenos Aires não se fez diretamente com as pessoas do Grupo de Estudos de Florianópolis, mas sim por intermédio de Luís Olyntho Telles da Silva, membro fundador e presidente da Maiêutica Porto Alegre. Deste modo, pode-se dizer que a identidade de leitura à qual se referem os membros da instituição de Florianópolis fez o percurso de Buenos Aires a Porto Alegre e, só então, a Florianópolis. Só após o reconhecimento da Maiêutica Florianópolis como instituição psicanalítica, e não mais como o grupo do psicanalista porto-alegrense, é que se passou a ter uma preocupação com a formação de seus membros já que, além dos estudos teóricos, estes passaram a desenvolver práticas clínicas.

E aí, em 85 foi fundada a instituição psicanalítica como instituição, mas tu entendes que pela leitura retrospectiva que eu fiz isso começou ali em 80, 81. (...) eu considero que esse desejo lido de hoje, já estava antes, poderia se dizer assim, na minha leitura, psicanaliticamente, que a Maiêutica começou em 80. (Remor, 11/11/02)

Faziam parte da Maiêutica Florianópolis em 1986/1987 os membros fundadores – Cláudio R. N. da Rosa, Carlos A. M. Remor, Ivanir B. Garcia, Magdalena S. da Silva, Tânia V. N. Mascarello, Blandina B. Vieira e Luis O. T. da Silva. Foram convidados a participar Alberto P. May, Débora M. Sônego, Jacqueline V. Vieira, Lucélia S. Stähelin, Diogo D. Costa Curta, Flávia de M. Costa, Mario Febrônio de Oliveira, dos quais apenas o último não se inscreveu na instituição. Na sequência inscreveram-se Yara K. Arruda e Sérgio Arruda. “Em 1986, foram elaborados os estatutos da instituição, já com o nome de Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica e realizado o seu registro em cartório junto com a Ata de Fundação” (Maiêutica Florianópolis, 2003).

A preocupação com a formação psicanalítica foi uma das razões pelas quais a instituição se solidificou. A Maiêutica convidava psicanalistas para participar da formação de seus membros, com destaque, desde o início, a Roberto Harari. Além deste, foram feitos seminários com Donald Schüller – mitólogo - e Luís Olyntho Telles da Silva. O trabalho com Harari, no entanto, é enfatizado na história desta instituição, pois instalou-se em 1986 e, desde esta data, houve apenas uma breve interrupção. Parte dos membros que estavam presentes desde sua fundação começaram a fazer com ele suas análises e este foi o momento,

(...). Essa actividad aconteció en 79, depois já tuvimos a sede própria e aí mudó a questão” (Harari, 18/07/03).

identificado pela instituição, que configurou a Maiêutica como espaço de formação. Além disto, Harari é reconhecido pelos membros da instituição como um dos pioneiros do ensino de Lacan na América.

A história desta instituição inclui também algumas rupturas. A primeira delas é assinalada no ano de 1988, quando houve o afastamento entre os membros da instituição e o psicanalista porto-alegrense. Por algumas discordâncias com este psicanalista, os membros afastaram-se de seu ensino. Este rompimento consolidou-se na Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de 1988.

Isso não significa que nunca mais tenhamos trabalhado juntos. Voltamos a trabalhar juntos, felizmente. Voltamos a trabalhar juntos em vários colóquios, jornadas, organizadas aqui em Florianópolis e também em Porto Alegre. São só rupturas por momentos, depois as pessoas se reaproximam, as instituições passam a trabalhar novamente juntas. (Mascarello, 08/12/03)

Um outro momento marcado pela ruptura aconteceu em 1990. Neste, a situação foi distinta, pois tratou-se de uma interrupção nas atividades da Maiêutica Florianópolis.

Nós paramos o curso e tivemos aí uma interrupção (...). Nós não tivemos o seminário do Harari (...) a presidência rompeu com o Harari. O presidente da Maiêutica, daí o presidente saiu e nós tivemos uma interrupção. Com o Harari nós não rompemos. Como na época quem estava na presidência quis romper com o Harari, aí... nós ficamos numa situação difícil. (Remor, 11/11/02)

**Tab.1: Presidentes da Maiêutica
Florianópolis**

1985	Luís Olyntho Telles da Silva
1986	Cláudio Renato Nöthen Rosa
1988	Magdalena Souto da Silva
1990	Conselho Diretor
1996	Ivanir Barp Garcia
1999	Tânia Vanessa Nöthen Mascarello
2003	Inezinha Brandão Lied

Fonte: Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica

Ao longo desses 20 anos de história, essa foi a única situação em que o ensino de Harari foi interrompido. Algumas pessoas, analisantes do presidente, deixaram a instituição junto com este. Após esta data, continuaram na instituição de Florianópolis os seguintes membros: Cláudio Renato Nöthen da Rosa, Carlos Augusto Monguilhot Remor, Ivanir Barp Garcia, Tânia Vanessa Nöthen Mascarello e Inezinha Brandão Lied, a qual era aluna do curso de formação e fez seu pedido de entrada.

As sedes da instituição acompanharam suas transições:

As reuniões de trabalho de 84 a 88 aconteciam inicialmente no consultório de Luiz O. e depois no consultório de Magdalena Souto da Silva. No início de 89 os membros da Maiêutica começaram a trabalhar por uma sede da Instituição, o que aconteceu em abril de 89, no Ed. Pérola Negra, na Rua Osmar Cunha. (...). Em 1994 foi reinstalada a Maiêutica em sua sede, (...) na Vidal Ramos, Ed. Eduardo Dias, sala 506 e mais tarde na sala 706. (Maiêutica Florianópolis, 2003)

Após estas sedes a instituição localizou-se à rua Felipe Schmidt no Ed. Pórtico, sala 404 e, por último, à mesma rua no Ed. Carlos Meyer, salas 203 e 204. Mantendo-se sempre no centro da cidade de Florianópolis.

As categorias de inscrição

A constituição da Maiêutica Florianópolis fez-se inicialmente pelo convite à participação em um grupo de estudos, o qual foi se organizando e institucionalizando nas suas duas décadas de existência. Os interessados em psicanálise que fizeram por meio desse percurso sua formação tornaram-se os membros da Maiêutica Florianópolis, os quais alternaram-se ao longo dos anos nos cargos do conselho diretor.

A partir de outubro de 2001, a Maiêutica Florianópolis divulga, por meio de cartas, as possibilidades de inscrição na instituição. As duas primeiras cartas datam de outubro de 2001, a terceira de dezembro do mesmo ano e, por fim, uma de janeiro de 2002. Uma das cartas de outubro de 2001 apresenta três categorias de inscrição: membro, participante e participante correspondente.

Os membros são aqueles que sustentam a instituição por meio do ensino e da transmissão da psicanálise conforme as obras de Freud e Lacan. Apenas estes votam e são votados para os cargos, seu trabalho é propor atividades e eventos, representar a instituição, realizar laços com outras instituições, enfim, manter a instituição.

O participante, por sua vez, é o associado que efetua o pagamento de mensalidade equivalente à metade do valor pago pelos membros e tem como atribuições: participar das atividades propostas pela instituição, daquelas que a instituição realiza mediante convite a terceiros e solicitar reuniões informativas ou debates de interesse da instituição ou da comunidade psicanalítica em geral. O participante não ministra curso, mas poderá ajudar na realização dos eventos promovidos pela instituição. Deste modo, não sustenta a instituição, contudo, tem com esta uma transferência estabelecida e está firmemente presente em suas atividades.

Por fim, apresenta-se a última categoria: o participante correspondente. Este é o não residente em Florianópolis, que mantém um vínculo com a instituição a partir da participação eventual nas atividades e paga uma taxa referente a 10% da mensalidade dos membros. A instituição o informa de suas atividades, das quais poderá participar mediante o pagamento de 50% do valor desta taxa.

Uma outra carta apresenta nova distribuição de categorias: membro, membro adjunto e participante. O membro mantém-se como descrito na carta anterior, já a categoria de membro adjunto decorreu de uma escuta da instituição sobre o envolvimento de alguns participantes:

(...) foi introduzida a categoria de membro adjunto, porque nós entendemos da seguinte maneira. Participante é o simples ato de participar de uma atividade, está lá participando, está lá matriculado, frequenta as aulas, mas tínhamos diferentes participantes. Participantes que trabalhavam nos eventos, que dividiam algumas tarefas, que se interessavam por divulgar as coisas que a instituição realizava, então já havia uma diferenciação, eu não diria natural, eu diria de compromisso. Havia pessoas simplesmente matriculadas, que eram somente participantes e haviam pessoas muito mais comprometidas com o trabalho da instituição. Achamos então que deveríamos ouvir isso, criar uma nova categoria. (Mascarello, 08/12/03)

Ao frequentar uma atividade oferecida pela instituição, o sujeito é denominado participante. Já o membro adjunto deve requerer esse título, portanto, requer uma implicação do sujeito nos trabalhos da instituição.

Participantes são aqueles que participam das atividades da instituição, independente de qual seja... e os adjuntos são já analistas em formação, pessoas que já têm um percurso teórico, que já participaram de outras

atividades, já vêm fazendo uma trajetória diferenciada, estão em análise... bastante tempo já. (Mascarello, 11/11/02)

A partir do momento que foi criada a categoria de adjunto, aqueles que estavam mais envolvidos com a instituição pediram a sua inscrição⁷⁴.

As atividades e os participantes

O primeiro folder de divulgação de atividades da Maiêutica Florianópolis data de 18 de maio de 1986 e neste anunciavam-se os Primeiros Seminários Abertos de Psicanálise. Os temas eram: sexualidade, falo e castração, sintoma, corpo erógeno e simbólico. Estes seminários eram ministrados por Roberto Harari. Em 12 de outubro do mesmo ano foi realizado o seminário sobre o sintoma e, para a sua divulgação, foi produzido um folder mais detalhado.

No ano de 1987 continuaram os seminários de Roberto Harari, o que se atesta por uma carta enviada pela Maiêutica Florianópolis à instituição de mesmo nome situada em Porto Alegre. Estes seminários foram realizados em quatro encontros e o programa tinha como título Clínica Freud-Lacanian. Nos anos de 1988 e 1989 também foram ditados seminários por Harari, desta vez tendo como tema identificação e estruturas clínicas.

Neste período, final de 88 e início de 89, começa a ser discutida a proposta da Maiêutica oferecer um programa de formação em psicanálise, com duração de três anos, do qual deveriam participar como responsáveis pelo ensino, os seguintes membros da instituição: Ivanir, Alberto, Magdalena, Tânia, Carlos, Jacqueline e Débora. Magdalena, desde a função de presidente coordenaria os seminários, que tiveram início em setembro de 89, com a participação de 18 alunos. (Maiêutica Florianópolis, 2003)

Pela primeira vez, em 1989, a Maiêutica Florianópolis publica um programa de formação em psicanálise. Conforme previsto neste impresso, o curso dividir-se-ia em leituras e clínica, a primeira tinha eixos temáticos como o inconsciente, a sexualidade, as estruturas clínicas e a direção da cura. Já a parte clínica consistiria na apresentação e discussão de casos. Este curso seria realizado duas vezes por semana e teria duração prevista de três anos. Foi iniciado em 1989, porém, diante

⁷⁴ No Programa de Atividades publicado pela instituição em 2003, constam os seguintes membros adjuntos: Maurício Eugênio Maliska, Mirela Chaves, Rosi Bergamashi. Entre os participantes encontram-se: Adriana Sappino de Sala, Adriana Slomp, André Luiz Scapin, Claine Tarouco de Freitas, Carolina Marques, Celiane Guerreiro Borghezán, Fernanda Maria Cherem Luft, Jerônimo Ayala, Marlos Gonçalves Terêncio, Rosane Macedo, Rosane M. S. Medonça e Walkíria Marques Cunha.

das questões institucionais já descritas, ele se encerrou em 1990. Essa forma de estruturar o ensino da psicanálise perdura, contudo, até a atualidade.

(...) ele [o curso de formação] funcionou durante este período de 89 até 2002, não com esse caráter tão estruturado, mas funcionavam os dois eixos e as atividades clínicas também, mas não tinha esse caráter seriado. Foram oferecidos, durante todo esse período, seminários e grupos de estudos dentro dos eixos inconsciente e sexualidade, algumas vezes foram instituídos os quatro conceitos fundamentais, (...). Foi oferecido o eixo inconsciente somente, sexualidade somente e atividades clínicas desde 99. (Mascarello, 08/12/03)

As atividades propostas pela instituição, portanto, são norteadas por essa estrutura: os conceitos fundamentais da psicanálise e as atividades clínicas, porém, não aparecem sempre com uma proposta de formação necessariamente seriada e ordenada. A necessidade de seriação deu-se em razão de uma demanda dos próprios participantes e uma necessidade de organização da instituição.

A idéia é de novo de uma escuta (...) o estudo (...) continuou funcionando, os temas e as coisas... mas de forma avulsa. Então aquilo para quem inicia ou para quem está numa formação dá uma idéia um pouco de estar solto (...) [A idéia era] poder dar um certo norte, uma seqüência mesma, a esse estudo que era uma das... (...) queixas: 'Ah, mas e agora continuava?' E também como não havia essa... esse ordenamento, a cada ano nós pensávamos se tinha uma coisa nova para incluir, nós também não nos obrigávamos a seguir essa ordem. Embora surgissem mais coisas novas e nós ficávamos mais livres para isso, as pessoas ficavam mais soltas para se enganchar. Então, por isso surgiu a idéia da questão do curso e realmente, nos dá esse ordenamento a isso que já vinha sendo feito na instituição (...). (Lied, 08/12/03)

Essas reivindicações de que seja um curso seriado, com certificado, com número de horas, formalizado... nós escutamos inúmeras vezes e em distintos momentos e na verdade sempre resistimos um pouco. Justamente para estabelecer essa diferença com um curso regular de uma instituição de ensino descompromissada com a psicanálise ou com a formação do psicanalista, mas agora optamos por não só organizar melhor, tem esse objetivo... colocar seriado de três anos. É estabelecer uma lógica da instituição e do andamento do processamento dos conceitos (...). (Mascarello, 08/12/03)

A seriação do curso permite também que as pessoas possam se localizar e voltar a participar das atividades da instituição a partir do momento onde haviam parado seus estudos.

(...) tem pessoas que vão retornar agora já com o certificado de terem feito a parte inicial dos conceitos fundamentais. Já vão entrar no segundo ano, tem pelo menos dois pedidos de pessoas que acompanharam em anos anteriores e que já venceram essa parte dos conceitos fundamentais. (Mascarello, 08/12/03)

Por outro lado, o título de um curso de formação põe em risco o próprio conceito do que seja a formação psicanalítica. Neste sentido, a instituição adotou dois procedimentos: uma entrevista com os candidatos a participante e uma atividade de debates abertos ao público sobre a formação psicanalítica.

A própria entrada, quando o sujeito se dispõe a fazer a inscrição ele já é advertido, ele não entra enganado, ele não entra inocentemente, ele não é ingênuo mais... no que é entrar no estudo de psicanálise, que é muito mais um percurso do que um curso. Isso é dito expressamente para todos os candidatos e mesmo assim tem que repetir. Porque as pessoas insistem em fazer de conta que não escutaram! Por isso se repete. (Mascarello, 08/12/03)

O não querer saber sobre esta peculiaridade da formação psicanalítica anuncia algo que a ultrapassa.

A formação do analista, (...) confronta (...) permanentemente com a castração. Isso não é algo agradável de suportar permanentemente, as pessoas gostariam muito mais talvez de dizer que, por enquanto eu estou em formação... um dia X eu me formo e aí eu vou saber tudo o que eu preciso, de alguma forma eu vou estar pronto (...). Desde antes dele se inscrever em um curso ele já é confrontado com esta falta permanente, ele não entra ingênuo, ele já entra sabendo que não é curso, que a formação é outra coisa, que ela implica fundamentalmente a análise pessoal e a continuidade dos estudos teóricos. Muita gente faz o curso e vai embora, o que ela quer aqui é aquilo que ela vê um começo, meio e fim. Ela quer um concluir único, isso é ruim. (Mascarello, 08/12/03)

Diferenciar a formação psicanalítica de uma proposta de curso de formação, levou a instituição a promover debates sobre esta temática.

[No] momento em que nós oferecemos o curso de formação, (...) começamos a trabalhar mais do que nunca e (...) de forma aberta, o que é a formação do analista para não ficar a idéia de que um curso é a formação de um analista.

Tendo idéia de um certo risco que talvez implique a denominação mas foi a melhor que nos ocorreu, mas de poder trabalhar essa outra ponta também.
(Lied, 08/12/03)

Retomando o programa de atividades da instituição, tem-se que entre os anos de 1989 e 1994 foram ditados seminários por Roberto Harari⁷⁵. No ano de 1993, é publicado novamente o programa de atividades onde há o convite à participação nos seminários ditados por Roberto Harari e à constituição de cartéis. Além destes, foram oferecidos também seminários ministrados por membros da Maiêutica Florianópolis, tais como O Inconsciente, ministrado por Carlos Augusto Monguilhot Remor e A Sexualidade, ministrado por Ivanir Barp Garcia. Por fim, foi divulgada a data e local da Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de 1993.

Houve um intervalo de quatro anos em que não foram publicados materiais sobre as atividades desenvolvidas pela instituição. Apenas em 1997 é divulgado o novo programa, no qual se mantêm os seminários ministrados por Harari sobre o Seminário 23 de Lacan – *Le Sinthome*. Além deste, constavam no programa três grupos de estudo: Sintoma – uma formação do inconsciente, a cargo de Ivanir Barp Garcia, Introdução à obra de J. Lacan – RSI, noções introdutórias, ministrado por Tânia V. N. Mascarello e Histeria – conceitos freudianos fundamentais, por Carlos Augusto Remor. À época, havia um cartel em andamento – Sublimação – convocado por Inezinha Brandão Lied. Por fim, foi divulgada a data da Reunião Lacanoamericana daquele ano.

Dos anos de 1998 a 2004 foram editados cadernos que tratavam do programa de formação, à exceção de 2002, em que se produziu uma carta, e 2004, em que foi impresso um folder com o programa das atividades. Os cadernos iniciavam-se com uma apresentação e o convite à participação escrito pelo presidente da instituição. Havia também algumas considerações sobre a formação psicanalítica como a citada abaixo:

A formação em psicanálise põe em evidência a necessidade de considerar as exigências dela despreendidas. Estas se diversificam, desde os momentos de chegada aos tempos do percurso, na formação do analista. É uma formação que não reconhece uma continuidade linear ou progresso evolutivo nem,

⁷⁵ Além dos já mencionados, tem-se: 1990 – Paranóia de autopunição, o Imaginário e o Simbólico; 1991 – o Simbólico, o Real e o Gozo; 1992 – Clínica Lacaniana, Angústia, Acting-out e Passagem ao ato, Sinthome; 1993 – Posições do inconsciente, *Verneinung* de Freud; Instância da Letra ou a razão desde Freud; 1994 - El Sinthoma – seminário 23.

tampouco, uma garantia de término ao modo de uma formação academicista.
(Programa de formação em Psicanálise, 1998, p. 4)

Após uma breve consideração sobre a formação do psicanalista, a instituição apresenta sua proposta de atividade para o ano em questão, o que se encontra resumido na tabela que segue:

Tab. 2: Atividades divulgadas nos Programas de Formação e Folders da Instituição

Ano do Programa	Modalidade	Temática	Responsável
1998	Seminários	Leitura, comentário e processamento do seminário XXIII de Lacan: Le sinthome (1975-76) Posições do Inconsciente A instância da Letra no inconsciente ou a razão desde Freud	Roberto Harari Ivanir Barp Garcia Tânia V. N. Mascarello
	Grupos temáticos	Inconsciente Denegação	Carlos Augusto M. Remor Inezinha Brandão Lied
	Cartéis	As identificações	
	Espaço Interno de trabalho	Reuniões de Leituras do Seminário Le Sinthome	
1999	Seminários	Leitura, comentário e processamento do seminário XXIII de Lacan: Le sinthome (1975-76)	Roberto Harari
	Reuniões Abertas	A letra e o inconsciente Sonhos: Interpretação Posições do Inconsciente O inconsciente é estruturado como uma linguagem	Tânia V. N. Mascarello Carlos Augusto M. Remor Ivanir Barp Garcia Inezinha Brandão Lied
	Cartéis	A angústia Psicanálise e arte	
	Espaço Interno de trabalho	Reuniões de Leituras do Seminário Le Sinthome	
	Conferências	Ciência e Psicanálise Mais-um e a transferência de trabalho na formação do psicanalista Formações do inconsciente, formações do analista	Jean Szpírko Jean Szpírko Roberto Harari
2000	Curso de Formação	A sexualidade	Inezinha Brandão Lied Ivanir Barp Garcia Carlos Augusto M. Remor Tânia V. N. Mascarello
	Seminário	Leitura, comentário e processamento do seminário XXIII de Lacan: Le sinthome (1975-76)	Roberto Harari

	Cartéis	Psicanálise e Arte Transferência	
	Espaço Interno de trabalho	Reuniões de Leituras do Seminário Le Sinthome	
	Apresentação dos trabalhos de cartel	Psicanálise e Arte	Inezinha Brandão Lied Lorena Toaldo Pedro H. M Branco Tavares Luiz Francisco E. Camargo
	Conferências	Diferenças entre Psicanálise e as Psicoterapias Estruturas Clínicas	Jean Szpirko Jean Szpirko
2001	Seminário	Leitura, comentário e processamento do seminário XXIII de Lacan: Le sinthome (1975-76) A significação do Falo, de Lacan A transferência	Roberto Harari Roberto Harari Carlos Augusto M. Remor
	Reuniões de Leitura	A significação do Falo, de Lacan	Carlos Augusto M. Remor Inezinha Brandão Lied Tânia V. N. Mascarello
	Sessão Clínica	O que na histeria... ainda interroga?	Tânia V. N. Mascarello
	Cartéis	Transferência Intervenção Psicanalítica na Infância	
	Conferências	Por quê nossos fracassos se repetem?	Roberto Harari
	Lançamento da Clinamen I– Revista Psicanalítica		
2002	Seminários	Palavras sem memória e violência da linguagem em psicanálise	Roberto Harari
	Sessão Clínica	O obsessivo e o paradoxo do seu desejo	Tânia V. N. Mascarello
	Reuniões de leitura	Sexualidade: feminino, masculino, singular Sexualidade: a sexualidade na constituição subjetiva	Inezinha Brandão Lied Carlos Augusto M. Remor
	Jornada de Cartéis	Transferência Intervenção psicanalítica na infância	Carlos Augusto M. Remor Jeanine A. Fialho Maurício Maliska Walkíria Cunha Adriana Sappino Adriana Slomp Claine Freitas
	Conferências	As neuroses são atuais? O que se espera de uma análise?	Roberto Harari Roberto Harari
	Reuniões de trabalho	As neuroses são atuais? O que se espera de uma análise?	Carlos Augusto M. Remor Inezinha Brandão Lied Tânia V. N. Mascarello
	Psicanálise em extensão: interlocução com a arte	O feminino no cinema	

	Percurso de trabalho em Joinville	Inconsciente e Sexualidade	Carlos Augusto M. Remor Inezinha Brandão Lied Tânia V. N. Mascarello
	Reunião Preliminar para constituição de cartéis		Carlos Augusto M. Remor Inezinha Brandão Lied Tânia V. N. Mascarello
2003	Debates preliminares	O que é a psicanálise?	Carlos A. M. Remor Inezinha B Lied Tânia V. Mascarello
	Curso de Formação	Inconsciente e a Sexualidade	Inezinha Brandão Lied Tânia V. N. Mascarello Carlos A. M. Remor
	Introdução aos 4 conceitos fundamentais	Inconsciente, Repetição, Pulsão e Transferência	Inezinha Brandão Lied Carlos Augusto Remor
	Seção Clínica	Fobia	Tânia V. N. Mascarello
	Seminário Aberto	Palavras sem memória e violência da linguagem em psicanálise	Roberto Harari
	Debates sobre a formação do analista		Carlos A. M. Remor Inezinha Brandão Lied Tânia V. N. Mascarello Participação: Mirella Chaves Maurício Maliska Rosi Bergamaschi
	Cartéis	Intervenção Psicanalítica na Infância Interpretação O feminino na psicanálise	
	Produção do cartel	Intervenção Psicanalítica na Infância	
	Espaço de Interlocução	Interpretação-Força Topologia, Complexidade e Lacan O mal-estar de um lingüista no mal estar da cultura E Eu com Isso: Alemão em Freud? Psicanálise e direito Psicanálise e Educação	Carlos Augusto Remor Francisco A. Pereira Fialho Fábio Lopes da Silva Pedro H. M. B. Tavares Paulo Roberto Sandrini e Pedro Caetano de Carvalho Simone Moschen Rickes
	Jornadas Psicanalíticas	Entre o corpo e a palavra	Maiêutica Florianópolis (organização). Instituições convidadas: Mayêutica Institución Psicoanalítica (Buenos Aires) e Corpo Freudiano do Rio de Janeiro
	Psicanálise e Cinema	Janela da Alma	Leo Diniz Santos (convidado) Pedro Heliodoro Moraes Branco Tavares (coordenação)

	Lançamento da Clinamen II – revista psicanalítica		
2004	Curso de Formação	1º ano: eixo do inconsciente 2º ano: eixo da sexualidade 3º ano: clínica psicanalítica	Inezinha Brandão Lied, Tânia V. N. Mascarello, Carlos A. M. Remor
	Debates sobre a formação do analista		
	Seminário aberto	Os fundamentos da clínica psicanalítica	Roberto Harari
	Cartéis	Intervenção Psicanalítica na Infância O feminino na Psicanálise Direção da cura: das entrevistas preliminares ao final de análise A paranóia e a neurose obsessiva a partir do caso de Schreber	
	Espaço de Interlocação	Clínicas da singularidade: homeopatia e psicanálise	Pedro Vivas (médico homeopata) e Tânia V. N. Mascarello (psicanalista). Coordenação: Inezinha Brandão Lied
	Curso	Alemão para leitores de Freud	Pedro Heliodoro Moraes Branco Tavares
	Jornadas Maiêutica Florianópolis – 20 anos	O psicanalista e a cidade	
	Atividade Clínica: apresentação de caso		Atividade destinada a membros e participantes em cursos de formação na Instituição Supervisão: Roberto Harari
	Lançamento de livro	Entre lingüística e Psicanálise: o real como causalidade da língua de Saussure	Maurício Eugênio Maliska

Fontes: Programas de formação, folders e e-mails enviados pela Maiêutica Florianópolis.

Nos primeiros anos desta instituição, as atividades destinavam-se à formação de seus membros. Embora esta peculiaridade permaneça até a atualidade, ela passou a dividir espaço com atividades abertas a outros participantes.

Nos seminários, ganham destaque aqueles ministrados por Roberto Harari. Durante sete anos realizou-se o estudo do Seminário 23 – Le Sinthome e seus sub-temas. Em 2001, este estudo se desenvolveu em paralelo ao da Significação do Falo, em 2002 e 2003 se iniciou um novo tema *Palavras sem memória e violência da linguagem em psicanálise* e, em 2004, o tema proposto foi *Fundamentos de uma clínica psicanalítica*. Somam-se a estes seminários o Espaço interno de trabalho que nos anos de 1998 a 2000 também se debruçou sobre o Seminário 23. O Espaço interno de trabalho deu lugar às Reuniões de

Leituras que eram realizadas entre os seminários, tendo como objetivo desenvolver uma leitura linha a linha do texto lacaniano. Estas últimas, diferentemente do Espaço interno de trabalho, eram abertas ao público.

Aconteceram também seminários, grupos temáticos, reuniões abertas/de leitura, curso de formação, sessão clínica, reuniões de trabalho, debates preliminares e debates sobre a formação do analista oferecidos pelos membros da Maiêutica. As denominações das atividades são diversas, mas todas estas eram ou são abertas aos interessados pela psicanálise. Nestes casos, os responsáveis pelas atividades são os membros da instituição. Além destas, há as conferências realizadas de 1999 a 2002 por convidados da instituição, com destaque para Roberto Harari e Jean Szpirko e o espaço de interlocução, proposto em 2003, o qual é realizado por convidados e um psicanalista da instituição. Há também os cartéis que começaram a aparecer em 1997 e continuaram, com constituições e dissoluções, até o ano de 2004.

Sobre os participantes da instituição, é destacada a presença dos estudantes de Psicologia e dos psicólogos recém-formados, principalmente no curso de formação, embora haja algumas exceções. Nas demais atividades abertas, aparecem também profissionais de outras áreas como Pedagogia, Serviço Social, Engenharia, Direito e Medicina. O envolvimento dos participantes com as atividades também é variável: há aqueles que freqüentam apenas os cursos, e outros, as atividades abertas. Estas últimas são vistas pela instituição como uma primeira possibilidade de aproximação.

As temáticas das atividades são propostas, em geral, pelos membros da instituição. Os participantes não apresentam demandas específicas de temáticas que desejariam trabalhar, porém, em meio às atividades abertas, algumas temáticas se delineiam como de interesse.

Acho que tão diretamente não é tão freqüente assim, vir com uma proposta direta, mas acontece vir com uma proposta no meio de uma discussão. Na discussão da formação do analista, uma das que surgiu foi a questão do trabalho, dessa escuta, se é ou não analista quando se está em uma instituição. Trabalhar na instituição, ou seja, como é que um analista pode trabalhar em uma instituição. Então, isto foi uma demanda surgida no seio de uma discussão. Então, depende muito de como nós escutamos... o nosso momento de talvez propor, trabalhar com aquele tema ou do tempo da instituição e do interesse, se suscita isso para nós e aí a gente consegue escutar. Porque é difícil

surgir: vocês poderiam trabalhar com o tema tal, não é tão freqüente. (Lied, 08/12/03)

'Tem um curso sobre tal coisa? Se tiver eu vou participar'. Isto nunca aconteceu, uma demanda específica, mas aconteceu na última reunião sobre os debates sobre formação, estruturar uma proposta clara, específica de se organizar um grupo de interessados em estudar a questão do passe, onde o analisante torna-se analista. Como é que é esta passagem. Isto surgiu, aí sim, como uma demanda, mas não pode ser assim colocado em uma pessoa, isso foi se estruturando. (Mascarello, 08/12/03)

Quando se trata de algo específico, surgido em meio a um curso, é sugerido que a pessoa proponha um cartel.

Movimentos Psicanalíticos Internacionais⁷⁶

A Maiêutica realiza a transmissão e difusão da Psicanálise na cidade de Florianópolis, porém, não se constitui como uma instituição isolada. Pelo contrário, participa de dois movimentos psicanalíticos internacionais: a Reunião Lacanoamericana de Psicanálise e Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana. Estes dois movimentos caracterizam os laços institucionais da Maiêutica Florianópolis no âmbito nacional e internacional e a sua situação na cena psicanalítica contemporânea.

A Reunião Lacanoamericana de Psicanálise

A Maiêutica Florianópolis participa desde 1986 da Reunião Lacanoamericana de Psicanálise - movimento que busca trazer o ensino de Lacan para a América, opondo-se àquele veiculado por J.-A. Miller. A Lacano surge como um movimento de pessoas que haviam saído do Campo Freudiano e, segundo Roberto Harari, este movimento

tem o sintoma de uma saída, da rejeição, da incomodação, em função das propostas do Miller. A maior parte ficamos com Miller... e saímos em 84, 85... última vez que participamos de um encontro com ele (...) em 84, o Terceiro Encontro Internacional do Campo Freudiano. A partir daí, de essa maneira de conduzir a questão dos analistas, piramidal, tida de uma maneira

⁷⁶ Como estes movimentos ultrapassam a instituição na cidade, optou-se por outras fontes de referência além das entrevistas com os membros da Maiêutica Florianópolis. Foram utilizados os materiais impressos em razão dos eventos, um texto de Jean Szpirko (2000) sobre Convergência e uma entrevista com Roberto Harari.

autocrática, autoritária... daí surgiu a possibilidade de fazer um dispositivo que seja o mais igual possível, que dê lugar a cada analista a falar a seu nome (...), depois de muitas conversas, de muitas propostas, especialmente quanto ao ponto central com as conversas entre Isidoro Vegh e eu, e com Luiz Olyntho, e também estava Jorge Forbes nesse momento mais inicial. (Harari, 18/07/03)⁷⁷

A idéia da Lacanoamericana foi gestada em Buenos Aires mas teve a participação de dois brasileiros: Jorge Forbes e Luís Olyntho Telles da Silva. Havia a intenção dos leitores de Lacan de fazer circular seu ensino: assim, começaram a veicular cópias apócrifas de seus seminários que foram disponibilizadas por alunos que haviam participado dos mesmos.⁷⁸

E a Lacano, então, começou com este movimento, para se falar do ensino de Lacan, da clínica de cada um, dos temas que estivessem atravessando cada um e não tinha uma filiação. Eram instituições que convocavam, mas cada um falava em nome próprio. (Mascarello, 11/11/02)

O termo lacanoamericano foi cunhado pelo próprio Lacan para denominar os leitores de seu ensino.

Porque quando ele refundou a escola dele, o que ele dizia era que ele tinha feito mais cola, no sentido de um rabo de seguidores... alienados, do que uma Escola. E que ele esperava que na América, a figura dele, as transferências dos alunos [In] dos analisantes, como não havia aqui, a figura dele não representasse um obstáculo para aqueles que quisessem estudar ou se acercar do seu ensino. E ele denominou então, estes, de Lacanoamericanos. (Mascarello, 11/11/02)

Na divulgação da Reunião Lacanoamericana de 2003 consta o seguinte texto que possibilita conhecer a sua história.

⁷⁷ A fala de Roberto Harari, em que se mistura português e espanhol, foi transcrita literalmente. Apenas alguns excessos próprios da linguagem oral foram retirados no intuito de tornar o texto um pouco mais inteligível.

⁷⁸ Segundo os membros da instituição, a questão das cópias apócrifas dos seminários de Lacan deve-se a uma demora da publicação oficial. “Ele [Miller] tem o direito sobre essa obra e simplesmente não publica. Também, quantos seminários têm agora publicado? Acho que um terço da obra de Lacan só. Aí, os psicanalistas, ou lêem as cópias oficiais que seriam os publicados, no Brasil, pela Jorge Zahar (...) ou nós temos que lançar mão de cópias apócrifas que se tornaram oficiais, porque são as que estão disponibilizadas para os analistas no mundo inteiro” (Mascarello, 08/12/03). A instituição refere-se nas duas entrevistas sobre esta questão pois trata-se de uma dificuldade enfrentada pelos leitores de Lacan. Este material circula internamente nas instituições, porém, não pode ser citado ou reproduzido, o que se torna um complicador.

Lacan, antes de partir a Caracas em 1980 dizia: ‘Esses Lacanoamericanos como dizem, nunca me viram, à diferença dos que estão aqui, nem me escutado (sic) pessoalmente, mas, isso não os impedem de serem lacanianos. Parece que, ao contrário, ajuda. Cheguei lá por meus escritos e parece que finquei raízes. Em todo caso, isso acreditam. O certo é o porvir e por isso ir a ver me interessa. Me interessa ver o que acontece quando minha pessoa não aparece ao que ensino. É muito possível que seja de proveito à minha ‘matema’ (sic). Lacanoamericanos, então, como metáfora de leitores de Lacan, lá onde sua pessoa não fez obstáculos ao seu ensino’ (www.lacanotucuma.com.ar, disponível em maio de 2003).

Com relação a estas reuniões, há uma ênfase do falar em nome próprio, o que aparece tanto nas entrevistas realizadas, quanto no dispositivo da reunião que é publicado nos folders de divulgação e atas dos eventos. Este princípio foi enunciado por Raquel Capurro na abertura da primeira reunião em Punta del Este citando a primeira convocatória:

Cada uno hablará en nombre de su trabajo en relación al psicoanálisis. Al no hablar en nombre de su Nación, no será una reunión inter-nacional aunque haya analistas de diferentes nacionalidades. Al no hablar en nombre de su Institución no será un encuentro inter-institucional aunque sean instituciones psicoanalíticas quienes promueven este ámbito, donde los analistas digan su práctica. (Convocatória da reunião, citado em Capurro, 1986, p. 1)

A Reunião Lacanoamericana, como sugere o próprio nome, não é uma suprainstituição que requer filiação ou comporte hierarquia. “A idéia é que a instituição seja autônoma e que tenha que se pronunciar através deste movimento a cada vez” (Mascarello, 11/11/02). Embora as reuniões sejam convocadas por instituições,

Cada analista fala de sua singularidade e do lugar que sua análise o possibilita. O analista isolado não pode sustentar sua prática. É seu modo de falar ante algum outro o que promove o avanço em relação aos obstáculos em sua prática. As clausuras endogâmicas institucionais ou na solidão dos consultórios levaram e levam ao pior. Sustentamos que é o discurso, e não as pregnâncias imaginárias, o que cria laço social entre analistas e é o que disse o analista o que o situa como sujeito frente ao outro e seus contemporâneos (www.lacanotucuman.com.ar).

Tab. 3: Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Tucumã

País	Instituições Convocantes
Brasil (10)	Centro de Estudos Freudianos do Recife Colégio de Psicanálise da Bahia Escola Lacaniana da Bahia Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro Intersecção Psicanalítica do Brasil Laço Analítico Escola de Psicanálise Maiêutica Florianópolis, Instituição Psicanalítica Práxis Lacaniana/Formação em Escola Toro de Psicanálise Traço Freudiano. Veredas Lacanianas
Argentina (16)	Agrupación Institución Psicoanalítica Club de Analistas Círculo Freudiano Intersecciones, Espacio de Transmisión Psicoanalítica Escuela Freudiana de Buenos Aires Institución Psicoanalítica de Buenos Aires Escuela Freudiana de la Argentina. Escuela de Psicoanálisis Sigmund Freud Espacio Psicoanalítico - Agrupación de Analistas Grupo de Psicoanálisis de Tucumán Escuela de Psicoanálisis de Tucumán Letra, Institución Psicoanalítica Mayéutica Institución Psicoanalítica Seminario Psicoanalítico Triempo, Institución Psicoanalítica Reuniones de la Biblioteca Red de Investigación en Psicoanálisis de Buenos Aires Lazos Institución Psicoanalítica
França (5)	Association Analyse Freudienne Association Lacaniana Internationale Espace Analytique Fondation Européenne pour la Psychanalyse Société de Psychanalyse Freudienne
Uruguai (1)	Escuela Freudiana de Montevideo
Chile (3)	Sociedad Chilena de Psicoanálisis Sociedad Atenea de Viña del Mar Grupo Valp(a)raíso. Escuela de Psicología UNAB.
Austrália (1)	The Freudian School of Melbourne

Fonte: www.lacanotucuman.com.ar.

Na Reunião Lacanoamericana não há privilégio de posições: os trabalhos são enviados a uma mesa executiva e são sorteados, portanto, a ordem de apresentação é aleatória. Não há também seleção de trabalho e todos têm o mesmo tempo de apresentação – 30 minutos. Ganha ênfase na Lacano o fato de que nenhum conferencista é privilegiado na apresentação de seu trabalho em razão de sua reputação ou prestígio. O único critério de alocação dos trabalhos é o número de conferencistas e as condições do ambiente em que esta se realiza. O rigor do dispositivo da Lacano está em garantir que cada um que apresente seu trabalho tenha garantidas as mesmas condições dos demais conferencistas.

Com este dispositivo, a reunião não delimita mais do que uma geografia de transferências à psicanálise, onde as leituras a partir de Freud e Lacan, fazem as diferenças. Simbolicamente são deixadas fora de cena os estrelismos dos mestres e os brasões institucionais, marcas do narcisismo. (Maiêutica Florianópolis, 2003)

Tendo surgido em oposição a um movimento considerado autoritário, a Reunião Lacanoamericana formou-se como resposta, o que caracteriza seu dispositivo. Na ata da reunião realizada em Mar del Plata, em 1989, consta:

Punta del Este y Gramado pusieron en relieve la tentativa y la eficacia de dejar en suspenso la palabra oficial, la homogeneidad masificante, las jerarquías idealizadas, las fronteras institucionales, y los efectos imperativos y de fascinación de los discursos (Reunión Lacanoamericana de Psicoanálisis, 1990, p.7)

O dispositivo conduz a uma fala sem privilégios, porém, a diferença se impõe porque é inescapável.

Todo mundo fala 30 minutos, en 30 minutos, en geral, hay un relógio, muito estrito, y cada um apresenta un trabalho só, e... no tem um privilégio temático (...) o único que o público pode elegir, para algunas personas tem quinientas personas para escucharlos, para la otra tem três. É así, é así, é una caricatura, es así, sí, sí, as personas, como son simultânea, dicen desgracia, no mesmo horário va a falar X, então todo mundo va a escutar a um, e a outra va a ficar vacía, es así, aí sai a diferença, aí sai a diferença, a diferença existe. Então, isso procura, dar una igualdad, mas no, é assim. (Harari, 18/07/03)

Por mais que o dispositivo da Lacano tenha assegurado os mesmos direitos àqueles que expõem suas idéias, ele não anula o reconhecimento das pessoas por aquele que fala.

O dispositivo da Reunião Lacanoamericana não é inflexível, a cada encerramento da reunião ele é avaliado para se decidir se este se mantém ou se há modificações a serem feitas. A assembléia convocante, constituída por representantes de cada instituição, “designa uma comissão organizadora, que prepara e gere a infra-estrutura da Lacano, dissolve-se após o evento e a apuração de contas” (Szpirko, 2000, p.6). A assembléia convocante realiza, no momento de sua dissolução, a votação da realização de uma outra reunião e em caso afirmativo a escolha da cidade e a manutenção do dispositivo. Depois disso, a assembléia também se dissolve e uma outra se constitui no encontro seguinte,

caso decida-se por manter o dispositivo. Este é um limite da Lacano apresentado por Harari:

A insuficiência da Lacano, sin atacar a Lacano, sin desmanchar, sin dissolver, (...) ela tem esse efeito, mais como do fogo de artifício. A Lacano... en momentos se faz e bum, cae, esse era o alvo inicial (...). Son casi vinte anos que começamos com a Lacano, muitas coisas mudaron y evidentemente, era un movimiento lacaniano e también a questão de fazer junções, dissolver e fazer sempre, no, uma dissolução, outra dissolução, dissolução da dissolução. (Harari, 18/07/03)

A Reunião Lacanoamericana é comparada por Harari a fogos de artifício, pois ela se faz e se dissolve a cada vez. Essa também era uma característica, de início, desejada. Porém, com o passar dos anos, foi se identificando a falta de um discurso da Lacano, bem como a falta de uma continuidade de trabalho entre as instituições.

Bom, no curso dos anos o problema foi que no geró un discurso, por quê? Porque não tinha seleção de texto, não tinha temática, eran análisis, então, e antes os análisis no son, no fazem discurso e cuando facen, a Lacano também tinha dificuldades de fazer uma estabilidade no tempo. Se faz a Lacano, se dissolve, e gera una espécie de tabu do contato, depois no temos mas un relacionamiento. Tínhamos, mas no en termos como de inscribirse no marco da Lacanoamericana. E estoy te diciendo un poco apressadamente, mas, os cursos da Lacano foi surgindo como insuficiencia da Lacano y também daí surgió a possibilidade de facer, ampliarnos, unos enlaces estáveis entre nós. (Harari, 18/07/03)

Tab. 4: Reuniões Lacanoamericanas de Psicanálise

1 ^a	26/12/1986	Punta del Este (Uruguai)
2 ^a	26 a 29/05/1988	Gramado (Brasil)
3 ^a	26 a 29/10/1989	Mar del Plata (Argentina)

4 ^a	27 a 30/11/1991	Montevidéu (Uruguai)
5 ^a	25 a 28/08/1993	Porto Alegre (Brasil)
6 ^a	09 a 12/08/1995	Buenos Aires (Argentina)
7 ^a	27 a 30/08/1997	Salvador (Brasil)
8 ^a	28 a 31/07/1999	Rosário (Argentina)
9 ^a	29/08 a 01/09/2001	Recife (Brasil)
10 ^a	22 a 25/10/2003	Tucumán (Argentina)
11 ^a	10/2005	Florianópolis ⁷⁹ (Brasil)

Fontes: Maiêutica Florianópolis e materiais de divulgação dos eventos.

O espaço de tempo entre uma reunião e outra é de aproximadamente dois anos. Estas são atemáticas e não poderiam ser de outro modo, haja vista o propósito de que cada um fale a partir daquilo que o mobiliza. Neste sentido, há uma diversidade de temas pois cada um discute aquilo que se faz questão em seu trabalho. “(...) não tem um amo que decide, o que cada um tem que estudar, o que tem que ler, o que tem que dar conta. (...) É o que tu estás te preocupando naquele momento com relação ao teu trabalho clínico” (Mascarello, 11/11/02). Além disto, há uma diversidade de percursos, há aqueles que estão começando e outros que já trilharam um certo caminho.

E uma das idéias era que com o surgimento de Convergência a Lacano fosse acabar, naturalmente, não é? Não precisava de muito esforço, ela iria acabar. Bem, não acabou, pelo contrário, houve uma enorme presença em Recife e acho que Tucumán vai reunir também um número grande de pessoas. A cada vez há um número maior de trabalhos (...). (Mascarello, 11/11/02)

As Reuniões Lacanoamericanas publicam suas atas, nas quais constam seu dispositivo, os trabalhos apresentados - quando permitido pelos autores - e, em alguns casos, as falas de abertura e/ou encerramento. Em geral tais atas são publicadas em um, dois ou três volumes, em razão da quantidade de trabalhos apresentados. Todo este material permite percorrer a história destes encontros que, embora se dissolvam a cada vez, se concretizam e permanecem na publicação deste material.

A Reunião Lacanoamericana de Psicanálise foi pensada em oposição à forma de organização do Campo Freudiano. Já o Movimento Convergência, que não

⁷⁹ Na entrevista de 08/12/2003, os membros da Maiêutica Florianópolis anunciaram que a Reunião Lacanoamericana de Psicanálise será realizada nesta cidade no ano de 2005.

tinha a necessidade de dar este tipo de resposta, foi gerado a partir das insuficiências da Reunião Lacanoamericana. “10 anos depois, no [ano de] 95, mais uma vez com Isidoro Vegh, fizemos um balanço como estava la cuestión con la Lacano, pareció que aí tínhamos que hacer una cosa distinta” (Harari, 18/07/03).

Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana

Convergência, diferentemente da Reunião Lacanoamericana, é um movimento institucional, cujo objetivo é fazer com que algumas instituições trabalhem juntas e não vivam isoladas. Convergir para opor-se à pulverização do movimento lacaniano ocorrida após a morte deste.

Isso porque o fim da proposta da Convergência é poder incrementar, propor, exatamente, novas formas de trabalho entre os analistas, mas especialmente entre instituições e instituições de vários idiomas também. Porque aí nós vamos poder trabalhar com diferenças específicas dos seus países, mas também pelas diferentes traduções que teve a obra de Lacan e que tem efeitos... enfim, possibilidades que vão divergindo de idioma para idioma. (Lied, 11/11/02)

Essa também é uma peculiaridade de Convergência – sua condição interidiomática – pois, conforme sua ata de fundação, “o reconhecimento da diferença entre as línguas enriquece o trabalho em Psicanálise e permite evitar a hegemonia de uma língua sobre as outras” (Convergência, 1998, p. 2).

Ao escrever a história de Convergência, Jean Szpirko (2000) refere-se tanto à Reunião Lacanoamericana quanto ao Inter-associativo de Psicanálise. Este último foi um movimento criado em 1991, na Europa, por instituições cujos membros haviam saído da Escola Freudiana de Paris e desejavam reconstituir laços de trabalho. Em 1994 este movimento passou a chamar-se Inter-associativo Europeu de Psicanálise (IAEP).

Uma das diferenças entre a Lacano e o Inter-associativo Europeu de Psicanálise deve-se ao fato de que os laços institucionais da primeira são incessantemente instaurados e dissolvidos, enquanto que para o segundo esses laços foram formalizados para durar – ainda que sejam frágeis. (Szpirko, 2000, p.7)

Convergência amplia, portanto, as relações entre os psicanalistas que participavam do IAEP e da Reunião Lacanoamericana, além de se abrir a outras instituições que compartilham de seus objetivos. “O projeto de Convergência”, afirma Jean Szpirko, “não nasceu de forma inteiramente constituída pela

imaginação de algumas pessoas. Ele exigiu numerosas reuniões de trabalho dos dois lados do Atlântico e foi pontuado por duas grandes manifestações em Barcelona” (2000, p.8).

Tab. 5: Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana

06 a 09/02/1997	Barcelona	Reunião Preliminar
1 a 4/10/1998	Barcelona	Reunião Fundacional
2 a 4/02/2001	Paris	I Congresso de Convergência: Os avanços lacanianos do inconsciente freudiano
27 a 29/05/2004	Rio de Janeiro	II Congresso de Convergência: Variantes do tratamento padrão: qual é a direção da análise no movimento lacaniano?

Fontes: Maiêutica Florianópolis e Szpirko (2000).

Antes do I Congresso de Convergência, ocorrido em Paris sob os auspícios da UNESCO, houve duas reuniões, na cidade de Barcelona, para discutir a proposta e dar consistência ao movimento. A primeira delas denominou-se Reunião Preliminar e no seu folder de divulgação consta: “Preliminar indica un tiempo lógico necesario a la institución y reconocimiento de un nuevo significante que articule inéditos lazos sociales entre instituciones y analistas”. A Comissão de Enlace de Buenos Aires publicou alguns boletins sobre este movimento e no boletim de número dois há um relato sobre os trabalhos realizados nesta reunião preliminar.

En la Reunión Preliminar fueron presentados 146 trabajos, que trataron sobre el tema “El inconsciente sus formaciones y su límite” o sobre la propuesta de Convergencia. La modalidad de funcionamiento básica fué la presentación de los trabajos en mesas simultáneas de cuatro ponentes, distribuídos por sorteo en cuanto a las composición de cada mesa, como en los horarios. (Comisión de Enlace de Buenos Aires, 1997, p. 4)

O relato desta primeira reunião alerta que este encontro não se fez apenas de concordâncias e que as posições pessoais e institucionais não deixaram de ser expostas pelos presentes. No entanto, as diferentes posições entraram em um acordo sobre o princípio de Convergência. Nesta reunião foi decidido fundar o movimento dentro de um ano e na mesma cidade.

A segunda reunião denominou-se Fundacional (sic) e em seu folder de divulgação é enunciado:

A decisão deste desejo põe em ato uma ética que aponta a duas direções: uma, a do tempo de concluir com a fragmentação do movimento lacaniano de psicanálise; e a outra, a de não retroceder ante esse impossível que é o laço social entre analistas.

A escolha por Barcelona foi proposital, para que não fosse nem em Buenos Aires nem em Paris, cidades marcadas por outros movimentos, respectivamente, a Reunião Lacanoamericana de Psicanálise e o Campo Freudiano. Porém, a idéia do movimento de Convergência foi gestada, segundo membros da Maiêutica Florianópolis, em Buenos Aires por Roberto Harari e Isidoro Vegh, este último, psicanalista argentino da Escola Freudiana de Buenos Aires.

Comenzamos a 95, sí, comenzamos en 95, y o início foi aí, foi muito nitidamente em Buenos Aires con, então, con Isidoro. Planejamos fazer un encontro con as instituições de Buenos Aires que facian parte da Lacano (...). Marcamos un encontro numa confitaria, para evitar cualquier tipo de... unas confusiones con las instituições. Aí comenzamos a planejar a Convergencia. E aí surgió então a questão de uma, diria una espécie como de bandera da Convergencia, que es a multiplicidad de enlaces, y a estabilidad no curso do tempo, porque a Convergencia prossegue (...). (Harari, 18/07/03)

Embora nascido em Buenos Aires, a idéia era expandir o movimento para que este se tornasse internacional. Para isto, era preciso que acontecesse na Europa, do contrário seria reconhecido como um movimento sul-americano, ou ainda mais restrito, como um movimento argentino.

Daí Barcelona duas vezes, 97 e 98, a preliminar e a fundacional. E no fue una cuestión estratégica, fue porque lo melhor é dar o lugar aos outros, sino fazemos un movimiento local (...) así no é bom para a psicanálisis. Pero eso fue una questão, por eso comenzó en Buenos Aires, mas fue fundado en Barcelona e o fundamental aporte do Brasil (...) fue a primera vez que una coisa no surgió da Europa. A IPA surgió do Freud en Viena, Berlin. O Campo freudiano surgiu na França, esta é a primera vez que parecia como que o movimento sai al inverso (...). (Harari, 18/07/03)

Os delegados das associações-membro⁸⁰ reuniram-se em 1999 em Buenos Aires – logo após a Reunião Lacanoamericana de Rosário – para decidir sobre o I Congresso de Convergência que tinha por título *O inconsciente: avanços lacanianos do inconsciente freudiano*. Conforme Szpirko (2000), o objetivo era que este congresso implicasse o maior número possível de interessados pela psicanálise a fim de que pudessem propor um trabalho. “Em outras palavras, trata-se de suscitar a vontade de participar de vivos debates, sem limitar o número de intervenções, sem criar uma tribuna composta de vedetes convidadas a falar ‘para’ um auditório” (p.9). Foram listadas pelas associações-membros francesas que tinham por encargo organizar o congresso - seis temáticas para nortear os debates⁸¹.

As sessões de trabalho realizaram-se de duas formas: aquelas resultantes do trabalho de cartel entre psicanalistas de diferentes associações e os textos individuais. No primeiro caso, os cartelandos puderam testemunhar suas reflexões e questões, submetendo-se ao debate com a audiência. Os textos individuais seguiram um percurso diferenciado: foram enviados ao congresso nas quatro línguas - espanhol, francês, português e inglês; encaminhados para dois leitores – um europeu e outro sul-americano - indicados pelas associações-membro; foram lidos e transmitidos pelos leitores aos relatores; os relatores receberam tanto o texto original quanto os comentários do leitor e, no congresso, apresentaram suas teses sobre os trabalhos, os quais foram ouvidos pelos autores e leitores em plenária. “Dessa forma não tivemos trabalhos apresentados e sim o processamento de leitura, dando lugar às diferenças das línguas, traduções e às diferentes leituras” (Lied, 30/09/03, *e-mail*).

Este dispositivo fazia circular o texto antes mesmo deste ser apresentado, portanto, implicou “tanto os membros dos cartéis, os autores, os membros das associações designados como leitores e relatores, quanto todas as pessoas interessadas pela psicanálise na cidade” (Szpirko, 2000, 11). Todo esse trabalho tinha efeitos esperados, especialmente o de reavivar a psicanálise em um momento em que surgem propostas de regulamentação, em que esta é mencionada por outras disciplinas sem que seja respeitada a sua especificidade.

⁸⁰ A reunião de delegados que constituem a Comissão de Enlace Geral acontece anualmente para discutir questões internas ao movimento. Esta é a instância decisória de Convergência.

⁸¹ 1) O inconsciente enquanto sexual; 2) o inconsciente estruturado como uma linguagem; 3) o inconsciente como ético; 4) o inconsciente como laço social; 5) a transferência como *mise en acte* do inconsciente e 6) o inconsciente como excesso entre o mito e a lógica.

“Este evento”, escreve Szpírko (2000), “oferecerá igualmente uma oportunidade para a psicanálise de sustentar suas questões em face das extravagantes roupagens que revestem certas práticas que reivindicam seu nome, tanto em seitas como em unidades de saúde” (p.11).

O enlace entre analistas é destacado na carta de princípios de Convergência. Além deste, é enfatizado entre seus objetivos o avanço das questões cruciais da Psicanálise: dedicar-se com profundidade aos temas a fim de fazê-los avançar a cada encontro. O terceiro objetivo descrito na ata de fundação é evitar a fragmentação do movimento lacaniano internacional, porém, o Movimento Convergência ratifica a sua diferença em relação a outros movimentos que, segundo sua ata, instauram um “laço piramidal e autoritário que caracteriza uma supra-associação” (Convergência, 1998, p.1).

O Movimento não pretende totalizar as diferenças ou unificá-las, mas preservar a multiplicidade, “a pluralidade de enlaces heterogêneos entre as associações e os analistas que dela fazem parte” (p.3). “Ela [Convergência] se aterá a acolher em seu seio o princípio de uma diferença fecunda presente nesta multiplicidade” (p.1). Por esse motivo, não se constitui como supra-associação ou confederação, tampouco tem ingerência nas associações-membro. Do mesmo modo, “a formação e a nomeação dos analistas permanece responsabilidade de cada uma das associações de Convergência” (p.2).

Tab. 6: Associações signatárias da Ata de Fundação de Convergência

País	Associação- signatária	Delegado
Alemanha (1)	Assoziation Für Die Freud'sche Psychoanalyse (Karlsruhe)	Hiltrud Amuser
Argentina (14)	Agrupo Institución Psicoanalítica (Buenos Aires) Escuela de Psicoanálisis de Tucumán (Tucumán) Escuela de Psicoanálisis Sigmund Freud (Rosário) Escuela Freudiana de Buenos Aires (Buenos Aires) Escuela Freudiana de la Argentina (Buenos Aires) Espacio Psicoanalítico de Rosário (Rosário) Fundación Discurso Freudiano Escuela de Psicoanálisis (Buenos Aires) Grupo de Psicoanálisis de Tucumán (Tucumán) Institución Psicoanalítica de Buenos Aires (Buenos Aires) Intersecciones Espacio de Transmisión Psicoanalítica (Buenos Aires) Letra, Grupo Psicoanalítico (Buenos Aires) Mayéutica Institución Psicoanalítica (Buenos Aires) Seminario Psicoanalítico de Tucumán (Tucumán) Triempo, Institución Psicoanalítica (Buenos Aires)	Beatriz Taber Moisés Azaretzky Guilhermina Diaz Isidoro Vegh Anabel Salafia Elsa Martin Olga de Santesteban Mario Alfredo Ygel Hugo Levín Silvia Garcia Espil Julio Fernandez Roberto Harari Ana Petros Héctor Rupolo
Brasil (8)	Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Porto Alegre) Colégio de Psicanálise da Bahia (Salvador) Intersecção Psicanalítica do Brasil (Recife) Laço Analítico do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) Maiêutica Florianópolis Instituição Psicanalítica (Florianópolis)	Robson de F. Pereira Urania T. Peres Arlete Mourão Luciano Elia Inezinha B. Lied

	Práxis Lacaniana/Formação em Escola (Niterói) Recorte de Psicanálise (Porto Alegre)	Isabel M. Considera Luiz O. Telles da Silva
	Traço Freudiano Veredas Lacanianas (Recife)	Paulo R. Medeiros
Equador (1)	Escuela Freudiana del Equador (Quito)	Marta Donoso
Espanha (4)	Apertura, Estudio, Investigación y Transmisión en Psicoanálisis (Barcelona) Fundacion Psicoanalitica Madri 1987 (Madri) Invencción Psicoanalitica Escola de Psicoanalisis (Barcelona) Jornada Freudiana (Madri)	Norberto Ferrer Ricardo Saiegh Luis Esmerado Rafael P. Flores
EUA (1)	Après-coup (New York)	Paola Mieli
França (13)	Analyse Freudienne (Paris) Association Freudienne International (Paris) Cartels Constituants de l'Analyse Freudienne (Paris) Centre de Recherches en Psychanalyse (Paris) Coût Freudien (Paris) Dimension de la Psychanalyse (Paris) Espace Analytique (Paris) Errata (Paris) Fondación Européene pour la Psychanalyse (Paris) Le Cercle Freudien (Paris) Seminaires Psychanalytique de Paris (Paris) Psychanalyse Actuelle (Paris) Société de Psychanalyse Freudienne (Paris)	Robert Levy Virginia Haenbalg Jacques Nassif Gricelda Samiento Alain Didier Weil René Lew Héctor Yankelevich Pierre Daviot Gerard Pommier Guy Dana Liliane Zolty e Geneviève V.-Bine Jean J. Moscovitz Chawki Azouri
Itália (2)	Associazione Cosa Freudiana (Roma) Associazione Psicanalitica Lacaniana Italiana (Florença)	Luigi Burzotta Isabel Capelli
Uruguai (1)	Escuela Freudiana de Montevideo (Montevideu)	Celia Calvo

Fonte: Ata de Fundação (Convergência, 1998, p. 9)

Convergência é constituída pelas associações que assinaram sua ata de fundação, ou seja, 45 associações-membro de nove países da América e da Europa. Este movimento tem lugar também para analistas não filiados a instituições, que podem participar das atividades, porém, não têm direito a voto. Este é um direito exclusivo dos delegados das instituições.

Nem todas as instituições que estavam no início do movimento permaneceram. Entre as brasileiras que assinaram a ata, duas deixaram Convergência: o Recorte de Psicanálise de Porto Alegre e o Traço Freudiano Veredas Lacanianas de Recife. Situação semelhante ocorreu na Espanha com *Asociation Psicoanalitica Jornada Freudiana*, na Itália com *Associazione Psicanalitica Lacaniana Italiana*, na França com *Errata*, na Alemanha com *Assoziation Für Die Freud'sche Psychoanalyse* e na Argentina com *Fundacion Discurso Freudiano Escuela de Psicoanalisis*.

A entrada de uma nova instituição no Movimento Convergência faz-se mediante o trabalho conjunto com outras instituições e não por pedidos formais. “Que o momento de admissão seja considerado uma ocasião de trabalho tanto por aquele que é chamado a ratificar a admissão quanto por aquele que faz a

demanda” (Convergência, 1998, p. 5). A passagem de uma associação candidata a membro de pleno direito se faz à medida que a candidata realiza um trabalho com pelo menos três outras instituições que já pertencem à Convergência. Além disto, sua entrada deve obter dois terços dos votos da Comissão de Enlace Geral⁸². As instituições brasileiras que entraram no movimento após sua fundação foram: Corpo Freudiano do Rio de Janeiro e Escola Lacaniana de Psicanálise do Rio de Janeiro.⁸³

Como atividade de Convergência, as instituições pertencentes à Comissão de Enlace Regional Brasil – CERB - encontram-se anualmente, para discutir “como a psicanálise está avançando com relação às coisas que o contemporâneo nos apresenta” (Mascarello, 08/12/03), nas Jornadas Psicanalíticas. As discussões de cada encontro geram o tema da reunião seguinte e, deste modo, pretendem avançar em profundidade os temas abordados.

Tab. 7: Jornadas Psicanalíticas

Ano	Evento	Local	Temáticas	
1999	Jornada	Rio de Janeiro	Apresentação da ata de fundação.	
2000	Jornada preparatória para o I Congresso de Convergência	Rio de Janeiro	Enlace entre analistas	Os avanços lacanianos do inconsciente freudiano
2001	Jornadas Psicanalíticas	Florianópolis	Formação do analista	Por que não há relação sexual?
2002	Jornadas Psicanalíticas	Salvador	O transmissível na psicanálise	O que quer uma análise?
2003	Jornadas Psicanalíticas	Porto Alegre	As variantes do	A direção do

⁸² Esta comissão reúne-se anualmente – alternando entre a América e a Europa – e cria “comissões de trabalho e reflexão que considere úteis ou necessárias para levar a bom termo um ou outro de seus objetivos, conforme o espírito de Convergência” (Convergência, 1998, p. 6). Há também Comissões de Enlace Local ou Regional, estas “constituem um dos lugares onde o trabalho avança e onde se efetua a gestão de Convergência. (...) As diferentes Comissões de Enlace podem constituir redes de trabalho” (p.7).

⁸³ Outras instituições que fizeram sua entrada em Convergência após a fundação foram: *Nodi Freudiani Associazioni Italiani*, *Insistence*, francesa, e *Real*, mexicana.

Fontes: Maiêutica Florianópolis e folders dos eventos

O primeiro encontro foi realizado no Rio de Janeiro, em 1999, para a apresentação da tradução da ata de fundação do movimento. Este evento já congregou oito instituições. Em 2000 houve a Jornada, também no Rio de Janeiro, que tinha como um dos temas o enlace entre analistas. “Enlaces... que propostas de enlaces eram possíveis para congregar o trabalho entre as instituições. Foi nesse momento que nós trabalhamos a Nota Italiana” (Mascarello, 11/11/02). Mais precisamente, a Nota Italiana foi trabalhada pela Maiêutica através do trabalho que o Corpo Freudiano tinha realizado sobre esse texto.

Os trabalhos eram trocados. Cada instituição redigia um trabalho inicial e depois foi sorteado qual outra instituição, das que iam participar, que eram as 8 que faziam parte naquele momento, ia trabalhar em cima daquele texto, colocando uma leitura própria, tanto da Nota Italiana, texto de Lacan, quanto da leitura que o Corpo Freudiano tinha feito da Nota Italiana para ver se havia essa interlocução entre as duas instituições para apresentar para as outras 6, em cima de um texto psicanalítico clássico que era o texto de Lacan. Esse foi o objetivo e foi plenamente atingido. (Mascarello, 08/12/03)

Em maio de 2001, a Jornada Psicanalítica foi realizada em Florianópolis. As temáticas eram: *Por que não há relação sexual?* e *A formação do analista*. No ano seguinte, as jornadas realizaram-se na Bahia. “[Em] Salvador, continuou a questão da formação do analista que é a temática, vamos dizer, que mais... questiona o trabalho institucional” (Mascarello, 11/11/02). Além deste, foi trabalhado também o transmissível e o intransmissível em psicanálise

O que é possível transmitir e o que não é possível transmitir em psicanálise. Então, o que se pode ensinar, o que a instituição oferece e o que é da análise de cada um, não tem como circular na instituição. São os limites, por um lado da análise, por outro da instituição, e, por isso, se constitui como os pilares da formação do analista. (Mascarello, 11/11/02)

Em 2003 as jornadas realizaram-se em Porto Alegre e tinham um texto de Lacan - A direção do Tratamento Analítico – como ponto de encontro. Este também foi o tema do segundo Congresso de Convergência.

Para o avanço da Psicanálise, julga Harari, é mais produtor um movimento como o de Convergência, que é temático e gera discurso: “o público pode saber o que pensam as pessoas que formam parte de Convergência” (18/07/03). O Congresso de Convergência é temático e neste estão todas as instituições, mas o grande trabalho de Convergência consiste nos enlaces das instituições que trabalham temas de seu interesse e fazem avançar a psicanálise. “O congresso é um ponto diferencial, em cada três anos um congresso, pero la Convergência no son congresos”, reforça Harari.

É destacada a variação dos laços entre as instituições.

É importante que isso fique bem claro para pegar esse movimento (...) de não ficar com nada fixo mas impulsionar o trabalho com essas trocas permanentes que é o alimento exatamente, poder incrementar com essa variação, como o cartel, ou seja, tem que trocar. (...) tem uma certa semelhança entre a idéia de não ficar fixo, cristalizado entre só os conhecidos. (Lied, 08/12/03)

Reunir as instituições de diferentes países, de diferentes comissões, é o objetivo de Convergência: proporcionar a multiplicidade de trocas para convergir e fazer avançar a Psicanálise.

A formação psicanalítica

O reconhecimento da Maiêutica como instituição formadora deu-se a partir do momento em que seus membros começaram a fazer suas análises. Antes disso consideravam-se interessados em psicanálise, os quais realizavam estudos teóricos. “Então aí eu já estou te dizendo o que nós pensamos de formação. Até aí eram estudos teóricos, não que não sejam importantes, são importantes, mas isso não forma analistas” (Mascarello, 11/11/02).

(...) a transmissão da psicanálise se faz na análise de cada um. (...) E quanto a isso, quanto à formação de um analista, podemos dizer, que há um acordo entre todos os analistas do mundo – um analista não se produz na universidade, senão deitado no divã do seu analista. (Harari, 1999, p. 8)

Eis uma particularidade, a formação é do âmbito da transmissão e não do ensino e da aprendizagem. O analista é produto de sua análise, ou de outro modo, toda análise pode gerar um analista, já que é através dela que há uma

mudança no posicionamento subjetivo de analisando à analista.⁸⁴ À instituição coube investigar essa passagem por meio do dispositivo do passe. Dispositivo este que fazia o analisando depor a outros os momentos de sua análise que lhe permitiram tornar-se analista. Deste modo, *alguns outros*, membros da instituição, diriam se o analisando realmente fez a passagem à analista.

Os resultados do passe foram ambíguos e o procedimento suscitou polêmicas. Houve os candidatos, é verdade, mas a elaboração teórica não estava à altura do desafio. Lacan então, em 1977, declarou que o passe tinha sido um fracasso.

Um grande número de instituições lacanianas não adotou o dispositivo do passe como (...) proposto pelo mestre de Paris. Cada uma delas poderia dar suas razões fundamentadas. Não adotar o passe, entretanto, não quer dizer deixar de trabalhar as questões visadas por Lacan ao instituí-lo, e que podem ser expressos pelo seguinte: como uma análise revelou-se didática, isto é, como teve valor de formação? Como se dá a passagem para a práxis? Ou ainda, como fazer passar para a instituição de uma forma generalizada, elementos que são singulares e específicos de cada caso? (Mascarello, 2001, p. 3)

Apesar de não adotar o dispositivo do passe, tampouco propor uma Escola que pretenda repetir aquela idealizada por Lacan, muitas instituições lacanianas “praticam distintas e novas modalidades do que podemos denominar mostrações da clínica” (Mascarello, 2001, p. 3). De outro modo, as instituições mantêm o questionamento sobre a mudança de posicionamento subjetivo, porém o fazem por meio de mostrações do que acontece na clínica e da forma como estas permitem questionar e repensar a teoria psicanalítica. A clínica continua sendo, embora não se faça através do dispositivo do passe, o que norteia o avanço da psicanálise e, conseqüentemente, sua teoria. Por isto, falar em formações do inconsciente, pois são estas que levam o sujeito à análise e, a partir *da* análise, é que se poderá falar na formação de um analista.

A experiência analítica produz um sujeito advertido dos efeitos da linguagem sobre si, isto é, de seu inconsciente. “Portanto, o inconsciente não é um pedaço da cabeça, nem uma potencialidade psíquica, senão que ele se gera a partir dos

⁸⁴ Sobre este posicionamento, Harari (1999) destaca o risco de assumir o lugar do médico, do religioso e do psicólogo, isto é, de doadores de sentido. “É exatamente desse fantasma de onipotência que um analisante deve procurar fazer o luto, na sua análise, abandonar esse fantasma (...)” (p.10).

efeitos que a linguagem deixa em cada um, só pelo fato de sermos falantes” (Harari, 1999, p.11). Consequentemente, a formação é produto da experiência psicanalítica e não seu objetivo. Só se pode falar da formação do psicanalista, portanto, *a posteriori*, só depois desta ter se dado.

A garantia, na psicanálise, é de outra ordem. Provém da análise, conforme o aforismo lacaniano, do não se autorizar senão por si mesmo.

Quando Lacan afirma que não falou de formação do analista mas de formações do inconsciente, procurou lúcida e criticamente dizer que não há uma forma standard (*sic*) e por isso não falou dela. De outro modo, falar de formações do inconsciente é dizer que o analista também está sujeitoado a elas como efeito da linguagem, mas advertido delas – sujeito advertido então, o que muda radicalmente seu posicionamento subjetivo. Ainda mais, falar formações do inconsciente é colocar que a questão do saber inconsciente solicita a interpretação e não implica a aprendizagem. (Lied, 2003, p.2-3)

Sendo assim, a transmissão da psicanálise faz-se na análise, a partir da escuta e interpretação das formações do inconsciente. Logo, o analista autoriza-se na e pela análise de seu inconsciente.

O fato de se tornar um sujeito advertido dos efeitos da linguagem deixa ao analisante a tarefa de saber a psicanálise como interminável: é impossível dizer ‘acabou’. Harari (1999) lembra Freud, em 1937, ao dizer que psicanalisar, governar e educar são profissões impossíveis, impossíveis de poder concluir, “de poder dizer que o ofício, o percurso, em cada uma delas, finalize alguma vez, ou seja, a tarefa do governo é interminável (...). Igualmente, as tarefas do ensino e a de psicanalisar são intermináveis” (p.11).

Não acaba mesmo, não. Mas até lá a gente não está formado ainda. Nesse sentido, (In) é muito bonito dizer poeticamente que o homem é um ser inacabado, um constante vir a ser, não sei o quê, mas esse constante vir a ser é isso, essa falta (In) que a gente tem que vir a ser a cada dia da vida, a vida toda. (Remor, 11/11/02)

Em algumas instituições, o impossível, gerador de mal-estar, foi encoberto por normas que sustentam a ilusão de finitude/completude da formação. Assim, foi definido um modelo de análise didática, aquela que verdadeiramente forma um analista. Do mesmo modo, erigiram-se as regras do enquadre, a fim de garantir que todos trabalhem igual. Estes subterfúgios visam mascarar o mal-estar. Porém, há que se destacar que este mal-estar não advém da formação psicanalítica, ela

apenas reflete uma condição da vida. “É que a incompletude, a falta em ser, é o destino mesmo do ser humano” (Szpirko, 1999, p.9) e não seria diferente na formação do psicanalista. Esta não aplaca a angústia com garantias *a priori*.

Lacan foi neste sentido um libertador, pois retomou o caráter do imprevisível concernente à experiência analítica, restaurando assim a invenção como potência máxima da práxis que implica os analistas. Com vigor e rigor ‘despertou’ aos que o acompanharam, combatendo a anestésica rotina. Esta ruptura, levada a efeito por Lacan, com o imaginário *happy end* de um percurso previsível, introduz no seio da análise a dimensão do Real. (Lied, 2003, p.2)

Ser psicanalista não é uma expressão exatamente correta, pois não é chegado um momento em que o sujeito *é psicanalista* e a partir dali não há mais questionamentos. O sujeito *está psicanalista* no momento do seu ato, da sua escuta e interpretação, na articulação do que aparece em sua clínica com a teoria. O analista é desafiado por sua clínica - pelo imprevisível - e a submissão de seu ato a outros o confirma, ou não, como analista. Por isto, sua formação é permanente. A cada vez, com cada paciente, o analista realiza seu saber fazer que não é apenas da ordem da técnica, mas do artifício, da invenção.

Nós precisamos saber que o analista, ao mesmo tempo em que está inserido nesta função⁸⁵, ele sai, quer dizer, perde essa função. Perde e volta e, por isso, não tem identidade. O analista não tem identidade porque sai e volta o tempo todo, da condição de psicanalista. Daí que sua auto crítica é permanente e não há psicanalista pronto de uma vez para sempre. (Harari, 1999, p.14)

Além da análise, condição primeira de formação, é enfatizada a singularidade do percurso de cada analista.

Cada um tem que fazer o seu caminho, isso não é brincadeira, não é uma palavra vazia, isso é assim mesmo, tem que ser assim mesmo. Por exemplo, cada um entra na psicanálise pelo caminho que quiser entrar e traça na psicanálise o caminho que quiser traçar. (...) E cada um terá o seu [caminho] (...) a sua escolha. (Remor, 11/11/02)

Essas duas características fundamentais - a análise e a singularidade do percurso de cada analista – se opõem a uma formação pré-concebida. Por

⁸⁵ A função a que se refere Harari (1999) é a do desejo do analista, conceito descrito na nota de rodapé 23 à página 24.

consequente, há uma “impossibilidade de oferecer... uma formação burocrática, hierarquizada, temporal e seriada. Isso é impossível para a psicanálise, pelo menos para a psicanálise que nós acreditamos ser psicanálise. Para se manter fiel a Freud e a Lacan, nós julgamos isto impossível” (Mascarello, 11/11/02).

Assim como o seu percurso na psicanálise é singular, também serão singulares as análises que conduzirá ao assumir o lugar de psicanalista. O não fechamento em uma formação padrão reflete-se na abertura ao imprevisto – ao não sabido – em cada análise, a possibilidade de reinventar com seu paciente. “(...) a análise não pode encontrar sua medida senão nas vias da *douta ignorância*. Portanto, o analista deve ignorar o que sabe, para saber com cada analisante (...)” (Lied, 2003, p.5-6).

Embora não exista formação sem análise e cada psicanalista tenha um percurso particular, isto não significa que este se basta em si mesmo. É preciso que se vincule a uma instituição, se junte a alguns outros, para que possa submeter a sua clínica e a sua escuta a outros. O que caracteriza o analista é a sua escuta, porém, é preciso dizer sobre esta, senão, abre-se espaço a um suposto – a escuta psicanalítica - que nunca dá provas. “É este o lugar da instituição, lugar onde o analista tem que dar provas permanentes da sua formação” (Harari, 1999, p.15), o que é contrário à solidão do consultório, que pode levar ao isolamento. “(...) diria que exatamente por isso a instituição tem um papel fundamental. Não precisa, mas que precisaria em função disso. Para suportar a sua solidão, digamos, do consultório, para sustentar-se como analista” (Lied, 11/11/02).

O pertencimento do analista a uma instituição aparece como imperativo na Maiêutica Florianópolis. Ao clássico tripé da formação – análise, supervisão e ensino – se acresce a instituição, a qual se caracteriza como lugar que dá suporte à formação e, ao mesmo tempo, lugar aberto ao imprevisto, à escuta de cada um, às trocas entre analistas.

De fato, não há garantia mínima de formação suficiente fora da instituição psicanalítica. Sim, mas trata-se de uma garantia provisória, pois o analista deve, de modo permanente, oferecer suas provas, dando conta de como é reinterrogado por, e como responde a, os azarosos acontecimentos que se sucedem em seu quefazer (sic) cotidiano. (Harari, 2001, p.10)

Há necessidade de um ponto de referência que norteie a escuta clínica e as articulações daí provenientes.

O Discurso Mestre possibilita sustentar um ensino não eclético. Ao se atacar o Discurso Mestre, inevitavelmente, procura-se um pouco disso, um pouco daquilo, o qual soa muito bem na pressuposta democracia. (...) Buscar um pouco de cada coisa, não se dando conta epistemologicamente das incompatibilidades, é também uma expressão do desejo. Senão alegremente podemos fazer junções que nada tem a ver com o que cada um dos autores propõe. O ponto fundamental, é que não há possibilidade de manter um ensino sem sustentar um Discurso Mestre, que não é o mesmo que a função do Mestre enquanto pessoa. (Harari, 1999, p.18)

A oposição às instituições hierarquizadas com formação pré-concebida pode conduzir a outro extremo, lugar do analista independente que não expõe sua escuta a ninguém e vale-se da teoria como quer, com a prerrogativa de não se submeter a um amo. Porém, esta postura também foge ao que se entende por formação psicanalítica na Maiêutica Florianópolis, já que para esta vigora o lugar da instituição, do laço social entre analistas, do Discurso Mestre.

É muito fácil se intitular... se intitularem analistas, mas... lacanianos... e não seguir uma vírgula da Proposição, da única Proposição que formulou Lacan sobre a formação que foi a de 9 de outubro, ele fez um acréscimo depois colocando (...) com alguns outros. Mas não seguem uma vírgula desse texto e enchem a boca para dizer que são lacanianos. Eu posso reconhecer essa gente? Não posso! Não é sério. O que é, é, o que não é, não é, não tem meio termo. (Mascarello, 08/12/03)

As instituições, contudo, acabam revelando uma peculiaridade: os membros são condescendentes com seus analistas. Neste sentido, o trabalho interinstitucional é fundamental, pois estes outros com quem se faz enlace fogem ao círculo de analistas familiares. Submete-se o dito a outras escutas, rompendo assim o efeito de grupo que pode vigorar em uma instituição. É também para impedir o efeito de grupo que foi proposto o cartel, o qual se dissolve após um período determinado, do contrário, “vão se apagando as diferenças e isso gera uma entropia, uma perda de informação. Cada um sabe mais ou menos os pontos do outro, até onde cada um vai eventualmente criticar, escutar” (Harari, 1999, p.19). Deste modo, além do enlace a outras instituições, o próprio trabalho em cartel visa minimizar os efeitos dos grandes grupos, quais sejam, a centralidade do líder e a tomada de suas considerações como verdadeiras. “(...) há uma espécie de nivelamento, por baixo, no grupo, onde cada um repete as

fórmulas do líder, sem nem ter necessidade de pensar nelas. Para Lacan, isto é pouco propício como meio de propor o ensino da Psicanálise” (Szpirko, 1999, p.11).

Enfim, *formação* é um termo historicamente usado para remeter ao psicanalista, porém, traz em si o problema da *forma* e da *fôrma*. A insistência é para dizer que em psicanálise não há *forma* ou modelo, o percurso é tão particular quanto a análise de cada um. O que há de mais característico em um analista, o que lhe permitiu denominar-se e/ou ser reconhecido como tal, é justamente o que a sua análise permitiu (des)construir.

Fala-se da formação negando a todo o tempo a característica de fôrma, molde que igualaria a todos. Diz-se *formação*, para negá-la na frase seguinte ao falar de sua particularidade, singularidade. Se por um lado destacam-se os limites deste termo justamente pela idéia de modelo/padrão que vem a reboque, por outro, ele não é completamente sem valor, já que não se trata de um *vale-tudo* – há condições que propiciam a autorização de um analista. A formação do psicanalista é paradoxal (Lied, 2003), pois coexistem sentidos que, embora conflitantes, não se anulam.

Formação sem fôrma, pois não há um ideal a ser alcançado desde o princípio. Formação sem forma, posto que nenhuma substância caracteriza o analista e se mantém indefinidamente. Formação sem formatura, já que não há um só momento de concluir, momento único de passagem. É preciso acrescentar muitos *poréns* para continuar usando esta expressão historicamente consolidada. Ao enunciar a questão - *formação do psicanalista* - já se levantam paradoxos.

Fazer afirmações sobre a formação psicanalítica é como andar à beira de um duplo abismo: se pender para um lado procurando instituí-la como formação – em toda acepção da palavra - perde-se de vista o fundamental da psicanálise em nome da normatização; por outro lado, ao não remeter a algumas condições específicas, despenca-se sobre outro abismo, o do vale-tudo, do ecletismo. Nem um, nem outro, porém, a coexistência destes dois riscos bordeiam a formação. Se não há regras exatas que a garantam, há, sem dúvida, as fronteiras a partir das quais esta deixa de existir.

Delegação Santa Catarina Escola Brasileira de Psicanálise

A história que antecede a constituição da Delegação Geral/SC é marcada por dois precursores: um grupo formado por pessoas interessadas em estudar psicanálise e uma outra instituição que existiu na cidade de Florianópolis – o Traço Freudiano. Aproximadamente em 1987 havia em Florianópolis um grupo de estudos que fazia formação em grupos operativos com Oscar Reymundo. Em determinado momento, este grupo interessou-se em estudar psicanálise e, para tanto, Reymundo indicou o nome de uma psicanalista argentina, Sílvia Emília Esposito, que na época morava em São Paulo. Sílvia aceitou o convite do grupo e durante cinco anos veio a Florianópolis para ensinar psicanálise, até que se mudou para esta cidade em meados de 1992. Pouco depois, no entanto, dissolveu esse grupo de estudos que já vinha há um longo período estudando psicanálise a partir de sua transmissão.

Já o Traço Freudiano, formado em 1991, era uma instituição que mantinha relações com um grupo de Curitiba – A Coisa Freudiana – o qual era dirigido pelo psicanalista que impulsionou a formação da Escola Brasileira de Psicanálise – Antônio Godino Cabas. Alguns membros do grupo de estudo constituído em 1987 começaram a participar de cartéis no Traço Freudiano. Porém, a entrada oficial na instituição deu-se em um momento de crise.

O Traço estava numa situação crítica e tinha se constituído uma certa dissolução. Então se chamou uma assembléia (...). De repente aparece isto que o Traço vai ser dissolvido. Então foram várias pessoas que estavam participando de cartéis (...). Na assembléia se fala um pouco da situação e da dissolução e se decide não dissolvê-lo e que entremos alguns, algumas pessoas novas com as quais se dava um certo ânimo. No après-coup aparece como nossa entrada marcada pela não-dissolução, como se nós houvéssomos permitido que não se dissolvesse. Ficou meio estranho, como se nós salvássemos da dissolução, o que não era verdade pois nós já queríamos entrar antes. Apareceu esta crise... bom, continuamos. Então, nesse momento já tinham algumas pessoas que se foram afastando, que era do grupo do Traço inicial. Por diferentes motivos, até pessoais e de todo o tipo. Entende, não é um grupo, cada um foi se afastando e tal. (...) Evidentemente, a crise, com a entrada, se

costurou. A gente decidiu não dissolver mas não foi suficiente. De toda forma continuamos com ele... e nesse ano de 98 se produz a crise na Escola e não no Traço. O Traço é outro, entraram pessoas novas e foram algumas outras, estava funcionando, mas tinha mudado a conformação das pessoas. Aí estoura a crise (...). Daí, nos encontramos no meio dessa crise. (Esposito, 12/06/03)

O ano de 1998 é identificado com o ano da grande crise. Crise ocorrida na França entre o fundador da AMP – Jacques-Alain Miller – e alguns psicanalistas como Collet Soler e Antônio Quinet, respectivamente, por razões ligadas ao cartel do passe e a uma publicação⁸⁶. Como uma reação em cadeia, esta crise se expande até o Brasil e o grupo de Curitiba, com o qual o Traço Freudiano tinha uma relação de proximidade, rompe com a Escola Brasileira de Psicanálise.

Quando se funda a Escola, o que acontece (...) se anexam certos grupos e quando (...) um psicanalista é dono de uma instituição, quando ele dá formação, supervisão, tem grupos, supervisiona, analisa (...) para formar parte de uma Escola ou formar parte de um âmbito maior ele tem que abrir mão de algo, essa que é a grande questão. Então, se cria (...) o efeito de grupo ligado ao líder. Então, é difícil, é muito difícil. Quando você tem um âmbito pequeno que é teu, você é quem dá as coordenadas, é um lugar muito sedutor. Para formar parte da Escola você tem que assinalar que a transferência não tem que ser com você, a transferência tem que ser com a Escola, mais do que com a Escola, tem que ser com a obra de Freud e Lacan. (Esposito, 12/06/03)

⁸⁶ Não tendo se aprofundado nas questões que geraram esta dissidência, Esposito a abordou rapidamente: “Teve uma dissidência entre Miller e Collet Soler, ela foi embora da Escola. Agora, exatamente o que aconteceu eu não sei. Agora tinha a ver com o cartel do passe na França. Se comenta, por exemplo, te digo, porque a gente sabe pedacinhos, então não... que um paciente de Miller fez o passe e parece que o cartel não aceitou, então tem a versão que o Miller não gostou. Imagina. Então que ele começou criar conflito onde não tinha, então, a interpretação é que por orgulho ferido, sei lá, Miller começou. Eu tomo com pinças uma coisa que me parece muito babaca. Porque por outro lado, não é um exame que passou ou não passou. Muitas vezes deixa para o ano que vem, pode apresentar depois. Não convenceu, porque na realidade é como se eu falasse a você e você vai falar na mesa. Então, você tem que convencer a mesa do que eu te disse, não é. Mas é você que tem que convencer, então, não é, não tem essa de sentir-se ofendido porque não é um exame em que se fala, ‘não ele estava preparado’. Por outro lado, quem prepara seu passe é o analisante, o analista não participa disto, nada a ver, é outra instância. Então, essas são as coisas que chegam e vai saber o que mais. E depois cada um se engancha, não é. Aí tem o Quinet, que você deve ter lido, ele queria publicar um livro então pelo que sabemos, todo o livro, se eu quero publicar um livro através da Escola vai para um grupo que vê a prioridade, deve ter muitos pedidos, mas ele se sentiu ofendidíssimo porque ele... mandaram este para essa comissão, aí ele falou que tinha censura aí ele foi embora ofendido. Isto não tem nada a ver com a Collet Soler, nem com a briga deles. Eles se conheceram há 70 anos. Nenhum dos dois é jovem, se conhecem em 40 anos de psicanálise francesa, vai saber a relação deles, o que isso significou. Bom, então, logo depois estoura, se tomam partidos totalmente imaginários, por outro lado, por isso eu te digo que nem saberia... (Esposito, 27/11/03).

A razão que levou a alguns rompimentos entre psicanalistas na França foi similar, segundo Esposito, ao que aconteceu com o grupo de Curitiba.

Antônio Godino Cabas foi quem sustentou a iniciativa Escola, antes da fundação, ele era a Escola. Miller disse: ele emprestou o grupo, ele foi embora e o grupo foi todo com ele. Então, o que quer dizer? Que a transferência era com ele e não com a Escola. Quando ele foi embora, desatou, todo mundo foi com ele. Miller disse e eu achei genial essa leitura dele: ele emprestou o grupo à Escola, mas continuou sendo o grupo dele. (Esposito, 12/06/03)

A leitura realizada por alguns membros do Traço Freudiano do que estava acontecendo na França e em Curitiba permitiu que estes tomassem uma posição frente à crise, posição contrária aos rompimentos que estavam acontecendo. No momento em que algumas pessoas deixaram a AMP e, no âmbito brasileiro, afastaram-se da EBP, alguns membros do Traço Freudiano decidiram fazer parte da Escola.

Eu diria que a gente conseguiu fazer uma certa leitura, pelo menos do que estava acontecendo em Curitiba. (...) Como toda a crise estoura uma coisa explosiva, de crítica, inclusive de pessoas que... nem sei, te digo que se duas pessoas na França brigam, o que eu tenho que ver com isso, não sei do que se trata. Mas estoura e as pessoas tomam posições e criticam, não sei do que se trata. Mas esta pequena amostra do que a gente tinha, nos permitiu fazer uma leitura dessa crise e eu acho que foi interessante porque essa leitura permitiu que decidíssemos entrar na Escola, justamente o movimento contrário. Quando estavam saindo pessoas, nós decidimos entrar. Eu acho que a crise foi o que precisávamos para tomar a decisão de entrar. Isso foi interessante porque eu te diria que foi uma boa leitura que a gente fez. Claro, tudo isso era a nossa leitura (...). Decidimos tomar uma decisão com relação à crise e tratar disso de alguma forma. Então aí, como estávamos com o Traço, não dava para passar o Traço para a Escola, entendeu? Não tinha como passar, então tínhamos que dissolver o Traço e depois ficar livre para poder fundar algo aqui. Nós continuamos nos encontrando, ficamos todos esses meses estudando, até que no ano de 1999 se funda a Delegação. (Esposito, 12/06/03)

Diante destas circunstâncias e tomando uma posição em relação ao que estava acontecendo, fundou-se a Delegação Geral Santa Catarina em 16 de abril de 1999 com 11 psicanalistas, quais sejam: Oscar Reymundo, Laureci Nunes, Soraya Santos Valerim, Eduardo Riaviz, Liège Goulart, Laudelino Santos Neto, Maria

Aparecida Leite, Maria Teresa Wendhausen, Rosane Feijó Padilla, Sílvia Emília Esposito e Vanessa Nahas Riaviz. Para a fundação da DG/SC veio a Florianópolis o presidente da EBP, Jorge Forbes. O compromisso do grupo era

promover a práxis original instituída por Sigmund Freud, sob o nome de Psicanálise, e o campo aberto por Jacques Lacan no ato de fundação da Escola Francesa de Psicanálise em 1964. Fundada sobre esses princípios e sob a orientação da Associação Mundial de Psicanálise - fundada, por Jacques-Alain Miller - e da Escola Brasileira de Psicanálise, a DG/SC tem como objetivo desenvolver e transmitir a psicanálise no âmbito de Santa Catarina (...). Desde então, um trabalho tem sido sustentado, visando, além da transmissão, a formação de seus membros. (Delegação Geral, 2002)

Existem diferentes modalidades de filiação das instituições à Escola Brasileira de Psicanálise. No caso de Santa Catarina, constituiu-se uma Delegação Geral. A escolha de tal modalidade não foi aleatória.

Na realidade a Delegação Geral congrega (...) grupos avulsos, grupos que podem ser grupos pequenos, pode ser até uma pessoa em uma cidade que se aproxima, fez algum contato. Então... vai de uma certa curiosidade de querer estudar Lacan e ver o que é isto, o que é a psicanálise, pessoas que estão se aproximando, sem saber muito bem o que é, mas poderia ser grupo de estudos e tal. (Esposito, 04/02/03)

A Delegação Geral foi uma modalidade criada justamente para dar conta de atender pessoas que desejavam participar da EBP mas não tinham uma seção em seu estado.

Acontece que tem lugar que não tem seção, não tem nada. Como aqui, por exemplo, só tínhamos nós. (...) Em algum momento se pensou, por exemplo, que nós poderíamos nos remeter a Curitiba que... naquele momento era seção. Mas é longe. Então a pergunta era, o que fazer com este grupo pequeno, grupo de estudo, pessoas, alguns que se aproximavam da Escola mas que não tinham uma seção, não tinha perto ou era muito longe. Essa foi a idéia que... decidi que nós formássemos parte da Delegação. Então te diria que não teve um critério, (...) voltamos a este princípio, existe um princípio geral mas sempre pensando que a experiência é do particular, então, cada grupo é diferente. Neste sentido, diríamos, desse princípio geral, que... (...) de alguma forma a Escola, o presidente neste momento, o Conselho da Escola (...) decidiu que nós formássemos parte da Delegação Geral. (Esposito, 04/02/03)

A Delegação Geral, como instituição que abarca vários grupos, havia se constituído pouco tempo antes do interesse do grupo de Santa Catarina ligar-se à Escola. A criação da Delegação Geral foi a forma encontrada pela Escola Brasileira para dar conta da extensão do país a que atende e da diversidade dos grupos que se encontram espalhados em seu território. Deste modo, abarca membros e grupos de vários lugares: Natal, Campo Grande, Maranhão e Santa Catarina. O fato do grupo de Florianópolis ter se constituído como Delegação Geral deu-se, então, por uma peculiaridade deste grupo e por uma decisão do Conselho da Escola.

No transcorrer da pesquisa ocorreu uma mudança na forma de filiação da instituição à EBP: esta deixou de ser Delegação Geral e tornou-se uma Delegação Estadual.

Começou assim, como um ato falho, como tudo, não é? Queríamos fundar uma instituição sem fins lucrativos então precisávamos de estatuto e tal. Então a gente se juntou para fazer o estatuto e juntamos todos os estatutos que tem por aí, da Escola, de Delegações e tal e isso teve um antecedente que nos pediram um informe sobre a Delegação. Então, um grupo começou a pensar quais eram os limites de ser uma Delegação Geral e tínhamos que falar que como Delegação Geral não éramos parte da Escola. A DG é da Escola, mas a DG/SC não era, não formava parte da Escola. Então, não tínhamos nenhuma representação, a gente não ia a nenhuma reunião, não tínhamos nenhuma presença orgânica, nenhuma estrutura. E a gente substituía essa deficiência convidando para seminários, para reuniões... Trazíamos, mas por iniciativa nossa. Quando nos pediram em algum momento um informe, a gente se sentou e começamos a ver este grande problema que era difícil porque se você está fora do que se está discutindo e tal. (...) Mas a gente fez o informe e apresentamos o estatuto. Eles nos devolveram falando que este estatuto, primeiro que era um estatuto de seção, falaram não é? E depois falaram que nós estávamos pedindo para ser Delegação Estadual. Falamos... bom, nossa intenção não era.(...) era ter um estatuto, fizemos um estatuto e mandamos para que eles falassem ok, não era muito mais que isso. Se a gente fez um estatuto para Delegação então vamos pedir para ser Delegação e pedimos (...) o Conselho se reuniu e decidiu que íamos passar a ser Delegação Estadual e foi muito legal. (Esposito, 12/06/03)

Mais uma vez, nos procedimentos da Escola prevalece a noção da particularidade, não há uma regra que normatize a passagem de Delegação Geral à Delegação Estadual. Essa mudança deu-se, como afirmou Esposito, por meio de um ato falho, um informe sobre a instituição que foi lido como um pedido para ser Delegação Estadual.

Então o requisito de fato, tudo depende de como cada grupo... por isto te diria que tem a questão teórica, epistêmica e política que faz a orientação da Escola, que é o Um da orientação, diríamos, mas depois tem cada um. Cada um tem a sua particularidade. Não tem o todos, todo mundo... 'todos tem que fazer tal coisa de tal jeito'. Cada grupo é assim. Nós pedimos, outro grupo pode ser que venha alguém e diga: 'por que vocês não pedem...?' (Esposito, 12/06/03)

Essa nova forma de enlace à Escola foi divulgada no comunicado do conselho deliberativo de cinco de abril de 2003, como segue:

O Conselho da EBP decidiu fundar a Delegação da Escola em Santa Catarina, em substituição à Delegação Geral em Santa Catarina, e adotar o regimento proposto pelos colegas catarinenses e revistos pela Comissão *ad-hoc* do Conselho. No mesmo ato, o conselho homologou a Coordenação eleita recentemente em Santa Catarina. (Escola Brasileira de Psicanálise, 2003)

A Delegação Santa Catarina assume uma posição distinta da DG/SC no âmbito da Escola.

Então, o que muda? Muda a forma de participação. (...) agora tem as reuniões, a reunião de diretoria inclui as delegações, por exemplo, então, o que significa isso? Discutir as questões de cada lugar, mas também discutir as questões mais gerais da Escola, discutir as questões institucionais, o lugar de discutir isso com outros colegas de outras delegações, não é? (...) Claro que tem participação também nos eventos, em organizar os eventos, se espera uma maior participação. (...) a partir de todo esse pedido, (...) vai ter alguém do conselho que se ocupe justamente de cada lugar. Antes não tinha isso, a gente chamava, mas não tinha uma pessoa encomendada que se ocupasse de um lugar. O Romildo⁸⁷ vai se dedicar a Santa Catarina e ao grupo de Curitiba. E, por exemplo, neste seminário o pessoal de Curitiba vai vir aqui. Então, ele vai ser,

⁸⁷Romildo do Rêgo Barros, foi presidente eleito para o Conselho da Escola e também presidente desta (Escola Brasileira de Psicanálise, 2002).

além de ocupar-se da formação, vai ser uma instância que podemos discutir os problemas institucionais, os nossos ou temas mais gerais. (Esposito, 12/06/03)

A nova forma de enlace à EBP permitiu aos membros da Delegação SC participar mais ativamente das questões da Escola, bem como uma presença maior da Escola em seu cotidiano por meio da presença de Romildo do Rêgo Barros.

Categorias de filiação pessoal à EBP e à Delegação SC

As seções, delegações estaduais e delegação geral compõem a EBP. Porém, a filiação à Escola jamais é grupal, é sempre particular, realizada pelo sujeito e não pela instituição. Por isto, quanto à filiação pessoal à EBP há algumas características específicas. Existem as seguintes categorias: a) membros da escola, b) AME, c) AE e d) membro aderente.

O membro da Escola é aquele que fez o passe de entrada⁸⁸ e foi aceito. Porém, durante um tempo o passe de entrada foi questionado e suspenso o ingresso de novos membros. Inclusive, as últimas pessoas que haviam feito o passe de entrada e se tornado membro da Escola foram destituídas de sua posição. Uma dessas pessoas era um membro da Delegação Geral Santa Catarina.

Um episódio que foi quando justamente começaram a questionar o passe de entrada. Não questionar no sentido do dispositivo. Aparentemente os critérios não estavam muito claros e tinham dissidências, então, se começou a pensar que a experiência não estava sendo legal. Então, tinham sido nomeadas 11 pessoas. Aparentemente já tinham falado para que parassem com o passe de entrada pois não estava... estavam questionando os critérios, não estava muito claro e de fato era verdade. (Esposito, 12/06/03)

Recentemente, houve uma nova mudança quanto à entrada na Escola como membro.

Agora abriu de novo. Abriu aos que queriam ser membros. Tinham que mandar uma carta para o presidente e o secretário. Mandar o currículo e depois eles indicariam que passo seguir. Tinham que mandar a carta até 31 de maio. Então, vai ser assim. Agora vai ser nos primeiros meses de cada ano. (Esposito, 12/06/03)

⁸⁸ Passe de entrada: é um dispositivo criado pela Escola pelo qual devem passar os psicanalista que desejam ser membros desta. Este distingue-se do passe de final de análise realizado por aqueles que, ao passarem, tornam-se analistas da Escola (AE). Na página 165 e seguintes este dispositivo do passe será mais detalhado.

Além desta categoria – membro da Escola – há os analistas membro da Escola, ou simplesmente AME. Estes são os que fundaram a Escola, participaram de seu início.

Eu te diria, quando alguém decide fundar algo, se juntam num grupo e fundam. Antes que exista algo não tem como. Então, se juntam psicanalistas e eles se dizem analistas fundadores. Miller fala que este é o pecado original. Só se pode criar algum critério como o do passe depois. Não tem como [fazê-lo] antes, então se juntam e dizem, nós fundamos e nós somos membros da Escola. Agora não tem um antes que diga: e quem decide? Isso é o ovo ou a galinha. Então, os que são produtos do pecado original, digamos, tem muitos desses que são membros: analistas membros da Escola porque surgiram nesse momento inicial. (Esposito, 12/06/03)

Porém, começou-se a questionar o que faz um AME, qual o seu papel na Escola além de ter sido um dos fundadores. “Não estava muito claro, teve toda uma discussão. Que fazia ele? O que significava esse nome? Enfim, todas essas coisas como te disse estão sendo sempre repensadas” (Esposito, 12/06/03).

Soma-se ao membro da Escola e ao AME, o AE - analista da Escola – o qual é assim intitulado após o passe de final de análise.

Falo da preocupação de Lacan com relação à cura. O que é a cura? A pergunta pela cura. Então, a cura inicialmente tinha a ver com o analista, era o analista que falava: ‘você terminou sua análise’. Então, era um problema do analista. É claro que se falava fora dali mas não deixava de ser uma experiência particular, privada. E aí então Lacan fala que seria bom escutar os que fizeram essa experiência para que contem como foi essa experiência. Então, aí... mas esses não são membros, são analistas da Escola. Como se chama quem passa: analista da Escola. (Esposito, 12/06/03)

Embora o AE não seja, obrigatoriamente, um membro da Escola, existe a possibilidade de um analista que já é membro da Escola, isto é, já efetuou o passe de entrada, fazer também o passe de final de análise, nesse caso, passa a ser um AE.

Agora pode ser um membro da Escola que é AE. Entrou, normal, fez o passe de membro de Escola e depois, quando terminou sua análise, fez. Porque o AE dura pouco tempo, ele é AE durante 2 anos, 3. Se supõe que são 3 anos que ele tem que contar a experiência. Então ele fica, participando dos encontros, sempre tem alguma mesa de AE. Ele relata como foi, não é? Durante 3 anos. E

outra missão que tem, outra coisa que se espera dele é que ele seja analista da Escola, que possa ler, institucionalmente, que interprete a Escola como um sujeito, mas não é vitalício. Depois de 3 anos acabou, não é mais AE. (Esposito, 12/06/03)

“Do AE espera-se que este possa dizer à Escola que conseqüências extraiu de sua experiência como analisante, o que aprendeu aí, o que pode transmitir, o que faz pensar que poderá ocupar o lugar de analista” (L. Nunes, 2004, p. 2). A situação de AE é provisória e deste se espera que dê o testemunho de sua experiência nos encontros da Escola, que faça uma análise da Escola e que componha o cartel do passe.

Por fim, há os membros aderentes da Escola. Neste caso, envia-se uma carta, é realizada uma entrevista e, então, pode ser homologado pela Escola. “Quando é aderente tem que homologar. Tem eleições, eles homologam, fizemos assembléia, fomos escolhidos e nós mandamos à diretoria, à coordenadoria, ao conselho para eles homologarem, entende?” (Esposito, 12/06/03). Os membros da Delegação são aqueles que pediram sua inscrição a qual foi homologada como aderentes da EBP. Isto significa que sua participação na Escola é limitada, não participam dos congressos só para membros e não têm direito a voto nas assembléias da Escola.

Uma análise dos membros que compuseram a Delegação em seus quatro anos de existência demonstra que desde o início permanecem as mesmas 11 pessoas. No jornal de junho de 2002 não aparece o nome de Maria Aparecida Leite, reduzindo o número de membros aderentes para 10 e assim permanecendo até março de 2003. A partir de maio de 2002, no entanto, foi aberta uma nova possibilidade de vinculação à DG/SC - o correspondente – a qual abarca aqueles que manifestam uma transferência de trabalho.

O correspondente se supõe que tem transferência conosco, então, a Escola não diz nada. Nós convidamos quem nós quisermos, quem nós queremos convidar. Uma pessoa manda uma carta e diz que quer ser membro correspondente. A Escola não precisa saber de nada, só dos nomes, não é ela que homologa. (Esposito, 12/06/03)

A relação do correspondente é diferente de todas as outras formas de filiação, pois como é destacado no trecho acima, a relação do correspondente é com a Delegação e não com a Escola.

Se o correspondente não precisa ter transferência com a Escola, pode ser que não tenha interesse sequer em formar parte da Escola ou queira ser membro em algum momento. Mas por enquanto está estudando com a gente, a transferência pode ser com uma pessoa, com quem estudou e gostou, não é? (...) Se alguém gosta de estudar com uma pessoa e a transferência é com ela, tudo bem, não é? Pode ser que no dia de amanhã tenha transferência com a Escola, poderá ser membro, mas não necessariamente (...) Nós estamos na orientação da Escola, mas se aceita, essas são as diferentes formas de enlace e as diferentes formas de transferência. Pode ser que alguém nem saiba quem é Miller. Começou a estudar com a gente, gostou do grupo, gostou do tema... (Esposito, 12/06/03)

A Delegação Santa Catarina tem, neste momento, seis correspondentes⁸⁹.

Entre os correspondentes têm pessoas que participaram do Traço, que se afastaram e agora se aproximaram. E têm os estudantes que são novos, depois de estudar vários anos aí já tem uma transferência com a gente, então, mas o correspondente pode colaborar conosco. Ele não pode assumir cargos e não pode votar, por exemplo. Pode ir às assembleias discutir e opinar, mas não pode votar. Porque tem isso, se supõe que tem transferência limitada. (Esposito, 12/06/03)

O que se destaca é a ênfase dada pela Escola ao *um por um*. As categorias de filiação nunca são grupais, seja para entrar como membro, AME, AE ou aderente, é sempre uma decisão particular. Além disto, as definições e as possibilidades não são estanques como mostra a fala que segue:

Se, por exemplo, em alguns lugares, nesse momento, eles têm pessoas, têm poucos membros [porque] esteve parado o passe de entrada. Tem lugares que tem muitos correspondentes e os membros estão se revezando nos cargos. Então, eles pediriam que os correspondentes pudessem ocupar, agora teoricamente não poderiam, mas é um por um. Se em algum lugar tem correspondente que está trabalhando e não podia pedir para ser aderente da Escola porque... Ou tinha pessoas que queriam ser membros da Escola, não correspondente, e estava parado e o cartel estava parado. Então eles aceitam, então não é esse critério rígido. (Esposito, 12/06/03)

⁸⁹ Os correspondentes são: Brenda Teresa P. de Matos, Dolmar Cazella, Enedina Martins, Eneida Medeiros dos Santos, Nara Lúcia L. Bittencourt e Mariana Montibeller (Jornal da DG/SC, set. 2002).

A particularidade se firma em detrimento de qualquer regulamentação ou norma pré-determinada.

As atividades e os participantes

Os membros da Delegação propõem uma série de atividades à comunidade interessada pela psicanálise em Santa Catarina. Tais atividades passaram por algumas transformações ao longo dos cinco anos desta instituição, principalmente no que se refere à denominação/classificação dos eventos propostos. As seções dos jornais, intituladas Agenda e Acontecimentos Previstos, permitem acompanhar as modalidades oferecidas de 1999 a março de 2003. Após esta data, foram consultados os primeiros quatro Boletins Eletrônicos e as mensagens eletrônicas utilizadas para divulgação dos eventos.

Tab. 8: Atividades divulgadas no Jornal e Boletim Eletrônico

Modalidades	Especificações	Anos	Ministrantes
Seminários (de formação)*	Conferências abertas ao público proferidas por convidados		
	• As estruturas freudianas do espírito: a palavra e o prazer	1999	Luiz H. Vidigal (Presidente da EBP)
	• Pontuações sobre a segunda clínica de Jacques Lacan	1999	Maria do Carmo Batista (Diretora da EBP Seção SP)
	• Psicanálise ou psicoterapia? Questões sobre o ato analítico.	2001	Celso Rennó Lima (AME Seção MG)
	• A segunda clínica de Jacques Lacan	2001	Célio Garcia (AME Seção MG)
	• Historização e contingência na clínica lacaniana	2002	Elisa Alvarenga (AE Seção MG)
	Seminário destinado à formação dos membros da DG/SC e aos interessados no ensino da psicanálise. Serão conduzidos por psicanalistas convidados da EBP	2003	
	• Psicanálise: clínica e teoria (Parte I e II)	2003	
		2004	Romildo do Rêgo Barros (EBP-RJ)
	• Psicanalista: função e profissão		Romildo do Rêgo Barros (EBP-RJ)

Conferências	<ul style="list-style-type: none"> Defesas psíquicas frente à morte 	1999	Bernardino Horne (AE da Seção Bahia)
	<ul style="list-style-type: none"> Psicanálise e sociedade: como se estruturam os laços sociais 	2000	Romildo do Rêgo Barros (Presidente da EBP)
	<ul style="list-style-type: none"> A peste lacaniana 	2001	Jésus Santiago (Presidente da EBP)
Reuniões clínicas	Apresentação de um caso clínico por um membro da DG. Exclusiva para membros.	1999	Bernardino Horne
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de caso clínico por Silvia Esposito 	2000	Liège Goulart, Silvia E. Esposito, Rosane Padilla
	<ul style="list-style-type: none"> Semanal 	2000	Romildo do R. Barros
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de caso clínico por Laureci Nunes 	2001	Celso Rennó Lima
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de caso clínico por membro da DG 	2001	Célio Garcia
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de caso clínico por membro da DG 	2002	Elisa Alvarenga
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de caso clínico 	2003 e 2004	
	Surge uma nova modalidade Espaço Clínico que visa a discussão da prática clínica entre os membros da Delegação SC		
Seminários	Apresentação e comentário de textos psicanalíticos		
	<ul style="list-style-type: none"> Seminário V de Jacques Lacan 	1999	Eduardo Riaviz (DG/SC)
	<ul style="list-style-type: none"> Seminário sobre o curso de J-A. Miller: O parceiro – sintoma 	1999	Eduardo Riaviz (DG/SC)
	<ul style="list-style-type: none"> Seminário V de Jacques Lacan (em andamento)** 	2000	Eduardo Riaviz (02/2000) e Soraya Valerim (08/2000) (DG/SC)

Grupos de leitura, estudo e discussão	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de leitura temática: textos de Freud 	1999	Liège Goulart e Laureci Nunes (DG/SC)
	<ul style="list-style-type: none"> As consequências da segunda clínica no sujeito pós-moderno (tema do encontro nacional do Campo Freudiano) 	2000	
	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de leitura temática: Do sintoma à fantasia e retorno 	2000	Laureci Nunes (DG/SC)
	<ul style="list-style-type: none"> Seminário XX de Jacques Lacan 	2001	Laureci Nunes (DG/SC)
	<ul style="list-style-type: none"> Leitura temática em psicanálise: os signos do gozo – seminário de J-A. Miller 	2001	Liège Goulart (DG/SC)
	<ul style="list-style-type: none"> Seminário XX de Jacques Lacan (em andamento) 	2002	Soraya Santos Valerim
	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de leitura e discussão: a atualidade dos estudos culturais de Sigmund Freud 	2002 e 2003	Liège Goulart
	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de leitura e discussão: seminário 22 de Jacques Lacan: RSI (exclusiva para membros e correspondentes) 	2004	Laureci Nunes e Eneida Medeiros Santos
	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de leitura e discussão: Seminário livro 23: o sintoma 	2004	Eduardo Riaviz
	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de leitura sobre o Seminário X: a angústia 		
Cursos	<p>O número de encontros é bastante variável. Alguns cursos tem número exato de encontros, outros são semanais ou quinzenais e têm duração de um ano.</p> <ul style="list-style-type: none"> Alienação e separação: as duas operações de causação do sujeito Introdução à leitura de Lacan Sintoma O percurso de uma análise: uma introdução Sintoma (em andamento) Introdução aos quatro conceitos fundamentais da psicanálise O percurso de uma análise: uma introdução (em Tubarão) Conceitos fundamentais da psicanálise Histeria e obsessão no ensino de Lacan A fantasia Interpretação Percurso introdutório à clínica lacaniana: do sentido ao fora do 	1999 2000 2000 2001 2001 2001 2001 2002 2002 2002 2002 2003 2003 2003	Vanessa Riaviz (DG/SC) Vários membros da DG/SC Sílvia Esposito (DG/SC) Vários membros da DG/SC Sílvia Esposito (DG/SC) Eduardo Riaviz (DG/SC) Laudelino Santos Neto (DG/SC) Vários membros da DG/SC Eduardo Riaviz (DG/SC) Laureci Nunes (DG/SC) Sílvia E. Esposito (DG/SC) Eduardo Riaviz (DG/SC) Soraya Santos Valerim e Rosane Padilla (DG/SC) Laureci Nunes (DG/SC)

	<p>sentido</p> <ul style="list-style-type: none"> • Psicanálise para educadores • O início do tratamento • Introdução à questão da psicose em Freud • Estruturas clínicas I – A histeria • Da significação do falo ao gozo no ensino de Lacan • Curso de Formação em Psicanálise: os conceitos fundamentais; o método psicanalítico de tratamento; real, simbólico, imaginário nas formulações lacanianas; estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão. 	<p>2003</p> <p>2003</p> <p>2004</p> <p>2004</p>	<p>Maria Teresa Wendhausen (DG/SC)</p> <p>Laureci Nunes</p> <p>Eduardo Riaviz</p> <p>Eduardo Riaviz, Laureci Nunes, Sílvia Emília Esposito, Vanessa Riaviz</p>
Reflexões em Psicanálise / A psicanálise e sua clínica	<p>Espaço destinado a convidados da comunidade analítica de Florianópolis para que transmitam suas idéias.</p> <ul style="list-style-type: none"> • DORT!sim. Mas ainda Dora? – algumas reflexões sobre o Distúrbio Osteo-muscular relacionado ao trabalho e suas relações com a psicanálise. • Do significante ao signo de gozo – estrutura e não-relação <p>(a partir de setembro de 2001 esta modalidade passou a chamar-se A psicanálise e sua clínica)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Psicanálise e psicoterapia • O cartel e o discurso psicanalítico • Rasgar sem doer • Considerações sobre a clínica psicanalítica com crianças • Leopold von Sacher-Masoch: crônica de um fantasma literário • Trabalhos sobre o objeto a • Lembranças encobridoras 	<p>2000</p> <p>2000</p> <p>2001</p> <p>2001</p> <p>2001</p> <p>2002</p> <p>2002</p> <p>2002</p> <p>2002</p>	<p>Soraya R. Martins</p> <p>Eduardo Riaviz (DG/SC)</p> <p>Silvia E. Esposito e Oscar Reymundo (DG/SC)</p> <p>Laureci Nunes (DG/SC)</p> <p>Marilena Deschamps Silveira</p> <p>Carlos Alberto Medrano</p> <p>Martha Arábia</p> <p>Maria Teresa Wendhausen (DG/SC) e Marise Pinto</p> <p>Maria Estela Asselborn</p>
Conexões	<p>Objetiva convidar profissionais de outras disciplinas – como a filosofia, a antropologia, a linguística e a literatura – que mantém um debate com a psicanálise, assim como também ocupam um lugar no ensino de Lacan.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desejo e Filosofia • Uma leitura radical de Saussure • A utopia neo-liberal Rortiana • Os behaviorismo de Quine e Skinner • James Joyce e a psicanálise • Invenção do finito • Merleau-Ponty – acerca do inconsciente fenomenológico • Algumas considerações sobre a 	<p>2000</p> <p>2000</p> <p>2000</p> <p>2000</p> <p>2001</p> <p>2001</p> <p>2001</p> <p>2001</p>	<p>Nestor Habkoff</p> <p>Fábio Luz Lopes da Silva</p> <p>Maria Célia M. de Moraes</p> <p>Luiz Henrique Dutra</p> <p>Donaldo Shüller</p> <p>Raul Antelo</p> <p>Marcos José Müller</p> <p>Norida Teotônio de Castro</p>

	<p>atividade lúdica como processo criativo nas visões de Lacan e Pierce.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O um e o mitológico na Grécia Antiga • Masculinidade em Hamlet – discursos pré-modernos e modernos • No ano de 2003, tem como eixo as citações do seminário de Orientação Lacaniana 	<p>2002</p> <p>2002</p> <p>2003</p>	<p>Luís Felipe B. Ribeiro</p> <p>Stephan Baumgärtel</p> <p>Maria Teresa Wendhausen (org.)</p>
Cartel	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira reunião • Noite de Cartéis • I Jornada de Cartéis da DG/SC • II Jornada de Cartéis • Reunião de Organização dos Cartéis • Jornada de Dissolução • Reunião de formação de cartéis e inauguração de um espaço “Por que cartel?” 	<p>1999</p> <p>2000</p> <p>2000</p> <p>2002</p> <p>2002</p> <p>2003</p> <p>2004</p>	<p>Laureci Nunes/Vanessa Nahas Riaviz</p> <p>Laureci Nunes</p> <p>_____</p> <p>Maria Teresa Wendhausen</p>
Atividades ou reuniões institucionais	Trabalho sobre questões institucionais exclusiva aos membros	<p>1999</p> <p>2000</p>	<p>_____</p> <p>_____</p>
Reuniões de Sextas-feiras	Modalidade que aparece pela primeira vez no jornal de setembro de 2001. Inclui seminários de estudo de psicanálise aplicada aberto ao público com inscrição prévia, reuniões institucionais e política lacaniana exclusiva para membros. Manteve-se em 2002	<p>2001</p> <p>2002</p>	<p>_____</p> <p>_____</p>
Núcleo sobre violência	Atividade proposta a partir de 2002. Manteve-se em 2003.	<p>2002</p> <p>2003</p>	Silvia E. Esposito.
Política Lacaniana	Em 2003, esta passa a ser uma modalidade em separado. Espaço de formação que faz a junção entre a política e a psicanálise, definida na base da ética do que ocorre na passagem do um por um ao coletivo, uma política que aposta no passe, na comunidade da escola e que implica a responsabilidade pelo futuro da psicanálise (exclusiva para membros da Delegação)	<p>2003 e 2004</p>	_____
Reunião de Coordenação	Esta é uma modalidade que surge em 2003 (frequência mensal)	<p>2003 e 2004</p>	_____
Orientação Lacaniana	<p>Atividade de formação da Delegação, orientada pelo tema do Encontro Nacional. A proposta do ano de 2003 é estudar o curso de J-A. Miller. O desencantamento da psicanálise. Estas reuniões são abertas desde que sejam feitas inscrições prévias.</p> <p>Leitura e discussão do curso de J-A. Miller intitulado “Um esforço de poesia”</p>	<p>2003</p> <p>2003 e 2004</p>	<p>_____</p> <p>Soraya Santos Valerim e Oscar Reymundo</p>
Atividades da	Espaço aberto para conferências, mesas	<p>2003</p>	Maria Teresa Wendhausen

biblioteca	redondas, comentários de textos, análise de filmes, livros, etc com a participação de qualquer membro ou correspondente da Delegação, a partir de um tema de seu interesse numa organização conjunta com a secretaria da biblioteca, publicações e cartéis. (atividade aberta)		
	• Mesa redonda: Hannah Arendt	2003	Dra. Claudia Drucker, Dr. Alexandre Fernandez Vaz, Dra. Sonia Felipe
	• Mesa redonda: Psicanálise e infância	2003	Soraya Santos Valerim, Maria Teresa Wendhausen, Rosane Feijó Padilla, Enedina Martins, Oscar Reymundo
	Incorporam as atividades antes denominadas Psicanálise e sua clínica e conexões	2004	
		2004	Sérgio Laia
	• Dois destinos do sintoma: a solução James Joyce e a solução analítica	2004	Vanessa Nahas Riaviz
	• Rastros freudianos em Mário de Andrade	2004	Maria Teresa Wendhausen
	• O trabalho de cartel e a formação do analista	2004	
	• Apresentação da peça: O líquido tátil de Daniel Veronese	2004	Brenda Teresa Porto Mattos Silvino José Asmann e Soraya Santos Valerim
	• Psicanálise e Religião	2004	Flávio Vicente
Núcleo de Psicanálise e Filosofia		2004	Luiz Henrique Wizniewsky
	• O diagnóstico psiquiátrico		
	• O uso de medicamentos		
	Criado em 2004, este tem como objetivo as implicações filosóficas do ensino de Lacan, quanto os questionamentos do psicanalista francês à própria filosofia, ou seja, a antifilosofia lacaniana. Além do estudo de filósofos e psicanalistas, o núcleo organizará conferências mensais com agentes da cultura local (atividade aberta)	2004	Eduardo Riaviz
	• Os quatro discursos e o discurso capitalista no ensino de Lacan	2004	Eduardo Riaviz
	• Michel Foucault e a crítica da sociedade disciplinar	2004	Laura Fangmann
	• Michel Foucault e a disciplina do discurso	2004	Kleber Prado
	• Nietzsche: a morte de Deus e o último homem	2004	Celso Braidá
	• “Os cinco paradoxos da modernidade” de Antoine Compagnon	2004	Vanessa Nahas Riaviz
	• Técnica e niilismo em Heidegger	2004	Claudia Drucker
Outros eventos divulgados na Agenda	• “A sociedade do espetáculo” de Guy Debord	2004	Soraya Santos Valerim
	• Festa da Delegação Geral SC	1999	
	• II Seminário Clínico Internacional: a criança em questão do final do século	1999	Esthela Solano Suárez (AME Paris)

(Espírito Santo)		
• Colóquio Jacques Lacan: a peste lacaniana	2001	Angelina Harari (diretora geral da EBP)
• Jornada interna sobre a formação do analista (exclusiva para membros)	2002	
• Apresentação do trabalho “Psicanálise e Saúde mental”	2003	Gilberto da Fonseca, Laureci Nunes, Oscar Reymundo e Zelma Galesi
• Os usos da palavra na atualidade e suas conseqüências(Delegação Paraná)	2004	Beatriz Udenio AME-EOL

Fonte: Jornais da Delegação Geral SC, Boletins Eletrônicos e *e-mails* enviados até junho 2004.

*Ora é chamado de Seminário de Formação (a exemplo dos jornais n.0 e 11) ora de Seminário apenas.

** Esta modalidade passou a fazer parte de Grupos de Estudo a partir da publicação do jornal de agosto de 2000.

Os *seminários* e *conferências* são abertos ao público e para proferi-los são convidados membros da EBP. Há também *seminários* ministrados por membros da Delegação, neste caso, trata-se da apresentação e do comentário de textos psicanalíticos. Entre as atividades abertas estão ainda os *grupos de estudo* – leituras temáticas de textos psicanalíticos com destaque para autores como Freud, Lacan e Miller; os *cursos* têm temas variados e são ministrados por um ou mais membros da Delegação, o número de encontro e a frequência também são variáveis; *reflexões em psicanálise* ou *psicanálise e sua clínica*, atividade em que são convidados psicanalistas de Florianópolis e membros da Delegação para falarem sobre uma temática específica; *conexões*, atividades em que se convida profissionais de outras disciplinas que mantêm debate com a psicanálise; *reuniões de sextas-feiras* que incluem seminários de estudos, reuniões institucionais e política lacaniana, estas duas fechadas a membros e correspondentes; *núcleo sobre violência*; *núcleo de Psicanálise e filosofia*; *orientação lacaniana* – atividade orientada pelo tema do Encontro Nacional; *atividades de biblioteca*, espaço que agrega várias atividades desde que tenha a participação de qualquer membro ou correspondente a partir de um tema de seu interesse.

Entre as atividades fechadas a membros da Delegação SC e, em algumas situações, a correspondentes, estão: as *reuniões clínicas/espço clínico*, em que há apresentação de um caso clínico por um membro, e do qual participam, quando possível, membros da EBP; *atividades e reuniões institucionais*; *reuniões*

de coordenação, política lacaniana; alguns grupos de leitura e discussão e as jornadas internas.

Parte das atividades abertas são gratuitas. Outras como seminários, conferências, cursos e alguns grupos de estudo, fazem-se mediante uma mensalidade ou taxa de inscrição. Tais atividades propostas pela Delegação são procuradas por iniciantes. Neste sentido,

é muito difícil que eles tenham algum tema. Na verdade eles se enlaçam ao tema que a gente dá. Temos cursos. Agora, essa outra instância, por exemplo, de correspondente, porque tem muito desses alunos que já foram alunos de vários anos, que fizeram vários cursos diferentes, aí já podem começar a pedir. Muitos nem pedem, não pedem nada. Têm alguns que ainda estão estudando, são correspondentes, mas... não, por isso eu te digo, a gente tem que propor mas também respeitar o momento transferencial de cada um. Então, tem algum que quer saber mais, como é que é a Escola, agora é que estão começando a pedir informações sobre a Escola, mas até esse momento não estavam muito interessados na Escola, em Miller, quem é Miller, mas agora querem saber, então, assim, é a grande lei, não é, se cria a oferta e a demanda. Quando se oferecem coisas se cria a demanda. E tem diferenças porque o correspondente também tem posições diferentes. Têm pessoas que tem transferência com uma pessoa, então, são correspondentes mas se essa pessoa dá cursos elas vão, senão não vão. (Esposito, 12/06/03)

Esta procura por cursos contrasta com os mecanismos de aproximação com a Escola descritos por Lacan na Nota Adjunta ao Ato de Fundação. Alvarenga (2002), afirma que “muitos que se aproximam da Escola não se engajam em trabalho do cartel, e menos ainda se apresentam para um projeto qualquer de trabalho” (p.4). A participação em cartel faz-se a partir de uma pergunta própria e o saber aí construído sustenta-se em uma questão que advém do sujeito. Já a participação em cursos busca a aquisição de um conhecimento já constituído e que será transmitido por aquele que supostamente o detém. Eis a diferença de aproximação com a Escola pela procura de um cartel ou pela inserção em cursos oferecidos pela mesma.

Por que não valorizar o cartel como órgão de base para a entrada na Escola? Um primeiro passo, importante, para os que querem fazer parte de uma Escola, deve ser inscrever-se nela como cartelizante, endereçando-lhe desde o primeiro momento, às suas elaborações de saber. (Alvarenga, 2002, p.6)

Os participantes das atividades oferecidas pela Delegação SC são, em uníssono, “Estudantes, estudantes, isso é muito. Estudante de psicologia, a maioria, que estão iniciando a sua formação. Esse é nosso público e não tem outro. Não tem outro” (Esposito, 12/06/03). Já os psicanalistas residentes em Florianópolis muito raramente participam de alguma atividade da Delegação.

Te digo, está muito dividido. Os que são anti-millerianos não pisam nem por... pode ser que alguns venham em alguns seminários, por exemplo, o seminário agora de sábado, pode ser que algum... meu amigo, mas são anti-millerianos e fica aquela coisa meio estranha, mas eles podem vir em algum evento, como aqueles seminários, mas eles são... não é nosso público. E tem os psicanalistas que têm a sua própria história, que não fazem relação com ninguém, não formam grupo. Então, os que já são psicanalistas... o que foi, foi. Na realidade, ou estão na Maiêutica, ou estão conosco ou estão soltos. Podem participar de algum evento da Maiêutica ou algum evento nosso, podem não participar de nenhum, têm muitos psicanalistas que não fazem laço com ninguém. A gente escuta falar mas não vê nunca, então, nosso público são os estudantes e isso sem dúvida, fundamentalmente. (Esposito, 12/06/03)

A instituição é procurada por estudantes, isto é, sujeitos em busca de sua formação como psicanalistas ou interessados na psicanálise. Porém, o que se destaca na citação anterior é a referência aos psicanalistas que “não fazem laço com ninguém”, que “estão soltos”.

Inserção nas instâncias do Campo Freudiano

A Delegação SC faz parte da Escola Brasileira de Psicanálise, a qual foi fundada em 30 de abril de 1995, no Rio de Janeiro, pela Associação Mundial de Psicanálise. Na Carta escrita por Jacques-Alain Miller aparece um pouco da história desta instituição e do longo período que antecede a sua fundação – 13 anos. Foi no final de agosto de 1994 que se decidiu pela fundação desta Escola. Ainda nesta Carta, Miller assinala uma dificuldade característica do Brasil:

A Escola francesa, a Escola venezuelana, a Escola argentina, são bem naturalmente Escolas unas, seu problema é acolher, até mesmo, suscitar em seu âmbito o múltiplo. O Brasil, pelo contrário, é múltiplo, e por sabermos disso é que começamos fundando as Seções da Escola antes mesmo de fundar a própria Escola. O Um da Escola é frágil e será bem-vindo tudo que venha

reforçá-lo com uma condição – que o Múltiplo o aceite de bom grado. (Miller, 2002, p. 126)

Após destacar a peculiaridade da Escola Brasileira, Miller assinala que embora tenha-se levado um longo período para fundar a Escola, esta

nasce sob os melhores auspícios; todas as fadas se inclinam junto a seu berço; ela tem os melhores estatutos possíveis; a AMP que levará bastante tempo até criar uma Escola comparável, zela pelos seus primeiros passos; no Brasil, há entusiasmo, e competência. Se vocês puderem distribuir convenientemente audácia e prudência, vocês tudo podem esperar. (Miller, 2002, p. 126)

Conforme o estatuto da AMP, são membros desta todos os membros das Escolas reconhecidas. Portanto, compartilham de uma orientação comum, embora as Escolas tenham autonomia institucional.

A Escola Brasileira de Psicanálise tem sede em São Paulo e abarca várias seções⁹⁰ e delegações que, em geral, também possuem uma sede e publicam um boletim. O objetivo desta Escola figura no artigo segundo de seu estatuto, em resumo: “(...) contribuir para restaurar a verdade da psicanálise, para transmitir o seu saber, para oferecê-la ao controle e ao debate científico, e para fundar, em conseqüência, a qualificação do psicanalista” (Escola Brasileira de Psicanálise, 2002, p.110). Este também é o objetivo das seções – autorizadas pelo conselho deliberativo a ter sede nas capitais dos estados – as quais tem por finalidade cumprir com os objetivos da Escola em sua região. Como todos os membros da Escola devem filiar-se à Seção ou Delegação do seu estado, no caso destas não existirem, a filiação poderá ser estabelecida com a Delegação Geral.

A EBP inclui cinco seções, quatro delegações estaduais e uma Delegação Geral (ver appendix). A Delegação Geral inclui psicanalistas de quatro estados diferentes, totalizando 19 membros. As seções, por sua vez, abarcam um número maior de membros, têm uma diretoria, um conselho e uma publicação. Já as delegações têm uma coordenação, ao invés de diretoria, e não têm conselho.

Para situar a Delegação SC e a Escola Brasileira nas instâncias do *Campo Freudiano*, é preciso retomar parte de sua história. Em 1964, mais precisamente em 21 de junho, Jacques Lacan propôs a formação de uma Escola em oposição à

⁹⁰ Conforme Artigo 67 do estatuto da EBP: “As primeiras seções da Escola são as seguintes: Seção Bahia, Seção Minas Gerais, Seção Paraná, Seção São Paulo, Seção Rio de Janeiro e Seção Internacional. Parágrafo único: As primeiras delegações da Escola são as seguintes: Delegação Geral e Delegação Sergipe” (Escola Brasileira de Psicanálise, 2002, p. 121).

tradicional sociedade que se sustentava no reconhecimento mútuo dos didatas. Ao estabelecer a Escola, convocou à reconquista do campo freudiano.

A Escola Brasileira de Psicanálise, conforme sua orientação, “participa da rede do Campo Freudiano; ela participa dos Encontros internacionais organizados pela Fundação do Campo Freudiano; ela é representada no seio do Comitê do Campo Freudiano; ela colabora com a Federação Internacional de Bibliotecas do Campo Freudiano” (Escola Brasileira de Psicanálise, 2002, p.121). O Campo freudiano, portanto, é a orientação geral que abarca as diversas Escolas. A Fundação do Campo Freudiano, cuja data inaugural é 12 de fevereiro de 1979, tem como “fin reunir en una red internacional los grupos dedicados al estudio, la difusión y la práctica del psicoanálisis, y que se refieren al ‘retomo a Freud’ promovido por Jacques Lacan” (<http://www.wapol.org/ff/home.htm>, disponível em agosto de 2003).

Tab. 9: As Escolas do Campo Freudiano

École de la Cause Freudienne	Paris
École Européenne de Psychanalyse	Paris
Escola Brasileira de Psicanálise	São Paulo
Escuela de la Orientación Lacaniana	Buenos Aires
Escuela Lacaniana de Psicoanálisis del Campo Freudiano	Barcelona
Nueva Escuela Lacaniana del Campo Freudiano – NEL (<i>em</i> Paris <i>formação</i>)	
Scuola Lacaniana de Psicoanalisi del Campo Freudiano (<i>em</i> Milão <i>formação</i>)	

Fonte: Anuário da EBP 2002

Há ainda outras instituições, com denominações distintas, que se encontram em diferentes países e também são orientadas pelo Campo Freudiano. Portanto, o campo confere uma orientação sobre a psicanálise que liga todas essas instituições espalhadas pelo mundo. Neste sentido, a metáfora da rede parece apropriada, pois cada instituição constitui um ponto que se interliga aos demais por uma orientação, mantendo, no entanto, a particularidade das instituições e, ao mesmo tempo, a unidade da rede.

A reconquista do campo freudiano foi proposta por Lacan ao fundar sua Escola⁹¹, a qual teve duração de 16 anos, dissolvendo-se em cinco de janeiro de 1980. Nos anos seguintes, outras Escolas constituíram-se com este mesmo objetivo. Até que em primeiro de fevereiro de 1992 foi assinado o Pacto de Paris por quatro escolas - Escola da Causa Freudiana (França, 1981), Escola do Campo Freudiano de Caracas (Venezuela, 1985), Escola Européia de Psicanálise do Campo Freudiano (França, 1990) e Escola de Orientação Lacaniana do Campo Freudiano (Euro-Argentina, 1992) – as quais aliaram-se rumo à *Associação Mundial de Psicanálise* que foi fundada por Jacques-Alain Miller.

No dia 3 de janeiro último [1992], em Buenos Aires, a fundação da Escola de Orientação Lacaniana, elevando para quatro o número de Escolas do Campo freudiano, abriu no mesmo instante o caminho para a criação da Associação Mundial de Psicanálise. Essa criação recebeu a aprovação imediata das quatro Escolas, o encontro foi marcado para o dia 1 de fevereiro em Paris, a fim de ser assinado o documento presente. (Basz, S., Chamorro, J., Clastres, G., Kizer, M., Laurent, E., Leguil, F., Miller, J-A. & Salinas-Rosés, J., 2002, p.99)

⁹¹ Qual o nome da Escola fundada por Lacan em 21 de junho de 1964? Esta foi uma pergunta que surpreendentemente se impôs no decorrer desta pesquisa. Todas as leituras anteriores à ida a campo indicavam que o nome desta era a École Freudienne de Paris (EFP). Esta informação foi obtida principalmente em textos sobre a história da Psicanálise e o dicionário de Psicanálise (Roudinesco e Plon, 1998). “Na verdade, Lacan abria o caminho a uma nova maneira de internacionalização do freudismo. Chamava *escola* o que o legitimismo chamava *associação*, e qualificava de *freudiana* o que, habitualmente, tinha a denominação de *psicanálise*” (Roudinesco, 1994, p.320). Contudo, à medida que se iniciaram as entrevistas e as leituras dos documentos da Escola Brasileira de Psicanálise, observou-se que a sigla da Escola – EFP – recebia uma outra leitura, qual seja, Escola Francesa de Psicanálise. No Ato de Fundação publicado no Anuário 2002 aparece: “Fundo – tão sozinho como sempre estive em minha relação com a causa psicanalítica – a Escola Francesa de Psicanálise, cuja direção assumirei pessoalmente nestes quatro anos vindouros, nada havendo presentemente que me impeça de tomar esta responsabilidade” (p.91). No entanto, neste mesmo texto, na seção do Preâmbulo às páginas 96 e 97, encontra-se: “Escola Freudiana de Paris – este título mantido em reserva no ato de fundação, bem anuncia as intenções de onde se procede, para quem se restringe a seus termos. (...) a Escola se declara, de começo, freudiana, (...) o fato é que a mensagem freudiana ultrapassa longe em sua radicalidade o uso dela feito pelos praticantes de obediência anglófona”. Não obstante, no mesmo anuário, é publicado o Pacto de Paris e neste tem-se: “No momento de fundar sua escola, a Escola Francesa de Psicanálise, no dia 21 de junho de 1964, Jacques Lacan lançava o apelo à “reconquista” do campo freudiano, destinada a recolocar a psicanálise em seu próprio caminho” (p.99). Diante dessa aparente incoerência de informações, a pergunta foi levada a um dos membros da Delegação SC que respondeu por e-mail da seguinte forma: “(...) em 21.06.64 foi fundada a Escola Francesa de Psicanálise, e alguns meses depois essa mesma escola é renomeada e passa a chamar-se Escola Freudiana de Paris, assim se consultas a ata de fundação terás o primeiro nome e se o material se refere a escola que esteve em funcionamento é o segundo nome” (Laureci Nunes). Este esclarecimento veio acompanhado de uma referência onde esta informação poderia ser conferida “Poderás consultar o que acabo de te informar em História da Psicanálise na França, v.II p. 392, da E. Roudinesco”. A consulta a este texto confirma a informação disponibilizada por Laureci Nunes: “Em 21 de junho de 1964, na residência de François Perrier, próximo à *Closerie des Lilas*, Lacan lê perante a multidão de seus discípulos o manifesto pelo qual funda, ‘só e tão-só

Deste modo, as quatro Escolas formaram a Associação Mundial de Psicanálise cuja existência foi declarada em Paris em sete de janeiro de 1992. Estas Escolas foram aceitas na AMP como membros institucionais. Em síntese, o objetivo desta instituição é promover a psicanálise, reunir as Escolas e incentivar a criação de outras.

No ano de 2000, por iniciativa de Ricardo Nepomiachi, o conselho da EOL instalou-se em Buenos Aires para realizar o projeto ao qual todos os membros da AMP deveriam subscrever para tornarem-se membros da Escola Una.

Com este fim, e neste começo de um novo século, os signatários membros da Associação Mundial se reconhecem como companheiros de uma mesma causa e declaram que se constituem como uma Escola Una.

Una, apesar da diversidade das línguas e das tradições culturais.

Una, malgrado as distâncias geográficas.

Una, no sentido contrário ao da tendência natural ao distanciamento, à diversidade, à fragmentação.

Una, mas sem o enfado que se vincula à homogeneidade do Um, pois plural e não-standard.

Escola que tem seus AEs, cujo passe é verificado pelo mesmo dispositivo que opera em cada uma das Escolas, segundo procedimentos homólogos.

Escolas que têm seus AME, praticantes que deram provas de formação suficiente e cuja nomeação deverá, em breve, encontrar um procedimento melhor definido. (Projeto de Declaração, 2002, p. 105)

Embora já houvesse a rede formada pela orientação do Campo Freudiano desde o início da década de 80 e uma Associação Mundial que congregava os psicanalistas desde o início dos anos 90, formou-se mais uma instância, agora denominada de *Escola Una*.

A Escola Uma, surge depois da crise [refere-se à crise de 1998]. A Escola Uma forma uma comissão que trata os temas que são fundamentais na Escola. (...) se pensar o Um o que quer dizer. (...) nesse caso estaríamos falando de Um que domina, de Um que diz o que temos que pensar. De Um ou de uma comissão, o que seja, mas a comissão é que decide que tem que pensar todo mundo igual. Quando se pensa o Um da Escola se pensa de forma um pouco diferente (...). O Um tem a ver com a orientação, não é o Um do unitário, do um no sentido

quanto sempre estive...’, a Escola Francesa de Psicanálise. Lacan não está só, e sua escola assumirá posteriormente o nome de Escola Freudiana de Paris” (Roudinesco, 1988, p.392).

numérico. Porque justamente uma característica da Escola é que existe lugar, espaço para o um por um. Na Escola o passe é um por um, no cartel os trabalhos são um por um e não tem o nós, não existe o nós. Cada um é responsável pelo seu ato. (...). Cada um sabe o que faz (...), é uma orientação, não é o Um do Universal, não tem o um do universal. A psicanálise critica esse critério do todo. (Esposito, 12/06/03)

A questão que restou foi o porquê da necessidade de mais uma forma de organização se já havia instituições nacionais e internacionais.

Porque são formas diferentes de poder teorizar as crises, de ter sua própria... cada crise é uma, e de cada crise se sai de forma diferente, se tem que criar instâncias diferentes. Entende, são formas de ler, as crises... essa última do ano de 98 que começou antes, mas em 98 que foi o Congresso de Barcelona, (...) foi o encontro na Espanha que estourou, mas já vinha de um tempinho. (Esposito, 12/06/03)

Tab. 10: Encontros Internacionais do Campo Freudiano & Congressos da AMP

Eventos	Ano	Lugar	Tema
IX Encontro Internacional	1996	Buenos Aires	Os poderes da palavra
I Congresso da AMP & X Encontro Internacional	1998	Barcelona	
II Congresso da AMP & XI Encontro Internacional	2000	Buenos Aires	A seção analítica, as lógicas da cura e o acontecimento imprevisto
III Congresso da AMP & XII Encontro Internacional	2002	Bruxelas-Paris	O efeito-de-formação em psicanálise A clínica da sexualização
I Encontro Americano das	2003	Buenos Aires	Os usos da Psicanálise

Encontro PIPOL (Europeu) ⁹²	2003	Paris	
IV Congresso da AMP	2004	Comandatuba/Bahia	A prática lacaniana: sem standard, mas não sem princípios

Fontes: Arquivos e Jornais da Delegação SC, entrevistas com Esposito, Boletim Eletrônico, sites das Escolas e AMP.

As crises pelas quais passam as instituições psicanalíticas, se por um lado as dissolvem, por outro, dão início a novas formas de enlace e a outras instituições. Ao resgatar a história das instituições psicanalíticas é possível visualizar esse movimento de constituição, crise institucional, dissolução ou desmembramento e constituição de novas instituições. Há um movimento de aproximação e distanciamento que se repete na história da psicanálise.

A presença da crise como mola propulsora da criação desta nova instância aparece também no anexo ao estatuto da AMP da Declaração da Escola Una de 24 de janeiro de 2000.

após oito anos ativos e laboriosos no seio da AMP; ao sair de uma crise atravessada e ultrapassada conjuntamente; e enquanto duas Escolas nacionais estão em gestação na Espanha e na Itália; chegou o momento de dar o passo seguinte: tratar-se-á da fundação do que já encontrou um nome, a Escola Una da AMP. (Declaração da Escola Una, 2002, p.104)

O Um tão enfatizado nesta Escola, remete à unificação do movimento lacaniano do Campo Freudiano, porém, distingue-se da totalidade.

Na época da globalização, na época do Um do Império, a categoria do Um é impraticável como continuidade da categoria totalidade. O Um não implica nenhuma totalização. (...) Essa disjunção entre unidade e totalidade não aparece, então, como um limite à reunificação, mas como sua direção de fundo. Precisamente porque é possível pensar o Um separado da totalidade, torna-se factível uma reunificação do movimento psicanalítico que não implique um novo regime institucional. O espírito da Escola Una visa realizar

⁹² “Como foi anunciado, ao final do Encontro de julho, o próximo Encontro será em 2003. Ele será duplo: Encontro na América Latina, por um lado, e na Europa, por outro. Este último acontecerá no dias 14 e 15 de junho de 2003 em Paris, no Palais des Congrès. Ele se inscreve no contexto do PIPOL (Programa Internacional de pesquisas sobre a Psicanálise de Orientação Lacaniana) (http://www.ilimit.com/XIIEncuentro/Pt/marco_n.htm, disponível em agosto de 2003). Outras informações podem ser encontradas em www.ri2003.champfrenudian.org.

um tratamento dos localismos, capaz de exercer sobre eles um efeito de aspiração para o Um. (www.wapol.org/escuelauna, disponível em agosto de 2003)⁹³

A palavra *um* é freqüente no discurso da Escola, seja em seus estatutos, textos dos membros ou na fala de Esposito. Este *um* remete a uma orientação comum que mantém uma unidade entre as diferentes instituições, mas que não elimina o *um por um* de cada instituição, ou seja, sua particularidade. O *um* na Escola é polissêmico: por um lado remete à unificação a partir de uma mesma orientação – “companheiros de uma mesma causa” e, neste sentido, opõe-se à fragmentação e ao distanciamento. Por outro lado, o *um por um* remete à pluralidade, à particularidade das pessoas que fazem parte das instituições e das próprias instituições. O Campo Freudiano, a AMP e a Escola Una sedimentam uma orientação na Psicanálise e esta orientação indica o *um por um* na Escola, a não totalidade, a não homogeneidade e a não universalização das regras.

Os encontros do Campo Freudiano e o *affectio societatis*

A congregação de psicanalistas é algo que se destaca no âmbito nacional e internacional. Há anualmente os encontros brasileiros do Campo freudiano do qual participam as instituições ligadas à Escola. Até o ano de 2004 já se realizaram quatorze encontros, o que significa que estes precedem a própria criação da Escola Brasileira em 1995.⁹⁴

Tab. 11: Encontros Brasileiros do Campo Freudiano

Encontro	Ano	Lugar	Presidente	Tema & pré-encontros
s				
I	1987	Curitiba		A clínica em Lacan: a direção da cura

⁹³ Comitê de Ação da Escola Una: Lucía D'Angelo (Barcelona), Luis Erneta (Buenos Aires), Leda Guimarães (Salvador-Bahia), Jean Pierre Klotz (Bordeaux), Ronald Portillo (Caracas), Massimo Recalcati (Bologna), Paulo Siqueira (Paris), Mauricio Tarrab (Buenos Aires) e Pierre Théves (Paris).

⁹⁴ A história do Campo Freudiano no Brasil, anterior a criação da EBP, não foi possível recuperar neste trabalho. Um *e-mail* enviado por Angelina Harari a um dos membros da Delegação afirma que houve quatro encontros antes da fundação da EBP: em Curitiba no ano de 1987, em 1989 em São Paulo, em 1991 na Bahia e em 1993 em Minas Gerais. Além disto, houve vários fóruns Iniciativa-Escola. Através de uma busca na *internet* conseguiu-se informações sobre alguns encontros brasileiros que aconteceram entre 1987 e 1998 (www.institutopsicanalise-mg.com.br/encontros_brasileiros.htm, disponível em junho de 2004).

II	1989	São Paulo		A ética da Psicanálise: suas incidências clínicas
III	1991	Salvador		O que pode um analista?
IV	1993	Belo Horizonte		Demanda e desejo na entrada em análise
V	1995	Rio de Janeiro		A imagem rainha, as formas do imaginário nas estruturas clínicas e na prática psicanalítica
VI	1996	Curitiba		Como se interpreta hoje?
VII	1997	São Paulo		As novas formas do sintoma – clínica – ciência – sociedade
VIII	1998	Salvador		Rumo ao âmago da cura psicanalítica
IX	1999	Belo Horizonte	Celso Rennó Lima	As palavras e os corpos
X	2000	Rio de Janeiro	Romildo do Rêgo Barros	Os circuitos do desejo na vida e na análise
XI	2001	São Paulo	Maria do Carmo Dias Batista	Mais forte que eu – o real, a letra e o novo amor
XII	2002	Salvador	Mário Almeida	A psicanálise como ela é na terapêutica Pré-encontro: Efeitos-de-formação em Psicanálise
XIII	2003	Belo Horizonte	Romildo do Rêgo Barros	A prática lacaniana nas instituições Pré-encontro dos membros da EBP e AMP: o standard lacaniano
XIV	2004	Rio de Janeiro	Bernardino Horne	Fazer análise: porque, quando e como. Indicações e contra-indicações da prática analítica.

Fontes: Jornais e Boletins da Delegação SC, entrevistas com Esposito,
www.institutopsicanalise-mg.com.br/encontros_brasileiros.htm

Entre os anos de 1987 e 1993 realizaram-se os encontros que antecederam a criação da EBP, o que se deu em 1995 no encontro do Rio de Janeiro. Até esta data os encontros eram bianuais, posteriormente passaram a acontecer todos os anos.

Além destes, há também os encontros internacionais do Campo Freudiano. Estes são temáticos, assim é divulgado o tema em foco naquele ano e todas as Escolas produzem algum material sobre o tema.

Sempre se pede que se estude um tema e todas as Escolas... vai ser o tema que se discute no próximo encontro. Então, todo mundo, do mundo inteiro está discutindo o mesmo tema. Então, via internet aparece material de todo mundo, o que se está pensando na Espanha ou na Itália. (...) Essa parte é muito legal,

muito legal. Porque você já vai com um trabalho feito, o importante... não é ir a um Congresso, escutar, sei lá, como se organizam os congressos. O Internacional, por exemplo, a cada dois anos, então se discute, se vai com algo já elaborado. Então é interessante. (Esposito, 04/02/03)

Os temas são escolhidos pelos conselhos das Escolas. No caso do encontro internacional é o conselho da AMP que o propõe, já no encontro brasileiro é o conselho da EBP. No entanto há uma certa sintonia entre os temas dos encontros e, desta forma, a cada encontro vão se preparando para o encontro internacional.

Além dos encontros nacionais e internacionais, há também os congressos da AMP. Estes, por sua vez, são restritos a seus membros.

Congresso é só para membros. Eu, por exemplo, quando é congresso não posso entrar. Então, tem congresso onde se trata certos temas da Escola e também tem o congresso onde se faz assembléia para escolher alguém. Eu não voto, sou aderente. Só membro que... Em algum momento poderia ir, mas agora não. (...) pré-encontro era o pré-encontro do Congresso em Buenos Aires então nós não participamos desse pré-encontro. (Esposito, 12/06/04)

No período entre 1998 e 2002, os Encontros Internacionais do Campo Freudiano coincidiram com os Congressos da AMP, porém, em 2003 houve uma alteração nesta organização e estes passam a acontecer da seguinte forma:

Os Encontros do Campo Freudiano passam a acontecer separados do Congresso de membros. Os Encontros, em anos ímpares, ocorrerão separadamente entre as Escolas do continente americano e as do europeu; os Congressos, que passarão a ocorrer nos anos pares se alternarão entre a Europa e a América, sendo o próximo em 2004 no Brasil. (L. Nunes, 2003)

Na convocação do Primeiro Encontro Americano⁹⁵ aparece, além das Escolas Brasileiras e Argentinas, um novo grupo:

(...) fundaram justamente uma espécie de equivalente da Delegação Geral fizeram para o resto da América, porque tem grupos na Bolívia, na Venezuela, em Cuba, na Colômbia, mas são grupos pequenos que ainda não são Escolas tal. Então se juntam, todos esses se formaram no mesmo [NEL]. (...) Isso foi fundado bem agora, recente. (Esposito, 04/02/03)

⁹⁵ O encontro americano foi organizado pela NEL e as Escolas Brasileira e Argentina, respectivamente representadas por María Hortensia Cárdenas, Angelina Harari e Flory Kruger. Este aconteceu em Buenos Aires em setembro de 2003.

Pré-encontros, encontros nacionais e internacionais e, ainda, congressos. Tantas formas de estar junto com outros em torno da psicanálise justifica a expressão recorrente nos jornais da Delegação *Affectio Societatis*. Estas palavras vêm do latim e significam afeto social ou associativo e sua aparição nos estatutos da Escola e da seção devem-se a uma situação vivida no Brasil.

Foi no momento em que discutíamos os estatutos da Sociedade Psicanalítica de São Paulo com Jorge Forbes e havia a necessidade de especificar que os membros deveriam conduzir-se bem uns com os outros. Deveriam poder se sentar, por exemplo, um ao lado do outro sem tentar lhe roubar a cadeira; se comportar como bons vizinhos que, nas assembléias, em vez de ‘você está dizendo besteira’ diriam ‘eu discordo em parte com você’.

Discutíamos isso com Jorge Forbes na presença de seu irmão mais velho, o advogado Carlos Forbes, que nos ajudava na questão estatutária, quando este disse: ‘são dois analistas buscando uma palavra; mas esta palavra existe, há uma maneira simples de dizer tudo isso: os membros devem respeitar o ‘*affectio societatis*’. Parecia que toda essa coisa misteriosa, difícil de dizer, poderia ser dita com um quase matema em latim. (Miller, 1997, p. 551)

A psicanálise faz-se, em muitos momentos, só. O analisando está só no momento de sua análise, diferentemente de algumas psicoterapias que trabalham em grupo ou com casais; da mesma forma, o analista está só no momento do seu ato, embora faça sua supervisão; também aquele que ensina no espaço da Escola o faz só, daí dizer que ‘cada um ensina à sua conta e risco’. “Devemos, portanto, proteger a vertente da solidão: a solidão do paciente, a do analista, a do ensinante (*sic*), mas também, por outro lado, a dignidade do que fazemos juntos” (Miller, 1997, p.553). Juntos fazem-se as bibliotecas, as publicações, os estatutos, juntos, reúnem-se as solidões, discute-se com o outro. As associações têm regras que servem a todos mas estas não são suficientes para organizar e mover a própria associação. O *affectio societatis* é a reunião de sujeitos que querem a mesma coisa, ou em outras palavras, que se reúnem em uma Escola que “nada mais é que um instrumento para a psicanálise” (Miller, 1997, p. 558). Neste sentido, embora existam diferentes laços entre as pessoas que compõem as instituições, a transferência tem que ser com a obra de Freud e Lacan.

(...) não se pode evitar o enamoramento, os ódios, as paixões, fazem parte mas será que nós como psicanalista vamos organizar instituições apesar do que a gente sabe? Essa que é a grande questão. Se 100 anos de psicanálise criaram

um corpo de saber, pois algo a gente sabe e sabemos que uma instituição ligada neste tipo de relação tem vida curta, modernamente. Então a pergunta é essa: vamos repetir? Serve de alguma coisa? Tem algo a ver com a nossa vida ou nós nos analisamos e depois na vida cotidiana fazemos como qualquer outro. Não que nós nos colocamos em um lugar diferente mas algo aprendemos, como criar um laço diferente. (...) Lacan se pergunta tudo isso, mas as instituições são todas iguais? O que nos diferencia? O que nosso saber pode tentar fazer diferente? Então, tudo isto que você viu - o cartel, o passe - é uma tentativa de fazer algo diferente. Tentativa, não tem garantia (...) Então, isto que aparece como caótico, tem tantas coisas, porque justamente obedece a razões diferentes, se superpõe. Não tem essa história da instituição com a comissão, com o conselho que se decide. É um pouco mais caótico e cada um vai encontrar seu lugar porque tem a ver com essas diferentes transferências, se você pode... ah! eu vou organizar um grupo e.. você pode! Ninguém te diz nada, se juntou pessoas, tá certo, não tem ninguém que te diga, dentro da orientação, é claro. (...) Dentro da orientação geral tem essa flexibilidade, não é que todo mundo tem que pensar igual e ser igual ao mestre... (Esposito, 27/11/03)

O *Um* da Escola é a sua orientação que se sustenta sobre o particular. Deste modo, o *Um* contempla o múltiplo, os dispositivos, os diversos encontros, formas variadas de se reunir em torno da psicanálise. É este múltiplo que em alguns momentos aparece como caótico - criação de diversas formas de aproximação entre as instituições. O *Um* da Escola não se relaciona com uma pessoa, tampouco significa que todos devem pensar do mesmo modo. A orientação é uma só, mas esta suporta a particularidade do um por um.

O que é veementemente destacado é que em uma instituição há uma orientação comum, porém, as pessoas não têm que pensar igual, igual ao *Um* - o mestre que sabe. Isso seria uma instituição segregativa que se sustenta sobre um saber ao modo da igreja católica em que se sabe o que é o certo e o errado e se tem um modelo de vida.

Então é neste sentido que se diz que a transferência na Escola é com a obra de Lacan, de Freud, não é com as pessoas. Não é modelo de vida. Na religião se vai com fulaninho que é modelo de vida, nós teríamos que fazer igual porque tem um saber como viver, como virar santo. Os santos são modelos de vida e nós teríamos que fazer o mais parecido possível pois se sabe como ser santo, mas isso é da ordem do ser: como ser santo, então, teríamos que fazer igual.

Então se ele come tal coisa temos que comer tal outra... fazer tudo o que ele faz. Você vê que nas congregações todos se vestem igual, todos com o mesmo sapato, porque tem essa identificação do ser. Muitas vezes se faz piada porque durante uma boa época da Sociedade Psicanalítica Internacional todos tinham que ter o mesmo consultório que teria que ser neutro, usar a mesma roupa, tentava-se que o enquadre fosse tudo igual, tinha que ser o mais neutro possível para evitar uma mudança que pudesse perturbar (...) mas, justamente, a dinâmica do affecto societatis é importante que possa ir além: 'odeio fulaninho, briguei com a psicanálise' (...). Por isso é a obra, o que nos orienta é a obra de Freud e Lacan, é algo que se separa deles, é algo que eles deram e que vai além deles. Como falamos, os dois morreram mas o que quiseram dizer, como se interpreta (...) neste sentido que o significante vai além da vida deles. (Esposito, 27/11/03)

Se em sociedades profissionais a reunião de sujeitos faz-se pela identificação com o *ser profissional*, na instituição psicanalítica é justamente este não saber que gera saber, pois este lugar vazio produz desejo - desejo de saber - e é neste desejo que aparece o sujeito. Neste sentido, a organização da instituição dá-se em torno de dispositivos que questionam o sujeito, que não o deixam passar ileso. Apesar de centrar-se a todo o tempo no sujeito e sinalizar a solidão desta posição, o *affectio societatis* destaca a causa comum que perpassa a instituição psicanalítica. O *affectio societatis* diz da reunião de sujeitos que advertidos sobre os efeitos de grupo, reúnem-se em instituições para transmitir a psicanálise.

A formação psicanalítica

O ponto fundamental da formação psicanalítica na perspectiva da Delegação Santa Catarina está na não existência de um percurso preestabelecido e de um perfil/modelo a ser alcançado.

A formação do psicanalista não tem nada a ver com a formação universitária, nesse sentido, que coloca distante os universitários na medida em que alguém decide o que o aluno tem que saber para chegar a ser um profissional. Está definido de antemão qual é o percurso que ele tem que fazer, é uma formação que tem em conta algo que é externo ao aluno e, neste sentido, digamos, a formação na Escola é uma formação que não tem um sentido único, (...) ninguém decide de fora como vai ser a formação e cada um decide como é a sua formação. Cada um pesquisa e é movido, diríamos, é impulsionado para

um saber x pelo seu próprio desejo, pelas suas próprias perguntas, pelos seus próprios questionamentos, que tanto pode vir de um estudo teórico quanto da sua própria análise, digamos, (...) o que se estuda evidentemente tem muito a ver com cada um. Então, a formação na Escola, (...) o que se busca é (...) esse um por um que é a formação particular. Neste sentido, não tem data, (...) não tem um percurso, uma evolução, na realidade é uma formação permanente, nunca termina. (Esposito, 04/02/03)

Enfaticamente aparece a formação do psicanalista como particular pois movida pelo desejo do sujeito. “(...) do ponto de vista da Escola pode ser psicanalista qualquer um. Se uma dona de casa vir aqui e falar que quer fazer a formação, faz. Não tem nenhum requisito anterior” (Esposito, 04/02/03). Mesmo o tripé não é visto como um requisito de formação, como algo que seja obrigatório, uma vez que não há punições se a pessoa não o realiza.

o lugar da psicanálise é diferenciado, porque [é] a única que não se dá numa faculdade e onde a formação é totalmente diferente. Como regulamentar isso? Como regulamentar uma análise? Teria que virar obrigatório? Não tem como! Para ser psicanalista teria que ser obrigatório a análise, não tem isso. Impossível, você se analisa se deseja. (Esposito, 27/11/03)

Assim como a organização da instituição, a formação do psicanalista tem “um princípio geral, mas sempre pensando que a experiência é do particular” (Esposito, 04/02/03). Qualquer percurso normativo de formação que procure dar conta daquilo que é necessário para que alguém *se torne analista*, desconsidera a questão fundamental, o desejo do sujeito. Porém, esta posição também não se vê livre de críticas pelos próprios psicanalistas e algumas de suas instituições tradicionais que a consideram vaga demais. “Como não tem nada de (...) rígido, eles dizem que cada um faz o que quer e está se falando que é pouco séria” (Esposito, 04/02/03).

Essas diferentes concepções acerca da formação do analista reverberam desde 1960, momento em que Lacan foi expulso da IPA e o ponto central de discordância estava justamente na forma distinta como concebia a formação. O jornal da DG/SC traz em seu editorial de março de 2002 essa diferença de concepção da instituição psicanalítica tradicional.

A discordância de Lacan às formações existentes era devida ao fato de que estas estavam calcadas num modelo, num ideal; instituíam a figura de um mestre – o analista didata, e burocratizavam o que entendiam como necessário

à nomeação de um analista. Lacan centra sua Escola no dispositivo do Passe. É através dele que torna possível a verificação se uma análise foi concluída. É aquele que passou de analisante à analista que pode ensinar, demonstrar logicamente o saber obtido, em sua análise (...). O analista, para Lacan, é produto de uma análise, que se desvela a partir do ato analítico, que é verificável, sendo seu advento o desejo do analista. (L. Nunes, 2002, p. 1)

Eis aí a diferença entre uma proposta e outra de formação. Em uma delas há um caminho a ser percorrido para que se chegue, ao final, àquele lugar aspirado e buscado desde o começo. Como se sabe aonde chegar, é possível traçar - normatizar - o caminho. A própria palavra *formação* corrobora com esta idéia uma vez que tem entre seus significados “ato, efeito ou modo de formar. 2. Constituição, caráter. 3. Maneira porque se constitui uma mentalidade, um caráter ou um conhecimento profissional” (Ferreira, 1997, p. 800) e, mais do que isto, *formado*, tem como significados “que recebeu forma, modelado. 2. Feito, constituído” (Ferreira, 1997, p. 800). A idéia de uma formação traz explícita a modelação, ou seja, conformar o sujeito a um modelo - uma imagem ideal a ser reproduzida. Tudo isto se afasta sobremaneira da concepção de formação psicanalítica adotada pela Delegação Santa Catarina, em consonância com a orientação do Campo Freudiano.

Na perspectiva apresentada pela Delegação SC, o caminho não é sabido previamente pois depende de cada um que deseja percorrê-lo. “(...) sabemos que não existe *uma* formação e que cada um é convocado a inventar a sua” (Esposito, 2002, p. 1). A garantia de quem percorre um caminho previamente conhecido está em segui-lo adequadamente, em outras palavras, se o caminho foi bem orientado e o caminhante seguiu as normas, o objetivo será atingido. Já na segunda concepção, a garantia só poderá ser encontrada naquele que movido por seu desejo se propôs a construir uma trilha, incerta e sobre a qual só se saberá *a posteriori*. Há muitas maneiras de se entrar na psicanálise, por isto, torna-se impossível regulamentar *uma* forma apenas. Pelo contrário, o que caracteriza a formação psicanalítica é justamente o que ela tem de particular e o que é possível dela transmitir.

Por não ter este ponto de chegada a partir do qual se estabelece uma garantia definitiva, a formação do psicanalista não tem fim. “Tudo que você queira pesquisar, saber ou o que leia, forma parte” (Esposito, 12/06/03). Além disto, cada um é responsável por sua formação. “Você fez o passe, mas o passe não

quer dizer que alguém diz: ela é psicanalista e nós colocamos a mão no fogo por ela. Não tem isso, ninguém pode colocar a mão no fogo por ninguém” (Esposito, 12/06/03). A implicação do sujeito, portanto, é muito mais evidente em uma formação que não tem um modelo, pois é o seu desejo que garante a sua formação e seu ato.

Esta concepção da formação psicanalítica está presente desde a constituição da Escola por Lacan. Pois está “longe de sugerir um grupo segregativo, onde o ser analista diria de um atributo, é uma comunidade que parte justamente da falta de um saber unificador, absoluto (...)” (Goulart, 1999, p.1), inclusive, sobre o que é um analista. A Escola é um lugar em que se discute o que é um analista, ela não se define por sabê-lo, mas antes, como diz Miller, ‘pela inquietude de chegar a sabê-lo’. Uma inquietude que toma a forma de aposta no dispositivo do passe, um dispositivo onde cada analista, um por um, poderá dar testemunho singular do que passou em sua própria análise e que o levou a autorizar-se por si mesmo. (Goulart, 1999, p.1)

Autorizar-se como psicanalista nada tem a ver com a identificação a alguns atributos, os quais o descreveriam e seriam unificadores de um grupo. Por esta razão, algumas normas criadas pela Associação Psicanalítica Internacional foram extremamente criticadas, pois o rigor do enquadre e das normas técnicas visavam garantir a identidade do analista.

No que se diferencia [uma instituição psicanalítica de] uma sociedade de médicos, de advogados? (...) Se supõe que se sabe o que é um advogado, para que existe, para que está, só legisla o que deve ser feito ou não feito e o reconhecimento está dado por um lado pelo diploma e pelo reconhecimento na identificação, porque se supõe que se sabe o que é um advogado. Ninguém se questiona, seria ridículo pensar que em uma reunião de advogados alguém se pergunte: o que é um advogado? Seria ridículo, todo mundo riria. Ah! imagina, tem ali no estatuto do advogado (...). (Esposito, 27/11/03)

Na psicanálise, porém, não existe essa identificação do ser analista. A instituição se organiza em torno deste lugar vazio.

Tem esse lugar vazio, ninguém pode ocupar esse lugar, o lugar do que é um psicanalista. Ninguém sabe o que é um psicanalista, porque fundamentalmente tem a ver com um estilo. Porque o que seria, que qualidades, a gente teria que ser honrado, passaria por aí? Teria que ser flexível? Encher dessas palavras vazias? Inteligente? O que se poderia dizer? que

características poderia ter um psicanalista, é tudo blá-blá-blá. Então tem essas duas coisas, a transferência dentre os membros e a transferência com a obra de Lacan e de Freud e tem esse lugar vazio de saber o que é um psicanalista, por isso que se pede a cada psicanalista que queira contar como foi seu processo, mas o processo é individual, como que lidou com seu sintoma, isso é da ordem do particular. (Esposito, 27/11/03)

A Escola não se constitui para formar analistas a partir de algo já sabido, mas para discutir sobre a produção de um analista como consequência de sua análise. Daí o lugar do passe, lugar de transmissão do que se deu nesta análise e possibilitou a autorização do analista. Embora o dispositivo do passe seja central na organização da Escola, esta também abarca outros procedimentos que atuam na produção de um analista, entre eles, o trabalho de cartel: “onde o ponto que interroga cada um pode ser articulado ao tema comum dos seus integrantes e transmitido sob a forma de uma produção particular que se dispõe ao debate” (Goulart, 1999, p.1).

Cartel: coluna vertebral da formação

O cartel rompe com a formação dirigida por alguém: são quatro pessoas que escolhem uma outra, que pode ser qualquer pessoa, em razão de um tema. O mais-um é distinto em relação aos demais membros do cartel e sua função é justamente “favorecer o andamento do cartel” (Esposito, 04/02/03). O mais-um procura driblar o efeito grupal de colocar o líder no lugar daquele que sabe.

Por isso que o mais-um não dá aula, ele não está ali para dar aula, para ensinar, para explicar, claro que ele sempre diz alguma coisa, mas dirá como qualquer outro. (...) se ele sabe alguma coisa, falará. Mas não é a posição de quem sabe mais. Então, por isso que é a coluna vertebral, tanto para se formar, para estudar um tema, como para fazer o passe, a estrutura é de cartel. (Esposito, 04/02/03)

A centralidade do cartel na formação do psicanalista aparece também no jornal trimestral publicado pela Delegação, o qual traz uma seção denominada *O Cartel e a Escola*. Mesmo quando esta seção não está presente no jornal, há informes sobre os cartéis em andamento, convite à constituição de novos ou textos teóricos que discutem o lugar do cartel na formação do analista e na produção do saber psicanalítico. Além disto, a Delegação convidou os leitores de seus

jornais a participar de: reuniões de estudo sobre a fundamentação teórica do cartel, discussão deste dispositivo e jornadas de dissolução.

No primeiro jornal publicado pela Delegação em junho de 1999 apresenta-se que o cartel foi instituído junto com a fundação da Escola Freudiana de Paris e que o único pré-requisito para ser membro de um cartel é que o sujeito tenha uma indagação dirigida à psicanálise – sua teoria e prática.

Ser membro de um cartel não implica, necessariamente, em ser membro da instituição e nem tampouco fazer qualquer tipo de pagamento a esta. O que vincula o cartel à escola é a sua inscrição, tendo essa última a função de acolher as indagações de seus membros e favorecer a divulgação do saber que por essa via foi produzido. (1999, p.3)

O cartel é o lugar da indagação, da não acomodação ao saber já constituído. “Que o cartel seja definido por Lacan como órgão de base da Escola, não é simplesmente para que se torne um bordão ou um ícone a partir do qual todos o reconheçam como tal”. “Ao cartel”, continua o autor, “foi delegada a função de transmissão da psicanálise. Ao cartel não foi delegado nenhum saber suposto” (Soares, 2000, p.5).

Por que propor àqueles que se dirigem à instituição buscando uma formação em psicanálise, a elaboração de um trabalho de cartel?, pergunta L. Nunes (2000). “À primeira vista parece que seria mais prudente dirigir essa demanda somente a um curso, a um estudo ou à assistência de seminários” (p.3). Embora possa parecer paradoxal esperar um trabalho daquele que veio pedir uma formação, é este o lugar da Escola: mobilizar o sujeito para uma produção e não oferecer um caminho preestabelecido.

O cartel e o passe são os dois pilares da Escola proposta por Lacan e tanto no cartel como na análise há uma demanda dirigida a alguém. Uma das diferenças está na forma como esta é recebida. O analista, a princípio, é revestido de um saber sobre o sujeito e “conduzirá a análise aceitando, de início, que ela se dê a partir desse erro inaugural” (L. Nunes, 2000, p.4). Já no cartel, desde o início, essa demanda deve cair no vazio. Mesmo o mais-um não deve ser tomado como sujeito suposto saber pois o que faz o cartel trabalhar, o que o move é o desejo de saber a partir do ponto de não saber. “O mais-um deve conseguir não ser cooptado pela ilusão de grupo, estando no cartel, unicamente, para descompletá-lo quebrando a ilusão do entendimento mútuo, deslocando a lógica do todo e da exceção para a do não-todo” (p.4). O que está em jogo no cartel não é a

transmissão do saber mas do desejo de saber. “Como cartel ou como análise, pode-se nominar qualquer coisa, há que esperar seus efeitos para saber do que aí se trata, além da burocracia” (p.5).

Ao abordar o cartel, em geral, os autores mencionam também a análise, pois o que está em questão tanto em um como em outro é a interrogação do sujeito movido pelo desejo de saber e confrontado com a impossibilidade de um outro que seja portador de um saber completo, totalizante. O dispositivo do cartel é destacado não pelo estudo que os membros fazem do seu tema de interesse, mas por aquilo que se interrogam por meio da psicanálise.

Nos textos que teorizam sobre o cartel é enfatizado também que Freud construiu a psicanálise pois atentou para aquilo que era desprezado – chistes, sonhos, lapsos.

Ele extraiu disso tudo um saber, encontrou uma lógica. (...) O melhor, o mais importante de Freud, foi dar importância a esse sem sentido e encontrar similaridade entre esses fenômenos. E o dar sentido foi procurar um saber, e atribuir que ele não estava do seu lado, mas do lado de seus pacientes que falavam. (Valerim, 2000, p.5)

No cartel há o mais-um mas o seu lugar não é o de sujeito suposto saber e sim o de manter a inquietação pelo saber e não apaziguar os questionamentos. Alvarenga (2002, p.5), em referência a Miller, descreve o mais-um como um agente provocador que tem como efeito a elaboração do saber. O mais-um possibilita que os “membros do cartel trabalhem a partir de suas insígnias, de seus traços próprios, colocados a serviço da produção do saber. (...) O mais-um descompleta o cartel, levando cada membro a trabalhar a partir daquilo que lhe faz questão” (p.5). A ênfase, portanto, recai sobre o sujeito mais do que sobre o estudo de um tema.

Trata-se de que, para aprender, há que se saber fazer perguntas. É sobre essa base que se apoia o trabalho num cartel: sobre perguntas muito singulares, i.e., sobre as questões que a cada um de nós a Psicanálise coloca. É isso: o ponto de partida de um trabalho num cartel é o próprio sujeito interrogado pela Psicanálise. (Reymundo, 2002, p.2)

O traço comum da questão de cada sujeito é que faz laço entre os integrantes de um cartel. Este “torna-se então a maneira privilegiada de elaboração de saber na Escola, na medida em que os cartéis do passe devem ser a experiência das análises e expô-las aos membros da Escola” (Alvarenga, 2002, p.5).

O testemunho do analista e do praticante

O passe tem um lugar de destaque na Escola já que é por meio deste dispositivo que se entra como membro – passe de entrada - ou AE – passe de final de análise. Esta forma de entrada na Escola é reiterada nas várias edições dos jornais da Delegação. No editorial de uma publicação encontra-se: “Uma Escola se constrói assim, um por um (...). O fato de uma organização coletiva não anula o um por um da solidão subjetiva, quando o que está em causa é o desejo” (Goulart, 2001, p.1). O que transparece nas entrevistas de Esposito e nas publicações da instituição é que esta se organiza a partir da concepção do final de análise, o que é testemunhado no passe. Isto implica “um modo inédito de organizar a nossa comunidade, um modo inédito de trabalhar, na junção do ensino, do que ele é fundamento epistêmico, direção, com o desejo particular que causa o sujeito” (Esposito, 2001, p.1).

O que é o passe? É uma forma, justamente, tem uma passagem, tem um passe aí que seria o final de análise⁹⁶. O que é essa experiência? Conta... de como foi essa experiência. Esse resto tem a ver com uma questão que Lacan levanta, digamos, quando relaciona o que se chamou durante muito tempo a cura, que a cura é algo que ficava restrito ao analista e ao paciente. Antes falava “Eu tive alta”, mas não se sabia muito bem o que era essa alta, você estava curado de algo mas não se sabia muito bem o que é. É claro que tínhamos alguns parâmetros, mas alguma coisa é que se diga, outra é... que o fato propriamente dito, o final de análise fica restrito ao âmbito do privado. Então, Lacan disse se o tema da cura é um tema... para ser pensado, digamos, o que seria melhor do que quem fez essa experiência relate, diga, como foi essa experiência e nos ensine o que se trata essa cura, não é. E poderá a partir dos depoimentos das pessoas que fizeram essa passagem.. é... poder pensar sobre essa experiência relatada. Então, digamos, pensando nessa problemática é que a Escola se organiza em volta do depoimento daqueles que passaram por essa experiência de análise. (Esposito, 04/02/03)

⁹⁶ Na terceira entrevista é resgatada a questão do passe em relação ao final de análise. Embora esta passagem se dê após o final de análise, não há qualquer relação direta entre esses dois momentos: “(...) são coisas bem diferentes. Uma coisa é o final de análise, outra o passe. Você pode fazer o passe se quiser mas não necessariamente, pode passar anos do final de análise, que você terminou sua análise, para fazer o passe” (Esposito, 27/11/03). Nem mesmo para os membros da Escola é obrigatório fazer o passe de final de análise.

Tendo realizado o passe de final de análise, o sujeito torna-se um Analista da Escola o qual tem a função de pensá-la. É fortemente destacado que o saber produzido na clínica psicanalítica deve nortear a organização da Escola.

que tipo de instituição os psicanalistas podemos formar? Como usar isto, o saber que a psicanálise nos dá, a experiência clínica da análise, como usar isso fora do consultório? Como congrega-se? (...) nós psicanalistas vamos formar uma associação de classe? Vamos formar uma instituição como qualquer outra? Que característica teria que ter uma instituição formada por psicanalistas? (Esposito, 04/02/03)

Estas questões trazem à tona que tanto a formação quanto a instituição psicanalítica não se sustentam em outra coisa que não o saber oriundo da análise de cada um. Ou seja, o princípio norteador da instituição não pode ser a defesa dos direitos e garantia dos deveres profissionais, como o é em uma associação de classe. Também não pode sustentar-se sobre normas que garantam uma identidade do grupo como o enquadre, crítica esta remetida às sociedades psicanalíticas ipeístas. O que sustenta uma instituição psicanalítica é o saber particular, produzido na análise de cada um e o esforço de transmiti-lo ao coletivo, principalmente através do dispositivo do passe. É em torno deste saber que a instituição se organiza e que a psicanálise faz seus avanços. Não se trata da reprodução de um conhecimento teórico, mas da produção de um saber a partir das questões que mobilizam o sujeito. “O saber que interessa à psicanálise é o saber fruto de uma experiência particular e não o saber como erudição” (L. Nunes, 2004, p. 3).

(...) que saber é este que se consegue a partir da análise que não seja um saber exatamente teórico. Sabemos que o saber teórico não adianta para resolver os sintomas. A grande questão de Freud, não é. Então, o saber não é um saber intelectual (...) que saber o analista tem de sua própria análise que possa, justamente, formar parte dessa formação. (Esposito, 04/02/03)

Enfim, o saber adquirido na análise norteia a própria instituição, uma vez que ela não é reprodutora de um saber já instituído, mas mobilizadora do desejo que gera saber. Esta é a forma de alimentar a psicanálise a partir da experiência analítica. Embora o dispositivo do passe marque essa passagem de analisando à analista, não se pode considerá-lo como uma regulamentação, no sentido que só se é analista após o final de análise ou ainda após o relato desta experiência. “Tem alguns que estão em análise, não necessariamente [terminaram sua análise],

não é uma regulamentação: ‘tem que terminar a análise para começar a fazer a sua experiência’. Não é uma regulação, porque não é um exame (...) (Esposito, 27/11/03).

Por outro lado, a idéia de passagem e do relato pode levar a pensar que deste momento em diante o sujeito está pronto, a partir de então, *torna-se* analista. Neste caso, cair-se-ia no estatuto do ser - *ser analista* – e tudo o mais sobre o qual se discorreu pareceria infundado: a formação permanente, a não existência de atributos definidores, a inexistência de uma identidade, o lugar vazio do analista. Neste sentido, Esposito afirma:

não tem como ser, ninguém é. Nem quem fez o passe é, ninguém vira analista. É um lugar que está em permanente construção (...) Porque isso seria congelar, como coagular: “Agora eu sou um analista”. Não tem isso, não quer dizer que não continue supervisionando o resto da vida, que continue cometendo erros o resto da vida... e parece que essa é a grande questão, se supõe sempre que a formação, qualquer que seja, chega a um ponto que é ser: ser advogado, ser psicólogo. Essa é a grande questão, por isso que não tem formação, neste sentido, diplomático, de diploma. Dura a vida inteira. (...) se fizer tudo isto [refere-se ao tripé], vai continuar sem saber o que é um analista, você pode chegar a dizer porque você escolheu a psicanálise, por exemplo, você pode chegar a dizer o que tem, que desejo te impulsiona, pessoal, para ser analista, você pode até construir isso em sua própria análise, o que te movimentou a ser psicanalista, mas não o que é ser um analista, onde o importante é ser um psicanalista. Não tem nada fechado. [Ser psicanalista] supõe que você não precise estudar mais pois já aprendeu tudo, tem toda uma série de supostos, pois já é, e quem é não precisa movimentar nada. (Esposito, 27/11/03)

Desta forma, o passe trata-se de um relato sobre uma experiência, sendo que o próprio relato torna-se mais uma experiência geradora de saber, afinal:

Eu posso terminar minha análise e ficar por aí. Se eu tiver que fazer o passe, eu vou ter que me preparar porque eu tenho que contar o que aconteceu comigo como se fosse outro. Eu tenho que me desdobrar e tentar remontar o que foi que aconteceu comigo, que pontos me interessa destacar, em que eu... me apoio para dizer que terminei minha análise, que significa... qual foi meu sintoma, como entrei, como saí, tenho que dar testemunho, tenho que falar para alguém. Isso significa que eu tenho que teorizar, não tem outra..., eu tenho que falar de mim como se fosse um caso, ver os pontos nodais, que estrutura, sei lá,

cada um... Cada um organiza o depoimento, mais novelinha, menos novelinha, mais romanceado, tem de tudo. Tem alguns que são muito assim, muito teóricos. Cada um tem seu estilo mas se entende, é outro movimento, além da análise, significa ter que contar a alguém isto, no qual nos coloca em uma situação diferente ou coloca em uma situação diferente a quem vai fazer o passe e significa também teorizar dentro do que é a psicanálise. (Esposito, 27/11/03)

Além da centralidade do dispositivo do passe – testemunho do analista - a partir de 2003 passou-se a enfatizar a prática da psicanálise, isto é, o testemunho dos praticantes. Esta possibilidade foi adotada a partir de orientação dada por Miller ao Conselho da AMP. “Fazer do praticante um objeto de observação e estudo” (Esposito, 2003, p.1).

O testemunho dos praticantes seria o espaço clínico, onde cada um fala da sua prática e das dificuldades, diríamos. Nós esse ano criamos um espaço clínico só para membros onde cada um apresenta uma vez um resumo (...) de um caso que pode ser a primeira entrevista, qualquer coisa. (Esposito, 27/11/03)

O objetivo é gerar uma conversação sobre a experiência clínica, porém, não se trata de uma supervisão. Toma-se o material produzido pela pessoa como base de uma discussão onde se pensam as questões clínicas em psicanálise.

é poder fazer uma conversação sobre a experiência clínica, a primeira entrevista, um momento de passagem, uma parada, o paciente parou e se pergunta por quê. Então, isto seria o testemunho dos praticantes. Porque praticante é quem se diz analista, você se diz analista e ninguém discute. (Esposito, 27/11/03)

Embora não haja uma regulação externa ou uma autorização de quem é ou não analista, ao organizar um espaço para o testemunho do praticante a instituição põe-se a ouvir e discutir com aquele que, sustentado pelo seu desejo, assumiu esta posição. Desta forma, é o momento em que o psicanalista dá provas do lugar que assumiu. Ainda que não seja um momento de supervisão, mas antes de discussão da psicanálise a partir de sua clínica, aquele que se diz praticante terá de sustentar a sua posição e responder por sua experiência. Neste sentido, apesar de não controlar aquele que se diz analista, há, por parte da instituição, um reconhecimento pelo trabalho que este apresenta. Portanto, dizer-se psicanalista nesta situação, não se trata de uma atividade solitária, mas compartilhada e sustentada diante de outros.

O clássico tripé

Historicamente é reconhecido o clássico tripé da formação psicanalítica, porém, há de se tomar certo cuidado. Embora indiscutível o seu lugar na formação, as instituições têm concepções distintas sobre a forma como este a propicia. Tanto as instituições ipeístas quanto as diversas instituições lacanianas referem-se à análise, ao ensino e à supervisão, no entanto, há diferenças significativas na forma de concebê-lo e instituí-lo. Portanto, há de se situar tal tripé no âmbito do Campo Freudiano.

No documento do Comitê de Ação da Escola Una, de sete de outubro de 2000, é destacado que a prudência institucional caminha ao lado do dever ético e não da regulamentação. Eis aí um dos primeiros diferenciais na concepção do tripé, este não se trata de etapas a serem normatizadas e seguidas para que se obtenha o título de psicanalista, mas remete à ética psicanalítica.

Dos três elementos que compõem a formação, a análise, sem dúvida, ganha destaque. A experiência clínica é o fundamento da psicanálise e também da formação, afirma Goulart com Lacan (2002, p.1). Embora seja condição do psicanalista, a análise não é normatizável, tampouco pode ser regulamentada. Esta é a diferença de entendê-la como condição do analista ou como exigência de formação. Alvarenga descreve o analista como “produto da análise” (2002, p.6), porém, se a análise resultará ou não neste “produto”, só se saberá *a posteriori*, nenhuma garantia pode ser dada de início.

Lacan modifica a ênfase dada às regras e privilegia “a mutação subjetiva por ele [analisando] experimentada e que o capacita, se assim podemos dizer, a se oferecer como analista de uma outra experiência” (Mattos, 2003, p. 2). A análise, portanto, é o ponto central desta formação, o que também aparece na articulação que Goulart propõe entre os três pilares: “a supervisão movimenta um desejo, o ensino transmite algo desse desejo, mas é uma análise que o produz” (2002, p.3). É por meio da análise que se produz o desejo que permite ao sujeito ocupar o lugar de analista. Porém, isto não é suficiente para sustentar esta nova posição. É aí que emergem os dois outros pilares da formação.

A teoria é produto de uma prática, você escuta. Freud escutava o paciente e depois falava, “ele falou tudo isso, como posso teorizar o que ele disse”. Ele tenta criar uma teoria, a teoria é posterior sempre. Então, quando você minimiza a teoria... claro que sempre é après-coup e sempre é metafórica,

nunca dá conta, mas precisa. Quando a teoria tanto faz, é um reducionismo total, cada um opina, diz que sabe. (Esposito, 12/06/03)

Mesmo que a análise produza um analista, há outras condições de formação, uma delas é poder teorizar a partir da escuta analítica. Nesse ponto, foi destacado por Esposito que há uma desagregação teórica que se apresenta neste momento de muitas ofertas terapêuticas.

Multiplicidade total, cada um faz a própria teoria, não é? Usa o que serve, como se diz. Nesse sentido a Psicanálise é difícil. Tem uma orientação, esse é um dos grandes temas que se está discutindo na Escola nesse momento. Por um lado, tem a oferta terapêutica que é preocupante. Cada um com sua teoria, aí junta Jung com Yoga com Psicanálise e Tarô, nossa! Você vê que tem de tudo que você quiser, das cores às pedras, tudo é terapêutico e tudo vale. Tudo é válido. Valeu! Tudo é possível, é o ecletismo total onde se apaga tudo, não tem... se apaga a prática porque a teoria é produto de uma prática. (Esposito, 12/06/03)

A elaboração da teoria psicanalítica sustentada neste saber produzido na análise de cada um e nos testemunhos dos analisantes e praticantes, não pode ser minimizada neste processo contínuo de formação, pois é esta que impede a multiplicidade e o ecletismo. O que dá vida à teoria é a experiência clínica, tanto de analisando como de analista. Este é um caminho de mão dupla, por um lado as obras de Freud e Lacan permitem uma determinada escuta do psiquismo humano e norteiam o trabalho clínico, por outro, a escuta clínica, sempre aberta ao novo e ao não-sabido, apreende novos elementos que cabem ao psicanalista teorizar e, deste modo, a teoria é alimentada pela experiência clínica.

Por fim, tem-se a supervisão. No editorial do jornal da DG/SC de setembro de 2001 há menção a esta: “Faz-se importante lembrar que Lacan a constitui, no Ato de Fundação da EFP, como uma das subseções da seção de Psicanálise pura, e que esta não é da ordem de uma regulação, mas trata-se de uma política e, como tal, constitui-se em um dever ético da Escola” (L.Nunes, 2001, p.1).

Na Escola não há uma regulamentação da prática da supervisão, porém, o princípio segundo o qual o analista autoriza-se de si mesmo não significa que sua prática não se submeta ao controle. Conforme o Comitê de Ação da Escola Una, nas Escolas da AMP observa-se um uso difundido e discreto do controle, que se faz ao longo de muitos anos com um ou vários controles.

Sabemos que a política proposta está centrada na prática da supervisão, entendida como infinita, ao contrário da análise que é finita; postulada como dever ético do analista, que deve pedir controle de seu ato, na medida em que ali onde o faz não pensa, o realiza, só podendo, *a posteriori* produzir saber sobre ele, implicando-se com seu desejo. (L. Nunes, 2002, p.1)

Mais uma vez, destaca-se a questão do dever ético e da implicação do sujeito. Embora faça parte do clássico tripé da formação psicanalítica, o que poderia supor uma regulação da prática do psicanalista, a supervisão diz de uma busca do analista por uma escuta de sua própria escuta, fazendo deste mais um lugar de produção de saber.

(...) quando se fala que a supervisão tem a ver com o dever ético e não com a regulação... a regulação tem a ver com um princípio extra (...). Tem um monte de variáveis que se regulam, uma em função da outra, mas o princípio é externo, se poderia usar outro. Quando se fala de dever ético tem a ver fundamentalmente com a implicação. Uma coisa é pensar uma instituição onde se diga não se pode fazer tal coisa, regulamentar esse não se pode (...). Esse seria um princípio que tem a ver com uma regulação, são princípios externos, não dizem de você. (...). (Esposito, 27/11/03)

Toda forma de regulamentação, ou melhor, regras exteriores que devem ser seguidas pelo sujeito, é vista, na verdade, como um escudo atrás do qual o sujeito se protege, já que tais regras não dizem dele mesmo ou de sua prática.

Colocar o escritório assim ou assado. Isso não tem a ver com o propriamente dito da análise. Neste sentido, é que aparece como um dever ético, ou se poderia dizer, assim como o analista não se ocupa da vida cotidiana do paciente, se é corintiano, se ele gosta mais de azul, se ele não come carne, tudo isto é da ordem do mundano. Não estamos para mudar tudo isto, não é corretivo, não é que ele deveria ser... Nem tanto o analista se ocupa disso, nem quem controla se ocupa disso. “Ah! Venho a controlar se fiz bem”. Alguém que regula de fora a prática de outro. Por isso que se entende que se vira, o importante é o depoimento que cada um faz, quem ensina é quem dá o depoimento, não quem escuta. O importante não é o cartel que escuta o passe, quem tem algo novo a ensinar, o que é particular da experiência dessa pessoa, é ela. Você entende que vira? Em um exame, é o professor. Se você disse o que o professor acha, ele aparece como regulador da experiência, ele é quem tem que ensinar o que deveria ser. (Esposito, 27/11/03)

A supervisão não significa ir à busca de alguém que regule a experiência do psicanalista, que lhe diga se fez certo ou errado, se está agindo ou não como analista. O supervisor não é um regulador da experiência, assim como o analista não é um regulador da experiência de seu analisante. Não há um ideal a ser seguido, uma noção do certo e errado que norteie a intervenção. A supervisão mobiliza o desejo de um saber particular a conquistar na análise de cada paciente.

As atividades que a Delegação SC oferece à comunidade, seus enlaces a instituições nacionais e internacionais do Campo Freudiano, sua participação nos encontros, enfim, sua organização é a forma de concretizar, de pôr em prática sua orientação. “O espírito mais do que a forma de organização, porque a forma de organização obedece a uma orientação” (Esposito, 27/11/03). Não há garantias, mas todas estas manifestações são tentativas de fazer com que esta orientação se realize.

O princípio ou o *espírito* da Delegação, que provém da orientação do Campo Freudiano, trata justamente de fazer com que algo do saber particular produzido em cada análise possa ser transmitido no âmbito da Escola. Isto faz com que a Escola, e a Delegação SC por extensão, se sustente na noção do *um por um*. A instituição não existe como um regulador externo da prática analítica, mas para amparar os depoimentos que transmitem algo deste saber particular, propiciando assim um caminho de mão dupla entre a teoria psicanalítica e a experiência clínica, “na medida em que a psicanálise é uma práxis, uma teoria advinda da clínica” (L. Nunes, 2004, p. 3).

A instituição dirige-se por um dever ético, o qual estabelece, por outra via, que não a da regulamentação, uma orientação. Não se fala sobre as exigências da formação, mas sabe-se que esta se dá sob algumas condições. A autorização parte do sujeito, porém, esta se transmite ao coletivo da Escola quando o analista realiza o passe, participa de cartel ou compartilha sua escuta com outros praticantes. Se por um lado esta autorização é particular e também solitária, por outro, a assunção deste lugar é compartilhada com outros nos dispositivos criados pela Escola.

Inversão de foco: do palco para os bastidores

é justamente o desejo que move o sujeito em relação ao saber. É a partir de um vazio que incita e incomoda que o sujeito se põe a trabalhar o saber, guiado pelo desejo de saber. E, justamente, saber do desejo. (Ferreira, p.49)

Uma questão própria deu origem a esta pesquisa. Questão esta que começou a se delinear conforme se desenvolvia uma proximidade com a psicanálise e o término da faculdade de psicologia. Ao me perguntar e perguntar a outros sobre a formação psicanalítica, defrontei-me com as instituições. Havia aí algo de particular pois a formação se dava fora da universidade e em locais que eram fruto do desejo de alguns. Conforme me envolvia com a investigação, outras perguntas foram surgindo, como por exemplo, o que caracterizava, ou melhor, o que singularizava as diferentes instituições intituladas lacanianas. Em meio às minhas questões dirigidas à formação e às instituições, decidi-me, com o auxílio do orientador, a torná-las um projeto de pesquisa e ir a campo ver se poderia apreender algo que me ajudasse a construir algumas respostas.

Comecei então a ler a história da psicanálise, da formação e das instituições a fim de me situar e conseguir elaborar formalmente o projeto de pesquisa. Deparei-me com uma imensa bibliografia histórica e contemporânea sobre esta temática, o que a princípio me animou. Pensei, então, que estava entrando em um terreno fértil e que muito haveria para ser discutido. Por outro lado, depois de uma breve inserção, perguntei-me o que ainda haveria a ser dito ou escrito se já havia tantos textos, teses, dissertações, uma infinita quantidade de livros a este respeito. O que poderia eu, uma iniciante imersa em minhas questões e envolta em uma quantidade imensa de bibliografia, dizer sobre a formação e as instituições? Essa é uma questão polêmica, geradora de mal-estar, diziam alguns autores. Questão que gerou cisões, dissoluções, expulsões e, até mesmo, uma excomunhão. Começou-se aí a gerar uma série de anseios que antecipavam a pesquisa.

Estes finalmente eclodiram quando ouvi de um amigo, membro de uma instituição: “Estás mexendo em um vespeiro, terás que ser diplomática”. Algo

próximo disto foi ouvido por mim de uma conversa despretensiosa ao telefone. Tais palavras provocaram um congelamento inicial e ecoaram em distintos momentos das leituras e fundamentalmente na construção do texto sobre as instituições. Tão poucas palavras fizeram uma imensa condensação de sentidos. O que ele quisera dizer?

Mexer com as instituições psicanalíticas faz emergir um mal-estar próprio da institucionalização, da normatização, dos conflitos pessoais, das disputas de saber sobre a leitura mais fidedigna ou dos verdadeiros herdeiros, das formas de enlace aos mestres. Tudo isto faz supor que mexer com as instituições psicanalíticas é como atijar um vespeiro. Daí meu amigo sugerir uma certa diplomacia.

Estava lançada a aventura, não havia mais como voltar atrás. Aquela era a minha questão e, no momento, não havia outra. Entendi então o peso da frase de Freud, “talvez tenha perseverado apenas porque já não tinha outra escolha e não podia então começar outra coisa” (1914b, p. 27). Os receios não pararam a investigação, apesar das dúvidas que brotavam de minha questão: o que dizer de novo depois de tantas leituras sobre esta temática? Como uma iniciante pode ouvir analistas? Como escrever livremente sobre as instituições já que seus membros haviam, tão gentilmente, concedido as entrevistas e disponibilizado seus documentos e publicações? Como apresentar as instituições sem haver privilégio entre elas? O que escrever nas considerações finais?

Em meio à pesquisa, às leituras e à análise, resolvi então fazer neste capítulo final uma virada, do palco para os bastidores. Valho-me desta expressão utilizada por Maria Emília de Lino da Silva (1993), embora em contexto distinto do apresentado pela autora.⁹⁷ Inquieta com o texto de fechamento e sentindo que muito já havia sido dito, decidi-me por uma reflexão sobre esta experiência, uma tentativa de apresentar a outros o que me foi possível apreender deste trabalho. Utilizo as palavras de Silva (1993) para falar de uma mudança de foco: dos

⁹⁷ Silva (1993) apresenta a construção do método científico: a produção de conhecimento considerado independente do observador/pesquisador, os princípios da universalidade, a utilidade e a colagem do científico ao verdadeiro. Neste contexto a psicanálise apresenta uma virada pois seu objeto não é uma realidade externa mas o próprio psiquismo que a apreende. “O novo modelo de saber vai se debruçar não tanto sobre o objeto do conhecimento, mas principalmente sobre o aparelho que o realiza” (p.16). A psicanálise resgata a falha, o lapso, pois estes não se constituem como um desvio, um defeito, mas evidenciam uma interferência de algo que só se dá a conhecer quando algo falha. Este algo que aparece nos bastidores, na verdade, dirige a cena. Neste ínterim, a autora escreve: “Duas conseqüências decorrem dessa inversão de foco, do palco para os bastidores, da razão para o inconsciente” (p.16). A partir daí a autora continua seu raciocínio, mas isto já é suficiente para apresentar esta apropriação, até certo ponto indébita, de suas palavras.

autores, consagrados ou não, que escrevem sobre a formação psicanalítica e da fala dos membros das instituições, psicanalistas reconhecidos na cidade, para o que me foi possível pensar e apreender sobre a formação e a instituição psicanalítica. Tentar escrever sobre os meus passos e impasses, já que a verdade das instituições não me cabe.

Minha pretensão é que neste momento de fechamento possa desvencilhar-me da apresentação de argumentos de uns e de outros e escreva sobre o que estes provocaram em mim: que respostas consegui construir, até o momento, para as minhas perguntas? Certamente estas foram construídas à medida que li e ouvi sobre as duas instituições pesquisadas, mas esta não foi a única fonte. O que pude ler sobre a formação e as instituições psicanalíticas, as críticas internas e externas – de autores que não participam de instituições -, os textos clássicos de Freud e Lacan, as notícias *on-line* sobre as instituições e os movimentos internacionais, o que ouvi e discuti com o orientador, colegas e psicanalistas ao longo deste percurso, enfim, tudo isto participou da construção de algumas respostas e da abertura de uma série de outras questões. Porém, neste momento é preciso fazer alguns fechamentos, mesmo sabendo que estes são provisórios. Meu desafio, risco final, é que este testemunho não se restrinja a um valor biográfico, mas que possa trazer uma dimensão reflexiva que, embora particular, sirva para pensar a formação e as instituições e, deste modo, se constitua em uma referência possível para outros.⁹⁸

Escrever uma história... em psicanálise

Desde o início do trabalho havia um interesse genuíno pela história da Psicanálise e, ao mesmo tempo, pela história da Psicanálise em Florianópolis, de modo que este se tornou um dos objetivos da pesquisa. Porém, as peculiaridades de escrever uma história só se mostraram no percurso.

A primeira descoberta é de que a história não existia em si. Os membros das instituições não eram apenas narradores, mas sim construtores desta história. Os

⁹⁸ Mezan (1993), ao discorrer sobre a investigação em psicanálise e sobre a dissertação e tese psicanalítica, propõe que esta esclareça algo dentro do campo psicanalítico e que seja possível de ser aproveitado por outros. Recorre a Laplanche para propor que uma dissertação ou tese não se tome uma apresentação de autores e suas contraposições, neste sentido, não há avanço no problema estudado. Tampouco deveria ser um testemunho de valor biográfico no qual outros não possam transitar. Propõe então que este seja um texto possível para referência de outro pesquisador. “Não é fácil desvencilhar-se das miragens gêmeas do saber absoluto e da intuição inefável; o trabalho de pesquisa em psicanálise parte do singular, tenta apreender as determinações dessa singularidade (inclusive do sujeito que assim procede), e visa extrair dele a dimensão universal que, por sua própria natureza, ela contém” (p.89).

acontecimentos não vinham em uma seqüência cronológica e coincidente. As falas, embora se pretendessem claras, tornavam-se confusas à medida que se tratavam de associações, até certo ponto, livres. A construção do texto a partir das entrevistas mostrou-se muito mais complexa do que foi previsto inicialmente, tratava-se de um recorte das falas e uma tentativa de encadeamento. Na verdade, a escrita impunha as estas histórias mais um construtor.

Embora este tenha sido um trabalho que fugiu às previsões, nada foi tão inusitado quanto anunciar o nome destes narradores-construtores. Retrospectivamente, é possível pensar: se a história é construída por quem a conta, como pensar em omitir o nome de quem o faz? Se isto acontecesse, essa história não teria sujeito e, portanto, seria duvidosa. Isto, contudo, era contrário aos pruridos éticos iniciais, afinal, os sujeitos deveriam ser *preservados*. O problema que se mostrou no decorrer da pesquisa é que este ocultamento era incoerente com o próprio texto. Os historiadores – sujeitos da pesquisa – assinalaram esta incongruência, não diretamente, mas apontado para a importância do nome próprio e da responsabilidade do que se faz ou se diz deste lugar. Era a Psicanálise que marcava sua diferença no percurso de uma pesquisa acadêmica.

Em razão da apresentação dos nomes das instituições e a posterior decisão de apresentar o nome dos entrevistados, adotou-se uma contrapartida. Todas as entrevistas lhes foram apresentadas por escrito antes da entrevista seguinte e foram enviadas por meio eletrônico ao término do trabalho. Portanto, a transcrição de suas falas lhes pertence. O próprio texto que se tornou produto deste trabalho – os capítulos sobre as instituições - também foi acompanhado pelos entrevistados em pelo menos dois momentos: antes da última entrevista e após concluído.

Outra peculiaridade da pesquisa e das histórias apresentadas neste trabalho foi o caminho que cada uma delas tomou. As entrevistas iniciaram-se com perguntas abertas, assim, cada instituição as direcionou de alguma forma. Embora as questões fossem muito similares, a forma como cada uma delas foi ouvida e respondida suscitou outras questões e, a partir daí, cada caminho foi particular, o que se reflete na tessitura destes capítulos.

Sobre as instituições e as relações entre psicanalistas

Este trabalho – de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo – suscitou algumas reflexões sobre as instituições psicanalíticas. Uma delas refere-se a seus

membros. A história das instituições é marcada por dissidências como já se tratou em capítulos anteriores. São as divergências que conferem a esta história cores fortes. Disto já se tratou o bastante. Porém, há algo a se perguntar: e aqueles que se mantêm nas instituições?

Tanto na literatura quanto nas instituições pesquisadas, mantém-se, ao longo dos anos, uma parte significativa de seus membros. Pensando sobre isso recordei-me de uma menção de Forbes (1992), o qual assinala no termo *Escola* a ênfase no saber e na transmissão da psicanálise, ao passo que nas sociedades e associações, o destaque está na relação entre as pessoas que compartilhavam elementos identificatórios. Contudo, mesmo as instituições que não se intitulam associação ou sociedade apresentam pouca variedade ou renovação entre os membros que a sustentam. Até que ponto, então, as instituições psicanalíticas são Escolas ou associações no sentido levantado por Forbes? Onde se inserem os psicanalistas *formados* na *instituição*? E os participantes que pouco demandam e aparecem como freqüentadores de cursos? Embora haja categorias de aproximação gradativa às instituições e participação em tarefas institucionais, estas se sustentam, ao longo dos anos, sobre o trabalho dos mesmos membros. O nome da instituição, muitas vezes, traz a reboque o nome destes.

Esta observação, sem dúvida, não supera uma outra, um tanto mais dolorosa, a do líder institucional. Freud analisa a igreja e o exército e enuncia sua tese de que a união do grupo se faz a partir da identificação dos sujeitos com o líder, que distribui igualmente seu amor aos seus filiados. Este funcionamento não serve à transmissão da psicanálise, haja vista que a transferência deve se dar com a psicanálise e não com aqueles que a enunciam. Sugerir que uma instituição psicanalítica funcione ao modo de um grupo e que um autor ou psicanalista ocupe o lugar do líder torna-se uma acusação de desmoralização da instituição. Entretanto, o que estas últimas três décadas têm apresentado são situações em que psicanalistas fundam instituições em contraposição a outros que, no seu entender, assumem a postura de líder despótico. As acusações feitas pelos psicanalistas das instituições dirigem-se, sobremaneira, a *pessoa* de outro psicanalista que assume uma função preponderante na instituição concorrente. Ou seja, as divergências, sobretudo, têm se dado em razão das discordâncias com os psicanalistas que presidem as instituições. Não se trata, em grande parte dos casos, de dissidências decorrentes de novas invenções - como foi o caso das deserções de Jung e Adler, da excomunhão de Lacan ou da fundação do

Quatrième Groupe. A fragmentação do movimento psicanalítico, a multiplicação das instituições e a adoção de posturas antagônicas têm como estopim a figura dos psicanalistas que, de certa forma, representam sua instituição.

A despeito da crítica sobre a liderança ser bastante difundida e ter gerado crises em algumas instituições e, por conseguinte, enlases em outras, esta pouco é reconhecida. Tais argumentos são considerados infundados e resultado de um olhar externo, de quem não conhece de fato seu funcionamento. Embora nem sempre penetrem nas defesas estabelecidas, nem por isso caem no vazio. Ao produzir respostas às mesmas, as instituições organizam encontros, produzem textos, enfim, se articulam e geram um movimento.

No contexto das querelas institucionais, as análises e críticas são aguçadas quando se tratam do outro, mas a virada fundamental de Freud foi dirigir a pergunta ao sujeito, em outras palavras, *qual a minha parte nisso?* (Cabas, 2002). Conforme Kehl (2002), a análise começa quando o sujeito pára de se explicar e começa a se perguntar. Isto não se faz sem angústia à medida que as certezas narcísicas tão firmemente estabelecidas passam a dar lugar à dúvida e, quem sabe, aí se produza algo novo, algo de que não se sabe.

Haveria outra possibilidade?

A instituição psicanalítica é composta de sujeitos que ao longo do seu percurso fizeram/fazem suas análises, estudam e ensinam a teoria psicanalítica, atendem em seus consultórios e realizam, por suposto, alguma forma de supervisão ou análise de controle. Deste modo, a ética psicanalítica perpassa diferentes espaços de sua formação. De que ética se trata? Da ética investigativa, do não fazer calar mas sim do fazer falar, do se colocar no lugar de sujeito da própria investigação, da abertura a uma verdade particular, do fazer surgir um novo saber. Se tal ética funda a análise e a formação, supõe-se que os analistas teriam uma abertura e respeito à diferença. Sobretudo, envoltos no método inventado por Freud, saberiam que “todo analista tira seu saber de seu próprio sintoma” (Haddad, 2003, p. 231). Por isso, a regra de ouro da formação é a análise – passo imprescindível na busca por uma verdade particular, da qual poderá advir um saber. No entanto, muitos autores sinalizam (Birman, 1994; Ceccarelli, 2004; Katz, 1984; Kupermann, 1999; M. Mannoni, 1982, 1989a, entre outros) a intolerância das instituições à diferença, o obstáculo ao surgimento do novo e o rechaço ao outro.

Quando Lacan pôs em questão os mecanismos de funcionamento da IPA e sua lista de notáveis, foi expulso da legitimidade freudiana e seu ensino proscrito. O banimento de sua obra e a proibição de seu ensino tornaram-se condição de filiação à IPA. Não havia ali espaço para o novo, para o questionamento. Fazendo-se um salto geográfico e histórico chega-se ao Brasil da década de 1970, vê-se uma instituição psicanalítica do Rio de Janeiro conivente com a tortura a presos políticos e ameaçando de punição aquela que fez a denúncia do candidato a analista – um médico torturador (Vianna, 1994). Recentemente, em São Paulo, psicanalistas dissidentes da AMP e participantes do Fórum do Campo Lacaniano envolvem-se em uma disputa pública, através de *e-mails*, para delatar o pretenso Fórum de Psicanálise de São Paulo e constituir um Fórum digno de portar a denominação campo lacaniano e se inserir neste novo movimento. Imediatamente após o envio do primeiro *e-mail*, diversos psicanalistas adotaram suas posições, mesmo aqueles que pouco conheciam a instituição condenada (Sauval, 2004)⁹⁹. Não é preciso continuar listando estas situações para se perguntar: seria possível a uma instituição, mesmo que formada por psicanalistas, suportar internamente a diferença? O que todas essas cisões, dissidências, rupturas dizem?

Não se poderia supor que este funcionamento excludente e, por vezes, discriminatório é decorrente da *má-formação* de determinados analistas, já que as situações são diversas e atingem instituições de vários países. Também não são exclusivas de um ou outro movimento: vê-se nas instituições ipeístas e nas mais diversas instituições lacanianas. Portanto, não se pode reduzir esta questão acusando uma ou outra instituição, um ou outro analista, mas pode-se pensar a respeito.

Uma instituição se forma a partir do enlace de alguns analistas, seja porque compartilham de uma questão comum, seja porque se ligam através de laços identificatórios que podem ser os mais variados. Constituída a instituição, lidam dia-a-dia com os problemas cotidianos de sua manutenção, a formação de novos analistas, a resposta às críticas externas à psicanálise, enfim, lidam com a

⁹⁹ Algumas questões levantadas por Sauval (2004) valem ser destacadas, ainda que neste momento final: “Como es esto de estar aplaudiendo divisiones, recomendar ‘bandos’, defenir ‘orientaciones’, marginar colegas y Foros, etc? Y todo esto sin argumentaciones, sin razones, que den cuenta, con un mínimo de seriedad y consistencia, de las ‘diferencias’. Que es lo que se está segregando?Cuál es la diferencia que no se puede soportar? (...) Cómo puede ser que una simple cuestión de denominación se transforme en una cuestión segregativa? Que más está en juego en todo esto? (p.40).

sobrevivência da instituição e a difusão da psicanálise. Passam anos a fio, juntos, compartilhando leituras, dividindo seminários, ouvindo os analistas convidados. Certamente neste meio nem tudo é harmônico, há brigas, separações, cisões, dissidências, mas alguns permanecem trabalhando juntos. Ao menos é isso que se tem visto: alguns seguem trabalhando juntos e são estes que sustentam a instituição ao longo dos anos. Como então estes analistas, que direcionam seus esforços para manter a instituição, estabelecer seu nome e garantir-lhe um espaço na sociedade, vão se abrir à diferença que pode fazê-la dissolver-se, desaparecer? Como se abrir às críticas que se dirigem ao seu eixo principal, o discurso proferido pelo psicanalista que *sustenta* a instituição?

Isto me faz lembrar a proposta lacaniana do cartel, pessoas que compartilham de uma questão se juntam para saber sobre essa questão, mas após um tempo se separam, dissolvem-se os laços. Esta dissolução, prevista desde o início, serve para que as pessoas não se mantenham unidas por laços de amizade e sim por uma mobilização do desejo de saber. O que faz com que Lacan proponha a dissolução do cartel, após um ou dois anos, parece ser justamente essa impossibilidade de se manter junto, ao longo dos anos, e continuar aberto à invenção, mobilizado por uma questão. A convivência, a distribuição de tarefas, os objetivos comuns de uma instituição dificultam a manutenção dessa abertura. Os membros tornam-se condescendentes uns com os outros, como em um grupo “(...) as pessoas trabalham tão bem que já não escutam umas as outras porque vão se apagando as diferenças e isso gera uma entropia, uma perda de informação. Cada um sabe mais ou menos os pontos do outro, até onde cada um vai eventualmente criticar, escutar” (Harari, 1999, p.19). Essa complacência entre os membros e a intolerância à diferença - denominada por Birman (1994) de escândalo ético - parece ser o ponto de estorvo, embaraço da instituição.

Os psicanalistas, certamente, não são ingênuos a esta dificuldade. “(...) o que ele [Lacan] dizia era que ele tinha feito mais cola, no sentido de um rabo de seguidores... alienados, do que uma Escola” (Mascarello, 11/11/02). Embora a Escola Freudiana de Paris tenha sido construída por Lacan, ele não se recusou a pensá-la e a criticá-la, chegando, finalmente, a dissolvê-la. Segundo Haddad (2003), o fez, “com certeza, para não deixar pesar sobre a psicanálise, paixão de sua vida, a carga de uma nova instituição perversa, de poder desmedido” (p.271).

No Ato de Fundação de sua Escola, Lacan propõe que a execução dos trabalhos se dê conforme o princípio do cartel. Disto se deduz que o

funcionamento do cartel é desejável para fundamentar sua instituição. Por sua vez, o cartel tem um fim previsto: a produção de um trabalho particular apresentado a outros e a dissolução deste *agrupamento*. Caberia, contudo, perguntar: como a instituição poderia sobreviver sob o funcionamento do cartel?

Os psicanalistas se perguntam sobre *que* instituição seria desejável e propícia à Psicanálise: “que tipo de instituição os psicanalistas podemos formar? [...] Como congregar-se? [...] Que características teria que ter uma instituição formada por psicanalistas?” (Esposito, 04/02/03). “Será que nós como psicanalistas vamos organizar instituições apesar do que a gente sabe? [...] Algo aprendemos, como criar um laço diferente? As instituições são todas iguais? O que nos diferencia? O que o nosso saber pode tentar fazer de diferente?” (Esposito, 27/11/03). Tais questionamentos revelam que os psicanalistas das instituições não se encontram em um porto seguro, lugar confortável de difusão da psicanálise. As dificuldades de se constituir como instituição, a partir da psicanálise, aparecem em seus questionamentos e em seus textos: “Como cartel ou como análise, pode-se nominar qualquer coisa, há que esperar seus efeitos para saber do que aí se trata, além da burocracia” (L. Nunes, 2000, p.5). Penso que este argumento possa se estender também à instituição psicanalítica: é preciso conhecer seus efeitos para saber do que aí se trata, além da burocracia. As invenções de Lacan, tais como o cartel e o passe, são tentativas de fazer algo diferente, diferente do funcionamento de um grupo. “Tentativa, não tem garantia (...)” (Esposito, 27/11/03).

O movimento da Psicanálise nos interstícios

*A pessoa deve contentar-se em agir com o
máximo de honestidade, não devendo
assumir o papel de juiz, reservado ao futuro
remoto.
(Freud, 1914b, p. 66)*

A literatura sobre as instituições psicanalíticas e as entrevistas com alguns membros de instituições colocaram-me um dilema. Por um lado, as instituições - por meio de seus psicanalistas - fazem a psicanálise circular na cidade, propõem atividades, dão respostas à sociedade e a seus mecanismo de supressão do conflito psíquico - remédios para todos os males. A Escola presentifica a Psicanálise no mundo, afirmou Lacan (1967b). Também são procuradas para

responder sobre a *formação* dos psicanalistas, recebem a demanda de quem quer trilhar esse percurso, são um lugar possível para os analistas compartilharem a solidão de seus consultórios e dar provas de sua escuta. As instituições têm um lugar de peso na psicanálise e na sociedade. Sua criação teve como objetivos zelar pela invenção freudiana, protegê-la de apropriações indébitas e do mau uso.

Por outro lado, como formar instituições sem que estas sejam um lugar de reprodução da psicanálise? Como, sinceramente, deixar de funcionar como um grupo compartilhando diariamente, e ao longo de anos, atividades com os mesmos membros? Sua existência e perpetuação pautam-se no fazer avançar a psicanálise. Porém, a defesa da psicanálise transforma-se, algumas vezes, em censura e repetição ecológica do já sabido. Pouco espaço é aberto à invenção. A centralidade de alguns psicanalistas faz com que as instituições fiquem à sombra de sua figura. Tais críticas reclamam do dogmatismo institucional e são estas – críticas mútuas – que provocam a inquietação que não se produz entre os iguais. Ao se deparar com o outro, com o estranho, produzem-se discursos tentando apreendê-lo ou destruí-lo e são esses discursos que movimentam a psicanálise.

Dentro da instituição existem debates e exposições a outros sobre as decorrências da prática clínica, porém, sendo os membros os mesmos ao longo dos anos, há uma condescendência entre eles. Cada um sabe, de início, mais ou menos o que o outro vai dizer. Então, as falas são expostas entre semelhantes. A diferença aparece em relação a outras instituições – por meio de enlaces, rupturas ou dissidências - e nas críticas que *podem* fazer pensar à medida que quebram um certo equilíbrio, reinstauram o mal-estar. Enquanto se está entre iguais, nada se mobiliza. É o diferente, o estranho que faz com que algo possa mexer no que está estabelecido. A multiplicidade de instituições permite que algo se movimente, mobiliza o desejo. É como o campo magnético gerado por pólos distintos, não é possível vê-lo, mas ainda assim sabemos de sua existência pelas forças de atração e repulsão que gera.

Pesquisar as instituições, mais do que adotar posições, dar crédito a uma em detrimento da outra, procurar descobrir quem está certo ou quem é mais fidedigno a Freud ou a Lacan, enfim, quem é portador da *verdadeira* psicanálise, fez ver que é a sua co-existência que faz surgir os movimentos, que produz textos, cartas-respostas e críticas ao seu funcionamento. Observe-se como surgiram os movimentos: a Reunião Lacanoamericana de Psicanálise;

Convergência, movimento lacaniano para a psicanálise freudiana; a Escola Una; os Fóruns do Campo Lacaniano; a Associação Lacaniana Internacional e os Estados Gerais da Psicanálise.

Sobre a multiplicidade de instâncias do Campo Freudiano, mais especificamente o surgimento da Escola Una, disse Esposito: “Porque são formas diferentes de poder teorizar as crises, de ter sua própria... cada crise é uma, e de cada crise se sai de forma diferente, se tem que criar instâncias diferentes. Entende, são formas de ler as crises...” (12/06/03). Ou seja, as diferentes instâncias do Campo Freudiano foram criadas a partir da leitura de suas crises, portanto, surgem em resposta a situação atual da psicanálise. Harari (18/07/03), por seu turno, ao referir-se à Reunião Lacanoamericana, diz que esta “tem o sintoma de uma saída, da rejeição, da incomodação (...)”. São os pólos que geram o movimento. As divergências e as crises fazem as instituições se movimentarem, ora erguendo ainda mais a fortaleza de suas defesas, ora criando novas instâncias para dar resposta aos problemas contemporâneos.

A questão primeira

... sempre se discutiu sobre a formação do psicanalista, e provavelmente vai se discutir enquanto houver psicanálise. (...) o fato de que sempre se vai discutir a formação do analista deve-se ao analista; deve-se, digamos, às características dessa posição difícil de ocupar e, como se vê, difícil também de conceituar. (Romildo do Rêgo Barros, 1999, p. 29)

O que provocou este trabalho foi justamente a pergunta sobre a formação do psicanalista. Na verdade, havia uma suposição: a formação se dá na instituição psicanalítica. Deste modo, traçaram-se os rumos da pesquisa na intersecção da formação com a instituição e o objetivo era ir ver como isto acontece, como a instituição propõe o tripé, como concebe e organiza essa formação. Este lapso inicial permitiu construir algumas respostas, mas, a partir destas, surgiram outras questões.

O clássico tripé defendido pelas instituições e organizador de uma estrutura da formação foi desmistificado. Embora este apareça como necessário, tal

necessidade nasce no sujeito que faz seu percurso, o que é bastante distinto de uma prescrição externa. Essa imagem da formação, promovida desde o instituto psicanalítico de Berlim com a organização da análise, do ensino e da supervisão, confronta-se com a forma como Freud percorreu sobre ela e como realizou a sua própria formação. Sua ênfase sempre foi a análise – que se começa pela análise dos próprios sonhos – embora tenha dado sua anuência à sistemática criada pelo instituto de Berlim e, posteriormente, de Viena.

Mas se o tripé não é imprescindível à formação de um analista, o que o é? Como, afinal, alguém se autoriza a ocupar esse lugar diante outro? Existem alguns indicativos: trata-se de algo muito particular que acontece em uma análise que faz com que o sujeito deseje ocupar esta posição para outros. Nessa passagem há uma mudança subjetiva, uma mudança de posicionamento. “(...) é uma condição em que cada um, enquanto psicanalista, consegue desligar-se de seu personagem social habitual para trabalhar com a psicanálise” (Harari, 1999, p. 14). “[É] aprender a ser sem sabor próprio. (...) ele mesmo [o analista] deve ser insosso” (Miller, citado por Tarrab, 2002, p.14) e assim permitir que o outro – o analisando – descubra o seu próprio sabor.

A formação do psicanalista elucida-se nessa passagem de analisando à analista, que se dá na análise de cada um, e que Lacan pretende trazer para a Escola, fazendo, assim, avançar a psicanálise. Gérard Haddad (2003), analisando de Lacan, enuncia a importância deste testemunho.

Como alguém se torna psicanalista? Por que vem a alguém a idéia de ocupar esse lugar? Foi esta a grande questão que Lacan colocou àqueles que declaravam seguir seu ensino. Estava esperando deles um testemunho sobre esse momento pivô, que ele chamou o passe, testemunho que enriqueceria e renovaria a teoria analítica. (p. 219)

Ao insistir neste testemunho Lacan retoma a descoberta freudiana de que o saber está do lado de quem fala. Há aí uma virada: “o importante é o depoimento que cada um faz, quem ensina é quem dá o depoimento, não quem escuta” (Esposito, 27/11/03). Daí advém a ênfase psicanalítica na noção do *um por um*, seja na análise, seja nas formas de se aproximar da instituição.

“Esta sombra espessa a recobrir esta ligação de que me ocupo aqui, aquela onde o psicanalisante passa a psicanalista, eis o que nossa escola pode se empenhar em dissipar” (Lacan, 1967b, p.72). A formação do analista, portanto, deixa de ter uma prescrição externa - a sistematização de determinados

procedimentos - e sua questão recai sobre o depoimento desta passagem que se dá na análise. À Escola, por sua vez, cabe acolhê-lo e elaborá-lo. “Que possa sair das liberdades da clausura de uma experiência, é o que tem a natureza de *après-coup* na significância” (Lacan, 1967b, p.74).

Contudo, o passe que vinha pedir que se iluminasse essa passagem, falhou na Escola de Lacan e, de lá para cá, muito embaraço tem se formado em seu entorno. Algumas instituições o adotaram, outras cindiram justamente na adoção do dispositivo. Apesar desta divergência, as instituições lacanianas reconhecem que esta passagem à analista é o ponto fundamental que precisa ser elucidado.

Não adotar o passe, entretanto, não quer dizer deixar de trabalhar as questões visadas por Lacan ao instituí-lo, e que podem ser expressos pelo seguinte: como uma análise revelou-se didática, isto é, como teve valor de formação? Como se dá a passagem para a práxis? Ou ainda, como fazer passar para a instituição de uma forma generalizada, elementos que são singulares e específicos de cada caso? (Mascarello, 2001, p. 3)

Essa é a questão fundamental que, independentemente da adoção ou não do dispositivo, não se pode fazer calar.

Para as instituições que adotam o dispositivo, a realização do passe gera um novo movimento, não se trata da mera narração de algo que se deu no passado.

(...) eu posso terminar minha análise e ficar por aí. Se eu tiver que fazer o passe, eu vou ter que me preparar porque eu tenho que contar o que aconteceu comigo como se fosse outro (...) é outro movimento, além da análise significar que contar a alguém isto, no qual nos coloca em uma situação diferente (...) e significa também teorizar dentro do que é a psicanálise. (Esposito, 27/11/2003)

Tal testemunho, de um novo movimento causado pelo passe, é dado por Haddad (2003), “Mas logo aconteceu aquilo em que eu havia recusado crer, a saber, que o passe produz efeitos, às vezes, violentos. Esse segundo turno de análise inventado por Lacan ia balançar o curso da minha existência (...)” (p.229).

É chegado o fim

*O processo de investigação não diminui, antes
aumenta o número de questões a pesquisar.
(Silva, M. E. L., 1993, p.14)*

A invenção da psicanálise fez-se em meio à análise de Freud com Fliess, a qual se deu em um período de ostracismo. Tendo lutado absolutamente só para que sua psicologia profunda não fosse destruída pelas críticas que a atacavam, Freud conseguiu unir em seu entorno alguns pacientes que também se interessaram pelo estudo de sua teoria e método de tratamento. O número de seus discípulos, em grande parte ex-pacientes, começou a aumentar. Inevitavelmente, surgiram divergências internas que geraram uma nova necessidade: que houvesse alguma regulamentação para que se defendesse aqueles que tinham o direito ao exercício da psicanálise. Esta suposta proteção não se fez sem custos. A análise, porta principal de entrada na Psicanálise, passou a ter ao seu lado um guardião – o analista didata. Antes tinha-se o analista-anfitrião que recebia aqueles que o procuravam com o convite a uma descoberta, desde que aceitassem a única regra para adentrar aquela porta: que falassem livremente. Este personagem, na institucionalização, cedeu lugar ao analista-professor, que recebia seu aluno para ensiná-lo como executar tal método de tratamento. Esta mudança não foi deliberada, mas sim o produto do que se viveu naqueles tempos. Como a psicanálise não é preditiva, não se poderia supor no que tudo aquilo iria resultar. Se hoje é possível esta crítica àquele período, é porque houve quem questionasse tal formação e a acusasse de ter perdido o espírito freudiano. Uma nova possibilidade se fez, abrindo à força um espaço que não existia.

A invenção da psicanálise contou com a virada freudiana da pergunta sobre a verdade particular: começou ouvindo a queixa de mulheres que, para outros, eram desprovidas de saber e, ao mesmo tempo, dirigiu a si suas questões e submeteu-se às suas invenções, tendo Fliess à sua escuta. Lacan, décadas depois, propõe-se recuperar Freud, sua experiência original, sua invenção soterrada pela regulamentação, pela normatização, leia-se, pela própria instituição psicanalítica. Para tanto, não repete o que havia dito Freud, mantém a pergunta freudiana, mas para respondê-la inventa outros dispositivos: o cartel, o passe, a Escola. “Não instituímos o novo senão no funcionamento”, diz Lacan (1967b, p.66).

Como as instituições respondem à peculiaridade da formação psicanalítica? Se a formação do psicanalista não tem outro caminho senão o da descoberta que se dá no divã, para quê a instituição?

Tais respostas começaram a ser construídas por Lacan na Proposição de 9 de outubro de 1967. Cabe à Escola acolher os testemunhos, elaborá-los e, assim,

renovar a psicanálise. Já que se trata de uma descoberta, que esta possa revigorar a teoria psicanalítica. Mesmos as instituições que não adotam o dispositivo do passe, por considerar que este fracassou, não ignoram a indagação de Lacan ao instituí-lo: que se fale sobre esta passagem, sobre a autorização que não se deu de outro modo, senão por meio da análise das formações do inconsciente. A instituição psicanalítica pensada por Lacan organiza-se em torno do passe, ou melhor, da pergunta sobre a autorização do analista. A Escola, portanto, não existe para dar respostas ou prescrever uma formação, mas para conquistar um saber sobre esta passagem, em última instância, busca-se um saber sobre as formações do inconsciente, invenção psicanalítica.

Eis aqui um vazio que poderia parecer estranho: a Escola organiza-se em torno de um ponto de não saber – o que é um analista – e, por isso, requer os testemunhos. Tais depoimentos permitiriam passar à Escola como se deu uma psicanálise. “É aquele que passou de analisante a analista que pode ensinar, demonstrar logicamente o saber obtido, em sua análise (...)” (L. Nunes, 2002, p. 1). Esta constatação põe em cheque a pergunta sobre a formação, pois na verdade, dizer *formação* é supor um lugar ideal onde se queira chegar. A Escola, pelo contrário, “longe de sugerir um grupo segregativo, onde o ser analista diria de um atributo, é uma comunidade que parte justamente da falta de um saber unificador, absoluto (...)” (Goulart, 1999, p. 1). A Escola, portanto, não existe para formar analistas, mas para buscar um saber sobre essa posição que se constitui na análise de cada um. A pergunta dirige-se às formações do inconsciente, à realização de uma psicanálise.

A Escola está a serviço da Psicanálise, é o lugar propício à invenção desde que os psicanalistas a alimentem com sua experiência – seja de analisandos, seja de praticantes. Há aí a segunda implicação da Escola na formação: a autorização parte do sujeito, porém, esta se transmite ao coletivo da Escola quando o analista realiza o passe, participa de cartel ou compartilha sua escuta com outros praticantes. Se, por um lado, esta autorização é particular e também solitária, por outro, a assunção deste lugar é compartilhada com outros nos dispositivos criados pela Escola. Esta segunda dimensão da formação foi proposta por Lacan em 1974: a autorização se faz de si mesmo, mas também com alguns outros.

Estes alguns outros *podem* ser os psicanalistas da Escola, desde que esta tenha como sustentação o dispositivo do cartel. Nas instituições realizam-se também cursos, seminários, congressos, atividades que favorecem o conhecimento da

teoria psicanalítica e a discussão sobre a práxis. A instituição é local de debate e embate, porém ela não forma analistas. A acolhida dos testemunhos dos analisandos e dos praticantes – o analista em sua clínica – permite que se acrescente um saber à Psicanálise que a faz avançar. É deste modo que se lêem as palavras de Lacan (1967b):

Em primeiro lugar um princípio, o psicanalista não se autoriza a não ser de si mesmo. Este princípio está inscrito nos textos originais da Escola e determina sua posição. Isto não exclui que a Escola garanta que um analista dependa de sua formação. (p.66)

A instituição não existe como um regulador externo da prática analítica, mas para amparar os depoimentos que transmitem algo deste saber particular, propiciando assim um caminho de mão dupla entre a teoria psicanalítica e a experiência clínica, “na medida em que a psicanálise é uma práxis, uma teoria advinda da clínica” (Nunes, 2004, p. 3).

O fato de não se regulamentar a formação não se deve a uma oposição às instituições tradicionais e sim porque o desejo não se regula, não segue um curso definido, não obedece a critérios pré-estabelecidos. Além disso, porque não há um ideal, lugar conhecido onde se queira chegar. Não há saber a conquistar quando o final do percurso é sabido desde o princípio. A não-regulamentação se dá por uma impossibilidade: “cada um pesquisa e é movido, diríamos, é impulsionado para um saber x pelo seu próprio desejo, pelas suas próprias perguntas, pelos seus próprios questionamentos” (Esposito, 04/02/03), ou ainda, “cada um tem que fazer o seu caminho (...). Por exemplo, cada um entra na psicanálise pelo caminho que quiser entrar e traça na psicanálise o caminho que quiser traçar. (...) E cada um terá o seu [caminho] (...) a sua escolha” (Remor, 11/11/02). Como regulamentar algo que depende do desejo? Como prescrever uma formação se inexistente o ideal do formado? Regulamentar é acabar com o desejo, é tornar o percurso de formação igual para todos, independente da forma como cada um se aproxima da Psicanálise, das questões com as quais se mobiliza, do seu tempo de inserção e de compreensão. A formação do psicanalista é como água. Quando se tenta agarrar – regulamentar, normatizar - escorre entre os dedos, escapa, não se apreende. O que se pode é fazer uso dela, bebendo se há sede.

Lista de referências

- Abbagnano (1998). Dicionário de filosofia. (2 ed.). Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes.
- Alvarenga, E. (2001). O passe e a formação do analista. Latusa, 6, 57-70.
- Alvarenga, E. (2002). Incidências do passe sobre o cartel. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 11, 4-6.
- Andrade, H. M. W. M. de. (1997). A psicanálise transfigurada: A política de conciliação. Porto Alegre-Rio de Janeiro. 350p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Aquino, J. R. G. (1990). Os discursos da formação do psicólogo: Um estudo de representações institucionais. São Paulo. 244p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo.
- Barros, C. R. (1995). A idéia da psicanálise. Rio de Janeiro. 100p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Barros, F. C. (2003, janeiro 17). Primeiro grupo do Rio de Janeiro. Caderno de Inscrições. Estados Gerais da Psicanálise [On-line]. Disponível: www.estadosgerais.org
- Barros, R. do R. (1999). O psicanalista em sua formação. Psychê, 3, 29-35.
- Barros, R. do R. (2001). Alguns pontos para uma discussão sobre a prática lacaniana da supervisão. Latusa, 6, 143-149.
- Basz, S., Chamorro, J., Clastres, G., Kizer, M., Laurent, E., Leguil, F., Miller, J.-A. & Salinas-Rosés, J. (2004). Pacto de Paris. In Escola Brasileira de Psicanálise (org.), Anuário e textos estatutários da EBP, (pp.99-100). São Paulo.
- Birman, J. (1994). A ética da psicanálise e a moral nas instituições psicanalíticas. In Psicanálise, ciência e cultura, (pp. 145-160). Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (2002). Os jogos de verdade da Psicanálise. Percurso, 29, 103-120.
- Bokanowski, T. (1992). A caça ao snark do supervisionado. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 89-99). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.

Brasil, M. A. (1990). O porquê da instituição. Boletim, 3/4, 22-24.

Brito, C. L. de S. (1999). A transmissão do conhecimento psicanalítico através da supervisão. Porto Alegre. 305 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Bucure, R. O. (1986). Psicoanálisis: interpretaciones, construcciones y verdad histórica. Buenos Aires: Ediciones Kargieman.

Cabas, A. G. (1994). Do mais-um. In S. Jimenez (org.), O cartel: Conceito e funcionamento na Escola de Lacan, (pp. 51-55). Rio de Janeiro: Campus.

Cabas, A. G. (2002). Um retorno a Sócrates. Curitiba: Criar.

Calligaris, C. (1990). A questão da formação do psicanalista. Boletim, 3/4, 08-15.

Capobianco, S. (2001). A fala do analista: repetir ou elaborar? São Paulo. 174p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Capurro, R. (1986). Apertura de la Reunión Lacanoamericana de Psicoanálisis. In Reunión Lacanoamericana de Psicoanálisis. Punta del Este.

Carvalho, C. A de. (1995). Os psiconautas do Atlântico Sul: Uma etnografia da psicanálise. Campinas. 400p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

Ceccarelli, P. R. (2004, setembro 22). Identidade e instituição psicanalítica. [On-line]. Disponível em: www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/EG.htm

Chauí, M. (1999). Convite à filosofia. São Paulo: Ática.

Chamizo, M. (s.d.). La supervisión en la formación del analista. [On-line]. Disponível: www.edupsi.com/seminarios/formacion

Chatel (1996). Passe. In P. Kaufmann (Ed.), Dicionário enciclopédico de psicanálise: O legado de Freud e Lacan, (pp. 398-413). Tradução Vera Ribeiro, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar.

Cheib, R. J. (1989). Sobre o lugar do analista. Rio de Janeiro. 82p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

- Chemama, R. (1995). outro, Outro. In R. Chemama (org.), Dicionário de Psicanálise, (pp.156-157). Tradução Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Clavreul, J. (1978/1991). O passe na Escola Freudiana. Tradução de Francisco Franke Settineri. Tear, APPOA. Porto Alegre.
- Coelho, A. C. F. (1998). Transferência e lugar do analista. Rio de Janeiro. 146p. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Coelho, T. B. (1998). Psicanálise e educação no contexto da formação do psicanalista. Campinas. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Comisión de Enlace de Buenos Aires. (1997). Convergência Lacaniana de Psicoanálisis – Boletín n.2, (pp.3-5). Buenos Aires.
- Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana. (1998). Ata de fundação. Barcelona.
- Costa, A. M. M. da. (1997). Em quê a história interessa à psicanálise? Correio da APPOA, 51, 7-13.
- Cournut, J. (1992). Da solidão à troca na supervisão. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 129-139). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Danziato, L. J. B. (1998). A fortaleza da psicanálise: A história da psicanálise em Fortaleza. Fortaleza. 237p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará.
- Declaração da Escola Una. (2002). In Escola Brasileira de Psicanálise (org.), Anuário e textos estatutários da EBP, (p.104). São Paulo.
- Delegação Geral. (2002, agosto). Delegação Geral Santa Catarina. [On-line]. Disponível: www.ebp.org.br
- Escola Brasileira de Psicanálise. (2002). Estatuto Social. In Escola Brasileira de Psicanálise (org.), Anuário e textos estatutários da EBP, (pp.109-123). São Paulo.
- Escola Brasileira de Psicanálise (2003). Comunicado do Conselho Deliberativo. [Reunião ordinária de 05 de abril, e-mail].

- Esposito, S. E. (2001). Editorial. Jornal da Delegação Geral SC - EBP, 6, 1.
- Esposito, S. E. (2002). Editorial. Jornal da Delegação Geral SC - EBP, 11, 1.
- Esposito, S. E. (2003). Editorial. Jornal da Delegação Geral SC - EBP, 12, 1.
- Fengler, S. A. da C. (2001). Psicanálise: Transmissão e ensino. Ijuí. 89p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.
- Ferreira, A. B. de H. (1997). Novo dicionário da língua portuguesa (2 ed.) (Rev. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, T. A. (1997). Freud e o ato de ensino. Belo Horizonte. 150p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- Ferenczi, S. (1910/1991). Sobre a história do movimento psicanalítico. In Psicanálise 1, Obras completas, (pp. 145-154). Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1928/1992). O processo de formação do psicanalista. In Psicanálise 4, Obras completas, (pp. 209-214). Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- Figueira, S. A. (1991). Notas sobre o papel da teoria na formação do psicanalista. In Nos bastidores da psicanálise: Sobre política, história, estrutura e dinâmica do campo psicanalítico, (pp.43-46). Rio de Janeiro: Imago.
- Forbes, J. (1992). A Escola de Lacan – do conceito à prática e as condições de sua efetuação. In J. Forbes (org.), A Escola de Lacan: A formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise, (pp. 9-19). Campinas: Papirus.
- Forbes, J. (2004, agosto 22). As quatro posições subjetivas na produção do saber psicanalítico. [On-line]. Disponível: www.jorgeforbes.com.br
- Freud, S. (1910/1996). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 143-156). (Vol. 11). Tradução Durval Marcondes, J. Barbosa Corrêa, Walderedo Ismael de Oliveira, David Mussa, Clotilde da Silva Costa, Jayme Salomão e Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1912a/1996). A dinâmica da transferência. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 111-119). (Vol. 12). Tradução José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1912b/1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 125-133). (Vol.12). Tradução José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1914a/1996). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 163-171). (Vol. 12). Tradução José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1914b/1996). História do Movimento Psicanalítico. Fluctuat nec mergitur (no brasão da cidade de Paris). Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 15-73). (Vol. 14). Tradução Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915/1996). Os instintos e suas vicissitudes. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 123-144). (Vol. 14). Tradução Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1917/1996). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 145-153). (Vol. 17). Tradução Eudoro Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1919/1996). Sobre o ensino da Psicanálise na Universidade. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 187-189). (Vol. 17). Tradução Eudoro Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1921/1996). Psicologia do grupo e análise do ego. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 79-154). (Vol. 18). Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1923a/1996). Dois verbetes de enciclopédia. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 253-274). (Vol. 18). Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1923b/1996). Prefácio ao Relatório sobre a Policlínica Psicanalítica de Berlim. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (p. 319). (Vol. 19). Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1926/1996). A questão da análise leiga: conversação com uma pessoa imparcial. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 175-248). (Vol. 20). Tradução Christiano Monteiro de Oiticica. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1930a/1996). O mal-estar na civilização. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 73-148). (Vol.21). Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1930b/1996). Prefácio a *Ten Years of The Berlin Psycho-Analytic Institute*. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (p. 265). (Vol.21). Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1933/1996). Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise. XXXIV Explicações, aplicações e orientações. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 135-154). (Vol.22). Tradução José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1937/1996). Análise terminável e interminável. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 225-270). (Vol. 23). Tradução Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1940/1996). Esboço de Psicanálise. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira, (pp. 157-221). (Vol.23). Tradução Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago.

Frizzo, K. R. (1993). Vicissitudes da formação de psicanalistas no Rio Grande do Sul: Um estudo comparativo de duas instituições. Porto Alegre. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Gay, P. (1989). Freud: uma vida para o nosso tempo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

Gerbasse, J. (2004, agosto 21). Campo Lacaniano. Dossier La Red de Foros. Tomo IV: la red de foros en Brasil. [On-line]. Disponível: www.psicomundo.com/foros/psa-politica/crisis.htm.

- Gomes, A. P. da C. (1994). Final de análise: O passe e o impasse. Rio de Janeiro. 149p. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Gonçalves, D. M. F. (2004, agosto 21). Cartel: um pouco de história. [On-line]. Disponível: www.campolacanianano.com.br
- Gonçalves, T. E. (2001). A história da Psicanálise na Inglaterra e a constituição do Middle Group. São José dos Campos. 150 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Goulart, L. (1999). Por que Escola? Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 0, 1-2.
- Goulart, L. (2001). Cem anos de Lacan. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 5, 1-3.
- Goulart, L. (2002). Sobre a formação do analista. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 10, 1-3.
- Haddad, G. (2003). O dia em que Lacan me adotou: minha análise com Lacan. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Harari, R. (1999). Formações do inconsciente, formações do analista. Caderno, Maiêutica Florianópolis, 3, 6-32.
- Harari, R. (2001). Apresentação. Clinamem – revista psicanalítica, 1, 9-11.
- Herrmann, F. (1998). Análise didática em tempos de penúria teórica. Revista Brasileira de Psicanálise, 32 (4), 697-709.
- Hoffmann, C. (1996). O controle: Uma lógica ternária da transmissão. In M. Safouan, P. Julien & C. Hoffmann, O mal-estar na psicanálise: O terceiro na instituição e a análise de controle, (pp. 65-86). Tradução Leda Mariza Fischer Bernardino. Campinas: Papirus.
- Jézéquel, A. (1996). Cartel. In P. Kaufmann (Ed.), Dicionário enciclopédico de psicanálise: O legado de Freud e Lacan, (pp. 78-79). Tradução Veria Ribeiro, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jimenez, S. (1994). O cartel. In S. Jimenez (org.), O cartel: Conceito e funcionamento na Escola de Lacan, (pp. 11-34). Rio de Janeiro: Campus.
- Jones, E. (1961/1979). Vida e obra de Sigmund Freud. Tradução Marco Aurélio de Moura Mattos. Rio de Janeiro: Guanabara.

- Julien, P. (1996). A psicanálise só se inventa ao se contar três. In M. Safouan, P. Julien & C. Hoffmann, O mal-estar na psicanálise: O terceiro na instituição e a análise de controle, (pp. 49-63). Tradução Leda Mariza Fischer Bernardino. Campinas: Papirus.
- Katz, C. S. (1984). Éticas psicanalíticas brasileiras: instituições, organizações e teorias. In Ética e psicanálise: uma introdução, (pp.279-318). Rio de Janeiro: Graal.
- Katz, C. S., Losicer, E., Vianna, H. B., Birman, J., Almeida, M. C. du P. e, & Pereira, S. W. (2003, janeiro 17). Convocação da Segunda Reunião Mundial. Estados Gerais da Psicanálise [On-line]. Disponível: www.estadosgerais.org
- Kehl, M. R. (2002). Sobre ética e psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kupermann, D. (1993). História da transferência na institucionalização da psicanálise. Rio de Janeiro. 310p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Kupermann, D. (1999). Da instituição do mal-estar ao mau humor instituído: Sobre a cultura dos psicanalistas e os impasses na transmissão da psicanálise. Psychê, 3, 49-62.
- Lacan, J. (1947/2003). A psiquiatria inglesa e a guerra. In Outros escritos, (pp.106-126). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1964/2002). O ato de fundação da Escola. Anuário e textos estatutários, Escola Brasileira de Psicanálise 2002, (pp.91-98). São Paulo: EBP.
- Lacan, J. (1967a/1991). Proposição de 9 de outubro de 1967: sobre o psicanalista da Escola. Tradução Ari Roitman e Paulina W. de Roitman. Tear, APPOA. Porto Alegre.
- Lacan, J. (1967b/1991). Proposição de 9 de outubro de 1967: sobre o psicanalista da Escola. Tradução Vera Regina G. Ruschel [a partir do texto original publicado na Revista Scilicet n.1].
- Lacan, J. (1975). Sobre o passe. Lettres de L'École Freudienne, 15, 185-193. [texto traduzido para o português e não publicado].
- Lacan, J. (1980/2000). D'Écolage. In Edição eletrônica das obras completas de Jacques Lacan. [CD-ROM]. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas.

- Laplanche, J. (1992). Novos fundamentos para a Psicanálise. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Laurent, E. (1992). Passe e garantia na Escola. Tradução Luiz de Souza Dantas Forbes. In J. Forbes (org.), A Escola de Lacan: A formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise, (pp. 109-118). Campinas: Papirus.
- Leite, M. P. de S. (1992). As propostas da “Proposição”. In J. Forbes (org.), A Escola de Lacan: A formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise, (pp. 63-72). Campinas: Papirus.
- Lied, I. B. (2003). Formação do analista: paradoxos. [texto não publicado].
- Lima, E. L. A. de. (1996). A tradução de termos psicanalíticos: Uma reflexão sobre os efeitos de tradução na transmissão e na conceituação da psicanálise. São José do Rio de Preto. 122p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas.
- Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica (2003). Historiando a Maiêutica. [Texto não publicado].
- Major, R. (2003a, janeiro 17). Convocação para o Estados Gerais da Psicanálise. Estados Gerais da Psicanálise [On-line]. Disponível: www.estadosgerais.org
- Major, R. (2003b, janeiro 17). As bases para os Estados Gerais. Estados Gerais da Psicanálise [On-line]. Disponível: www.estadosgerais.org
- Mannoni, M. (1982). A formação de analistas. In A teoria como ficção, (pp. 50-65). Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Manoni, M. (1989a). O ensino da psicanálise. In Um saber que não se sabe: A experiência analítica, (pp. 83-92). Tradução Martha Prada e Silva. Campinas: Papirus.
- Manoni, M. (1989b). Psicanálise didática ou de formação: problemas passados e presentes. In Um saber que não se sabe: a experiência analítica, (pp. 93-105). Tradução Martha Prada e Silva. Campinas: Papirus.
- Mannoni, M. (1992). Risco e possibilidade da supervisão. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 37-39). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.

- Mannoni, O. (1979). El análisis original. In La otra escena. Claves de lo imaginario, (pp. 87-98). Buenos Aires: Amorrortu.
- Marques, S. F. (2000). Narrativa e supervisão na psicanálise. Psychê, 5, 105-115.
- Maron, M. da G. R. (1997). A escuta inscrita no campo do olhar: Escuta analítica numa instituição psiquiátrica em transformação. Rio de Janeiro. 164p. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Saúde Mental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mascarello, T. V. N (1990). Acerca da repressão [texto não publicado].
- Mascarello, T. V. N. (2001). Há analista sem instituição? [texto não publicado].
- Mattos, S. (2003). A disponibilidade do analista. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 12, 1-4.
- Menezes, L.C. (1988). Notas sobre a supervisão psicanalítica. Percurso, 1, 32-34.
- Mezan, R. (1993). Que significa “pesquisa” em psicanálise? In M. E. L. da Silva (coord.), Investigação e psicanálise, (pp.49-89). Campinas: Papirus.
- Mijolla, A. de. (1992). Algumas ilustrações das situações de ‘supervisão’ em psicanálise. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 115-128). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Miller, J-A. (1997). Affectio societatis. In Lacan elucidado: palestras no Brasil, (pp.551-558). Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J-A. (2002). Carta. In Escola Brasileira de Psicanálise (org.), Anuário e textos estatutários da EBP, (pp.125-126). São Paulo.
- Moura, J. R. de. (2001). O psicanalista por ele mesmo: Um estudo de representação social. Belo Horizonte. 160p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- Nasio, J.-D. (1999). O prazer de ler Freud. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nicéas, C. A. (2000). Entrevista. Agenda, EBP-RJ, mar., 5-20.
- Nunes, E. P. (2002). Analistas didatas : origem e contradições. Revista Brasileira de Psicanálise, 36 (2), 161-167.

- Nunes, L. (2000). O cartel e a formação do analista. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 3, 3-5.
- Nunes, L. (2001). Cartel e o discurso analítico. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 7, 2-4.
- Nunes, L. (2002). Editorial. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 9, 1.
- Nunes, L. (2003). Primeiro encontro Americano do Campo Freudiano. Boletim Eletrônico, 1.
- Nunes, L. (2004). A escola de Lacan e a formação do analista. Boletim Eletrônico, 4.
- Penna, L. M. D. M. (2001). Psicanálise e universidade: Há transmissão sem clínica? Belo Horizonte. 106 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Minas Gerais.
- Pepe, A. L. (2001). Subjetividade e docência: Uma abordagem psicanalítica do mal estar docente. Rio de Janeiro. 101p. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Porge, E. (1998). Freud/Fliess: Mito e quimera da auto-análise. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- Portas, V. (2004, setembro 08). Carta aberta ao comitê executivo do II Encontro dos Estados Gerais da Psicanálise. Estados Gerais da Psicanálise [On-line]. Disponível: www.estadosgerais.org
- Projeto de Declaração (2002). In Escola Brasileira de Psicanálise (org.), Anuário e textos estatutários da EBP, (pp.105-106). São Paulo.
- Pujó, M. (1992). El dispositivo de control. Poubellication Lacaneana, 3, 122-129.
- Quinet, A. (1991). A transmissão a partir de Lacan. In D. Ropa (coord.), Anuário brasileiro de psicanálise, (pp. 33-39). (Vol.1). Rio de Janeiro: Relumé Dumará.
- Quinet, A. (1994). Prefácio. In S. Jimenez (org.), O cartel: Conceito e funcionamento na Escola de Lacan, (pp. xv-xviii). Rio de Janeiro: Campus.
- Rabain, J-F. (1992). A caça ao *snark* do supervisionado, 1. In C. Stein (org.). A supervisão na psicanálise, (pp. 79-87). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Recalcati, M. (2001). Experiência e lógica da ‘supervisão’. Latusa, 6, 151-158.

Reunión Lacanoamericana de Psicanálise (1990). Convocatoria. In Actas de la Reunión Lacanoamericana de Psicoanálisis, (pp.7-8). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

Reymundo, O. (2002). Um modo singular de aprender. Jornal da Delegação SC – EBP, 9, 2.

Ribeiro, T. da C. C. (1992). A questão da formação do psicanalista numa perspectiva histórica. Rio de Janeiro. 169 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Rodrigué, E. (1995). Sigmund Freud. O século da psicanálise. (Vol.1). São Paulo: Escuta.

Romera, M. L. C. (1993). Transmissão-difusão da psicanálise: Considerações a partir do delienamento de sua presença nos cursos de psicologia da região do triângulo mineiro-brasil central. São Paulo. 316p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo.

Roudinesco, E. (1994). Jacques Lacan: Esboço de uma vida, história de um pensamento. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras.

Roudinesco, E. (2000). Por que a Psicanálise? Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). Dicionário de Psicanálise. Tradução Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar.

Safouan, M. (1978/1991). A proposição de Outubro de 1967, dez anos depois. Tear, APPOA. Porto Alegre.

Safoaun, M. (1985). Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas. Porto Alegre: Artmed.

Safouan, M.; Julien, P. & Hoffmann, C. (1996). O mal-estar na psicanálise: O terceiro na instituição e a análise de controle. Tradução Leda Mariza Fischer Bernardino. Campinas: Papyrus.

Santos, T. C. (1990). Subjetividade e difusão da psicanálise: Uma discussão da cultura psicanalítica. Rio de Janeiro. 280p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

- Sauval, M. (2004, agosto 21). Carta. Dossier La Red de Foros. Tomo IV: la red de foros en Brasil. [On-line]. Disponível: www.psicomundo.com/foros/psa-politica/crisis.htm.
- Scabaro, L. (2001). Repensando a formação psicanalítica: Um novo lugar para um velho problema. São Paulo. 138p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade de São Paulo.
- Schnaiderman, R. (1988). Política de formação em psicanálise: Alinhando algumas anotações. Percurso, 1, 11-15.
- Schur, Max. (1981). Freud: vigor e agonia, uma biografia. (Vols. 1-3). Rio de Janeiro: Imago.
- Sério, N. M. F. (1998). Reconstruindo “farrapos”- a trajetória histórica da S.P.R.J.: Instituição e poder. Rio de Janeiro. 559p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- Silva, M. A. L. e. (1994). O produto de cada um. In S. Jimenez (org.), O cartel: Conceito e funcionamento na Escola de Lacan, (pp. 87-91). Rio de Janeiro: Campus.
- Silva, M. E. L da (1993). Pensar em psicanálise. In M. E. L. d a Silva (coord.), Investigação e psicanálise, (pp.11-25). Campinas: Papirus.
- Silvestre, D. (2003). Dans la subjectivité de son époque: Reglementer la psychanalyse? [On-line]. Disponível: www.champ-lacanien.org
- Smirnoff, V. (1992a). Análise e supervisão. Um problema de codificação. In C. Stein (org.). A supervisão na psicanálise, (pp. 101-114). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Smirnoff, V. (1992b). A supervisão como situação a dois. In C. Stein (org.). A supervisão na psicanálise, (pp. 141-157). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Soares, C. E. L. V. (2000). Aos cartelizantes e àqueles que estão num cartel-por-vir. Jornal da Delegação Geral SC - EBP, 2, 5.
- Souza, C. B. de. (1989). Um estudo acerca do funcionamento e dos aspectos relacionais no processo de supervisão psicanalítica. Campinas. 249 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

- Souza, C. B. de. (1995). Recortes da Psicanálise: Sobre o desejo de ser analista e outras questões a partir de depoimentos de psicanalistas. Campinas. 366p. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Universidade Estadual de Campinas.
- Szpirko, J. (1999). Mais-um e transferência de trabalho na formação do analista. Caderno 2 - Maiêutica Florianópolis, (pp. 6-19). Florianópolis.
- Szpirko, J. (2000). Convergência: movimento lacaniano para a psicanálise freudiana. Boletim da Sociedade de Psicanálise Freudiana. Tradução de Luciano Elia [texto não publicado].
- Stein, C. (1992). Em que lugar, em que enquadre, para que fins falar de seus pacientes? In Conrad Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 15-35). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Tanis, B. (1988). Considerações sobre a formação psicanalítica. Percurso, 1, 15-18.
- Tarrab, M. (2002). Sobre a formação analítica e a Escola. Correio, 39, 9-15.
- Tolipan, E. (1991). Estrutura da experiência psicanalítica. Rio de Janeiro. 99p. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Valabrega, J-P. (1992a). A análise quarta. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 41-53). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Valabrega, J-P. (1992b). A dupla experiência da análise e da formação. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 165-170). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.
- Valerim, S. S. (2000). Saber de cartel. Jornal da Delegação Geral SC – EBP, 4, 5-6.
- Vargas, M. T. T. (2001). O riso e suas metáforas: Um estudo bem humorado sobre a subjetividade, linguagem e psicanálise. Rio de Janeiro. 133p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Vianna, H. B. (1994). Não conte a ninguém: Contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago.
- Zaltzman, N. (1992). ‘Demanda de supervisão’ e resistência à análise. In C. Stein (org.), A supervisão na psicanálise, (pp. 55-78). Tradução de Eliana Borges Pereira Leite. São Paulo: Escuta.

Lista de tabelas

TABELA 1	PRESIDENTES DA MAIÊUTICA FLORIANÓPOLIS.....	98
TABELA 2	ATIVIDADES DIVULGADAS NOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E FOLDERS DA INSTITUIÇÃO	104
TABELA 3	REUNIÃO LACANOAMERICANA DE PSICANÁLISE DE TUCUMÃ	111
TABELA 4	REUNIÕES LACANOAMERICANAS DE PSICANÁLISE	114
TABELA 5	CONVERGÊNCIA, MOVIMENTO LACANIANO PARA A PSICANÁLISE FREUDIANA	116
TABELA 6	ASSOCIAÇÕES SIGNATÁRIAS DA ATA DE FUNDAÇÃO DE CONVERGÊNCIA	119
TABELA 7	JORNADAS PSICANALÍTICAS	121
TABELA 8	ATIVIDADES DIVULGADAS NO JORNAL E BOLETIM ELETRÔNICO	138
TABELA 9	AS ESCOLAS DO CAMPO FREUDIANO	147
TABELA 10	ENCONTROS INTERNACIONAIS DO CAMPO FREUDIANO & CONGRESSOS DA AMP	150
TABELA 11	ENCONTRO BRASILEIROS DO CAMPO FREUDIANO	152

Lista de siglas

AA	ANALISTA DA ASSOCIAÇÃO
AE	ANALISTA DA ESCOLA
AFCL	ASSOCIAÇÃO DOS FÓRUNS DO CAMPO LACANIANO
AMA	ANALISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO
AME	ANALISTA MEMBRO DA ESCOLA
AMP	ASSOCIATION MONDIALE DE PSYCHANALYSE
AP	ANALISTA PRATICANTE
ApsaA	AMERICAN PSYCHOANALYTICAL ASSOCIATION
BPI	BERLINER PSYCHOANALYTISCHE INSTITUT
BPS	BRITISH PSYCHONAALYTICAL SOCIETY
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CERB	COMISSÃO DE ENLACE REGIONAL DO BRASIL
CRP-12	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 12ª. REGIÃO
DG/SC	DELEGAÇÃO GERAL/SANTA CATARINA
DPG	DEUTSCHE PSYCHOANALYTISCHE GESELLSSCHAFT
EBP	ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE
EPF	ÉCOLE FREUDIENNE DE PARIS
EOL	ESCUELA DE LA ORIENTACIÓN LACANIANA
FCCL	FORMAÇÃO CLÍNICA DO CAMPO LACANIANO
FCL	FÓRUNS DO CAMPO LACANIANO
IBRAPSI	INSTITUTO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
IF	INTERNACIONAL DOS FÓRUNS
IPA	INTERNATIONAL PSYCHOANALYTICAL ASSOCIATION
NEL	NUEVA ESCUELA LACANIANA DEL CAMPO FREUDIANO
NYPS	NEW YORK PSYCHOANALYTIC SOCIETY
PIPOL	PROGRAMA INTERNACIONAL DE PESQUISAS SOBRE A PSICANÁLISE DE ORIENTAÇÃO LACANIANA
SBPRJ	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
SciELO	SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE
SFP	SOCIEDADE FRANCESA DE PSICANÁLISE
SPP	SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PARIS
SPPA	SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE
SPRJ	SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO RIO DE JANEIRO
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
WPV	WIENER PSYCHOANALYTISCHE VEREINIGUNG

APPENDIX

Escola Brasileira de Psicanálise

Seções & Delegações	Local	Membros	Diretoria** ou Coordenação	Conselho	Publicação
EBP	Sede em SP	<p>Tânia Abreu (BA)</p> <p>Wellerson D. de Alkimin (MG)</p> <p>Mário Almeida (BA)(AME)</p> <p>Elisa Alvarenga (MG) (AE)</p> <p>Marcela Antelo (BA)</p> <p>Antônio C. C. Araújo (BA)</p> <p>Luiz H. de Araújo (SP)</p> <p>Samyra Assad (MG)</p> <p>Joseph Attié (Paris)</p> <p>Francisco P. Barreto (MG)</p> <p>Manoel B. da Mota (RJ)</p> <p>Samuel Basz (Buenos Aires)</p> <p>Maria do C. D. dos S. Batista (SP)</p> <p>Antônio A. Beneti (MG) (AME)</p> <p>Vera S. Lopes Besset (RJ)</p> <p>José B. de Souza (PE)</p> <p>Heloisa Caldas (RJ)</p> <p>Sérgio P. R. de Campos (MG)</p> <p>Analícea Calmon (BA)</p> <p>Sérgio de Castro (MG)</p> <p>Jorge Chamorro (Argentina)</p> <p>Maria do R. C. do R. Barros (RJ)</p> <p>Serge Cottet (Paris)</p> <p>Cristina Drummond (MG)</p> <p>Chafia A. Farah (MG)</p> <p>Maria M. F. de Oliveira (SP)</p> <p>Maria C. G. Ferretti (SP)</p> <p>Ana M. C. L. Figueiró (MG)</p> <p>Maria J. S. Fuentes (SP)</p> <p>Jorge Forbes (SP) (AME)</p> <p>Giberto R. Fonseca (PR)</p> <p>Sara P. Fux (RJ)</p> <p>Paulo Gabrielli (BA)</p> <p>Maria A. M. G. Nunes (SP)</p>	<p>Angelina Harari (SP)</p> <p>Rômulo F. da Silva (SP)</p> <p>Heloísa Caldas (RJ)</p> <p>Sandra A. Grostein (SP)</p> <p>Maria L. R. de Moura (BA)</p> <p>Sara Fux (RJ)</p> <p>Sérgio Mattos (MG)</p>	<p>Alberto Murta</p> <p>Bernardino Horne (BA)</p> <p>Carlos G. G. Fernández (SP)</p> <p>Jéssus Santiago (MG)</p> <p>Maria L. R. de Moura (BA)</p> <p>Romildo do Rêgo Barros (RJ)</p> <p>Sérgio de Castro (MG)</p> <p>Sérgio Laia (MG)</p> <p>Stella Jimenez (RJ)</p>	<p>Correio</p> <p>Opção Lacaniana</p>

Célio Garcia (MG) (AME)	Paulo Siqueira (Paris)		
Carlos G. G. Fernández (SP)	Simone O. Souto (MG)		
Luiz R. Gazzola (NY)	Maria de Souza (PR)		
Francisco J. dos R. Goyatá (MG)	Márcio P. de S. Leite (SP)		
Nora G. P. Gonçalves (BA)	Marcelo Veras (BA)		
Glacy Gorski (PB)	Geraldo A. Viana Murta (ES)		
Sandra A. Grostein (SP)	Sônia Vicente (BA)		
Cássia M. R. Guardado (SP)	Luiz H. Vidigal (MG)		
Leda S. Guimarães (BA) (AE)	Maria C. de A. Moreira L. Vidigal (MG)		
Jordan Gurgel (BA)	Marcus A. Vieira (RJ)		
Angelina Harari (SP)	Mirta Zbrun (RJ)		
Bernadino Horne (BA) (AME)			
Juan-Carlos Indart (Buenos Aires) (AME)			
Stella M. Jimenez (RJ)	Membros de Honra:		
Sérgio Laia (MG)	Alain Grosrichard (Paris)		
	Luiz de Souza Dantas Forbes (SP)		
Lúcia H. de G. Agnoletto	Maria da G. Kammer	Sandra Arruda Grostein	Jorge Forbes
Izabel Alessi	Lia Lage	Cássia M. R. Guardado	Márcio Peter de S. Leite
Elizabeth R. de Almeida	Carlos E. de A. Leite	Lúcia H. G. Agnoletto	Maria A. M. G. Nunes
Patrícia Badari	Elza M. de Macedo	Patrícia Badari	Maria do C. D. Batista
Eduardo C. Benedicto	Therezinha R. S. M. Santos	Maria M. F. de Oliveira*	Maria M. F. de Oliveira
Ariel Bogochvol	Marta M. Monteiro	Mônica B. de Camargo*	Rômulo F. da Silva
Maria H. B. Bogochvol	Leny M. Mrech	Ariel Bogochvol*	
Márcia K. da R. Bonin	Durval M. Nogueira Filho	Eliana M. Figueredo*	
Tânia C. Baptista Cabral	Susana Ório		
Marta P. de Goes Calmon	Maria L. S. P. e Silva		
Mônica B. Camargo	Maria C. de A. Parasma		
Luiz F. C. da Cunha	Elsci A. M. R. Patti		
Carmen S. Cervelatti	Marizilda Paulino		
Fernando A. G. Colli	Maria B. S. de S. Pittieri		
Eliana M. Figueiredo	Fernando del G. Prota		
Roberto Flores	Paola Salinas		
Geraldo h. M. Florsheim	Luiz G. Sanseverino Jr.		
Cássia G. Gindro	Rosângela A. Santos		
Perpétua M. Gonçalves	Márcia Szajnbock		
Clélia A. Grandi	Heloisa P. R. da S. Telles		
Walkiria H. Grant			

Seção Bahia	Salvador	Thereza Bastos Maria E. Camargo Lucy de Castro Nilton U. V. Gerqueira	Alessia S. Fontenelle Caroline de O. Lopes Vera Motta Andréa Schimmenti	Maria L. R. de Moura Lucy de Castro Maria de F. Sarmento Caroline de O. Lopes	Antônio C. C. de Araújo Lêda Guimarães Marcela Antelo Marcelo Veras Nora G. P. Gonçalves Tânia Abreu	Agente
Seção Internacional	Paris	Reúne os membros da Escola não residentes no país.				
Delegação Espírito Santo	Vitória	Tânia M. Alves Prates Tânia R. Archite Martins Regina C. L. Cunha Adriana G. P. Amaral Hugo César Guangirolli Roseane Lyrio	Ruy Perini Cláudia P. de C. Murta Batyra R. de Castro Paulo S. Silva Simone S. Vieira Renato Carlos Vieira	Renato C. Vieira Geraldo A. V. Murta Simone S. Vieira Tânia M. A. Prates*		Diário
Delegação Pernambuco	Recife	Elizabeth R. A. de Siqueira Neide de A. Azevedo Sílvia R. G. F. de Andrade Maria E. N. Baptista Olívia N. C. de Farias	Lúcia F. Pereira Zaina M. G. Pereira Anamaria Vasconcelos Rosane V. da C. da Fonte	Maria E. N. Baptista Rosane V. da Fonte Sílvia R. G. F. de Andrade José B. de Souza*		Manuscrito
Delegação Paraná	Curitiba	Zelma A. Galesi Teresa M. A. Pavone Maria de F. F. R. Sabino		Suzete M. B. Meretka Gilberto R. da Fonseca Fátima Sabino Zelma A. Galesi*		Phoenix
Delegação Paraíba	João Pessoa	Margarida E. Assad Maria do R. M. Cavalcanti Sandra de S. Conrado Roberta S. G. L. Cruz Cassandra D. Farias	Maria C. M. de O. Fernandes Vânia Ferreira Luciene de M. Paz Cleide P. Monteiro Ivontônio G. Viana	Glacy Gorski Maria C. M. O. Fernández Marg Margarida Assad*		
Delegação Geral	Campo Grande (Centro-Oeste)	Fábio P. Barreto Ordália A. Junqueira Maria de F. Ferreira Peret Carla Serles				
	Natal	Liège U. A. de Araújo Angela de A. Pequeno Maria R. S. D. de Araújo				
	São Luís (Maranhão)	Thaís M. M. Correia Silvana S. Sombra				

Florianópolis
(Santa Catarina)

Sílvia E. Espósito
Liège Goulart
Laudelino dos S. Neto
Laureci Nunes
Rosane Padilha
Oscar Reymundo
Eduardo Riaviz
Vanessa Riaviz
Soraya S. Valerim
Maria T. Wendhausen

Fonte: Anuário da Escola Brasileira de Psicanálise 2002

*Diretores Adjuntos ou coordenadores adjuntos

** A administração das Seções é de responsabilidade de sua diretoria, auxiliada por comissões e em correspondência ao Conselho da Seção e à Assembléia Geral. Já a administração das Delegações é de responsabilidade de sua coordenação em correspondência direta com a Diretoria da Escola